Jornal O DIA SP

Fundado em 5 de abril de 1933

www.jornalodiasp.com.br | SÁBADO À TERÇA-FEIRA, 29 E 30/4, 1 E 2 DE MAIO DE 2023 | Nª 25.395 | Preço banca: R$ 3,50

# Luiz Marinho confirma isenção do IR para quem ganha até R$ 2.640

## Lula diz que vai demarcar o maior número possível de terras indígenas

Página 8

## Contas públicas têm déficit de R$ 14,182 bilhões em março

Página 3

A partir de maio, trabalhadores formais que ganham até R$ 2.640 terão isenção do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), confirmou na sexta-feira (28) o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho. Segundo ele, o governo está cumprindo um compromisso de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de elevar gradualmente a faixa de isenção.

"Há o compromisso do presidente Lula de isentar do IR salários de até R$ 5 mil, até o fim do governo. Por enquanto, os salários de até R$ 2.640, a partir de 1º de maio, não terão retenção do IR. Durante o mandato, vamos voltar a falar de isenção quando a condição econômica permitir", disse o ministro, após cerimônia de assinatura do reajuste de 9% para os servidores do Executivo federal.

O aumento da isenção se dará pela combinação de duas medidas. A faixa de isenção na tabela do IRPF passará de R$ 1.903,98, valor em vigor desde 2015, para R$ 2.112. Além disso, haverá um desconto de R$ 528 sobre o imposto pago na fonte, retido automaticamente todos os meses.

Ao somar os dois valores, o da nova faixa de isenção e o do desconto, o valor chega a R$ 2.640. A quantia equivale a dois salários mínimos de R$ 1.320, valor que vigorará a partir de maio. Até o fim de abril, o salário mínimo está em R$ 1.304. Página 3

## Brasil recebe missão da ONU para apurar genocídios indígena e negro

A situação de violência contra os povos indígenas e a comunidade afro-brasileira preocupa a Organização das Nações Unidades (ONU). A subsecretária-geral das Nações Unidas, Alice Wairimu Nderitu, vem ao Brasil em missão na próxima terça-feira (2) e fica no país até 12 de maio. Ela é a conselheira especial do secretário-geral para a prevenção de genocídio.

Em 2021, a conselheira já havia manifestado preocupação com a situação de povos indígenas no Brasil. De acordo com o relatório do Conselho Indigenista Missionário, em 2021, 176 indígenas foram assassinados no Brasil. Ainda naquele ano, a Articulação dos Povos Indígenas no Brasil denunciou o governo brasileiro por genocídio.

Outro levantamento, este da Comissão Pastoral da Terra, mostrou que 47 pessoas foram mortas por conflitos no campo, no ano passado: 18 eram indígenas.

O ex-secretário executivo da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Paulo Abrão, diz que a visita é uma oportunidade para a conselheira ouvir movimentos sociais e se aproximar da realidade brasileira. O foco da visita é levantar informações sobre a situação.

"A sua presença é para colher e registrar informação para uma posterior análise. De toda maneira, ela poderá expressar preocupações públicas sobre fatos concretos que ela tomar conhecimento, e apontar recomendações para evitar uma escalada das violações aos direitos humanos. A vinda dela ao Brasil é um sinal muito importante de que o governo está aberto ao escrutínio internacional em matéria de direitos humanos."

De acordo com o Ministério das Relações Exteriores, a agenda da missão está sendo discutida entre as autoridades do governo brasileiro e do escritório das Nações Unidas. (Agencia Brasil)

## Governo concede reajuste de 9% a servidores do Executivo



Foto/José Cruz/ABr

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a lei que reajusta em 9% os salários dos servidores públicos federais civis, incluindo aposentados e pensionistas. A cerimônia ocorreu na sexta-feira (28), no Palácio do Planalto, com a presença de representantes sindicais e da ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, que liderou a negociação com os trabalhadores.

"Esse reajuste é uma demonstração clara que o governo não vê os servidores como parasitas", disse a ministra Esther Dweck, em referência a uma fala do então ministro da Economia, Paulo Guedes, que, em 2020, comparou os servidores públicos com parasitas ao defender uma reforma administrativa para cortar gastos com pessoal.

O acordo entre o governo federal e as entidades representativas foi assinado em março. Página 8

## Aneel mantém bandeira tarifária verde para maio

O consumidor não pagará cobrança extra sobre a conta de luz em maio. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) manteve a bandeira verde para o próximo mês para todos os consumidores conectados ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

A conta de luz está sem essas taxas desde o fim da bandeira de escassez hídrica, que durou de setembro de 2021 até meados de abril de 2022. Segundo a Aneel, na ocasião, a bandeira verde foi escolhida devido às condições favoráveis de geração de energia, com os reservatórios das usinas hidrelétricas em níveis satisfatórios. O nível de armazenamento dos reservatórios, informou a agência reguladora, atingiu 87% em média no início do período seco, o que explica o cenário favorável do momento.

Caso houvesse a instituição das outras bandeiras, a conta de luz refletiria o reajuste de até 64% das bandeiras tarifárias aprovado em junho de 2022 pela Aneel. Segundo a agência, os aumentos refletiram a inflação e o maior custo das usinas termelétricas neste ano, decorrente do encarecimento do petróleo e do gás natural nos últimos meses. (Agencia Brasil)

**DÓLAR**

**Comercial**
**Compra: 4,98**
**Venda: 4,98**

**Turismo**
**Compra: 5,06**
**Venda: 5,17**

**EURO**
**Compra: 5,49**
**Venda: 5,49j**

## *Esporte*

# Jerez de la Frontera recebe o GP de motovelocidade neste final de semana

**Por Jarcio Baldi**

Com a vitória de Alex Rins no ultimo Grande Premio ocorrido nos EUA, a Honda quebrou um jejum de 539 dias sem vitórias. O espanhol tem no seu currículo quatro vitórias em Austin, duas em categorias menores (Moto3 e Moto2) e duas na MotoGP com fabricantes diferentes, sendo uma com a Suzuki e agora com a Honda, entrando num seleto grupo de pilotos como Max Biaggi e Valentino Rossi. Rins, apesar de estar numa equipe satélite é o piloto com melhores resultados da fábrica japonesa nessa temporada e ocupa o terceiro lugar no campeonato. Marc Marquez, o principal piloto da marca não participará do GP de Jerez nesse final de semana. Marquez, que fraturou um pequeno osso na base do polegar da mão direita na primeira etapa, continuará fora das pistas até a total recuperação. Como é um osso bastante pequeno, a força durante as frenagens é muito grande sobre a mão do piloto e poderia fraturalo novamente caso a fratura não esteja totalmente consolidada. O médico que o operou, Prof. Dr. Ignacio Roger de Ona, afirmou que ele deve retornar às pistas somente quando estiver totalmente recuperado pois os parafusos de titânio que fixaram a fratura, de apenas 1,2mm, não suportariam manter o fragmento unido durante as frenagens, podendo encerrar precocemente a carreira do piloto.

Outro piloto lesionado é Enea Bastianini, companheiro de Peco Bagnaia na Ducati, que também corre o risco de ficar de fora do GP Espanhol. O italiano fraturou a clavícula logo na "sprint race" da primeira etapa não obtendo nenhum ponto no campeonato até agora. No treino de sexta-feira ele ficou apenas com o 20º tempo. "Eu gostaria de participar da prova, mas após seis ou sete voltas fico bastante extenuado e não sei se suportaria chegar ao final de uma corrida. Decidiremos isso nos treinos de sábado de manhã" afirmou Bastianini. O já aposentado Dani Pedrosa, mas ainda piloto de testes da KTM, vai disputar a etapa de domingo como convidado (Wild Card) e impressionou a todos presentes no autódromo ficando entre os dez primeiros. O piloto, de trinta e sete anos, participará da prova para testar algumas partes novas da fábrica austríaca mas provou porque é uma lenda desse esporte. O "Pequeno Samurai", como é chamado, ficou com o melhor tempo da manhã, mas à tarde disse que as condições na pista pioraram ficando difícil melhorar seu tempo, terminando com o terceiro melhor combinado entre as duas sessões de treinos. Miller afirmou que as pessoas não podem esquecer que Dani é um piloto tricampeão mundial (125cc e 250cc) e tem uma curva nesse circuito batizada com seu nome. O outro piloto da KTM, Brad Binder, afirmou "Talvez Dani tenha mais vitorias no motociclismo do que todos os pilotos do atual grid juntos. Ele é especial e andou muito bem".



Foto/MotoGP

**Diogo** *Moreira espera um bom resultado em Jerez*

A Aprilia fez a dobradinha no primeiro dia de treinos com Espargaró e Viñales e a equipe está confiante num bom resultado que não chegou até agora; líder e vice líder do campeonato, Bezzecchi e Bagnaia ficaram respectivamente em decimo segundo e decimo terceiro no final do primeiro dia. Sábado é dia da classificação e corrida rápida (Sprint race) na categoria MotoGP e muita coisa poderá mudar. Na Moto3 o brasileiro Diogo Moreira, que aniversariou na última segunda-feira, espera ter um bom resultado como presente. Nos treinos livres finalizou em decimo segundo. A corrida rápida acontece às 10h da manhã do sábado e as provas do domingo iniciam com a Moto3 às 7h encerrando com a categoria principal às 10h da manhã, com transmissão pela ESPN.

# Enzo Fittipaldi larga na primeira fila da F2 em Baku e fica apenas 0s012 da pole position

O brasileiro Enzo Fittipaldi conquistou um lugar na primeira fila do grid para corrida principal da Fórmula 2 neste final de semana em Baku, no Azerbaijão. Piloto da Academia da Red Bull, Enzo fez sua melhor volta em 1min52s664, apenas 0s012 do pole position Oliver Bearman.

"É realmente especial poder conseguir essa primeira fila aqui em Baku, uma pista de rua bem desafiadora. Eu e a equipe estávamos confiantes, sabíamos do nosso potencial e as coisas encaixaram. Estamos felizes e isso nos motiva muito para as duas provas e também para a sequência do campeonato", diz Enzo, que tem patrocínios de Banco do Brasil, Eurofarma, Claro, Snapdragon, OakBerry, Baterias Moura, Stake, Furia, PLGG e Fantom.

Destaque na temporada passada da F2 pelas corridas de superação com a Charouz, Enzo está em sua primeira temporada com a Carlin. O brasileiro conquistou o melhor resultado da equipe no ano nesta classificação. Enzo era líder da sessão até os instantes finais, quando Bearman cravou a melhor volta já com o cronômetro zerado.

"Realmente foi por muito pouco que a pole não veio aqui em Baku, mas tenho certeza que teremos outras oportunidades. Agora vamos nos concentrar para fazer duas boas corridas. Aqui em Baku é importante largar na primeira fila, então quero fazer uma boa largada e disputa vitória no domingo", completa Enzo.

A primeira corrida da F2 em Baku será realizada no sábado a partir das 8 horas da manhã. Por conta da inversão do grid, Fittipaldi largará em nono na primeira corrida. A segunda prova, quando Enzo largará na primeira fila, está prevista para 4h25 do domingo. A rodada dupla terá transmissão ao vivo do BandSports.

autojornal
o dia a dia motorizado

# Cate Móvel estará em três regiões de SP na primeira quinzena de maio

Na primeira quinzena do mês de maio, sempre das 9h às 15h, as unidades móveis do Cate – Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo, junto com a Ade Sampa – Agência São Paulo de Desenvolvimento seguem com o atendimento a diversos pontos da cidade.

Os equipamentos oferecem diversas oportunidades de emprego, capacitação profissional e apoio ao empreendedorismo, promovidos pela Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho. Por meio deles, nos dias determinados, os cidadãos têm acesso aos serviços gratuitos de orientação e apoio à reinserção no mercado de trabalho e na geração de renda.

"A Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho, programou uma série de ações para promover ainda mais o emprego para os paulistanos. As unidades do Cate no centro e Interlagos ofertam mais de 1.000 vagas de emprego no começo do mês, mas outra possibilidade é ir a um dos pontos de encontro do Cate Móvel, que estará na maioria das regiões da cidade, oferecendo atendimento completo com cadastro para vagas de emprego, orientação sobre empreendedorismo e qualificação profissional", comentou o secretário municipal, em exercício, de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, Armando Júnior.

Durante o atendimento é possível encontrar vagas de emprego que se encaixem no perfil do trabalhador e se candidatar, se inscrever em programas e cursos oferecidos pela Secretaria, obter instruções sobre como baixar a carteira de trabalho digital e como utilizar o Portal Cate. Já empreendedores terão acesso às equipes de analistas de negócios que ajudam empreendedores a obter microcrédito, formalizar-se como MEI – Microempreendedor Individual, regularizar as dívidas do MEI, entre outros.

Outra oportunidade para o cidadão é contar com o apoio, em alguns dos endereços do Cate Móvel, dos técnicos do programa Elabora, da Prefeitura, voltado à preparação para processos seletivos, redação de um bom currículo e para obter um bom desempenho em entrevistas de emprego.

**Calendário**

A primeira ação será realizada na zona sul, na terça-feira (02), no Pavilhão G10, que fica na R. Itamotinga, 100 - Paraisópolis, além do Cate Móvel, os participantes podem contar com os serviços dos técnicos da Ade Sampa.

As duas equipes também estarão na quarta-feira (03) no Colégio Santa Maria, que fica na Av. Sargento Geraldo Sant'Ana, 901 - Jardim Marajoara, também localizado na zona sul da cidade. Nesta ação o atendimento é das 09h às 16h. Continuando na região sul, o Cate estará nos dias 08 e 09 na CTA-7 Santo Amaro – Centro Temporário de Acolhimento, o equipamento da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social está localizado na Av. Miguel Yunes, 347 - Usina Piratininga.

Encerrando o roteiro regional, nos dias 10 a 12 de maio, os profissionais da Ade Sampa e Cate estarão na CIC Sul - Centro de Integração da Cidadania, equipamento do Governo do Estado de São Paulo. A unidade fica na rua José Manoel Camisa Nova, 100 - Parque Santo Antônio.

Já na zona leste, as equipes do Cate Móvel e do programa Elabora estarão no SASF Itaquera - Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio, outro equipamento da Smads. Os encontros serão nos dias 09 e 10 de maio, na R. Catarina Lopes, 345 - Vila Regina.

Na zona oeste, o atendimento do Cate Móvel será Liga Solidária, que fica na Av. Eng. Heitor Antônio Eiras Garcia, 5985 - Jardim Esmeralda, os moradores poderão ser atendidos nos dias 09 e 10 de maio.

# Prefeitura realiza 3 mil acolhimentos durante onda de frio

Ao menos 3 mil acolhimentos de pessoas em situação de rua foram realizados pela Prefeitura de São Paulo entre os dias 20 e 26 de abril. Segundo a prefeitura, as tendas montadas nos bairros República, Marechal Deodoro e Mooca, considerados três pontos estratégicos da cidade, distribuíram bebidas quentes e 14.713 cobertores. A busca ativa da prefeitura e as solicitações via central 156 resultaram na entrega de 15.478 itens.

As 13 vans da Coordenação de Pronto Atendimento Social (CPAS) fizeram o transporte dos atendidos que aceitavam acolhimento. Durante esse período, cuja temperatura estava baixa, foram feitos 2.712 encaminhamentos para vagas de acolhimento, sendo que 913 foram realizados pelas tendas e 1.799 por equipes de abordagem social. Para reforçar a capacidade de acolhimento da rede socioassistencial nesse período, a Secretaria Municipal Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), criou 765 vagas emergenciais.

"Acolhemos, entregamos alimentação quente e cobertores. Oferecemos transporte para os centros de acolhimento e vacinas. Essa frente de ação da prefeitura, que envolve assistência social, saúde, direitos humanos, SPTrans e SPTuris nos dá a medida de como uma ação bem planejada, com foco na proteção das pessoas, pode alcançar resultados significativos. Temos muito trabalho pela frente, mas também temos equipes comprometidas e responsáveis. Isso faz toda a diferença", disse o secretário de Assistência e Desenvolvimento Social, Carlos Bezerra Júnior.

O Programa Ampara SP, que teve início no dia 10, realizou, até o dia 27, 2.062 atendimentos à população em situação de rua, que resultaram em 704 encaminhamentos aos serviços de acolhimento. Por meio do programa é feito o atendimento integral com escuta e acolhimento. As pessoas que aceitam as ofertas de acolhimento são encaminhadas para vagas contratadas pela administração municipal em hotéis, localizados no centro da cidade, preparados para receber em equipamentos separados pessoas sozinhas, com deficiência, famílias, idosos e população LGBTQIA+.

A prefeitura informou ainda que nos próximos dias será publicado o decreto para ativar a Operação Baixas Temperaturas. A partir de então, as diretrizes para intensificação das abordagens sociais realizadas às pessoas em situação de rua e de vulnerabilidade social serão definidas. (Agência Brasil)

# Governo publica aviso de licitação para contratar estudos para privatização da Emae

O aviso de licitação para a contratação da consultoria responsável pela produção de estudos de viabilidade do projeto de privatização da Empresa Metropolitana de Águas e Energia (Emae) foi publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) de quinta-feira (27).

A iniciativa integra o Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo (PPI-SP). Ao todo, são 15 propostas, que podem alcançar investimentos de até R$ 180,17 bilhões.

A contratação, que será feita por meio da Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI) na modalidade de menor preço, envolve a avaliação, estruturação e execução da alienação de ativos mobiliários detidos direta e indiretamente pelo Governo de São Paulo no âmbito da Emae.

O pregão está marcado para o dia 23 de maio, às 10h. Ele acontecerá por meio do sistema eletrônico de contratações Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo.

Os interessados em participar do certame deverão acessar o site www.bec.com.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes. O edital na integra poderá ser consultado e cópias obtidas no sítio www.bec.sp.gov.br.

A Emae também é uma sociedade anônima de capital aberto controlada pelo Estado de São Paulo e que atua no setor de geração de energia hidrelétrica, além da operação do Canal Pinheiros e de reservatórios localizados na Grande São Paulo.

**O PPI-SP**

O Programa de Parcerias de Investimentos tem como objetivo ampliar as oportunidades de investimento, emprego, desenvolvimento socioeconômico, tecnológico, ambiental e industrial em São Paulo.

A atuação da iniciativa será baseada na sustentabilidade dos projetos, na segurança jurídica, na estabilidade das normas e observação, além das melhores práticas nacionais e internacionais. Esses pilares vão nortear a relação entre o Estado de São Paulo e as empresas parceiras.

# Polícia Civil desativa na capital "central telefônica" utilizada para aplicar golpe

Policiais do Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic), da Polícia Civil de SP, desativaram uma central eletrônica utilizada por um grupo criminoso para simular atendimentos a clientes de instituições financeiras e aplicar golpes.

O esquema funcionava em um imóvel na zona norte da capital paulista e foi localizado durante a Operação Shark Return, deflagrada na quinta-feira (27) pela 1ª Delegacia DCCiber (Investigações sobre Fraudes Financeiras Praticadas por Meios Eletrônicos). Cinco pessoas suspeitas são investigadas. De acordo com a Polícia Civil, duas adolescentes também integram o grupo.

A descoberta foi feita enquanto a equipe cumpria 21 mandados de busca e apreensão. As ações aconteceram nos municípios de Birigui, no Interior; de Praia Grande e de Itanhaém, no Litoral; de Mairiporã, na Grande São Paulo; e na cidade de São Paulo.

Os alvos são integrantes de uma quadrilha que reproduz sites e páginas de atendimento ao correntista de organizações financeiras. O esquema simula atendimento aos clientes convencendo as vítimas a fornecer seus dados pessoais sigilosos. As informações são utilizadas para subtração de valores das contas.

A "central de golpes" localizada pela operação Shark Return, em um imóvel na rua Jotacá, no bairro Freguesia do Ó, contava com equipamentos e instalações idênticos a uma empresa de telemarketing, com computadores e fones de ouvido para atendimento de ligações. Os policiais recolheram 30 computadores, que serão analisados, além de quadros e cadernos, indicando a atividade criminosa atuante.

Os cinco adultos e dois adolescentes disseram que trabalhavam no local. A equipe da 1ª DCCiber apura, a partir dessa ação, os crimes de estelionato, furto mediante fraude e associação criminosa.

# Governo amplia atendimento do Bom Prato no feriado do Dia do Trabalho

O Governo de SP irá abrir 31 unidades do Bom Prato no feriado do Dia do Trabalho, em 1º de maio. Com isso, a população em situação de vulnerabilidade terá mais acesso à alimentação de qualidade e a preços acessíveis. Até o feriado de Tiradentes, 21 unidades abriam aos feriados.

A ampliação do atendimento do programa faz parte de um conjunto de medidas adotadas pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social para combater a fome e a insegurança alimentar em São Paulo.

Na capital estarão os Bom Pratos da 25 de Março, Campos Elíseos (Rua Mauá, 66 e Praça da República), Brás, Guaianases, Itaquera, Lapa, São Mateus, Capão Redondo, Santo Amaro, Limão, Santana, Tucuruvi e Vila Nova Cachoeirinha. Juntas, as unidades servem cerca de 30 mil refeições por dia.

Já na Grande São Paulo, as unidades de São Bernardo do Campo I, Santo André I, Diadema, Cotia, Francisco Morato, Osasco, Mogi das Cruzes I, Suzano, Carapicuíba e Guarulhos funcionarão no feriado. No interior e litoral, as cidades de Rio Claro, Taubaté, Bauru, Campinas, Jacareí, Franca, São José dos Campos e Santos I estarão com os restaurantes abertos.

Nos finais de semana e feriados, as unidades servirão as refeições no formato de marmitex.

Horários de funcionamento:

– 7h – Café da Manhã

– 10h30 – Almoço prioritário para idosos

– 11h – Almoço

– 17h – Jantar

Confira os endereços dos restaurantes no link: https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/acoes-de-protecao-social/programa-bom-prato/

## CESAR NETO

www.cesarneto.com



**CÂMARA (São Paulo)**
Única coluna diária de política na imprensa (São Paulo) que trata de cristão na política, ela está aberta à bancada evangélica dos vereadores(as) pra comentarem as regulações das liberdades religiosas no projeto de lei das fake news

.

**PREFEITURA (São Paulo)**
Única coluna diária de política na imprensa (São Paulo) que trata de cristãos na política, ela está aberta ao católico e prefeito Ricardo Nunes (MDB) pra comentar as regulações das liberdades religiosas no projeto de lei das fake news

.

**ASSEMBLEIA (São Paulo)**
Única coluna diária de política na imprensa (São Paulo) que trata de cristãos na política, ela está aberta à bancada evangélica pra comentarem as regulações das liberdades religiosas no projeto de lei das fake news

.

**GOVERNO (São Paulo)**
Única coluna diária de política na imprensa (São Paulo) que trata de cristãos na política, ela está abeta ao católico e governador Tarcísio Freitas (Republicanos), pra comentar as regulações das liberdades religiosas no projeto de lei das fake news

.

**CONGRESSO (Brasil)**
Única coluna diária de política na imprensa (São Paulo) que trata de cristãos na política, ela está aberta aos 70 deputados federais (católicos e da bancada evangélica), pra comentarem as regulações das liberdades religiosas no projeto de lei das fake news

.

**PRESIDÊNCIA (Brasil)**
Única coluna diária de política na imprensa (São Paulo) que trata de cristãos na política, ela está aberta aos católicos - presidente Lula (PT) e vice Alckmin (PSB), pra comentarem as regulações das liberdades religiosas no projeto de lei das fake news

.

**PARTIDOS (Brasil)**
Única coluna diária de política na imprensa (São Paulo) que trata de cristãos na política, ela está aberta aos dirigentes e suas fundações de todos os partidos políticos, pra comentarem as regulações das liberdades religiosas no projeto de lei das fake news

.

**JUSTIÇAS (Brasil)**
Única coluna diária de política na imprensa (São Paulo) que trata de cristãos na política do Judiciário, ela está aberta aos ministros(as) católicos e ao evangélico André Mendonça, pra comentarem as regulações das liberdades religiosas no projeto de lei das fake news

.

**ANO 31**
O jornalista Cesar Neto é editor da coluna diária de política - cesarneto.com - desde 1993. Recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (SP) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP), por ter se tornado referência das liberdades possíveis

**cesar@cesarneto.com**

**Jornal O DIA S. Paulo**

**Administração e Redação**
AZ Editores de Jornais,
Livros, Revistas Ltda
Matriz:
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
**Fone: 3258-1822**
Filial: Curitiba / PR

**Jornalista Responsável**
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

**Assinatura on-line**
Mensal: R$ 20,00
Agência Brasil - EBC

**Publicidade Legal**
**Atas, Balanços e Convocações**
**Fone: 3258-1822**

**Periodicidade:** Diária
**Exemplar do dia**: R$ 3,50

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

**E-mail: contato@jornalodiasp.com.br**
**Site: www.jornalodiasp.com.br**

***Lembre sempre de lavar as mãos***

# Luiz Marinho confirma isenção do IR para quem ganha até R$ 2.640

A partir de maio, trabalhadores formais que ganham até R$ 2.640 terão isenção do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), confirmou na sexta-feira (28) o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho. Segundo ele, o governo está cumprindo um compromisso de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de elevar gradualmente a faixa de isenção.

"Há o compromisso do presidente Lula de isentar do IR salários de até R$ 5 mil, até o fim do governo. Por enquanto, os salários de até R$ 2.640, a partir de 1º de maio, não terão retenção do IR. Durante o mandato, vamos voltar a falar de isenção quando a condição econômica permitir", disse o ministro, após cerimônia de assinatura do reajuste de 9% para os servidores do Executivo federal.

O aumento da isenção se dará pela combinação de duas medidas. A faixa de isenção na tabela do IRPF passará de R$ 1.903,98, valor em vigor desde 2015, para R$ 2.112. Além disso, haverá um desconto de R$ 528 sobre o imposto pago na fonte, retido automaticamente todos os meses.

Ao somar os dois valores, o da nova faixa de isenção e o do desconto, o valor chega a R$ 2.640. A quantia equivale a dois salários mínimos de R$ 1.320, valor que vigorará a partir de maio. Até o fim de abril, o salário mínimo está em R$ 1.304.

O ministro do Trabalho e Emprego informou que a medida deverá ser instituída por um "ato discricionário" da Receita Federal. Segundo o ministro, a formalização do aumento "está tramitando" dentro do órgão.

Segundo a Receita Federal, 13,7 milhões de contribuintes deixarão de pagar Imposto de Renda a partir do próximo mês com a isenção para quem recebe até R$ 2.640. Isso equivale a 40% das pessoas físicas que pagam o tributo.

**Salário mínimo**

Em relação ao aumento do salário mínimo para R$ 1.320, Marinho disse já ter assinado a medida provisória (MP). "Já assinei a MP do salário mínimo, falta a assinatura do presidente", disse. A elevação do mínimo foi oficialmente decidida na quinta-feira (27) em reunião entre o presidente Lula, as centrais sindicais e ministros da área econômica. A medida será anunciada durante as comemorações do Dia do Trabalhador em São Paulo, mas ainda não se sabe se a MP só será publicada em 1º de maio ou sairá antes, em edição extraordinária do *Diário Oficial da União*.

O governo também pretende enviar em breve ao Congresso o projeto para a política de valorização permanente do salário mínimo, que entraria em vigor a partir de 2024. Segundo Marinho, voltará a fórmula que vigorou até 2019, que previa a reposição da inflação do ano anterior pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) mais o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes. Caso o PIB encolha, haveria apenas a reposição da inflação.

O Ministério da Fazenda defende outra fórmula, baseada no PIB per capita. Marinho, no entanto, negou divergências com o ministro Fernando Haddad durante a reunião desta quinta-feira no Palácio da Alvorada. "Minha relação com Haddad é boa e sempre foi boa. Não entendi o que saiu hoje dizendo que tive entrevero com Haddad", rebateu Marinho. (Agencia Brasil)

# Atividade econômica tem alta de 3,32% em fevereiro, informa BC

Após ficar estável em janeiro, a atividade econômica brasileira teve alta em fevereiro deste ano, segundo informações divulgadas na sexta-feira (28), em Brasília, pelo Banco Central (BC). O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) apresentou crescimento de 3,32% em fevereiro em relação ao mês anterior, de acordo com dados dessazonalizados (ajustados para o período).

Em fevereiro, o IBC-Br atingiu 147,49 pontos. Na comparação com o mesmo mês de 2022, houve crescimento de 2,76% (sem ajuste para o período, já que a comparação é entre meses iguais). No acumulado em 12 meses, o indicador também ficou positivo em 3,08%.

O IBC-Br é uma forma de avaliar a evolução da atividade econômica do país e ajuda o BC a tomar decisões sobre a taxa básica de juros, a Selic, definida atualmente em 13,75% ao ano. O índice incorpora informações sobre o nível de atividade de setores da economia – indústria, comércio e serviços e agropecuária –, além do volume de impostos.

Desde agosto do ano passado, o IBC-Br vinha caindo. Em dezembro, houve alta, estabilidade em janeiro e, agora, novo crescimento. Os resultados estavam em linha com a decisão do BC de manutenção da Selic em alta para controlar a inflação. A taxa está em 13,75% desde agosto do ano passado e é o maior nível desde janeiro de 2017, quando também estava nesse patamar.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Desse modo, taxas mais altas ajudam a redução da inflação, mas também podem dificultar a expansão da economia. Ainda assim, o resultado do índice do BC aponta uma recuperação da atividade.

**PIB**

O indicador oficial da economia brasileira, entretanto, é o Produto Interno Bruto (PIB), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com resultado trimestral, o PIB do primeiro trimestre de 2023 será divulgado em 1º de junho. O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país.

Em 2022, o PIB do Brasil cresceu 2,9%, totalizando R$ 9,9 trilhões. (Agencia Brasil)

# Contas públicas têm déficit de R$ 14,182 bilhões em março

As contas públicas fecharam o mês de março com saldo negativo, resultado principalmente da queda de receitas dos governos municipais, estaduais e federal. O setor público consolidado - formado por União, estados, municípios e empresas estatais - registrou déficit primário de R$ 14,182 bilhões no mês passado, ante superávit primário de R$ 4,312 bilhões em março de 2022.

Os dados foram divulgados, em Brasília, na sexta-feira (28), pelo Banco Central (BC). O déficit primário representa o resultado negativo das contas do setor público (despesas menos receitas), desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública.

Segundo o chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, a queda na arrecadação dos governos regionais foi o principal responsável pela redução do resultado primário na comparação interanual, em R$ 16,5 bilhões. Já o governo federal contribuiu em R$ 1,9 bilhão para o recuo entre março de 2022 e março de 2023.

Em 12 meses, encerrados em março, as contas acumulam superávit primário de R$ 74,755 bilhões, o que corresponde a 0,74% do Produto Interno Bruto (PIB, soma de todos os bens e serviços produzidos no país).

Para Rocha, considerando o resultado em 12 meses, houve pico do superávit primário em agosto do ano passado, quando chegou a R$ 230,6 bilhões (2,44% do PIB). Desde então, esse resultado positivo vem caindo no acumulado em 12 meses.

Em 2022, as contas públicas fecharam o ano com superávit primário de R$ 125,994 bilhões, 1,28% do PIB.

No mês passado, o Governo Central (Previdência, Banco Central e Tesouro Nacional) apresentou déficit primário de R$ 9,712 bilhões ante o déficit de R$ 7,811 bilhões em março de 2022. A receita líquida da União caiu devido a desonerações concedidas pelo governo passado e com gastos de programas sociais em alta.

O montante do déficit do Governo Central difere do resultado divulgado na quinta-feira (27) pelo Tesouro Nacional, de déficit de R$ 7,085 bilhões em março, porque, além de considerar os governos locais e as estatais, o BC usa uma metodologia diferente, que leva em conta a variação da dívida dos entes públicos.

Os governos estaduais também tiveram déficit no mês passado, de R$ 2,075 bilhões, ante superávit de R$ 8,408 bilhões em março de 2022. Já os governos municipais anotaram déficit de R$ 2,550 bilhões em março deste ano. No mesmo mês de 2022, houve superávit de R$ 3,473 bilhões para esses entes.

No total, os governos regionais (estaduais e municipais) tiveram déficit de R$ 4,625 bilhões em março de 2022 contra resultado positivo de R$ 11,882 bilhões no mesmo mês de 2022. A queda pode ser explicada pela redução de 14,4% nas receitas com o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), principal fonte de arrecadação desses entes. Ainda houve redução em 2,6% das transferências regulares do governo federal no âmbito do compartilhamento de impostos e outras normas federativas, resultado natural da queda da arrecadação federal.

Já as empresas estatais federais, estaduais e municipais, excluídas as dos grupos Petrobras e Eletrobras, tiveram superávit primário de R$ 154 milhões no mês passado.

Os gastos com juros ficaram em R$ 65,317 bilhões no mês passado, contra R$ 64,153 bilhões de fevereiro e R$ 30,784 bilhões de março de 2022.

Nesse aumento, há os efeitos das operações do Banco Central no mercado de câmbio (*swap* cambial, que é a venda de dólares no mercado futuro), que, nesse caso, contribuíram para a piora da conta de juros na comparação anual. Os resultados dessas operações são transferidos para o pagamento dos juros da dívida pública, como receita quando há ganhos e como despesa quando há perdas.

No mês passado, a conta de swaps teve ganhos de R$ 11,7 bilhões, contra ganhos R$ 40,3 bilhões em março de 2022.

Na comparação interanual, também contribuíram para a evolução dos juros o aumento do estoque da dívida e a alta da taxa Selic no período, que passou de 11,75% ao ano em março do ano passado para os atuais 13,75% ao ano.

O resultado nominal - formado pelo resultado primário e os gastos com juros - também aumentou na comparação interanual. Em março, o déficit nominal ficou em R$ 79,499 bilhões, contra o resultado positivo de R$ 26,472 bilhões em igual mês de 2022.

Em 12 meses, o setor público acumula déficit R$ 618,890 bilhões, ou 6,11% do PIB. O resultado nominal é levado em conta pelas agências de classificação de risco ao analisar o endividamento de um país, indicador observado por investidores.

A dívida líquida do setor público (balanço entre o total de créditos e débitos dos governos federal, estaduais e municipais) chegou a R$ 5,788 trilhões em março, o que corresponde a 57,2% do PIB. Em fevereiro, o percentual da dívida líquida em relação ao PIB estava em 56,6%.

Em março deste ano, a dívida bruta do governo geral (DBGG) - que contabiliza apenas os passivos dos governos federal, estaduais e municipais - chegou a R$ 7,398 trilhões ou 73% do PIB, contra R$ 7,351 trilhões (73% do PIB) no mês anterior. Assim como o resultado nominal, a dívida bruta é usada para traçar comparações internacionais. (Agencia Brasil)

# Juiz da Lava Jato revoga delação premiada da doleira Nelma Kodama

O juiz Eduardo Appio, da 13ª Vara Federal em Curitiba, revogou o acordo de delação premiada da doleira Nelma Kodama, no âmbito da Operação Lava Jato.

Na decisão, assinada na quinta-feira (27), o magistrado determinou também a revogação da liberdade de Nelma e a retomada do processo criminal no qual a doleira foi condenada a 18 anos de prisão.

Nelma já está presa no Brasil, mas pela acusação de outro crime. No ano passado, ela foi presa em Portugal durante uma operação contra o tráfico internacional de drogas.

Eduardo Appio disse na decisão que os benefícios da delação assinada com a força tarefa de procuradores da Lava Jato, em 2016, continuam "incompreensivelmente mantidos até a presente data".

"As cláusulas do referido acordo de colaboração premiada são bastante claras no tocante à obrigação da acusada de se abster de novas práticas criminosas. Não se trata, pois, de acusação relacionada a uma simples infração de trânsito, mas sim de tráfico internacional de entorpecentes através de, ao que tudo indica, uma vasta rede que compunha perigosa organização criminosa, baseada na Bahia", afirmou.

A doleira foi presa na primeira fase da Operação Lava Jato. E foi considerada, pelo Ministério Público Federal (MPF), a líder de um grupo criminoso que operava no mercado negro de câmbio, por meio de empresas fantasmas, para abastecer o esquema do doleiro Alberto Youssef, que também foi preso na operação. De acordo com a investigação, a movimentação financeira do grupo atingiu cerca de R$ 103 milhões em 2012 e 2013.

Em 2014, Nelma foi condenada a 18 anos de prisão pelo então juiz Sergio Moro. Em seguida, ela assinou acordo de delação premiada. (Agencia Brasil)

# Paraná é o 1º estado a unir todos os Poderes no Pacto Nacional pela Consciência Vacinal

O Paraná é o primeiro estado brasileiro a aderir em massa ao Pacto Nacional pela Consciência Vacinal, iniciativa lançada no final do ano passado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) para ampliar os índices de imunização no País. A expectativa é reunir diversas instituições em uma grande campanha para retomar os índices seguros e homogêneos de cobertura vacinal em todo território nacional.

A assinatura de adesão aconteceu na sexta-feira (28), em evento no Palácio Iguaçu, e incluiu o Governo do Estado, Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas, Tribunal Regional Eleitoral, Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação dos Magistrados do Brasil e Prefeitura de Curitiba.

O governador Carlos Massa Ratinho Junior afirmou que, a partir de um esforço conjunto, a iniciativa pode contribuir com o Estado e os municípios para que consigam tornar a imunização cada vez mais acessível. "Vacinar é levar a ciência em gota para as pessoas, é promover o acesso universal à saúde, algo que poucos países fazem e o Brasil sempre foi referência", disse.

"Queremos fazer com que as vacinas contra a Covid-19, gripe, poliomelite, meningite e tantas outras que temos para proteger os cidadãos e nossas crianças possam estar cada vez mais acessíveis", ressaltou Ratinho Junior. "E precisamos conscientizar as pessoas sobre a importância da imunização, porque isso acabou virando uma questão ideológica que fez com que muitas pessoas deixassem de se vacinar. É preciso que todos tenham consciência da importância da vacina para se proteger, porque ela existe para salvar vidas".

Uma das propostas do Pacto Nacional é promover amplas campanhas de comunicação buscando a adesão da população ao Programa Nacional de Imunizações (PNI). A ideia é conscientizar os brasileiros sobre a importância, segurança e eficácia das vacinas e alertar sobre os riscos atuais do retorno de doenças transmissíveis já erradicadas no País, como a poliomelite.

Para isso, o Ministério Público vai trabalhar de forma conjunta com as secretarias estaduais e municipais de Educação e Saúde, Conselhos Municipais de Educação, dos Direitos da Criança e do Adolescente, e de Saúde, além de Conselhos Tutelares, para definir estratégias adequadas de ampliação da cobertura vacinal.

Também foi desenvolvido um material informativo que será disponibilizado aos membros do Ministério Público nos estados, com atribuições da efetividade da política de saúde. A proposta é desenvolver ações conjuntas com o setor educacional para capacitar e sensibilizar professores, coordenadores pedagógicos e demais profissionais da educação para que atuem como multiplicadores no processo de conscientização dos alunos.

O Brasil já foi referência mundial em imunização, graças a ações como o PNI, mas tem observado uma queda na cobertura vacinal nos últimos anos. De acordo com o Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), entre 2019 e 2021, houve redução de 93,1% para 71,49% no índice de crianças brasileiras vacinadas com a tríplice viral, que protege contra sarampo, caxumba e rubéola, e de 84,2% para 67,7% na vacinação contra a poliomielite.

No Paraná, apesar de campanhas regulares pela imunização, os índices também têm reduzido. De acordo com a Secretaria de Estado da Saúde, observa-se um declínio nas coberturas vacinais das oito vacinas preconizadas para as crianças menores de 1 ano de idade desde 2015. Com isso, há um grande número de pessoas não vacinadas, o que aumenta o risco de reintrodução de doenças.

A assinatura do pacto, ressaltou o secretário estadual da Saúde, Beto Preto, representa uma união de esforços para retomar os bons índices de imunização. (AENPR)

## ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

FRAZÃO Leilões — Encerramento: 13/07/2023 5ª feira – à partir das 10h00 — LEILÃO JUDICIAL Somente Online

O leilão está disponível na internet e poderá receber lances a partir de 15/05/2023.

IMÓVEIS EM PRAIA GRANDE E SÃO PAULO/SP

**10h00 –** Direitos sobre apartamento – Caiçara – Mat. 124.818 CRI Praia Grande/SP
**10h30 –** Apartamento – Caiçara – Mat. 7.226 CRI Praia Grande/SP
**11h00 –** Direitos sobre apartamento – Mooca – Mat. 168.424 7º CRI São Paulo/SP
**11h30 –** Apartamento – Tupi – Mat. 65.212 CRI Praia Grande/SP
**14h00 –** Apartamento – Aviação – Mat. 104.447 CRI Praia Grande/SP
**15h30 –** Apartamento Duplex – Tupi – Mat. 167.868 CRI Praia Grande/SP
**16h00 –** Direitos sobre apartamento – Jd. Real – Mat. 118.527 CRI Praia Grande/SP

Edital na íntegra, fotos e mais informações no site abaixo.
Cadastre-se antecipadamente para participar do leilão.
**Rua Hipódromo, 1141 – sala 66 – Mooca – São Paulo/SP.**
**Ana Claudia Campos Frazão – Leiloeira Oficial – JUCESP 836.**
Tel. (11) 3550-4066 / 93360-3757 | www.FrazaoLeiloes.com.br

Citação - Prazo 20 dias - Proc. nº 0127727-55.2008.8.26.0100. A Dra. Ana Lúcia Xavier Goldman, Juíza de Direito da 28ª Vara Cível - Foro Central Cível. Faz Saber a Drogaria e Perfumaria Rezende Ltda, CNPJ 64.952.922/0001-81 e TW Comércio e Distribuidora Ltda ? ME, CNPJ 00.620.580/0001-10, na pessoa de seus representantes legais, que West Cosméticos Ltda, ajuizou uma Ação Cautelar de Busca e Apreensão c.C. Pedido Liminar, tendo como corrés Wen Wen Comercio Presentes Ltda e outra, objetivando a concessão de liminar de busca e apreensão de todos os produtos de propriedade da autora e uso exclusivo de seus registros, objetos, embalagens, etiquetas, rótulos, contra-rótulos, invólucros, catálogos, papéis, documentos tais como: talonários de notas fiscais de venda; pedidos de compra; listas de clientes compradores; cópias de balanços gerais; livros fiscais, comerciais e etc., além de todo e qualquer outro elemento de que constate, que estejam as requeridas, vendendo, estocando, comercializando os referidos produtos e, que se encontrem nos seus endereços para aplicação das sanções legais em futuro concurso de perícia técnica a ser efetuado no curso processual; que as requeridas se abstenham imediatamente de fabricação, exposição, distribuição e venda, dos referido produtos, que estejam sofrendo a reprodução dos registros da requerente, ou de quaisquer variações de seus elementos característicos, à qualquer título ou pretexto, erradicando-a de todos os seus negócios empresariais, dos seus produtos, papéis, embalagens, rótulos, contra-rótulos, documentos, etiquetas, propagandas, placas e de outros meios de propagação do sinal, para nunca mais divulga-lo ao público, sob pena de multa diária de R$ 1.000,00; condenando-se as rés ao pagamento de custas honorários e demais cominações. Estando as requeridas em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, contestem, sob pena de serem consideradas reveis e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela autora (Art. 344 do NCPC), sendo nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257 §- IV). Será o presente, por extrato, afixado e publicado. NADA MAIS. B - 28 e 29

**ERRATA**

CONFORME PUBLICAÇÕES DO EDITAL DE PRIMEIRO PÚBLICO LEILÃO, PUBLICADO NESTE JORNAL NO DIA 14/04/2023 (**Página 5) e no dia 25/04/2023** (**Página 12)**, REFERENTE AO MUTUARIO - WAGNER VITORELI - CHB. 812210047142. FAZEMOS A SEGUINTE CORREÇÃO:

**ONDE SE LÊ:** SALDO DEVEDOR + ACESSÓRIOS: R$ 74.183,11
**LEIA-SÊ:** SALDO DEVEDOR + ACESSÓRIOS: R$ 79.434,85

São Paulo, 29 de Abril de 2023
HELIO JOSE ABDOU - JUCESP 603.
Leiloeiro Público Oficial

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

# Relator protocola parecer do PL das Fake News

O relator do Projeto de Lei (PL) 2.630/20, que cria regras para o combate às fake news, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), protocolou na noite da quinta-feira (27) seu parecer. Conhecido como PL das Fake News, o projeto começa a ser analisado pelos parlamentares na próxima terça-feira, 2 de maio.

O PL institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet, que estabelece normas e mecanismos de transparência para provedores de redes sociais, ferramentas de busca e de mensagens instantâneas, bem como as diretrizes para seu uso.

O texto ressalta que tais medidas não implicarão em restrição à liberdade de expressão nem a manifestações artísticas, intelectuais ou de conteúdos satíricos, religiosos, políticos, ficcionais, literários "ou qualquer outra forma de manifestação cultural".

**Princípios**

O parecer do relator descreve princípios a serem observados pelos provedores, o que inclui observações sobre a defesa do Estado Democrático de Direito e o fortalecimento da democracia, do pluralismo político e o livre exercício da expressão, entre outros – para prevenir ou reduzir práticas ilícitas e combater publicações que venham a incitar golpe de Estado, terrorismo, suicídio, crimes contra criança ou adolescente, além de descriminação ou preconceito.

Detalha também objetivos, obrigações, deveres, sanções e responsabilizações dos provedores (redes sociais, aplicativos de mensagem instantânea, ferramentas de busca, por exemplo) para reparação de danos – além de estabelecer que os provedores deverão conceder acesso a "dados que contribuam para a detecção, identificação e compreensão dos riscos sistêmicos" por eles gerados.

A imunidade parlamentar prevista na Constituição Federal – que dá, a deputados e senadores, liberdade para expressarem suas opiniões – será estendida a conteúdos publicados em redes sociais e enviadas por mensagens privadas".

**Trecho retirado**

O relator retirou do texto o trecho que previa a criação de uma autarquia especial destinada à fiscalização do cumprimento da lei – algo que poderia dificultar a tramitação da matéria no parlamento. O texto prevê que, em casos de descumprimento da lei e risco aos direitos fundamentais da população, a fiscalização dos provedores será nos termos de regulamentação própria.

Entre os deveres previstos para os provedores, está o de dar transparência sobre o uso dos algoritmos de recomendação, ferramenta que permite, a redes sociais e aplicativos, direcionar conteúdos tendo por base padrões de navegação de cada usuário.

No capítulo sobre direitos de autor e direitos conexos, a proposta prevê a remuneração, pelos provedores, de conteúdos protegidos por direitos autorais (inclusive musicais e audiovisuais, além de textos) e, também, conteúdos jornalísticos.

O texto destaca que os provedores de conteúdo ficam proibidos de aumentar ou reduzir artificialmente, sem informar o usuário, a frequência com que utiliza de músicas para privilegiar e remunerar uma empresa sócia ou ligada de alguma forma à empresa provedora.

O uso mercadológico – direto ou indireto – do compartilhamento de dados pessoais de usuários deve seguir as regras da Lei Geral de Proteção de Dados.

Estão previstas multas de R$ 50 mil a R$ 1 milhão por hora (contada a partir do recebimento da notificação), para os casos em que os provedores descumpram decisões judiciais que determinarem a remoção imediata de conteúdo ilícito relacionado à prática de crimes. A multa poderá ser triplicada caso envolva publicidade de plataforma.

Ao tomar conhecimento de informações suspeitas de crime que envolvam ameaça à vida, os provedores deverão informar "imediatamente" as autoridades competentes. Conteúdos removidos ou desativados por determinação da lei, ou por decisões judiciais, bem como dados e metadados removidos, deverão ser guardados pelo prazo de seis meses.

O texto prevê ainda que os provedores sejam representados por pessoa jurídica no Brasil, e que o acesso à identificação e a informações sobre eles sejam "facilmente acessíveis."

O pedido de urgência para a tramitação do PL das Fake News e foi aprovado pela Câmara, na terça-feira (25), com 238 votos favoráveis e 192 contra. Dessa forma, a matéria poderá ser votada pelo plenário, sem a necessidade de passar por comissões. (Agencia Brasil)

# SPE GL events Centro de Convenções Anhembi S.A.

CNPJ nº 41.542.832/0001-17

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores Acionistas,** Em 1995, a GL events obteve a sua primeira concessão de um espaço receptivo em Paris. Desde então, o Grupo expandiu a sua rede de locais de eventos e estabeleceu-se no estrangeiro para gerir agora 42 locais na França e 17 locais no estrangeiro. Dentre estes o Anhembi é uma das mais novas adições. Conheça o seu espaço brasileiro Distrito Anhembi! Localizado no coração de São Paulo, no Brasil, o Anhembi foi inaugurado em 1970 e rapidamente se tornou palco de eventos históricos como o Carnaval de São Paulo desde 1991, o Salão Internacional do Automóvel ou mesmo o World Skills. Também recebeu ações humanitárias e personalidades marcantes como o Dalai Lama e o Papa Bento XVI. Em janeiro de 2022, o Grupo GL events assumiu a gestão deste complexo histórico de eventos e começou a empreender importantes obras de renovação e modernização, a fim de torná-lo um lugar de entretenimento onde a vida, a inovação e os encontros se misturam, formando assim o "Distrito Anhembi". Graças à sua amplitude e versatilidade, o Distrito Anhembi é o local ideal para acolher todo o tipo de eventos: congressos, eventos empresariais, concertos, espetáculos, eventos desportivos, feiras, exposições. Tudo num complexo único que inclui auditórios, salas de reuniões, áreas de exposição e, em breve, uma arena. Este projeto pretende criar uma ligação entre os eventos acolhidos e os parceiros locais de restauração, hospitalidade e comércio. Assim diante do cumprimento às disposições legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras referente aos exercícios sociais findos em 31/12/2022 e 31/12/2021. Estamos à inteira disposição de V.Sas., para quaisquer esclarecimentos. São Paulo, 31 de março de 2023.

### BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2022 E 2021 - Em milhares de reais

| Ativo | 2022 | 2021 | Passivo | 2022 | 2021 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Circulante** | **171.861** | **10.502** | **Circulante** | **28.617** | **35.850** |
| Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) | 150.185 | 10.502 | Fornecedores e outras contas a pagar (Nota 10) | 18.112 | 35.827 |
| Contas a receber de clientes (Nota 5) | 14.861 | - | Adiantamento de clientes (Nota 11) | 3.693 | - |
| Despesa antecipada (Nota 6) | 2.975 | - | Partes relacionadas (Nota 12) | 4.564 | - |
| Clientes a faturar | 1.581 | - | Obrigações trabalhistas a pagar | 1.386 | - |
| Impostos e contribuições a recuperar (Nota 7) | 1.492 | - | Impostos e contribuições a recolher (Nota 13) | 482 | - |
| Partes relacionadas (Nota 12) | 193 | - | Outros passivos | 380 | 23 |
| Outros | 574 | - | **Não circulante** | **643** | **-** |
| **Não circulante** | **60.416** | **53.740** | Adiantamento de clientes (Nota 11) | 643 | - |
| Imobilizado (Nota 08) | 8.732 | - | **Patrimônio líquido (nota 14)** | **203.017** | **28.392** |
| Intangível (Nota 09) | 51.684 | 53.740 | Capital social | 200.392 | 19.435 |
| **Total do ativo** | **232.277** | **64.242** | Adiantamento para futuro aumento de capital | - | 8.957 |
| | | | Reserva de lucro | 2.625 | - |
| | | | **Total do passivo e patrimônio líquido** | **232.277** | **64.242** |

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**1. Informações gerais:** A SPE GL events Centro de Convenções Anhembi S.A. ("Companhia") foi constituída em 12/04/2021, com o propósito específico de realizar a reforma, gestão, manutenção, operação e exploração do Distrito Anhembi por trinta anos, visando a realização de feiras, exposições e eventos e à instalação de equipamentos de apoio, com o objetivo de observar, cumprir e fazer cumprir o disposto no Contrato de Concessão de Direito e Uso e Exploração de Bem Público nº GCO/CCN 014/2021. A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede no município de São Paulo - SP. Em 26/05/2021 foi assinado o contrato de concessão São Paulo Turismo S.A. e SPE GL events Centro de Convenções Anhembi S.A. Em 10/11/2021 foi emitido a Ordem de Início sendo a mesma publicada no dia 12/11/2021 no Diário Oficial da Cidade de São Paulo. Entretanto a transferência da gestão operacional do Distrito Anhembi ocorreu apenas em 05/01/2022 data esta que se iniciou efetivamente a administração do Anhembi pela empresa do grupo GL Events. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 31/03/2023. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. **2.1 Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e, somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a determinação de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Administração da Companhia deliberou pela reemissão das demonstrações financeiras originalmente emitidas em 31/03/2023. As demonstrações financeiras reemitidas não apresentam diferença no resultado do exercício e/ou no patrimônio líquido da Companhia quando comparadas com as demonstrações financeiras emitidas em 31/03/2023. O único impacto relevante refere-se à nova apresentação do saldo de adiantamento de clientes (nota 11), que originalmente possuía saldo integralmente apresentado no passivo não circulante de R$ 4.336 e nas demonstrações financeiras reemitidas este saldo foi corretamente segregado entre passivo circulante e passivo não circulante, sendo a primeira classificação no montante de R$ 3.693 e a segunda no montante de R$ 643. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras estão registradas ao custo, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço, que não superam o valor de mercado ou de realização. **2.4 Ativos financeiros: Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial da contratação. Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos no circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Contas a receber de clientes", "Outras contas a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa". **Reconhecimento e mensuração:** Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros em vigor. **Avaliação da recuperabilidade dos ativos: Ativos financeiros:** A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Em 31/12/2022, não havia evidência que indicasse que o valor contábil líquido excedesse o valor recuperável. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **2.5 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela locação de espaço ou venda de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*, se necessária. As contas a receber no mercado externo são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data de encerramento do balanço. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O cálculo da provisão é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas. **2.6 Ativos imobilizados: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui todos os gastos diretamente atribuíveis à aquisição do ativo, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, das perdas de redução ao valor recuperável acumulada *(impairment)*. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **Depreciação:** A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear e em função da vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado. Esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. O valor de um ativo é reduzido imediatamente para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. **2.7 Intangível:** O intangível da Companhia é constituído do direito de exploração do espaço de exposições Anhembi e das áreas adjacentes (Distrito Anhembi) por trinta anos, tempo de concessão de uso. O ativo está sendo amortizado linearmente no período de 30 anos que corresponde ao tempo de vigência do contrato de concessão. Cabe ressaltar que o contrato de concessão em vigor na Companhia não se enquadra na interpretação da norma IFRIC 12, as condições relativas à definição dos serviços prestados e determinação dos preços não sendo cumpridas. Neste caso, o contrato de concessão corresponde a um contrato de locação operacional registrando apenas os pagamentos do aluguel. **2.8 Contas a pagar a fornecedores:** Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, os fornecedores são apresentados como passivo não circulante. Eles são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.9 Provisões:** As provisões são reconhecidas quando: (a) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (c) o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.10 Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. **2.11 Imposto de Renda e Contribuição Social:** A Companhia adota o regime de Lucro Real para a apuração e registro do Imposto de Renda e Contribuição Social. Cabe ressaltar que a provisão para o Imposto de Renda é calculada quando se apura base tributável, aplicando-se a alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% e a Contribuição Social à alíquota de 9% sobre o lucro líquido antes do cálculo do IR, nos termos da legislação vigente. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferido (impostos diferidos) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido aprovada. **2.12 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de locação de espaço e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando, simultaneamente: (a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança, (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. **(a) Receita com locação de centro de convenções:** As receitas são reconhecidas, pelo regime de competência, quando do primeiro dia de realização da feira e evento. **(b) Receita com locação de área para exploração de estacionamento:** As receitas são reconhecidas, pelo regime de competência, quando da utilização da área de estacionamento dos veículos destinados às feiras e eventos. **(c) Receita com serviços:** As receitas pela prestação de serviços de apoio aos eventos, como equipamentos elétricos, telefonia e internet, estruturas suspensas, serviços gráficos e comissionamento de receita com alimentos e bebidas, são reconhecidas pelo regime de competência, quando da prestação dos serviços contratados. **3. Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). • Alteração ao IAS 1 "Apresentação das demonstrações financeiras": emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um *waiver* ou quebra de *covenant*). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 01/01/2023. • Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 01/01/2023. • Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 01/01/2023. • Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 01/01/2023.

| **4. Caixa e equivalentes de caixa:** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Recursos em caixa e depósitos bancários a vista | - | - |
| Aplicações financeiras | 150.185 | 10.502 |
| | **150.185** | **10.502** |

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de variação de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a recursos aplicados em Certificados de Depósito Bancário, com liquidez imediata e rentabilidade média entre 100% da variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

| **5. Contas a receber de clientes:** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Recebíveis - Receita de locação | 13.529 | - |
| Recebíveis - Estacionamento | 1.257 | - |
| Recebíveis - Outros serviços | 75 | - |
| **Total** | **14.861** | **-** |

Em 31/12/2022, o montante de contas a receber de clientes com terceiros no total de R$ 14.861 estava composto conforme demonstrado abaixo:

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| **Contas a receber de clientes a vencer** | **699** | **-** |
| **Contas a receber de clientes vencidos** | | |
| De um a três meses | 269 | - |
| De três a seis meses | 6.605 | - |
| De seis a doze meses | 7.288 | - |
| Acima de doze meses | - | - |
| **Contas a receber de clientes, líquidas** | **14.861** | **-** |

Os recebíveis vencidos referem-se a parcelas recebidas pelo poder concedente no período de transição da concessão, porém referente a serviços prestados pela SPE Anhembi. Não foi efetuada provisão para perda em relação a esses montantes, tendo em vista que a Companhia possui saldos a pagar junto ao poder concedente e ambos efetuarão um encontro de contas no decorrer de 2023.

| **6. Despesas antecipadas:** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Despesas antecipadas (fora grupo) | 2.975 | - |
| | **2.975** | **-** |

As despesas antecipadas referem-se a gastos incorridos em período anterior à realização dos eventos. Como exemplo: a) seguro patrimonial; e b) gastos com customização dos espaços locados para os eventos.

| **7. Impostos e contribuições a recuperar:** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Crédito de COFINS | 942 | - |
| Crédito de PIS | 215 | - |
| IR sobre aplicação financeira | 312 | - |
| COFINS a recuperar | 18 | - |
| PIS a recuperar | 5 | - |
| | **1.492** | **-** |

A expectativa da Administração é que esses valores sejam realizados no curto prazo; ou seja, no curso normal das operações da Empresa, sendo parcialmente compensados com créditos fiscais, podendo utilizar o saldo negativo da base de IRPJ ou até mesmo com procedimento administrativo perante a Receita Federal utilizando o ressarcimento ao contribuinte através da PERDCOMP. **8. Imobilizado:** Os itens do ativo imobilizado são apresentados ao custo de aquisição ou construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui os custos de empréstimos de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, contudo o saldo R$ 8.724 apresentado em 31/12/2022 de "Construção em Andamento", não foi objeto do cálculo de depreciação em razão das benfeitorias que serão realizadas no Distrito Anhembi, como previsto no contrato de concessão onerosa.

| | 2021 | Aquisições | Depreciação | 2022 |
|---|---|---|---|---|
| Benfeitorias em imóveis de terceiros - Em andamento | - | 8.724 | - | 8.724 |
| Móveis e utensílios | - | 9 | (1) | 8 |
| | **-** | **8.733** | **(1)** | **8.732** |

| **9. Intangível:** | 2021 | Aquisições | Amortização | 2022 |
|---|---|---|---|---|
| Software | - | 36 | (2) | 34 |
| Concessão do Distrito Anhembi | 53.740 | - | (2.090) | 51.650 |
| | **53.740** | **36** | **(2.092)** | **51.684** |

O saldo correspondente ao software registrado no ativo da Empresa, basicamente refere-se ao sistema de comunicação VPN, que permite controle de acesso ao banco de dados para seus colaboradores em suas atividades operacionais. A amortização do software é determinada de acordo com a expectativa de vida útil-econômica estimada em cinco anos. A amortização do contrato de concessão de uso é calculada pelo método linear em 360 meses, tendo sido determinada de acordo com o contrato de concessão, onde prevê a exploração do distrito pelo período de 30 anos. O início da amortização foi programado com base no edital de publicação da "Ordem de Início", através do Diário Oficial da Cidade de São Paulo em 12/11/2021, contudo em razão dos impactos econômicos ocasionado pela crise sanitária da Covid-19 a Administração optou em realizar a exploração da concessão em janeiro 2022, com base na declaração de fim da pandemia pelos órgãos públicos responsáveis em avaliar a crise pandêmica.

| **10. Fornecedores:** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Contrato de concessão SP TURIS - São Paulo Turismo S.A.(a) | 10.578 | 35.827 |
| Provisões a pagar fora grupo | 6.492 | - |
| Fornecedores fora grupo | 1.042 | - |
| | **18.112** | **35.827** |

**(a)** Com o início das atividades no Distrito Anhembi, a Administração realizou o cálculo da outorga variável referente ao exercício de 2022 com base no contrato de concessão "Processo 7210.2020/0000956-3 Concorrência Internacional nº 001/2020", em suas cláusulas 20 e 21 e anexo IV, ressalta-se que a outorga variável mínima é de R$10.000 milhões, caso o percentual de 12,5% da "Receita Operacional Bruta" seja inferior ao mínimo estipulado, este valor será atualizado pelo índice de reajuste IPCA, anualmente, portanto a outorga será auferida considerando a proporcionalidade do valor mínimo, previsto no anexo IV item 3.6 a 3.8 e deverá ser apurada até o dia 20 (vinte) do mês de maio de cada ano, compreendendo o período fiscal de janeiro a dezembro. Portanto, com base nas cláusulas de regra da outorga variável mínima e devidamente atualizada, a Administração registrou em seus livros o montante de R$10.578 milhões, que deverá desembolsada em doze parcelas mensais, iguais e sucessivas, sendo seu primeiro desembolso em 10 (dez) dias da sua apuração que será em 30/05/2024. As demais composições que fazem parte do saldo da rubrica de fornecedores fora grupo, representa atividades que estão sendo desenvolvidas no decorrer do exercício, assim como a programação dos seus eventos com data programada para o período subsequente. Primeira parcela da outorga variável: De acordo com o item 3.7 do contrato de concessão, excepcionalmente, a primeira parcela da outorga variável será auferida considerando a proporcionalidade entre a outorga variável mínima referente a 365 dias; e os dias corridos entre a ordem de início e o término do ano-calendário. Apesar de a ordem de início ser datada de 12/11/2021, a Administração da Companhia entende que esta data não reflete a data de início das operações, uma vez que a concessão só ficou disponível para operação em janeiro de 2022.

| **11. Adiantamento de clientes:** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Serviço de locação | 3.079 | - |
| Estacionamento | 1.257 | - |
| | **4.336** | **-** |
| **Circulante** | **3.693** | **-** |
| **Não circulante** | **643** | **-** |

Os adiantamentos de clientes referem-se ao fluxo de pagamentos contratuais que antecedem a realização dos eventos e feiras a serem realizados no exercício de 2023 a 2025.

| **12. Partes relacionadas:** | Contas a receber | Fornecedores | Custos e despesas |
|---|---|---|---|
| GL Events Exhibitions S.A. | 134 | 31 | 49 |
| GL Events Live S.A. | 9 | 179 | 323 |
| GL Events Brasil Participações | - | 3.055 | 3.206 |
| GL Events Centro de Convenções S.A. | 8 | 269 | 410 |
| GL Events Imobiliária | - | 1 | 2 |
| SPE GL Events C.C. Imigrantes | 5 | 1.018 | 1.334 |
| SPE GL Events C.C. Salvador | 2 | - | - |
| SPE GL Events C.C. Santos | 35 | 11 | 13 |
| | **193** | **4.564** | **5.337** |

Trata-se de repasse de gastos compartilhados. Os reembolsos não são tratados como receitas operacionais, mas sim redutoras de custos ou despesas.

| **13. Impostos e contribuições a recolher:** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| COFINS sobre faturamento | 239 | - |
| PIS sobre faturamento | 52 | - |
| IRRF a recolher | 51 | - |
| INSS retido de terceiros | 33 | - |
| ISS retido de terceiros | 19 | - |
| IRRF retido de terceiros | 15 | - |
| ISS sobre faturamento | 13 | - |
| Outros | 60 | - |
| | **482** | **-** |

**14. Patrimônio líquido: (a) Capital social:** O capital social é de R$200.392.346,00 (vinte oito milhões, trezentos e noventa e dois mil, trezentos e quarenta e seis reais), subscrito em moeda corrente nacional, dividido em 200.392.346 em ações nominativas no valor unitário de R$1,00 (um real).

| Acionista | Quantidade de ações | Valor das ações | Valor total das ações | Participação no capital social |
|---|---|---|---|---|
| GL EVENTS Brasil Participações Ltda. | 200.392.346 | R$ 1,00 | R$ 200.392.346,00 | 100% |

**(b) Adiantamento para futuro aumento de Capital:** Em março de 2021, a SPE Anhembi antecipou as parcelas da outorga fixa da concessão, onde após assinar o contrato com SPTURIS em maio de 2021, a SPE Anhembi assumiu o compromisso pactuado decorrente do contrato de outorga, que visa atender às necessidades de investimento da concessão, desta forma, este adiantamento fora concedido em caráter irrevogável, sendo capitalizado mediante às cláusulas contratuais. O aumento de capital corresponde ao montante de R$172.000.000,00 (cento e setenta e dois milhões de reais), dividido em 172.000.000 em ações nominativas no valor unitário de R$1,00 (um real). **(c) Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente, quando ocorre Lucro no exercício, com destinação de 5% do lucro líquido ajustado e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim proteger a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **(d) Distribuição dos lucros:** A Companhia apurou lucro no exercício em 31/12/2022, porém o lucro não foi da atividade operacional, assim a Administração não recomendou a distribuição de lucros, principalmente em razão de ser o primeiro ano de atividade, conforme a publicação em 12/11/2021 no Diário Oficial da Cidade de São Paulo com a ordem de início, desta forma não houve provisão para distribuição de lucros e dividendos. Montante não distribuído foi alocado na reserva especial de dividendos. **15. Instrumentos financeiros:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A gestão desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia, representados por aplicações financeiras, utilizam taxas compatíveis com as de mercado. A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado. As informações abaixo apresentam dados sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento do patrimônio social. **Estrutura do gerenciamento de risco:** A Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento dessas políticas. As políticas de gerenciamento de risco foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderências aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro em função da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais, basicamente proveniente dos créditos recebíveis de clientes da Companhia e dos outros instrumentos financeiros. **Exposição a riscos de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições e riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno. Até o encerramento do exercício de 2022, a Administração da Companhia manteve posições somente em contas correntes bancárias e financiamentos, e não operou com instrumentos financeiros derivativos. A exposição ao risco cambial é representada pelo saldo de contas a pagar com fornecedores partes relacionadas em moeda estrangeira no montante de R$ 7.001 (Euro 1.108 mil).

| **16. Imposto de renda e contribuição social:** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente | (3.102) | - |
| Benefício fiscal - Perse | 3.102 | - |
| | **-** | **-** |

Em 31/12/2022, a Empresa através da sua escrituração fiscal LALUR realizou o cálculo do IRPJ e CSLL, contudo como suas atividades estão enquadradas no Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) não houve impacto no resultado do exercício em razão deste benefício fiscal que concede alíquota zero durante os próximos cinco anos, a findar em fevereiro de 2027. **17. Benefício fiscal Perse:** A Coordenação-Geral de Tributação da Receita Federal do Brasil publicou duas soluções de consulta, em 6/03/2022, explicitando o entendimento do órgão sobre o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos "Perse", especialmente no que se refere ao benefício de alíquota zero, pelo prazo de 60 (sessenta) meses, de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS previsto no artigo 4º da Lei nº 14.148/2021. A RFB apreciou a questão temporal quanto à vigência da alíquota zero de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, dispondo que a redução deve ser aplicada às receitas e resultados referentes aos meses de março de 2022 a fevereiro de 2027, justamente o quanto já previsto no artigo 7º da IN RFB nº 2.114/2022. Tratou, ainda, de procedimentos relacionados com a indicação do benefício nas respectivas obrigações fiscais acessórias. Em síntese, a RFB consigna que: (i) A alíquota zero é aplicada tão somente sobre as receitas e os resultados auferidos pelas pessoas jurídicas pertencentes ao setor de eventos nas atividades relacionadas em ato do Ministério da Economia, devendo o contribuinte, portanto, realizar a segregação das receitas sobre atividades que contemplam o benefício fiscal; (ii) O benefício de alíquota zero não se aplica às empresas optantes pelo Simples Nacional; entretanto, estas empresas podem fruir da alíquota zero caso sejam desenquadradas (a requerimento ou de ofício) do regime simplificado; (iii) Não é necessário que o contribuinte realize a renegociação de dívidas (transação tributária) para fazer jus à alíquota zero; (iv) Tomas atenção em informar aos nossos clientes através dos respectivos documentos fiscais, que nossa prestação de serviços obteve o benefício da redução de alíquotas a zero, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizessem, sujeitarem-se à retenção do IR e das contribuições sobre o valor total da referida nota ou documento fiscal; há previsão específica de dispensa de retenção de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, quando o pagamento se referir a receitas desoneradas. Em 31/12/2022, a Empresa obteve o benefício fiscal da Lei 14.148/2022, assim passou a aplicar a redução de alíquotas a zero; com o advento da aplicação deste benefício, obteve um aumento em sua geração de caixa, além de um ganho em seu resultado operacional de 7%, desta forma o montante R$3.130 (três milhões cento e trinta mil reais) gerou o benefício econômico-financeiro nas demonstrações financeira do Distrito Anhembi em seu primeiro ano de atividade. A reconciliação do resultado bruto é como segue:

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Receita bruta sobre locação de espaços e serviços | 44.404 | - |
| Imposto sobre serviços c/ benefício Perse | (74) | - |
| Impostos sobre serviços (ISS, PIS e COFINS) | (3.488) | - |
| Benefício Perse alíquota zero (PIS e COFINS) | 3.130 | - |
| | **44.330** | **-** |

**18. Receita líquida:** A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Receita bruta sobre locação de espaços e serviços | 44.404 | - |
| Impostos sobre serviços | (3.488) | - |
| | **40.916** | **-** |

| **19. Custos e despesas por natureza e outras receitas:** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano | (12.469) | - |
| Contrato de concessão - ônus variável | (10.578) | - |
| Salários e encargos sociais | (4.952) | - |
| Serviços de terceiros | (2.739) | - |
| Energia elétrica, água e gás natural | (3.990) | - |
| Adequação de espaços para atender aos eventos | (1.702) | - |
| Contratos fixos de manutenção | (1.783) | - |
| Depreciação e amortização | (2.093) | - |
| Serviços de terceiros contratados diretamente relacionado a eventos | (3.381) | - |
| Créditos de PIS e COFINS | 3.586 | - |
| Outros | (3.291) | - |
| **Custo total das vendas e despesas operacionais** | **(43.392)** | **-** |
| Custo | (29.615) | - |
| Despesas gerais e administrativas | (17.172) | - |
| Outras receitas e despesas operacionais | 3.395 | - |

| **20. Resultado financeiro líquido:** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Rendimento de aplicação financeira | 7.692 | - |
| Juros e multas | 3 | - |
| **Total de receitas financeiras** | **7.695** | **-** |
| Juros e multas | (63) | - |
| Despesas bancárias | (2.135) | - |
| IOF, PIS e COFINS sobre receita financeira | (396) | - |
| **Total de despesas financeiras** | **(2.595)** | **-** |
| **Resultado financeiro líquido** | **5.101** | **-** |

### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2022 E 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Receita líquidas (Nota 18) | 40.916 | - |
| Custos dos serviços prestados (Nota 19) | (29.615) | - |
| **Lucro bruto** | **11.301** | **-** |
| **(Despesas) receitas operacionais** | | |
| Despesas gerais e administrativas (Nota 19) | (17.172) | - |
| Outras receitas e (despesas) operacionais (Nota 19) | 3.395 | - |
| **Resultado antes das receitas e despesas financeiras** | **(2.476)** | **-** |
| Resultado financeiro líquido (Nota 20) | 5.101 | - |
| **Lucro ou prejuízo antes do IR e CS** | **2.625** | **-** |
| Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente e diferido (Nota 16) | - | - |
| **Lucro do exercício** | **2.625** | **-** |
| **Quantidade de ações ordinárias ao final do exercício** | **200.392.346** | **-** |
| **Lucro por ação do capital social em reais** | **0,01** | **-** |

### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2022 E 2021 - Em milhares de reais

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Lucro do exercício | 2.625 | - |
| **Total do resultado abrangente do exercício** | **2.625** | **-** |

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2022 E 2021 - Em milhares de reais

| | | Reserva de lucros | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Capital social | Reserva legal | Reserva especial de dividendos | AFAC | Total |
| **Em 31/12/2021** | **19.435** | **-** | **-** | **8.957** | **28.392** |
| Integralização de Capital | 180.957 | - | - | (8.957) | 172.000 |
| Lucro Líquido do Exercício | - | 131 | 2.494 | - | 2.625 |
| **Em 31/12/2022** | **200.392** | **131** | **2.494** | **-** | **203.017** |

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2022 e 2021 - Em milhares de reais

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| **Lucro ou prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social** | **2.625** | **-** |
| Depreciação e amortização | 2.093 | - |
| **Variações nos ativos e passivos** | | |
| Contas a receber | (16.442) | - |
| Impostos e contribuições a recuperar | (1.492) | - |
| Outros ativos | (574) | - |
| Partes relacionadas | 4.371 | - |
| Despesas antecipadas | (2.975) | - |
| Fornecedores | (17.715) | 35.827 |
| Adiantamento de clientes | 4.336 | - |
| Obrigações trabalhistas a pagar | 1.386 | - |
| Impostos e contribuições a recolher | 482 | - |
| Outros passivos | 357 | 23 |
| **Caixa gerado pelas atividades operacionais** | **(23.548)** | **35.850** |
| **Fluxos de caixa das atividades de investimentos** | | |
| Aquisição de intangível | (36) | (53.740) |
| Aquisição de imobilizado | (8.733) | - |
| **Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos** | **(8.769)** | **(53.740)** |
| **Fluxos de caixa das atividades de financiamento** | | |
| Integralização de capital | 172.000 | 28.392 |
| **Caixa líquido gerados nas atividades de financiamento** | **172.000** | **28.392** |
| **Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa** | **139.683** | **(10.502)** |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do período | 10.502 | - |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do período | 150.185 | 10.502 |
| **Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa** | **139.683** | **10.502** |

### COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

**Milena Hoette Palumbo**
Diretora Presidente

**Ede Carlos Alves**
Gerente de Contabilidade - CRC 1SP - 203.674/O-0

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas **SPE GL events Centro de Convenções Anhembi S.A.** São Paulo - SP. **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras da SPE GL events Centro de Convenções Anhembi S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SPE GL events Centro de Convenções Anhembi S.A. em 31/12/2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** Conforme mencionado na Nota 10 às demonstrações financeiras, a Companhia está negociando junto à SPTURIS (São Paulo Turismo S.A.) o não pagamento da outorga variável do ano de 2021, estabelecida no item 3.7 do contrato de concessão, que prevê o pagamento de R$ 1.342 (um milhão, trezentos e quarenta e dois mil reais) correspondentes ao valor pro-rata dia da outorga mínima de R$ 10.000 (dez milhões de reais), que seria devida entre 12/11/2021 (data da "ordem de início") e o término do exercício em 31/12/2021. A Administração da Companhia entende que o direito de operar a concessão só foi transferido, de fato, em janeiro de 2022, razão pela qual nenhuma obrigação deveria ser reconhecida no exercício findo em 31/12/2021. Até a data do nosso relatório, a Companhia ainda não havia celebrado um acordo com a SPTURIS que a desobrigue do pagamento da outorga variável correspondente ao período findo em 31/12/2021. Como consequência, não foi possível determinarmos se haveria necessidade de efetuar ajustes em relação aos saldos de contas a pagar, assim como nos elementos componentes das demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e notas explicativas. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Ênfase - Reemissão das demonstrações financeiras:** Conforme mencionado na Nota 2.1 às demonstrações financeiras, visando uma melhor apresentação, a administração da Companhia procedeu à correção de divulgações em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2022, adequando-as aos requisitos das normas contábeis. Desta forma, as demonstrações financeiras acima mencionadas estão sendo reemitidas e, portanto, este relatório de auditoria substitui o anteriormente emitido em 31/03/2023. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos identificados durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 26/04/2023. **Mazars Auditores Independentes -** CRC 2SP023701/O-8 - **Gustavo Adolfo G. Rosseto da Silva -** Contador CRC RJ-117828/O-5.

# TOTVS TECHFIN S.A.

CNPJ Nº 37.896.148/0001-66

***DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022***

***RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO***

Em cumprimento às disposições legais, a TOTVS Techfin S.A., submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório de auditoria emitido pelos auditores independentes, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A TOTVS Techfin é uma empresa do grupo TOTVS focada nos negócios de disponibilização de serviços financeiros, como produtos de tecnologia voltados para serviços financeiros, parcerias, produtos que possuem algum grau de risco de crédito e/ou a definição e/ou a aplicação das políticas de crédito. Na TOTVS Techfin também estão consolidados os rendimentos da cota subordinada do FIDC, para o qual a Supplier cede os créditos originados. A TOTVS Techfin está inserida na dimensão de Techfin do grupo TOTVS que visa simplificar, ampliar e democratizar o acesso dos clientes SMB da TOTVS a serviços financeiros B2B, contemplando negócios da Supplier e dos novos produtos.

***BALANÇO PATRIMONIAL- Em 31 de Dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)***

| ATIVO | Nota | Controladora 2022 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|---|
| **CIRCULANTE** | | **109.967** | **2.519.863** |
| Caixa e equivalentes de caixa | 6 | 7.384 | 164.755 |
| Aplicações financeiras | 7 | - | 461.895 |
| Outros Investimentos | 8 | 98.595 | - |
| Contas a receber de clientes | 9 | 1.783 | 1.836.965 |
| Tributos a recuperar | | 1.190 | 4.078 |
| Outros ativos | 12 | 1.015 | 52.170 |
| **NÃO CIRCULANTE** | | **358.805** | **304.115** |
| Crédito com empresas ligadas | 11 | 968 | 32 |
| Ativo fiscal diferido | 10 | 4.106 | 165.599 |
| Depósito judicial | | - | 465 |
| Investimentos | 13 | 340.361 | - |
| Imobilizado | 14 | 1.120 | 6.406 |
| Intangível | 15 | 12.250 | 131.613 |
| **Total do Ativo** | | **468.772** | **2.823.978** |

| PASSIVO | Nota | Controladora 2022 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|---|
| **CIRCULANTE** | | **10.086** | **2.361.753** |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 16 | 5.836 | 23.088 |
| Fornecedores | | 269 | 9.478 |
| Obrigações fiscais | | 431 | 2.636 |
| Comissões a pagar | | 86 | 1.873 |
| Dividendos a pagar | | 3.024 | 3.024 |
| Empréstimos e arrendamentos | | - | 1.159 |
| Repasse para parceiros | 17 | - | 678.215 |
| Cotas sênior e mezanino | 19 | - | 1.638.887 |
| Outros passivos | | 440 | 3.393 |
| **NÃO CIRCULANTE** | | **1.331** | **4.870** |
| Empréstimos e arrendamentos | | - | 1.749 |
| Provisão para contingências | 18 | - | 1.166 |
| Outros passivos | | 1.331 | 1.955 |
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | 20 | **457.355** | **457.355** |
| Capital social | | 614.000 | 614.000 |
| Reserva de capital | | (166.352) | (166.352) |
| Reserva de lucros | | 9.707 | 9.707 |
| **Total do Passivo e do Patrimônio Líquido** | | **468.772** | **2.823.978** |

***DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO***
***Exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)***

| | Nota | Controladora 2022 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|---|
| Softwares | 22 | 5.459 | 5.459 |
| Produtos de crédito | 22 | - | 199.186 |
| **Receita Líquida** | | **5.459** | **204.645** |
| Custo de software | 23 | (1.959) | (1.959) |
| Custo de produtos de crédito | 23 | - | (84.495) |
| **Lucro Bruto** | | **3.500** | **118.191** |
| **Receitas (Despesas) Operacionais** | | | |
| Pesquisa e desenvolvimento | 23 | (13.857) | (20.468) |
| Despesas comerciais e marketing | 23 | (5.035) | (41.201) |
| Despesas gerais e administrativas | 23 | (638) | (38.200) |
| Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas | 23 | 49 | (581) |
| **(Prejuízo) Lucro antes dos efeitos financeiros e da equivalência patrimonial** | | **(15.981)** | **17.741** |
| Receitas financeiras | 24 | 4.692 | 658 |
| Despesas financeiras | 24 | (1) | (110) |
| Resultado da equivalência patrimonial | 13 | 19.915 | - |
| **Lucro antes tributação do imposto de renda e contribuição social** | | **8.625** | **18.289** |
| Imposto de renda e contribuição social corrente | | - | (3.411) |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | | 4.106 | (2.147) |
| **Total do imposto de renda e contribuição social** | 10 | **4.106** | **(5.558)** |
| **Lucro líquido do exercício** | | **12.731** | **12.731** |

***DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)***

| | Nota | Capital Social Integralizado | Reserva de Capital | Reserva de Lucros: Reserva Legal | Reserva de Lucros: Retenção de Lucros | Lucros Acumulados | Patrimônio Líquido | Patrimônio Líquido Consolidado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldo em 1 de janeiro de 2022** | | - | - | - | - | - | - | - |
| **Transação de capital com sócios** | | **614.000** | **(166.352)** | - | - | **(3.024)** | **444.624** | **444.624** |
| Aumento de capital | 20 | 614.000 | - | - | - | - | 614.000 | 614.000 |
| Plano de outorga de ações | | - | 3.897 | - | - | - | 3.897 | 3.897 |
| Dividendos | 20 | - | - | - | - | (3.024) | (3.024) | (3.024) |
| Reserva especial de ágio (incorporação) | 20 | - | (170.249) | - | - | - | (170.249) | (170.249) |
| **Resultado abrangente total** | | - | - | - | - | **12.731** | **12.731** | **12.731** |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | 12.731 | 12.731 | 12.731 |
| **Constituição de reservas** | **20** | - | - | **637** | **9.070** | **(9.707)** | - | - |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2022** | | **614.000** | **(166.352)** | **637** | **9.070** | - | **457.355** | **457.355** |

***DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE***
***Exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)***

| | Controladora 2022 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|
| **Lucro líquido do exercício** | **12.731** | **12.731** |
| **Outros resultados abrangentes** | - | - |
| **Resultado abrangente do exercício** | **12.731** | **12.731** |

***DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA***
***Exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)***

| | Nota | Controladora 2022 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|---|
| **Fluxo de caixa das atividades operacionais** | | | |
| **Lucro antes da tributação do imposto de renda e contribuição social** | | **8.625** | **18.289** |
| Ajustes por: | | | |
| Depreciação e amortização | | 3.131 | 17.328 |
| Pagamento baseado em ações | | 3.897 | 3.897 |
| Perda (ganho) na baixa de ativo permanente | | 971 | 1.202 |
| Provisão para perda esperada | 9 | 12 | 20.787 |
| Equivalência patrimonial | 13 | (19.915) | - |
| Provisão para contingências | | - | 352 |
| Remuneração dos cotistas sênior e mezanino do Supplier FIDC | | - | 77.329 |
| Juros e variações cambiais e monetárias, líquidos | | (2.472) | 64 |
| | | **(5.751)** | **139.248** |
| **Variação em ativos e passivos operacionais** | | | |
| Contas a receber de clientes | | (1.795) | (13.767) |
| Impostos a recuperar | | (1.190) | 9.812 |
| Outros ativos | | (385) | (23.615) |
| Obrigações sociais e trabalhistas | | 2.212 | 8.741 |
| Fornecedores | | 269 | 1.363 |
| Impostos a pagar | | 431 | (7.523) |
| Outras contas a pagar | | 1.328 | (1.773) |
| **Caixa gerado nas operações** | | **(4.881)** | **112.486** |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | | - | (1.783) |
| **Caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais** | | **(4.881)** | **110.703** |
| **Fluxos de caixa das atividades de investimentos** | | | |
| Pagamento pela aquisição de ativo imobilizado | 14 | (696) | (1.078) |
| Pagamento pela aquisição de intangível | 15 | (2.349) | (3.196) |
| Aplicações financeiras | | - | (138.634) |
| **Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento** | | **(3.045)** | **(142.908)** |
| **Fluxos de caixa das atividades de financiamento** | | | |
| Aporte de capital | 4 | 16.278 | 188.112 |
| Pagamento das parcelas de arrendamento mercantil | | - | (498) |
| Aplicações (resgate) de cotas sênior e mezanino | | - | 9.378 |
| Crédito com empresas ligadas | | (968) | (32) |
| **Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento** | | **15.310** | **196.960** |
| **Aumento de caixa e equivalentes de caixa** | | **7.384** | **164.755** |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | | - | - |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício | | 7.384 | 164.755 |

***NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS***
***Exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)***

**1. CONTEXTO OPERACIONAL:** A TOTVS Techfin S.A., ("TOTVS Techfin" ou "Companhia"), antes denominada Katrina Participações S.A., sediada na Avenida Braz Leme, 1.000 na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, teve sua operação iniciada em 21 de fevereiro de 2022 e tem por objetivo operar uma plataforma digital de serviços financeiros para pequenas e médias empresas, através da integração de uma gama completa de serviços financeiros. Em 12 de abril de 2022 foi assinado o Acordo de Investimento entre TOTVS S.A. e Itaú Unibanco S.A. para a criação da *Joint Venture* TOTVS Techfin (JV), onde nesta transação a TOTVS, controladora da TOTVS Techfin, e o Itaú, cada um, deterão 50% na participação da JV. O fechamento da operação depende da aprovação do Banco Central do Brasil (BACEN), bem como da verificação de outras condições usuais para esse tipo de operação, compreendendo uma reorganização societária com a contribuição de determinados bens e direitos para o capital da JV, pela TOTVS. Até a data da divulgação dessas demonstrações financeiras, estas condições ainda não tinham sido atingidas.

**2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia e suas controladas. **2.2. Base de preparação e apresentação:** A divulgação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas que são apresentadas neste documento foram aprovadas na Reunião da Diretoria realizada em 28 de abril de 2023. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outro modo. **2.3. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2022. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: • O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto; • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e • Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor). A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que deixar de exercer o controle sobre ela. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre a Companhia e suas controladas, são totalmente eliminados na consolidação. Perda de controle - Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia e suas controladas deixam de reconhecer os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia e suas controladas retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

| Investidas | Sede | Participação | Atividade principal | % de Participação 2022 |
|---|---|---|---|---|
| Supplier Administradora de Cartão de Crédito S.A. ("Supplier Administradora") | BRA | Direta | Serviços financeiros e operações de crédito | 100,00% |
| Cartão de compra Supplier Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("Supplier FIDC") (i) | BRA | Direta | Serviços financeiros e operações de crédito | 100,00% |
| Supplier Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Supplier SCD") | BRA | Direta | Serviços financeiros e operações de crédito | 100,00% |

(i) A Supplier FIDC está sendo consolidada em função da Companhia deter cotas subordinadas, as quais detém a maioria dos riscos e benefícios do Fundo.

**2.4. Resumo das principais práticas contábeis:** A seguir, apresentaremos um resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas, deixando em evidência somente as informações consideradas relevantes pela Administração. **a) Mensuração do valor justo -** A Companhia e suas controladas mensuram instrumentos financeiros a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) no mercado principal para o ativo ou passivo; ou (ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 — Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Nível 2 — *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3 — *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). **b) Instrumentos financeiros -** A Companhia e suas controladas reconhecem seus ativos e passivos financeiros pelo valor justo no reconhecimento inicial, com exceção do contas a receber que mensura ao preço de transação, e subsequentemente mensura ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado com base no modelo de negócio para gestão de seus ativos e nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. **Classificação -** A Companhia e suas controladas classifica seus ativos financeiros de acordo com modelo de negócio para gestão dos seus ativos financeiros, conforme alterações introduzidas pelo CPC 48, sendo mensurados ao custo amortizado, representados por ativos e passivos financeiros cujo modelo de negócio da Companhia e suas controladas é manter os ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e que, constituam exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Nesta categoria a Companhia e suas controladas classificam, principalmente, "Contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "Aplicações Financeiras", além de "Fornecedores e outros passivos". **c) Contas a receber de clientes -** O contas a receber de clientes estão apresentados a valores de realização vigentes na data das demonstrações financeiras. Os valores de contas a receber com vencimento posterior a um ano são descontados a valor presente. As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor nominal e deduzidas da provisão para perda esperada, a qual é constituída utilizando o histórico de perdas por faixa de vencimento, sendo considerada suficiente pela Companhia e suas controladas para cobrir eventuais perdas. **d) Investimentos -** Os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo e são consolidadas nas demonstrações financeiras do grupo. O controle sobre a investida é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida. **e) Intangíveis e Ágio -** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. **f) Receitas e despesas -** As receitas são reconhecidas quando existe um contrato com o cliente, as obrigações de desempenho são identificadas, o preço da transação é mensurável e alocado de forma confiável e quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente. As receitas são apresentadas líquidas de impostos, devoluções, abatimentos e descontos, quando aplicável. A Companhia e suas controladas segregam as receitas em receitas recorrentes e receitas não recorrentes da seguinte forma: **Receita de produto de crédito -** As receitas de produto de crédito compreendem principalmente: (i) antecipação de recebíveis que derivam principalmente de taxas de desconto cobradas pela antecipação de contas a receber dos parceiros de negócios. O desconto é medido pela diferença entre o valor original a pagar ao parceiro de negócios, líquido de comissões e taxas cobradas, e o valor antecipado. A receita é reconhecida no momento da antecipação, em que os riscos e benefícios são transferidos para a controlada Supplier Administradora; e (ii) taxas de administração, são reconhecidas pelo valor da contraprestação recebida ou a receber e reconhecida no momento da prestação de serviço. O preço da transação é definido individualmente para cada parceiro conforme contrato firmado entre as partes. **Receita de software recorrente -** A receita de software recorrente compreende: (i) assinatura de software, na qual os clientes têm acesso ao software em vários dispositivos simultaneamente em sua versão mais recente; (ii) manutenção, incluindo suporte técnico e evolução tecnológica; e (iii) serviços, incluindo computação em nuvem e atendimento ao cliente. Todos esses serviços são vendidos separadamente. A receita de software recorrente é reconhecida no resultado mensalmente ao longo do tempo, à medida que os serviços são prestados, a partir da data em que os serviços e software são disponibilizados ao cliente e todos os demais critérios de reconhecimento de receita são atendidos. **g) Custos e despesas -** Os custos de softwares são compostos principalmente por salários do pessoal de consultoria e suporte e inclui custos de aquisição de banco de dados e o preço das licenças pagas a terceiros, no caso de softwares revendidos, bem como depreciação e amortização dos ativos relacionados aos custos de softwares. As despesas com pesquisa e desenvolvimento incorridas pela área de desenvolvimento de software relacionadas aos novos produtos ou às inovações tecnológicas dos softwares existentes, que não atingirem os critérios de capitalização, são registradas como despesas do exercício em que incorrem e são demonstradas separadamente das despesas comerciais e de marketing, despesas administrativas e outras despesas dentro do grupo de despesas operacionais. Além disso, a Companhia e suas controladas capitalizam gastos com desenvolvimento, desde que atendidos os critérios do CPC 04 (R1). **h) Tributação - Impostos sobre vendas -** As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) 0,65% e 1,65%; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,0% e 7,6%; • Imposto sobre Serviços (ISS) de 2% a 5%; • Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta (CPRB) de 4,5%. Esses encargos são contabilizados como deduções de vendas na demonstração do resultado. **Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos -** A tributação sobre o lucro compreende o Imposto de Renda e a Contribuição Social, aos quais está computada a alíquota nominal de 34% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, exceto para a controlada Supplier cuja alíquota é de 41%. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os tributos diferidos ativos e/ou passivos são reconhecidos somente na proporção da expectativa de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. **i) Normas revisadas com adoção a partir de 01 de janeiro de 2022 -** A seguir apresentamos revisões e alterações em certas normas, para períodos anuais iniciados a partir de 01 de janeiro de 2022, que não tiveram impacto significativo nas Demonstrações Financeiras da Companhia e suas controladas: • CPC 06 (R2): Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento após 30 de junho de 2021; • CPC 25: Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato; • Melhorias anuais para normas IFRS - 2018-2020; • CPC 27: Imobilizado - receitas antes do uso pretendido; • CPC 15: Referência à estrutura conceitual; • IFRS 10 e IAS 28: Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto. A Companhia e suas controladas decidiram não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **j) Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas mas não vigentes -** As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas não vigentes até a data da emissão destas demonstrações financeiras, as quais a Companhia e suas controladas não esperam impactos significativos na aplicação destas alterações ou não se aplicam, estão abaixo apresentadas: • CPC 26 e CPC 23: Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes; • CPC 26: Divulgação de políticas contábeis; • CPC 23/ IAS 8: Definição de estimativa contábil; • CPC 32: Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação. Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

**3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:** A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas, requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo e que necessitam de um maior nível de julgamento e complexidade para as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas são: (i) Provisão para perdas esperadas do contas a receber – divulgadas na nota 9; (ii) Valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis – detalhadas na nota 15.1; (iii) Impostos diferidos – divulgados na nota 10; e detalhes ver nota 10.2; (iv) Provisão para contingências - divulgada na nota 18. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas pelo menos anualmente. Maiores informações sobre estimativas e premissas aplicadas nos itens comentados acima estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

**4. REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA:** As condições precedentes resultaram nas seguintes reorganizações societárias: (i) Em 19 de agosto de 2022 houve o aumento de capital na TOTVS Techfin para R$614.000 realizado pela controladora, sendo R$16.278, R$10.904 integralizado pelo acervo líquido de bens e direitos relacionados ao negócio Techfin e R$586.818 integralizado mediante as ações da Supplier Administradora, detidas pela controladora. (ii) Em 31 de outubro de 2022 foi deliberada em Assembleia Geral Extraordinária a cisão parcial da Supplier Administradora, em que o investimento na Supplier Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Supplier SCD") no total de R$2.997 e as cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Supplier ("Supplier FIDC") no total de R$95.342 foram incorporados pela Companhia. A seguir, apresentamos a composição do acervo líquido contábil aportado:

| **Balanço Patrimonial** *Data Base: 31/07/2022* | Aporte de capital: TOTVS S.A. | Aporte de capital: Supplier Administradora | Aporte de capital: FIDC | Aporte de capital: Total aportado |
|---|---|---|---|---|
| **Ativo Circulante** | **16.908** | **825.457** | **1.624.049** | **2.466.414** |
| Caixa e equivalente de caixa (i) | 16.278 | 171.832 | 2 | 188.112 |
| Aplicações financeiras | - | 92.378 | 302.487 | 394.865 |
| Contas a receber | - | 527.431 | 1.316.555 | 1.843.986 |
| Outros ativos | 630 | 33.816 | 5.005 | 39.451 |
| **Ativo não circulante** | **601.244** | **479.102** | - | **1.080.346** |
| Investimentos | 586.818 | - | - | 586.818 |
| Imobilizado | 651 | 5.632 | - | 6.283 |
| Intangível | 13.775 | 420.574 | - | 434.349 |
| Outros ativos | - | 52.896 | - | 52.896 |
| **Total do ativo** | **618.152** | **1.304.559** | **1.624.049** | **3.546.760** |
| Passivo circulante e não circulante | 4.152 | 717.742 | 264 | 722.158 |
| **Acervo líquido contábil aportado** | **614.000** | **586.817** | **1.623.785** | **2.824.602** |

(i) Aporte de capital conforme demonstrado no fluxo de caixa.

Após a reorganização societária descrita acima, a TOTVS Techfin, tornou-se a *holding* das operações de crédito do grupo, o qual é objeto da transação envolvendo o Itaú para criação da JV.

**5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS: 5.1. Análise dos instrumentos financeiros:** É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas, apresentados nas demonstrações financeiras:

| | Nota | Classificação por categoria | 2022 |
|---|---|---|---|
| Caixa e equivalentes de caixa | 6 | Valor justo por meio do resultado | 102.309 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 6 | Custo amortizado | 62.446 |
| Aplicações financeiras | 7 | Valor justo por meio do resultado | 461.895 |
| Contas a receber de clientes | 9 | Custo amortizado | 1.836.965 |
| **Instrumentos Financeiros Ativos** | | | **2.463.615** |
| Contas a pagar e fornecedores | | Custo amortizado | 14.375 |
| Repasse aos parceiros | 17 | Custo amortizado | 678.215 |
| Cotas sênior e mezanino | 19 | Custo amortizado | 1.638.887 |
| Outros passivos | | Custo amortizado | 5.864 |
| **Passivos Financeiros** | | | **2.337.341** |

Os ativos e passivos apresentados acima não diferem significativamente de seus valores justos.

**5.2. Gestão de riscos financeiros:** Os principais riscos financeiros que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são: **a) Risco de Liquidez -** O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas são monitorados diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas. **b) Risco de Crédito -** Risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria a um prejuízo financeiro. A estrutura de avaliação de risco da carteira dos produtos de crédito da controlada Supplier está baseada em metodologias estatísticas de *Application* e *Behavior Scoring*, além de utilização de instrumentos mitigadores de risco, como seguro de crédito e interveniência. Além disso, a controlada Supplier Administradora busca prevenir eventuais riscos da carteira de crédito por meio da disponibilização de relatórios de acompanhamentos, comitê de risco, ações de readequação de limites de crédito, monitoramento de carteira e melhorias no sistema de cadastro. As perdas potenciais de crédito são mitigadas, quando necessário, através de: seguros, garantidas pelo emissor, desde que aprovada pelo comitê de cartão de crédito. A avaliação da eficiência destes instrumentos é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas significativas. Cabe destacar que o giro da carteira é rápido com prazo médio de 71 dias, ou quando são vendidos no curto prazo. **c) Risco de Mercado -** O risco de mercado está relacionado à exposição dos riscos principalmente atrelado a variação do CDI. Os direitos creditórios gerados pelos Produtos de Créditos – Supplier são de curto prazo e, portanto, não estão sujeitos a variações de taxas de juros. A Companhia e suas controladas atuam para que sua exposição líquida seja mantida em nível aceitável de acordo com as políticas e limites definidos pela Administração. **5.3. Gestão de capital:** O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia e suas controladas controlam sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequações às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia e suas controladas podem efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures e emissão de notas promissórias.

**6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:** O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, aos investimentos estratégicos da Companhia e suas controladas, podendo ainda serem utilizados para outros fins. Os valores mantidos em caixa e equivalentes de caixa são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações e sujeito a um risco mínimo na mudança de seu valor.

| | Controladora 2022 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|
| Disponibilidades | 8 | 6.740 |
| **Equivalentes de Caixa** | **7.376** | **158.015** |
| Fundo de investimento | 7.376 | 102.309 |
| CDB | - | 55.706 |
| | **7.384** | **164.755** |

A Companhia e suas controladas têm políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha. A Companhia e suas controladas concentram seus investimentos em um fundo exclusivo de investimento. O fundo é composto por cotas de fundos de investimentos cuja carteira é formada por ativos de renda fixa e liquidez imediata. Os ativos elegíveis na estrutura da composição da carteira são principalmente títulos da dívida pública, que apresentam baixo risco de crédito e volatilidade. Os investimentos da Companhia e suas controladas são substancialmente remunerados com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que tiveram uma remuneração média mensal e efetiva de 106,91% do CDI em 31 de dezembro de 2022.

A seguir apresentamos a abertura da carteira do fundo de investimento exclusivo:

| | 2022 |
|---|---|
| **Juros pós** | |
| Caixa e CPR (i) | 41,37% |
| Crédito privado | 33,73% |
| Títulos públicos | 20,62% |
| FIDC | 2,42% |
| Derivativos | 2,01% |
| **Juros pré** | |
| Títulos públicos | 1,60% |
| Crédito privado | 0,26% |
| Derivativos | -2,01% |
| **Total** | **100,00%** |

**7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS:** Os valores relativos a aplicações financeiras em cotas de fundos de investimentos e títulos do tesouro são de uso exclusivo do Supplier FIDC, cujos saldos estão demonstrados a seguir:

| | Controladora 2022 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|
| Títulos do tesouro (i) | - | 29.077 |
| Cotas de fundos de investimentos (ii) | - | 432.818 |
| **Total** | - | **461.895** |

(i) São utilizados os preços unitários divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) para a data de avaliação. No caso de aproximação de vencimento do papel em que não há divulgação de taxas, é utilizada a taxa indicativa do papel de vencimento mais próximo para a data de avaliação, ou agentes de mercado, quando necessário.
(ii) São atualizadas, diariamente, com base no valor da cota divulgado pelas Instituições Financeiras custodiantes dos fundos onde os recursos são aplicados. Na hipótese de não divulgação das cotas, serão utilizadas as cotas do dia imediatamente anterior.

**8. OUTROS INVESTIMENTOS:** Refere-se à quota do fundo Cartão de Compra Supplier Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, atualizadas, diariamente, pelo respectivo valor da quota divulgada pelos administradores do fundo, além dos investimentos em cotas seniores do fundo Cartão de Compra Supplier. O saldo no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é de R$98.595.

**9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES:** A seguir apresentamos os montantes a receber:

| | Controladora 2022 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|
| Mercado interno | 1.795 | 1.795 |
| **Contas a receber bruto** | **1.795** | **1.795** |
| Direitos creditórios (i) | - | 1.948.284 |
| **Total do contas a receber e direitos creditórios** | **1.795** | **1.950.079** |
| (-) Provisão para perda esperada | (12) | (113.114) |
| **Contas a receber líquido** | **1.783** | **1.836.965** |
| Ativo circulante | 1.783 | 1.836.965 |

(i) Os direitos creditórios estão alocados no Supplier FIDC e são referentes aos títulos cedidos advindos das compras de crédito da Supplier nos estabelecimentos conveniados.

A seguir apresentamos os montantes a receber por idade de vencimento (*aging list*) em 31 de dezembro de 2022:

| | Controladora e Consolidado 2022 |
|---|---|
| A vencer | 785 |
| A faturar | 985 |
| **Títulos Vencidos** | |
| de 1 a 90 dias | 25 |
| **Contas a receber bruto** | **1.795** |
| (-) Provisão para perda esperada | (12) |
| **Contas a receber líquido** | **1.783** |

A Companhia e suas controladas utilizam uma matriz de provisão baseada nas taxas de perda histórica observadas pelo Grupo para calcular a perda de crédito esperada.

| | Controladora 2022 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|
| **Saldo no início do exercício** | | |
| Complemento de provisão no período | 12 | 20.787 |
| Baixa de provisão por perdas | - | (3.126) |
| Aquisição de controladas | - | 95.453 |
| **Saldo no final do exercício** | **12** | **113.114** |

A seguir apresentamos os saldos dos direitos creditórios oriundos da operação de crédito:

| | Consolidado 2022 |
|---|---|
| Direitos creditórios a receber | 1.948.284 |
| (-) Provisão para perda esperada | (113.102) |
| **Direitos creditórios líquidos** | **1.835.182** |

A seguir apresentamos os montantes de direitos creditórios por idade de vencimento (*aging list*) em 31 de dezembro de 2022 são como seguem:

| | Consolidado 2022 |
|---|---|
| A vencer | 1.817.109 |
| **Títulos Vencidos** | |
| de 1 a 30 dias | 20.709 |
| de 31 a 60 dias | 5.371 |
| de 61 a 90 dias | 6.524 |
| de 91 a 180 dias | 9.754 |
| de 181 a 360 dias | 18.179 |
| mais de 360 dias | 70.638 |
| **Contas a receber bruto** | **1.948.284** |
| (-) Provisão para perda esperada | (113.102) |
| **Total** | **1.835.182** |

Em 31 de dezembro de 2022, aproximadamente 94% da carteira estão segurados por apólices que cobrem em média 90% do saldo devedor das operações. O valor da provisão foi calculado com base na análise das perdas por safras de crédito que seguem as premissas do Regulamento do Supplier FIDC. Foi utilizado como principal indicativo de redução de valor recuperável, o atraso das operações.

**10. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO:** O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, foram computados de acordo com as alíquotas vigentes. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre prejuízo fiscal e base negativa acumulados, respectivamente, bem como diferenças temporárias. **10.1. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social:** A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada a seguir:

| | Controladora 2022 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|
| **Lucro antes da tributação** | **8.625** | **18.289** |
| Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal combinada de 34% | (2.933) | (6.218) |
| **Ajustes para a demonstração da taxa efetiva:** | | |
| Equivalência patrimonial | 6.771 | - |
| Juros sobre capital próprio | - | 1.049 |
| Efeito de controladas com alíquotas diferenciadas | - | (6.323) |
| Outros | 268 | 5.934 |
| **Despesa de imposto de renda e contribuição social** | **4.106** | **(5.558)** |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | - | (3.411) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 4.106 | (2.147) |
| **Taxa efetiva** | **-47,6%** | **30,4%** |

**10.2. Composição do imposto de renda e contribuição social**

| | Controladora 2022 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|
| **Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social** | **2.227** | **3.219** |
| **Decorrentes de diferenças temporárias:** | | |
| Diferença entre base fiscal e contábil do ágio (i) | - | 118.309 |
| Benefício fiscal pela amortização de ágio | - | 29.388 |
| Provisão para comissões | 29 | 744 |
| Provisão para perda esperada | 4 | 4.314 |
| Provisão para contingências e outras obrigações | - | 466 |
| Provisão de fornecedores | 63 | 1.067 |
| Provisão para remuneração baseado em ações | 1.582 | 2.075 |
| Participação nos lucros e resultados | 340 | 4.474 |
| Outras | (139) | 1.543 |
| **Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos** | **4.106** | **165.599** |
| Ativo fiscal diferido | 4.106 | 165.599 |

(i) O valor de R$118.309 trata-se do benefício fiscal do ágio cindido da TOTVS Tecnologia.

A Companhia e suas controladas estão apresentando o imposto de renda e contribuição social diferidos de forma líquida no ativo não circulante ou passivo não circulante por entidade jurídica.

(Continua)

*(Continuação)*

## TOTVS TECHFIN S.A. - CNPJ nº 37.896.148/0001-66

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferido:

| | Controladora 2022 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|
| **Início do exercício** | **-** | **-** |
| Despesa da demonstração de resultado | 4.106 | (2.147) |
| Aquisição de controladas | - | 9.086 |
| Reorganização societária | - | 158.660 |
| **Final do exercício** | **4.106** | **165.599** |

**11. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS:** As transações com partes relacionadas são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes, dos quais os saldos entre Controladora e Controladas são eliminados para fins de consolidação. Os principais saldos de ativos, passivos, receitas e custos em 31 de dezembro de 2022 são assim demonstrados:

| | 2022 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Empresa** | **Outros Ativos** | **Contas a pagar** | **Outros passivos (i)** | **Receitas** | **Custos** |
| TOTVS S.A. | - | 14 | - | - | 608 |
| Supplier | 968 | 15 | 937 | 296 | 97 |
| **Total** | **968** | **29** | **937** | **296** | **705** |

(i) Referem-se a valores dos planos de remuneração baseado em ações.
Não há honorários da Administração a pagar pela Companhia.

**12. OUTROS ATIVOS:** A seguir apresentamos a composição de outros ativos em 31 de dezembro de 2022:

| | Controladora 2022 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|
| Despesas antecipadas | 166 | 5.308 |
| Adiantamento a funcionários | 55 | 245 |
| Adiantamento a fornecedores | 3 | 3 |
| Negociação e intermediação – Supplier FIDC | - | 38.840 |
| Outros ativos | 791 | 7.774 |
| **Total** | **1.015** | **52.170** |
| Ativo circulante | 1.015 | 52.170 |

**13. INVESTIMENTOS:** Os investimentos da Companhia e suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial. A movimentação da conta de investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

| | Informações Contábeis resumidas das controladas em 31 de dezembro de 2022 | | | | | Equivalência patrimonial (controladora) do exercício findo em: | Saldo de Investimentos em: |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Ativo** | **Passivo** | **Patrimônio líquido** | **Receita líquida** | **Resultado do exercício** | **2022** | **2022** |
| Supplier SCD | 2.988 | 27 | 2.961 | - | (39) | (25) | 2.961 |
| Supplier Administradora | 1.065.205 | 727.805 | 337.400 | 405.484 | 40.142 | 19.940 | 337.400 |
| | | | | | | **19.915** | **340.361** |

A seguir apresentamos as movimentações da conta de investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

| | **2021** | **Equivalência Patrimonial** | **Reorganização societária** | **2022** |
|---|---|---|---|---|
| Supplier SCD | - | (25) | 2.986 | 2.961 |
| Supplier Administradora | - | 19.940 | 317.460 | 337.400 |
| **Total** | **-** | **19.915** | **320.446** | **340.361** |

**14. IMOBILIZADO:** O imobilizado da Companhia e suas controladas é registrado ao custo de aquisição e a depreciação dos bens é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil econômica estimada dos bens. Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados nos quadros abaixo:

| | Controladora | | | |
|---|---|---|---|---|
| | **Computadores e equipamentos eletrônicos** | **Veículos** | **Outros** | **Total** |
| **Custo** | | | | |
| **Saldos em 2021** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| Adições | - | 696 | - | 696 |
| Reorganização societária | 222 | 415 | 15 | 652 |
| Baixas | (9) | (4) | - | (13) |
| **Saldos em 2022** | **213** | **1.107** | **15** | **1.335** |
| **Depreciação** | | | | |
| **Saldos em 2021** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| Depreciação no exercício | (33) | (178) | (9) | (220) |
| Baixas | 1 | 4 | - | 5 |
| **Saldos em 2022** | **(32)** | **(174)** | **(9)** | **(215)** |
| **Valor residual** | | | | |
| **Saldos em 2022** | **181** | **933** | **6** | **1.120** |
| **Saldos em 2021** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| Taxa média de depreciação anual | 20% a 25% | 33% | 20% | |

| | Consolidado | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Custo** | **Computadores e equipamentos eletrônicos** | **Veículos** | **Móveis e utensílios** | **Instalações, máquinas e equipamentos** | **Direito de uso** | **Outros** | **Total** |
| **Saldos em 2021** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| Adições | 382 | 696 | - | - | 199 | - | 1.277 |
| Reorganização societária | 6.343 | 415 | 640 | 794 | 5.041 | 329 | 13.562 |
| Baixas | (336) | (4) | - | - | - | (2) | (342) |
| **Saldos em 2022** | **6.389** | **1.107** | **640** | **794** | **5.240** | **327** | **14.497** |
| **Depreciação** | | | | | | | |
| **Saldos em 2021** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| Depreciação no exercício (i) | (402) | (178) | (20) | (59) | (448) | (20) | (1.127) |
| Reorganização societária | (3.956) | - | (396) | (587) | (2.104) | (234) | (7.277) |
| Baixas | 309 | 4 | - | - | - | - | 313 |
| **Saldos em 2022** | **(4.049)** | **(174)** | **(416)** | **(646)** | **(2.552)** | **(254)** | **(8.091)** |
| **Valor residual** | | | | | | | |
| **Saldos em 2022** | **2.340** | **933** | **224** | **148** | **2.688** | **73** | **6.406** |
| **Saldos em 2021** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| Taxa média de depreciação anual | 20% a 25% | 33% | 10% a 25% | 6,7% a 25% | 10% a 33% | 20% | |

(i) Depreciação referente ao período de 01 de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022.
Anualmente, a Companhia avalia indicadores que possam impactar a estimativa de vida útil de seus ativos, sendo que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve nada que indicasse alguma mudança.

**15. INTANGÍVEL:** Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial, enquanto que o custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Os detalhes dos intangíveis e da movimentação dos saldos desse grupo estão apresentados a seguir:

| | Controladora | |
|---|---|---|
| | **Ativos de desenvolvimento** | **Total** |
| **Custo** | | |
| **Saldos em 2021** | **-** | **-** |
| Adições | 2.349 | 2.349 |
| Reorganização societária | 13.775 | 13.775 |
| Baixas | (1.363) | (1.363) |
| **Saldos em 2022** | **14.761** | **14.761** |
| **Amortização** | | |
| **Saldos em 2021** | **-** | **-** |
| Amortização do exercício | (2.911) | (2.911) |
| Baixas | 400 | 400 |
| **Saldos em 2022** | **(2.511)** | **(2.511)** |
| **Valor residual** | | |
| **Saldos em 2022** | **12.250** | **12.250** |
| **Saldos em 2021** | **-** | **-** |
| Taxa média de amortização anual | 20% a 50% | |

| | Consolidado | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Software** | **Marcas e Patentes** | **Carteira de Clientes** | **Ativos de desenvolvimento** | **Outros** | **Total** |
| **Custo** | | | | | | |
| **Saldos em 2021** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | |
| Adições | 847 | - | - | 2.349 | - | 3.196 |
| Reorganização societária | 117.993 | 36.821 | 83.080 | 13.775 | 20.151 | 271.820 |
| Baixas | (164) | - | - | (1.363) | (165) | (1.692) |
| **Saldos em 2022** | **118.676** | **36.821** | **83.080** | **14.761** | **19.986** | **273.324** |
| **Amortização** | | | | | | |
| **Saldos em 2021** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| Amortização do exercício (i) | (10.050) | - | (2.733) | (2.911) | (507) | (16.201) |
| Reorganização societária | (58.981) | (36.821) | (14.758) | - | (15.470) | (126.030) |
| Baixas | 119 | - | - | 401 | - | 520 |
| **Saldos em 2022** | **(68.912)** | **(36.821)** | **(17.491)** | **(2.510)** | **(15.977)** | **(141.711)** |
| **Valor residual** | | | | | | |
| **Saldos em 2022** | **49.764** | **-** | **65.589** | **12.251** | **4.009** | **131.613** |
| **Saldos em 2021** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| Taxa média de amortização anual | 10% a 20% | 6,7% a 8% | 10% a 12,5% | 20% a 50% | 10% a 50% | |

(i) Amortização referente ao período de 01 de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022.
A amortização dos ativos intangíveis está baseada em suas vidas úteis estimadas. Os ativos intangíveis identificados, os valores reconhecidos e as vidas úteis dos ativos gerados em combinação de negócios são fundamentadas em estudo técnico de empresa especializada independente.

**15.1. Análise do valor recuperável de ativos:** Conforme comentado na nota 1, a TOTVS Techfin é objeto da transação envolvendo a TOTVS S.A. e o Itaú para criação de uma JV de produtos de crédito. Dessa forma, a avaliação levou em consideração que o valor envolvido na transação é maior que o valor contábil dos ativos líquidos relacionados, e consequentemente, não havendo necessidade de provisão para perda em 31 de dezembro de 2022.

**16. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS:** Em 31 de dezembro de 2022 os saldos de salários e encargos a pagar são assim compostos:

| | Controladora 2022 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|
| **Obrigações trabalhistas** | | |
| Salários a pagar | 1.858 | 3.678 |
| Férias a pagar | 2.537 | 6.586 |
| Participação nos resultados e bônus | 999 | 11.336 |
| Outros | 58 | 58 |
| | **5.452** | **21.658** |
| Obrigações sociais | 384 | 1.430 |
| **Total** | **5.836** | **23.088** |

**17. REPASSE AOS PARCEIROS:** O valor de repasse aos parceiros refere-se aos créditos adquiridos a vencer dos estabelecimentos conveniados com a Supplier Administradora para atuarem como meio de pagamento entre o estabelecimento e seus clientes. As taxas são definidas para cada parceiro considerando a análise de risco do perfil do cliente e os pagamentos a esses parceiros de negócios relativos aos direitos de crédito adquiridos possuem vencimentos inferiores a 30 dias. O valor de repasse de parceiros em 31 de dezembro de 2022 é de R$678.215.

**18. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS: 18.1. Processos em andamento com provisão para contingências e obrigações legais vinculados a processos judiciais -** A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em determinadas ações judiciais sobre questões tributárias, previdenciárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais em curso, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis estimadas no desfecho das ações em curso. O valor provisionado reflete a melhor estimativa corrente da Administração da Companhia. O valor das provisões constituídas e suas movimentações em 31 de dezembro de 2022 são como segue:

| | Consolidado | | | |
|---|---|---|---|---|
| | **Tributárias** | **Trabalhistas** | **Cíveis** | **Total** |
| **Saldos em 2021** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| (+) Complemento de provisões | 7 | 11 | 349 | 367 |
| (+) Atualização monetária | - | 21 | - | 21 |
| (+) Reorganização societária | - | 739 | 284 | 1.023 |
| (-) Reversão de provisão não utilizada | - | 7 | (22) | (15) |
| (-) Baixa por pagamento | - | (11) | (219) | (230) |
| **Saldos em 2022** | **7** | **767** | **392** | **1.166** |

**18.2. Contingências possíveis -** Adicionalmente, a Companhia é parte de ações cujo risco de perda, de acordo com os advogados externos responsáveis e a Administração da Companhia, é possível. Para tais, nenhuma provisão foi reconhecida, como segue:

| **Natureza** | Consolidado 2022 |
|---|---|
| Tributárias | 5.043 |
| Trabalhistas | 2.239 |
| Cíveis | 730 |
| | **8.012** |

Os processos classificados como perda possível apresentados no quadro acima não contemplam processos individualmente relevantes em 31 de dezembro de 2022.

**19. COTAS SÊNIOR E MEZANINO:** O passivo referente às cotas sênior e mezaninos representa a obrigação do Supplier FIDC com os cotistas sênior e mezanino que não são eliminados na consolidação do Grupo. O saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R$1.638.887. O indexador utilizado para rentabilidade das cotas Suppliercard FIDC Senior é CDI + 2% a.a., para as cotas Suppliercard FIDC Mezanino CDI + 3% a.a. e para cotas Suppliercard FIDC Mezanino II CDI + 4% a.a. e a remuneração da valorização das cotas em benefício aos titulares das cotas sênior e mezanino é registrada como custo da operação. Abaixo, demonstramos a movimentação das cotas sênior e mezanino em 31 de dezembro de 2022:

| | Consolidado |
|---|---|
| **Saldo em 2021** | **-** |
| Aplicações | 77.719 |
| Reorganização societária | 1.531.406 |
| Resgates | (68.341) |
| Juros incorridos (i) | 98.103 |
| **Saldo em 2022** | **1.638.887** |

(i) Juros incorridos referente ao período de 01 de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

**20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a) Capital social -** O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R$614.000, representado por 614.000.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **b) Reserva de capital -** Conforme resolução CVM 78/2022, foi constituída provisão para o ágio da Supplier, mantendo o benefício fiscal dessa operação em decorrência da reorganização societária dos negócios de Techfin no montante de R$170.249. **c) Destinação do Lucro -** A Companhia constituiu R$637 de reserva legal, R$3.024 de dividendos mínimos obrigatórios e R$9.070 de reserva de lucros.

**21. PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES:** A Companhia e suas controladas possuem plano de remuneração baseado em ações e mensuram o custo de transações liquidadas com ações de sua controladora TOTVS S.A. a seus empregados, baseada no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. O valor justo das ações restritas é o valor de mercado na data da concessão de cada plano. Nos programas vigentes, os elegíveis terão direito de receber as ações restritas ao final do período de carência, sendo que durante o período de carência, os participantes não farão jus ao recebimento de dividendos, nem Juros sobre Capital Próprio, relativos às Ações Restritas. Os planos em vigência são: (i) Programa ILP Destaques; (ii) Programa ILP Master; e (iii) Programa ILP Performance. A definição de cada programa está disponível no site de RI da TOTVS: (https://ri.totvs.com/esg/estatuto-politicas-e-regimento/). O valor registrado em reserva de capital referente ao plano de remuneração baseado em ações em 31 de dezembro de 2022 foi de R$3.897.

**22. RECEITA BRUTA:** A receita bruta e as respectivas deduções para apuração da receita líquida apresentada na Demonstração de Resultados da Companhia e suas controladas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi como segue:

| | Controladora 2022 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|
| **Software recorrente** | **6.370** | **6.370** |
| **Software não recorrente** | **12** | **12** |
| Serviços não recorrentes | 12 | 12 |
| **Serviços de produto de crédito** | **-** | **210.023** |
| **Receita bruta** | **6.382** | **216.405** |
| Cancelamentos | (25) | (46) |
| Impostos incidentes sobre vendas | (898) | (11.714) |
| **Deduções** | **(923)** | **(11.760)** |
| **Receita Líquida** | **5.459** | **204.645** |

**23. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA:** A Companhia e suas controladas apresentam as informações sobre os custos e as despesas operacionais por natureza para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

| **Natureza** | Controladora 2022 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|
| Salário, benefícios e encargos | 17.412 | 43.088 |
| Serviços de terceiros e outros insumos | 59 | 96.401 |
| Comissões | 247 | 3.937 |
| Depreciação e amortização | 3.131 | 17.328 |
| Provisão para contingências | - | 229 |
| Provisão para perda esperada | 12 | 20.787 |
| Outras | 579 | 5.134 |
| **Total** | **21.440** | **186.904** |

| **Função** | Controladora 2022 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|
| Custo de softwares | 1.959 | 1.959 |
| Custos de produtos de crédito | - | 84.495 |
| Pesquisa e desenvolvimento | 13.857 | 20.468 |
| Despesas comerciais e de marketing | 5.035 | 41.201 |
| Despesas gerais e administrativas | 638 | 38.200 |
| Despesas/Receitas operacionais | (49) | 581 |
| **Total** | **21.440** | **186.904** |

**24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS:** As receitas e despesas financeiras incorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi como segue:

| | Controladora 2022 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|
| **Receitas financeiras** | | |
| Receitas de aplicações financeiras (i) | 4.878 | 578 |
| Variação monetária ativa | - | 274 |
| Outras receitas financeiras (ii) | (186) | (194) |
| | **4.692** | **658** |
| **Despesas financeiras** | | |
| Juros incorridos | - | (72) |
| Variação monetária passiva | (1) | (38) |
| | **(1)** | **(110)** |
| **Receitas (despesas) financeiras líquidas** | **4.691** | **548** |

(i) Inclui o rendimento da cota subordinada do FIDC. (ii) Inclui os montantes de PIS e COFINS sobre receitas financeiras.

**25. EVENTO SUBSEQUENTE:** Em 11 de abril de 2023, foi autorizada em Assembleia Geral Ordinária a distribuição de dividendos da controlada Supplier Administradora à controladora TOTVS Techfin, no valor de R$36.611, correspondendo à R$0,10891 por ação à ser pago integralmente até 12 de abril de 2023.

**DIRETORIA**

**GILSOMAR MAIA SEBASTIÃO**
Diretor

**HUDSON BASILIO MAGRI**
Contador CRC 1SP304325/O-6

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

**Aos Diretores e Acionistas da TOTVS Techfin S.A. - São Paulo - SP**

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da TOTVS Techfin S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da TOTVS Techfin S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de abril de 2023

KPMG
**KPMG Auditores Independentes Ltda.**
CRC 2SP014428/O-6

**Wagner Petelin**
Contador CRC 1SP142133/O-7

## SIROCO PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ/MF nº 05.032.463/0001-59 - NIRE 35.230.019.004

**EXTRATO DA ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS DE 31/03/2023**

**Data, Horário e Local:** 31/03/2023, às 10h, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensada, tendo em vista a presença da totalidade dos sócios da Sociedade. **Mesa:** Presidente: **Eduardo Vieira da Motta**; e Secretária: **Luilda Kummer Vieira da Motta**. **Deliberações: 1ª:** Redução do capital social da Sociedade, que se encontra totalmente subscrito e integralizado pelos sócios, no montante de R$ 4.000.000,00 por considerarem excessivo em relação aos objetivos da Sociedade. O capital passará de R$ 4.830.800,00, dividido em 4.830.800 quotas sociais, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma, para R$ 830.800,00 dividido em 830.800 quotas sociais, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma. **2ª:** a redução de capital será realizada mediante o cancelamento de 4.000.000 de quotas sociais, com valor nominal total de R$ 4.000.000,00 representativas do capital social da Sociedade que será restituído aos sócios da seguinte forma: **(a)** Ao sócio **Eduardo Vieira da Motta** serão destinados ativos da Sociedade no montante correspondente a R$ 800.000,00, mediante o cancelamento de 800.000 quotas sociais de sua titularidade; **(b)** À sócia **Luilda Kummer Vieira da Motta** serão destinados ativos da Sociedade no montante correspondente a R$ 800.000,00, mediante o cancelamento de 800.000 quotas sociais de sua titularidade; **(c)** À sócia **Márcia Vieira da Motta** serão destinados ativos da Sociedade no montante correspondente a R$ 800.000,00, mediante o cancelamento de 800.000 quotas sociais de sua titularidade; **(d)** À sócia **Elaine Vieira da Motta** serão destinados ativos da Sociedade no montante correspondente a R$ 800.000,00, mediante o cancelamento de 800.000 quotas sociais de sua titularidade; e **(e)** À sócia **Eliane Vieira da Motta** serão destinados ativos da Sociedade no montante correspondente a R$ 800.000,00, mediante o cancelamento de 800.000 quotas sociais de sua titularidade. **3ª:** Em razão das deliberações acima aprovadas, decidem os sócios, por unanimidade, alterar a Cláusula Quinta do Contrato Social da Sociedade, para refletir a alteração do capital social. SP, 31/03/2023. Mesa: **Eduardo Vieira da Motta -** Presidente; **Luilda Kummer Vieira da Motta -** Secretária. **Sócios:** Eduardo Vieira da Motta, Luilda Kummer Vieira da Motta, Márcia Vieira da Motta, Elaine Vieira da Motta, Eliane Vieira da Motta. **Interveniente Anuente e Credora Fiduciária:** Mônica Vieira da Motta Piacsek.

## Sum Reseller S.A.

CNPJ 11.372.452/0001-10 - NIRE 35300460880

**Balanço Patrimonial Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021** (Valores expressos em Reais mil)

| **Ativo** | **2022** | **2021** | **Passivo** | **2022** | **2021** |
|---|---|---|---|---|---|
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 175 | Fornecedores | 13.478 | 14.410 |
| Contas a receber de clientes | 14.067 | 16.530 | Empréstimos e financiamentos | 1.435 | 2.438 |
| Adiantamento Fornecedores | 531 | 1.153 | Passivo Fiscal Corrente | 831 | 650 |
| Créditos diversos | 355 | 9 | Imposto de Renda e Contribuição Social | 383 | 332 |
| Ativos Fiscais Correntes | 159 | 141 | Outras Contas a Pagar | 17 | 201 |
| Partes Relacionadas | – | – | Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar | 222 | 222 |
| **Total do Ativo circulante** | **15.116** | **18.008** | **Total do Passivo circulante** | **16.365** | **18.253** |
| Partes Relacionadas | 276 | 276 | **Empréstimos e financiamentos** | | |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 10.379 | 9.910 | Partes Relacionadas | 23.393 | 23.282 |
| Imobilizado | – | 1 | Passivo Fiscal Corrente | 1.288 | 928 |
| Intangível | 915 | 915 | **Total do Passivo não circulante** | **24.681** | **24.210** |
| | | | **Patrimônio líquido** | | |
| **Total do ativo não circulante** | **11.570** | **11.101** | Capital social | 100 | 100 |
| | | | Reserva legal | 20 | 20 |
| | | | Reservas de Retenção de lucros | (14.480) | (13.474) |
| | | | **Total do Patrimônio líquido** | **(14.360)** | **(13.354)** |
| **Total do ativo** | **26.686** | **29.109** | **Total do passivo e patrimônio líquido** | **26.686** | **29.109** |

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021** (Valores expressos em Reais mil)

| | **Capital social** | **Reserva legal** | **Reserva de lucros** | **Lucros Acumulados** | **Total** |
|---|---|---|---|---|---|
| **Saldo em 31 de dezembro de 2020** | **100** | **20** | **(13.494)** | **–** | **(13.374)** |
| Lucro liquido do exercício | – | – | – | 27 | 27 |
| Destinações: | | | | | |
| Constituição de reserva de lucros | – | – | 27 | (27) | – |
| Dividendos extraordinários | – | – | (7) | – | (7) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2021** | **100** | **20** | **(13.474)** | **–** | **(13.354)** |
| Lucro liquido do exercício | – | – | – | (1.006) | (1.006) |
| Destinações: | | | | | |
| Constituição de reserva de lucros | – | – | (1.006) | 1.006 | – |
| Dividendos extraordinários | – | – | – | – | – |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2022** | **100** | **20** | **(14.480)** | **–** | **(14.360)** |

**Demonstração de resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021** (Valores expressos em Reais mil)

| | **2022** | **2021** |
|---|---|---|
| Receita operacional líquida | 22.309 | 17.907 |
| Custo dos serviços prestados | (19.164) | (16.431) |
| **Lucro Bruto** | **3.145** | **1.475** |
| **Receitas (Despesas) operacionais** | | |
| Despesas administrativas, gerais e tributárias | (4.299) | (1.499) |
| | **(4.299)** | **(1.499)** |
| **Resultado antes das receitas (despesas) financeiras liquidas e impostos** | **(1.154)** | **(24)** |
| Receitas financeiras | 254 | 111 |
| Despesas financeiras | (388) | (923) |
| **Receita (despesas) financeiras líquidas** | **(134)** | **(812)** |
| **Receitas não Operacionais** | **–** | **–** |
| **Lucro antes do IR e CS** | **(1.288)** | **(836)** |
| **Imposto de renda e contribuição social** | | |
| Correntes | (188) | (455) |
| Diferidos | 469 | 1.318 |
| | **282** | **864** |
| **Lucro líquido (prejuízo) do exercício** | **(1.006)** | **27** |

**Diretoria**

**Kleuber Pereira Batista**
Diretor de Finanças
CPF: 579.489.681-72

**Maraisa Paes Martins**
Contadora
CRC: 1SP157782-O/0
CPF: 085.321.308-95

autojornal
o dia a dia motorizado

EDIÇÃO: 619

29 DE ABRIL A 5 DE MAIO DE 2023

## Importados

# Porsche apresenta o novo Cayenne

A Porsche remodelou a terceira geração do Cayenne com mudanças abrangentes de trem de força, chassi, design e equipamento. Essa remodelação do SUV ampliou ainda mais não apenas o desempenho na estrada e fora da estrada, mas também o luxuoso conforto do dia a dia.

O novo Cayenne estreia com um conceito de display e controle altamente digitalizado, nova tecnologia de chassi e recursos inovadores de alta tecnologia. Os faróis de LED HD-Matrix de alta definição fornecem iluminação rodoviária adaptada a cada situação de condução, um sistema de qualidade do ar filtra os poluentes da atmosfera no interior e, pela primeira vez no Cayenne, os passageiros dianteiros têm seu próprio display de info-entretenimento — para streaming de vídeos durante a viagem, por exemplo. Com seu design amplamente aprimorado e sua gama de motores mais potentes, o Cayenne enfatiza sua reivindicação de ser o carro mais esportivo de seu segmento.

A Porsche integrou um conceito de display e controle totalmente revisado no novo Cayenne. A nova Porsche Driver Experience, introduzida pela primeira vez no Porsche Taycan, concentra-se no eixo do motorista e otimiza a operação. As funções que o motorista usa com frequência estão localizadas diretamente no volante ou imediatamente ao lado dele. Por exemplo, a alavanca localizada à esquerda na parte de trás do volante tem agora funções adicionais para operar os sistemas de assistência ao motorista. A alavanca seletora de transmissão automática no novo Cayenne agora fica no painel de comando. Essa alteração abre espaço no novo console central para compartimentos de armazenamento e um grande controlador do ar-condicionado em um elegante design de painel escuro. Controles grandes e facilmente acessíveis combinados com interruptores mecânicos do ar-condicionado e um controlador de volume tátil garantem uma operação ideal e uma aparência refinada.

Pela primeira vez, o cockpit redesenhado do Cayenne inclui um painel de instrumentos totalmente digital de 12,6 polegadas com o conhecido design curvo e autônomo e opções variáveis de display. O head-up display otimizado está disponível como opção. O display central Porsche Communication Management (PCM) padrão de 12,3 polegadas integra-se harmoniosamente ao novo painel de comando e fornece acesso a todas as funções relevantes do veículo. Encontra-se, pela primeira vez como opcional, um display de 10,9 polegadas do lado do passageiro. Essa implementação enriquece a experiência do passageiro dianteiro, exibindo dados de desempenho, fornecendo acesso individual aos controles do sistema de infoentretenimento e, dependendo do mercado, a opção de streaming de conteúdo de vídeo na estrada. Uma película especial garante que o motorista não consiga ver esse display.

**Design, iluminação conforto e desempenho**

O novo Cayenne agora tem uma aparência particularmente expressiva. Uma nova extremidade dianteira combinada com paralamas mais fortemente arqueados, um novo capô e faróis tecnicamente atraentes enfatizam a largura do veículo. Luzes traseiras projetadas em forma tridimensional, superfícies desobstruídas na parte de baixo e um novo avental traseiro com suporte de placa de identificação integrado caracterizam o design da extremidade traseira do novo Cayenne. Uma paleta de cores expandida com novas opções, pacotes esportivos leves que economizam até 33 quilos no Cayenne Coupé, e uma nova gama extensa de rodas de 20, 21 e 22 polegadas possibilitam a configuração do novo Cayenne de forma individual e dinâmica.



Os faróis de LED Matrix agora vêm como padrão no novo Cayenne. Os faróis de LED HD-Matrix são um novo recurso opcional. Com dois módulos de alta definição e mais de 32.000 pixels por farol, sua tecnologia inovadora detecta os demais condutores e bloqueia a luz do farol alto incidente sobre eles, devido à precisão dos pixels, evitando assim o ofuscamento da visibilidade. A luminosidade dos módulos pode ser regulada em mais de 1.000 etapas, dependendo da situação de condução. Os modos de iluminação personalizados aumentam a segurança e o conforto em diferentes situações de condução.

A Porsche também introduziu um sistema de qualidade do ar no novo Cayenne. Como padrão, o veículo usa dados de navegação preditiva para detectar a aproximação de entradas de túneis e ativa automaticamente a recirculação de ar. Opcionalmente, um sensor detecta o nível de partículas finas de pó no ar fazendo múltiplas filtragens usando o filtro de poeira fina, se necessário. Além disso, um ionizador remove grande parte dos germes e poluentes do ar, recurso particularmente benéfico para quem sofre com alergias.

Adicionalmente, os clientes podem utilizar uma ampla gama de sistemas de assistência novos e otimizados. Esses itens incluem o auxílio de desvio, o auxílio de curva assim como o piloto automático adaptável. Isto significa que o novo Cayenne está ainda melhor para auxiliar o motorista em situações perigosas, assim como em engarrafamentos em estradas e rodovias.

A Porsche agora equipa o Cayenne na fábrica com uma suspensão incluindo o Porsche Active Suspension Management (PASM). Novos amortecedores com tecnologia de 2 válvulas e, portanto, etapas separadas de distensão e compressão permitem um desempenho otimizado em todas as situações de condução. Em particular, o conforto em velocidades lentas, o manuseio durante curvas dinâmicas e o suporte de inclinação e rotação foram visivelmente aprimorados. A experiência de dirigir foi aprimorada com a nova suspensão pneumática adaptável com tecnologia de 2 câmaras e 2 válvulas. Essa nova tecnologia melhora a experiência de dirigir com uma suspensão suave característica, estabiliza o veículo e simplifica o manuseio em estrada e fora de estrada - em comparação tanto com a suspensão padrão quanto com o modelo anterior. Ao mesmo tempo, a suspensão pneumática adaptável melhora a precisão e o desempenho da direção e reduz os movimentos do corpo em situações de direção dinâmica. A suspensão também oferece uma diferenciação ainda mais acentuada entre os modos de condução Normal, Sport e Sport Plus.

**Mais performance em todos modelos**

No Brasil, o novo Cayenne estreia com 3 versões, S nas carrocerias SUV e Coupé e Turbo GT, todas equipadas com motorização V8 4.0 litros.

Um refinamento extensivo do motor V8 biturbo de quatro litros desenvolvido pela Porsche substitui o motor V6 anterior no novo Cayenne S. Com uma potência máxima de 349 KW (474 cv) e um torque de 600 Nm – 25 kW (34 cv) e 50 Nm a mais que seu antecessor – tanto o SUV quanto o SUV Coupé apresentam uma aceleração de zero a 100 km/h em 4,7 segundos (com pacote Sport Chrono). A velocidade máxima é de 273 km/h.

O Turbo GT projetado para o máximo desempenho em estrada ainda é o modelo topo de gama da linha Cayenne. Está disponível exclusivamente na carroceria Coupé e se beneficia de todas as otimizações e inovações da série dos modelos. Além disso, a potência do motor biturbo V8 de quatro litros do Turbo GT foi ampliada em 14 kW (19 cv), alcançando agora 485 kW (659 cv). O Cayenne Turbo GT acelera de zero a 100 km/h em 3,3 segundos, com uma velocidade máxima de 305 km/h.

O equipamento padrão do Cayenne foi significativamente expandido para incluir faróis LED Matrix, novo display curvo de 12,6", interior totalmente renovado, assistente de manutenção de faixa, carregamento para smartphone com recarga indutiva de até 15 watts, entre outros aspectos.

Neste momento, a Porsche está oferecendo no Brasil o novo Cayenne a partir de R$ 810.000 na versão S (carroceria SUV). O Cayenne S Coupé possui preço público sugerido de R$ 840.000 e o Turbo GT de R$ 1.385.100, todos ano-modelo 2024, com entregas previstas para 2023.

# RS e-tron GT no Audi Luxury Signature



A Audi do Brasil anuncia a entrada do RS e-tron GT no Audi Luxury Signature, o exclusivo programa de assinaturas de veículos da marca, disponível na rede completa com mais de 40 concessionárias espalhadas por 37 cidades em todas as regiões no país. Este é o primeiro modelo RS a ser disponibilizado no Audi Luxury Signature, que oferece agora 15 modelos do portfólio das quatro argolas. O primeiro superesportivo elétrico da fabricante é disponibilizado em versão única e com mensalidades a partir de R$ 22.385, no plano de 36 meses.

A chegada do novo Audi RS e-tron GT também marca um novo recorde do programa. Somente em 2022, 26% do total de assinaturas foram para veículos totalmente elétricos. Com opções de assinatura por 18, 24 e 36 meses, o Audi Luxury Signature oferece ao cliente a opção de escolher veículos já disponíveis à pronta entrega disponibilizando modelos familiares, esportivos e elétricos da marca.

O RS e-tron GT é hoje o principal ícone da Audi. O veículo oferece desempenho, tecnologia e design único sendo referência em eletrificação. O Audi Luxury Signature é hoje a principal opção de assinatura do segmento premium e desempenha um importante papel de ineditismo e exclusividade aos clientes que buscam soluções cada vez mais personalizadas em suas rotinas.

O Audi RS e-tron GT é oferecido em versão única dentro do Audi Luxury Signature. Lançado como piloto em 2020, o programa foi pioneiro no nicho de veículos premium no Brasil e, atualmente, oferece o maior portfólio de modelos disponíveis para assinatura nesse segmento, com um total de quinze veículos distintos: A3 Sportback, A3 Sedan, A4, A5, Q3, Q3 Sportback, Q5, Q5 TFSIe, Q5 TFSIe Sportback, Q7, Q8, e-tron, e-tron Sportback, e-tron S Sportback e RS e-tron GT.

O programa está disponível para pessoa física ou jurídica, oferece opções familiares, esportivas e elétricas, e tem planos de 18, 24 e 36 meses, além de franquia de até 1.500 quilômetros mensais. Entre as vantagens, o cliente não precisa se preocupar com revisões ou documentação em geral (IPVA, seguro, licenciamento) e ainda conta com a assistência 24 horas do Audi Class Service. Também é possível incluir a blindagem durante o período de contratação.

O Audi RS e-tron GT

O Audi RS e-tron GT é o primeiro superesportivo elétrico da marca. O modelo RS precisa somente de 3,3 segundos para acelerar de zero a 100 km/h. A velocidade máxima é de 250 km/h. O motor elétrico no eixo dianteiro libera 175 kW de potência, enquanto o motor na traseira entrega 335 kW. A potência total é 440 kW e o torque total é 830 Nm. No modo boost, a potência aumenta brevemente para 475 kW ou 646 cavalos.

O som esportivo do RS e-tron GT merece um capítulo à parte: a Audi compôs um som único para o modelo, transmitidos por duas unidades de controle e amplificadores no compartimento de bagagem. Eles geram um som separando exterior e interior, que sai através de dois alto-falantes, fora e dentro do veículo. Dados sobre a velocidade rotacional dos motores elétricos, carga, velocidade do veículo e outros parâmetros servem como base para o som digital, que oferece uma impressão autêntica do trabalho executado pelo sistema de tração.

A bateria de alta tensão pode armazenar 93 kWh de energia nos dois modelos. Ela integra 33 módulos, cada um deles compreendendo 12 células com revestimento externo flexível. O modelo pode carregar com 11 kW em corrente alternada (AC) como padrão, o que permite que ele recarregue uma bateria por completo durante a noite. Em um terminal de corrente direta (DC) com potência adequada, o gran turismo elétrico atinge um pico de capacidade de carga de até 270 kW. Isto permite que ele recarregue até 100 km em pouco mais de cinco minutos. A carga até 80% demora menos de 22,5 minutos em condições ideais.

## Nacionais

# Mitsubishi confirma chegada de novas series



A Mitsubishi Motors confirma a chegada de suas séries especiais de seus veículos: a L200 Triton Sport Savana e o Eclipse Cross Sport. Ambos os modelos devem ser comercializados nas concessionárias da marca em todo o País já nos próximos meses.

A linha L200 Triton Savana chega à sua quinta geração completamente reformulada, com muito mais tecnologia, novo sistema de transmissão e ainda mais aptidão para o fora de estrada, com preço de R$ 309.990.

A picape traz uma série de acessórios como snorkel, bagageiro com rampa, rock sliders nas laterais e caçamba com acabamento anti-riscos X-Liner e caixa multifunções integrada. Com parte removível, ela traz ampla comodidade para o transporte de cargas menores que não ficam se deslocando durante o trajeto.

Disponível em quatro opções de cores de carroceria - Amarelo Rally, Verde Forest, Bege Jizan e Branco Fuji — a série especial Savana é baseada na nova L200 Triton Sport HPE e traz inúmeras mudanças em relação à geração anterior. A começar pelo visual completamente renovado, assim como o sistema de tração Super Select 4WD-II (SS4-II), muito mais completo, que garante alto nível de robustez e segurança.

O apelo 4x4 do modelo também é reforçado pelas imponentes rodas em aço de aro 17 auxiliam envoltas por pneus GoodYear Duratrack 265/60/27. Projetados para enfrentar situações severas fora de estrada, os pneus são compostos por dentes de serra nos sulcos, que oferecem maior tração na lama, além de serem preparados também para a neve.

**Série especial Eclipse Cross Sport 2024**

A linha de SUVs compactos Mitsubishi Eclipse Cross ganhará uma série especial e limitada com apelo bastante esportivo. O Eclipse Cross Sport chega ao mercado nos próximos meses e traz design com elementos estéticos que imprimem dinamismo e entregam sofisticação, além de deixarem o visual do SUV ainda mais arrojado. Chega em duas versões HPE-S e HPE-S A-WC com preços de R$ 237.990 e R$ 248.990, respectivamente.

A dianteira do Eclipse Cross Sport troca o acabamento cromado do restante da gama por peças pintadas em preto brilhante, que realçam a sua predileção pelo asfalto.

Já a grade frontal e detalhes do parachoques trazem acabamento tipo carbono, enquanto a parte inferior da peça exibe um spoiler com a moldura central em prata. Para arrematar o estilo, o capô traz dois imponentes extratores.

A temática esportiva segue pelas laterais, com as rodas de liga leve de 18 polegadas em preto brilhante e calçadas com pneus 225/55 R18. O conjunto deixa à mostra as pinças de freio, que no Eclipse Cross Sport são pintadas de vermelho. O tempero esportivo é complementado pelas molduras das caixas de roda pintadas na mesma cor da carroceria.

Atrás, destacam-se o aerofólio e o skid plate pintados em preto brilhante, além de uma saída de escape totalmente personalizada, com viés bastante esportivo.

# Ford Maverick Hybrid desembarca no Brasil

As primeiras unidades da Maverick Hybrid desembarcaram no Brasil, mostrando que ela está perto da estreia para se tornar a primeira picape híbrida do país. A Ford informou que estas unidades serão usadas na preparação para o lançamento, no primeiro semestre, em ações de demonstração e treinamento.

A Maverick Hybrid é um dos dez lançamentos programados pela Ford em 2023. Ela faz parte do programa de eletrificação que é um dos pilares do modelo de negócios da marca na região e no mundo. A principal novidade da picape é o trem de força híbrido composto por um motor 2.5 Atkinson a gasolina e um motor elétrico, com autonomia de mais de 800 km. O sistema de freio regenerativo é uma das tecnologias que contribuem para esse excepcional desempenho.

Um dos veículos mais premiados de 2022, a Ford Maverick tem uma proposta diferenciada que combina a robustez e versatilidade das picapes com o padrão de conforto de um SUV. A nova versão híbrida aumenta ainda mais os seus atrativos como veículo de uso urbano, com torque instantâneo, rodar confortável e silencioso e baixa emissão de carbono. Com esses atributos, ela se torna uma opção inclusive para as picapes a diesel.



A Maverick Hybrid foi desenvolvida para atender os rigorosos padrões de qualidade, robustez e durabilidade das picapes Ford e é uma legítima representante da família Raça Forte. Foi testada nas condições mais extremas e também teve seu desempenho validado no Brasil, pela engenharia local. Entre outras tecnologias, ela virá com modem de conectividade de série, que permite uma interação total com o veículo pelo aplicativo FordPass.

# Governo concede reajuste de 9% a servidores do Executivo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a lei que reajusta em 9% os salários dos servidores públicos federais civis, incluindo aposentados e pensionistas. A cerimônia ocorreu na sexta-feira (28), no Palácio do Planalto, com a presença de representantes sindicais e da ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, que liderou a negociação com os trabalhadores.

"Esse reajuste é uma demonstração clara que o governo não vê os servidores como parasitas", disse a ministra Esther Dweck, em referência a uma fala do então ministro da Economia, Paulo Guedes, que, em 2020, comparou os servidores públicos com parasitas ao defender uma reforma administrativa para cortar gastos com pessoal.

O acordo entre o governo federal e as entidades representativas foi assinado em março. Para garantir o pagamento dos reajustes, o Executivo enviou projeto de lei ao Congresso Nacional para alterar o Orçamento Geral da União de 2023. O texto ajustou a peça orçamentária sem alterar a dotação de R$ 11,2 bilhões que estava prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA) para a reposição de perdas salariais.

O reajuste será concedido de forma linear a todas as categorias e começa a valer em 1° de maio, sendo pago no salário de 1° de junho.

Esse é o primeiro acordo para reajuste de servidores públicos desde 2016. Neste ano, a Mesa Permanente de Negociação entre servidores e governo federal foi reaberta com a participação de cerca de 100 entidades sindicais dos servidores públicos.

"Se tem uma coisa que a sociedade brasileira aprendeu no desgoverno que vivemos foi valorizar a democracia, o diálogo, a negociação. Foram anos sem sentar para conversar com sindicatos, governadores, lideranças. Um governo deve ser muito mais gente do que apenas o presidente", disse Lula.

**Concursos públicos**

Segundo o presidente, será necessária a realização de concursos para repor pessoal em diversas carreiras. Ele citou, por exemplo, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que tinha 1,7 mil servidores e hoje conta com cerca de 700.

Lula defendeu que a prestação de serviços públicos, como em educação e saúde, por exemplo, não pode ser feita apenas por meios digitais. "Você não melhora a educação sem professor, sem funcionários técnicos. Você não melhora a saúde sem mais médicos, sem mais enfermeiros, você tem que contratar", disse.

"Às vezes é uma incompreensão, eu não sei se por má-fé ou não, mas toda vez que falamos de concurso, algumas pessoas começam a dizer 'começou a gastança'. Para melhorar qualquer serviço público, em qualquer país do mundo, você tem que contratar seres humanos", ressaltou Lula.

"Não é porque nós estamos no mundo desenvolvido, do ponto de vista digital, que a gente vai prescindir do ser humano. A nossa relação é uma relação química e nós precisamos de gente atrás do balcão para cumprimentar, para sorrir, para ouvir, para dizer sim, para dizer não", acrescentou o presidente.

A ministra Esther Dweck explicou que o orçamento prevê R$ 2 bilhões para a realização de concursos este ano. Alguns já foram autorizados e outros devem ser anunciados em breve, como para a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). Segundo ela, serão priorizados os órgãos com maior déficit de pessoal.

**Convenção da OIT**

Outra ação do governo federal para valorização dos servidores será a regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), promulgada em 2013. A norma trata das relações de trabalho na administração pública, como a negociação coletiva e garantias aos representantes de entidades de servidores.

Segundo a ministra Esther Dweck, um grupo de trabalho deve ser montado na próxima semana para se debruçar sobre o tema.

"Com isso, queremos deixar um legado que proteja os servidores mesmo que você tenha à frente do governo alguém que não tenha a sensibilidade e a preocupação do presidente Lula", disse.

"Nós, servidores públicos, temos um compromisso gigantesco e essencial com a população brasileira. Somos nós que garantimos que as políticas públicas cheguem até a população e esse compromisso de valorização do servidor público é um compromisso, principalmente com a valorização, das políticas públicas", completou. (Agencia Brasil)

## Fachin critica anistia a quem mentiu sobre Justiça Eleitoral

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), criticou na sexta-feira (28) o que chamou de "tentativa ignóbil" de anistiar fraudes à representação feminina na política e também de perdoar pessoas que tenham abertamente mentido sobre a Justiça Eleitoral.

Ele atribuiu a grupos sectários "ações que, ora abertamente, ora sub-repticiamente, atentam contra igualdade e a responsabilidade, especialmente agora, quando isso se vê na tentativa ignóbil de anistiar quem agiu contra a representação de mulheres ou contra quem mentiu sobre a Justiça Eleitoral".

O ministro discursou na abertura de palestra no Supremo, organizada por seu gabinete, com o tema O futuro da democracia constitucional no Brasil, proferida pelo professor Oscar Vilhena, fundador e diretor da faculdade de direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

A fala de Fachin ocorre no momento em que um grupo de deputados tenta aprovar uma anistia de multas e outras punições para partidos que tenham fraudado a cota de gênero nas eleições gerais de 2022. Medida similar já foi promulgada no ano passado, em relação a pleitos anteriores, e agora os parlamentares querem postergar o perdão para abarcar também o processo eleitoral do ano passado.

Proposta de Emenda Constitucional (PEC) com 184 assinaturas foi protocolada no fim de março na Câmara. Assinam o projeto deputados de Avante, PDT, Podemos, PT, PL, Republicanos, PSDB, PSB e PSD. Entre os signatários estão os líderes da oposição, Carlos Jordy (PL-RJ), e do governo, José Guimarães (PT-CE).

Em paralelo, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) está prestes a julgar, nas próximas semanas, ação aberta pelo PDT que pede a inelegibilidade do ex-presidente Jair Bolsonaro, sob o argumento de que ele teria mentido conscientemente sobre as urnas eletrônicas e o processo eleitoral em reunião com embaixadores, quando ainda ocupava o cargo.

Fachin disse ter alertado, mais de uma vez, antes dos atos antidemocráticos de 8 de janeiro, sobre os sinais de desrespeito à igualdade e à divergência política, que resultou nos ataques. "Tais sinais já vinham sendo dados como uma tragédia, em que os personagens sabem de seu destino, mas pouco podem", afirmou o ministro. (Agencia Brasil)

## Moraes pede avaliação sobre transferência de Torres para hospital

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou, na sexta-feira (28), que a Secretaria de Administração Penitenciária do Distrito Federal (DF) informe, no prazo de 48 horas, se recomenda a transferência do ex-ministro da Justiça Anderson Torres para um hospital penitenciário.

Na mesma decisão, Moraes pediu que seja informado se Batalhão de Aviação Operacional da Policia Militar, onde Torres está preso, tem condições de garantir a saúde do ex-ministro e ex-secretário de Segurança do DF.

A decisão foi proferida após a defesa do ex-ministro atribuir a "lapsos de memória" a entrega senhas inválidas do celular e do armazenamento em nuvem para a investigação da Polícia Federal (PF) que apura os atos golpistas de 8 de janeiro.

Segundo a defesa, devido à gravidade do quadro psíquico e aos medicamentos que ele está tomando, é possível que "as senhas tenham sido fornecidas equivocadamente, dado o seu grau de comprometimento cognitivo".

"Tendo em vista o atual estado mental do requerente, com lapsos frequentes de memória e dificuldade cognitiva, a confirmação da validade das senhas, na hodierna conjuntura, revela-se sobremaneira dificultosa, justificou a defesa.

Mais cedo, no habeas corpus que foi rejeitado pelo ministro Luís Roberto Barroso, os advogados citaram "risco de suicídio" na manutenção de Torres na prisão.

De acordo com a defesa, laudos médicos elaborados após exames feitos na prisão mostram que Torres apresenta crises de ansiedade, fala palavras sem nexo e se diz "desanimado com a manutenção de sua vida".

Torres está preso desde 14 de janeiro. O ex-ministro é investigado no inquérito do STF que apura sua suposta omissão na contenção dos atos golpistas de 8 de janeiro. Na ocasião, ele estava à frente da Secretaria de Segurança do Distrito Federal. (Agencia Brasil)

## Lula diz que vai demarcar o maior número possível de terras indígenas

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que, durante seu governo, vai demarcar "o maior número possível" de terras indígenas, medida que, segundo ele, colabora para o combate ao desmatamento. Lula participou, na sexta-feira (28), do encerramento da 19ª edição do Acampamento Terra Livre, em Brasília, manifestação anual do movimento indígena.

Na ocasião, o presidente assinou a homologação de seis terras indígenas, nos estados do Acre, Alagoas, Rio Grande do Sul, Ceará, Amazonas e Goiás. Os processos estavam parados desde 2018, pois o então presidente Jair Bolsonaro afirmou que não faria nenhuma demarcação durante seu governo.

"Vamos ter que trabalhar muito para que possamos fazer a demarcação do maior número possível de terras indígenas, não só porque é um direito de vocês, mas porque, se queremos chegar a 2030 com desmatamento zero na Amazônia, nós vamos precisar de vocês como guardiões da floresta", disse Lula, destacando que o processo de demarcação é demorado e passa por muitas etapas jurídicas e de estudos.

Em janeiro, a ministra dos povos indígenas, Sonia Guajajara, afirmou a veículos da **Empresa Brasil de Comunicação** (**EBC**), incluindo a **Agência Brasil**, que 14 processos de demarcação de áreas da União já estavam prontos para ser homologados.

"O que queremos é, ao terminar o mandato, os indígenas estarem sendo respeitados e tratados com toda a dignidade que todo ser humano merece nesse país", disse Lula. "É preciso criar consciência que os indígenas não devem favor a nenhum outro povo. Quando dizem que vocês ocupam 14% do território nacional, passando a ideia de que é muita terra, temos que responder lembrando que, antes do portugueses chegarem aqui, vocês ocupavam 100% do território", acrescentou.

Lula ressaltou ainda que o modo de vida e produção das comunidades indígenas protege os recursos naturais e que, para o agronegócio, é preciso recuperar as áreas já degradadas. "Uma árvore em pé vai produzir mais para esse país do que tentar derrubar para plantar soja, Nós temos mais de 30 milhões de terras degradadas que podem ser recuperadas e, nessas terras, se dobrar a produtividade sem mexer com os indígenas e as florestas", argumentou.

Ainda segundo o presidente, é preciso cuidar dos 25 milhões de pessoas que moram na Amazônia. "Precisamos pesquisar a riqueza da nossa floresta, da nossa biodiversidade, para disso tirar e criar um modo de produção para fazer os povos que moram na Amazônia viverem decentemente e com dignidade", disse.

Na sexta-feira, Lula também assinou decretos para recriar o Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI) e que instituir o Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI).

O objetivo dessa política é promover e garantir a proteção, recuperação, conservação e o uso sustentável dos recursos naturais nos territórios indígenas. De acordo com a Presidência, a iniciativa assegura a melhoria da qualidade de vida dos indígenas com condições plenas para a reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações, além de garantir a integridade do patrimônio material e imaterial desses povos.

O presidente ainda afirmou que o governo vai construir um novo plano de carreiras para os servidores da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). "A maior interessada no plano de carreira é a presidenta da Funai, Joênia Wapichana, porque ela sabe como é baixo o pagamento das pessoas. Queremos recuperar porque trabalhar na Funai é tão importante quanto trabalhar em qualquer repartição", disse Lula.

Ainda no Acampamento Terra Livre, o governo anunciou a liberação de R$ 12,3 milhões à Funai, para a aquisição de insumos, ferramentas e equipamentos às casas de farinha, recuperando a capacidade produtiva das comunidades indígenas yanomami, em Roraima.

A Terra Indígena (TI) Yanomami é a maior do país em extensão territorial e vinha sofrendo com a invasão de garimpeiros. A contaminação da água pelo mercúrio utilizado no garimpo e o desmatamento ilegal impactaram a segurança e disponibilidade de alimento nas comunidades. A situação gerou uma crise humanitária que levou centenas de crianças e idosos à morte, por desnutrição e causas evitáveis, nos últimos quatro anos.

Desde janeiro, o governo federal vem atuando na desocupação dos garimpeiros e no apoio aos indígenas. Para Lula, a saúde indígena é uma prioridade. "Não podemos deixar repetir o que aconteceu com os yanomami, não pode acontecer com nenhum povo indígena", disse.

"Eu jamais imaginei que existisse um governo que deixasse crianças e pessoas adultas chegarem àquelas condições, que quase não podiam levantar de fome, por falta de comida em um país que é o terceiro maior produtor de alimentos do mundo. A verdade é que aquele povo estava no esquecimento, aquele povo estava refém de garimpeiros", acrescentou o presidente. (Agencia Brasil)



Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal



# LWD Participações Ltda.

CNPJ/MF nº 45.199.121/0001-42 - NIRE 35.238.549.592

**Edital de Convocação Para Reunião de Sócios**

Pelo presente instrumento, ficam convocados os sócios da **LWD Participações Ltda.** ("Sociedade"), para a Reunião de Sócios a realizar-se na sede social, no Município de Cajamar, Estado de São Paulo, na Rua Serra Negra, nº 292, complemento 326 - sala 03, bairro Empresarial Anhanguera, CEP 07753-060, às 12 (doze) horas do dia 29 de maio de 2023, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(a) aprovar** as contas da administração e as Demonstrações Financeiras da Sociedade relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **(b) aprovar** o aumento do capital social da Sociedade, atualmente de R$ 33.000,00 (trinta e três mil reais), para R$ 1.722.999,00 (um milhão, setecentos e vinte e dois mil, novecentos e noventa e nove reais), um aumento, portanto, de R$ 1.689.999,00 (um milhão, seiscentos e oitenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais), mediante a emissão de 1.689.999 (um milhão, seiscentas e oitenta e nove mil, novecentas e noventa e nove) novas quotas com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, as quais serão subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, da seguinte forma: **(i)** 563.333 (quinhentas e sessenta e três mil, trezentas e trinta e três) quotas, no valor nominal total de R$ 563.333,00 (quinhentos e sessenta e três mil, trezentos e trinta e três reais), serão subscritas e integralizadas pela sócia **Daniela Dias Janota Antunes**, através da capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC) por ela realizados em favor da Sociedade; **(ii)** 563.333 (quinhentas e sessenta e três mil, trezentas e trinta e três) quotas, no valor nominal total de R$ 563.333,00 (quinhentos e sessenta e três mil, trezentos e trinta e três reais), serão subscritas e integralizadas pelo sócio **Lincoln Dias Janota Antunes**, através da capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC) realizados em seu nome pelos demais sócios em favor da Sociedade; e **(iii)** 563.333 (quinhentas e sessenta e três mil, trezentas e trinta e três) quotas, no valor nominal total de R$ 563.333,00 (quinhentos e sessenta e três mil, trezentos e trinta e três reais), serão subscritas e integralizadas pelo sócio **Washington Dias Janota Antunes**, através da capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC) por ele realizados em favor da Sociedade, de forma que o presente aumento será realizado de forma proporcional pelos sócios da Sociedade; **(c) aprovar** a alteração do Parágrafo Primeiro da Cláusula Sétima do Contrato Social da Sociedade, que passará a vigorar com a seguinte nova redação: *"Os poderes para comprar, vender, hipotecar ou por qualquer outro modo alienar ou gravar os bens do ativo fixo imobilizado da Sociedade cujo valor seja superior a R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) ou a alienação de participação societária da Sociedade em qualquer outra empresa de que participe como sócia ou acionista, deverão ser aprovados sempre pelos 03 (três) sócios, ou através de procurador com poderes especiais";* e **(d) autorizar** os administradores e/ou procuradores da Sociedade a firmarem todos os documentos e a praticarem todos os atos necessários para a implementação das deliberações tomadas. **Instruções Gerais**: Para os fins do Parágrafo Primeiro do artigo 1.078 da Lei nº 10.406/02, encontram-se à disposição dos acionistas e arquivadas na sede social da Sociedade as Demonstrações Financeiras da Sociedade relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Cajamar, 28 de abril de 2023. *Washington Dias Janota Antunes e Daniela Dias Janota Antunes Guerini - Administradores da Sociedade.*

# WDL Antunes Holding S.A.

CNPJ/MF nº 20.646.652/0001-05 - NIRE 35.300.467.493

**Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária**

Ficam convocados os acionistas da **WDL Antunes Holding S.A.** ("Companhia") para a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se na sede social da Companhia, no Município de Cajamar, Estado de São Paulo, na Rua Serra Negra, nº 292/326, sala 02, Empresarial Anhanguera, CEP 07753-060, às 9 (nove) horas do dia 29 de maio de 2023, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia ("AGO"): **(a) aprovar** as contas da administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, documentos esses publicados no jornal "O Dia SP", na página 15 da edição impressa de 12 de abril de 2023, e na página 14 da edição eletrônica de 12 de abril de 2023; **(b) ratificar** o pagamento de dividendos aos acionistas, no decorrer do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, no montante total de R$ 560.000,00 (quinhentos e sessenta mil reais); **(c) reeleger,** para a Diretoria da Companhia, o Sr. **Washington Dias Janota Antunes,** brasileiro, empresário, casado sob o regime de separação total de bens, RG nº 17.277.719-7 SSP/SP, CPF/MF nº 079.439.838-31, residente e domiciliado na Rua Professor Orlando Vicente D'Angieri, 81, Chácara Malota, Jundiaí (SP), CEP: 13211-540, para o cargo de Diretor da Companhia; e a Sra. **Daniela Dias Janota Antunes Guerini,** brasileira, empresária, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, RG nº 17.277.720-3 SSP/SP, CPF/MF nº 169.422.978-52, residente e domiciliada na Alameda das Sapucaias, 2065, Condomínio Quinta da Baronesa, Bragança Paulista (SP), CEP: 12918-020, para o cargo de Diretora da Companhia, ambos para um mandato unificado que se estenderá até a Assembleia Geral Ordinária que vier a deliberar sobre as contas do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025; **(d) aprovar** a fixação da remuneração anual global para os membros da Diretoria da Companhia; e **(e) autorizar** os administradores e/ou procuradores da Companhia a firmarem todos os documentos e a praticarem todos os atos necessários para a implementação das deliberações tomadas. **Instruções Gerais:** Para os fins do artigo 133 da Lei das Sociedades Anônimas, encontram-se à disposição dos acionistas e arquivados na sede social da Companhia: **(i)** o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo; **(ii)** cópia das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, as quais já foram publicadas no jornal "O Dia SP", na página 15 da edição impressa de 12 de abril de 2023, e na página 14 da edição eletrônica de 12 de abril de 2023; e **(iii)** a proposta da Diretoria da Companhia para as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral Ordinária. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 ano e a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. Os acionistas da Companhia somente poderão ser representados na Assembleia por procurador que seja advogado ou acionista ou administrador da Companhia (artigo 126, §1º da Lei das S.A. e artigo 654, §1º e §2º do Código Civil). Cajamar, 28 de abril de 2023. *Washington Dias Janota Antunes e Daniela Dias Janota Antunes Guerini - Diretores da Companhia*.

# União Química Farmacêutica Nacional S.A.

*Companhia Aberta de Capital Autorizado*

Registro de Companhia Emissora Categoria B nº 2686-7

CNPJ/ME n° 60.665.981/0001-18 - NIRE: 35.300.006.658

**Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária**

Ficam os senhores acionistas da **União Química Farmacêutica Nacional S.A.** ("Companhia") convidados para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a ser realizada no dia **25 de maio de 2023, às 10:30 horas,** presencialmente, na sede social da Companhia, localizada na Rua Coronel Luiz Tenório de Brito, 90, Centro, CEP 06900-000, na cidade de Embu-Guaçu, Estado de São Paulo, para deliberar sobre as seguintes matérias que compõem a **ordem do dia: (i)** *(i)* o exame, discussão e votação do *Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da União Química Farmacêutica Nacional S.A. com Versão da Parcela Cindida para Sociedade a Ser Constituída*, celebrado na presente data pela Companhia ("Protocolo"); *(ii)* a ratificação da nomeação e contratação da empresa especializada responsável pela avaliação da parcela cindida da Companhia a ser vertida para a nova sociedade ("Parcela Cindida"), bem como pela elaboração do respectivo laudo de avaliação, a valor patrimonial contábil na data-base de 28 de fevereiro de 2023 ("Laudo de Avaliação"); *(iii)* o exame, discussão e votação do Laudo de Avaliação; *(iv)* a aprovação da cisão parcial da Companhia com a versão da Parcela Cindida para a nova sociedade a ser constituída ("Cisão Parcial"), cuja denominação será Monte Parnon Negócios Imobiliários S.A. ("Monte Parnon"); *(v)* a redução do capital social da Companhia, em decorrência da Cisão Parcial; *(vi)* a consequente alteração do *caput* do Art. 5º do Estatuto Social da Companhia, para refletir a redução de capital deliberada no item acima; *(vii)* a constituição da Monte Parnon, incluindo a subscrição e integralização do seu capital social, a definição da sua sede, seu Estatuto Social, a eleição de seus diretores, a fixação da remuneração da administração e a definição do jornal no qual a Monte Parnon fará as suas publicações legais; *s)* a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações tomadas, incluindo, sem limitação, todos os atos necessários para a formalização da Cisão Parcial, incluindo redução do capital social da Companhia, e da constituição da Monte Parnon. **Informações Gerais:** Nos termos do artigo 9º, parágrafo único do Estatuto Social e do artigo 126 da Lei nº 6.404/76, para tomar parte na AGE, o acionista deverá depositar na sede da Companhia, com antecedência, conforme lhe for aplicável, instrumento de mandato na hipótese de representação do acionista por outro acionista, administrador ou advogado, devendo o procurador ter sido nomeado há menos de 1 (um) ano. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à AGE munido dos documentos que comprovem sua identidade. A Companhia solicita aos acionistas interessados em participar das assembleias gerais que encaminhem a versão digitalizada do documento de identidade e instrumento de mandato ao endereço eletrônico **ri@uniaoquimica.com.br,** de forma a permitir melhor coordenação dos trabalhos durante as assembleias. O envio dos documentos via e-mail não exclui a necessidade de apresentação no momento da AGE, nem tampouco constitui condição ou requisito de participação na AGE, tendo por finalidade exclusivamente organizar e acelerar os trabalhos. **Outras Informações:** Os documentos complementares contendo o detalhamento das matérias constantes da ordem do dia da assembleia ora convocada, encontram-se disponíveis na sede da Companhia. Embu-Guaçu, 28 de abril de 2023. **Paula Melo Suzana Gomes -** Presidente do Conselho de Administração.

# No Zebra Network S.A.

CNPJ nº 04.883.570/0001-28

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2022 E 2021** (Expressos em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

| Ativo | Notas | 2022 | 2021 |
|---|---|---|---|
| **Ativo circulante** | | **19.904** | **21.035** |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | 9.977 | 10.528 |
| Contas a receber de clientes e outros | 4 | 8.607 | 8.771 |
| Impostos a recuperar | 5 | 765 | 1.391 |
| Despesas antecipadas | - | 319 | 171 |
| Outros ativos | - | 236 | 174 |
| **Ativo não circulante** | | **59.153** | **68.290** |
| Aplicações financeiras - Caução aluguel | - | 84 | 84 |
| Impostos a recuperar | 5 | 890 | - |
| Depósitos judiciais | - | 265 | 286 |
| Imobilizado | 6 | 1.748 | 2.141 |
| Intangível | 7 | 56.166 | 65.779 |
| **Total do ativo** | | **79.057** | **89.325** |

| Passivo e Patrimônio Líquido | Notas | 2022 | 2021 |
|---|---|---|---|
| **Passivo circulante** | | **8.245** | **8.014** |
| Fornecedores | 8 | 327 | 545 |
| Obrigações trabalhistas | 9 | 1.155 | 1.071 |
| Impostos e contribuições | 10 | 601 | 1.091 |
| Passivo de a arrendamento direito de uso | 11 | 232 | 380 |
| Outras contas a pagar | 12 | 5.930 | 4.927 |
| **Passivo não circulante** | | **29.500** | **29.478** |
| Provisão para riscos fiscais e trabalhistas | 13 | 3 | 3 |
| Impostos diferidos | 14 | 28.425 | 28.425 |
| Passivo de a arrendamento direito de uso | 11 | 1.072 | 1.050 |
| **Patrimônio líquido** | | **41.312** | **51.833** |
| Capital social | 15.a | 56.840 | 56.840 |
| Reserva de capital | 15.c | - | - |
| Prejuízos acumulados | - | (15.528) | (5.007) |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | | **79.057** | **89.325** |

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

| | Notas | 2022 | 2021 |
|---|---|---|---|
| **Receita operacional líquida** | **16** | **24.376** | **25.181** |
| ( - ) Custo dos serviços prestados | 17 | (13.302) | (12.801) |
| **Lucro bruto** | | **11.074** | **12.380** |
| **(Despesas) receitas operacionais** | | | |
| Despesas comerciais | 17 | (1.099) | (1.003) |
| Despesas gerais e administrativas | 17 | (8.044) | (5.587) |
| Outras (despesas) receitas | 18 | (11.087) | (146) |
| **Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro** | | **(9.156)** | **5.644** |
| Receitas financeiras | 19 | 692 | 278 |
| Despesas financeiras | 19 | (477) | (305) |
| Variação cambial, líquida | 19 | (294) | (53) |
| **Lucro (prejuízo) antes do IR e CS** | | **(9.234)** | **5.564** |
| ( - ) IR e CS - Corrente | 20 | 23 | (1.203) |
| **Lucro (prejuízo) líquido do exercício** | | **(9.211)** | **4.361** |

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

| | Notas | Capital social | Reserva de capital | Prejuízos acumulados | Patrimônio líquido |
|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 31/12/2020** | | **55.566** | **1.370** | **(10.735)** | **46.201** |
| Aumento Capital Social | 15.a | 1.274 | - | - | 1.274 |
| Absorção da reserva de capital | 15.b | - | (1.370) | 1.370 | - |
| Ajuste por Incorporação Santa Teresa | | - | - | (4) | (4) |
| Lucro do exercício | | - | - | 4.362 | 4.362 |
| **Saldos em 31/12/2021** | | **56.840** | **-** | **(5.007)** | **51.833** |
| Lucro do exercício | | - | - | (9.211) | (9.211) |
| Juros sobre capital próprio | | - | - | (1.310) | (1.310) |
| **Saldos em 31/12/2022** | | **56.840** | **-** | **(15.528)** | **41.312** |

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| **Lucro (prejuízo) antes do IR e CS** | **(9.234)** | **5.564** |
| **Ajustes para reconciliar o lucro do exercício com o caixa aplicado nas atividades operacionais** | | |
| Depreciação | 2.303 | 292 |
| Amortização dos direitos de uso - IFRS 16 | 131 | (130) |
| Constituição (reversão) de provisão para perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa | (217) | (364) |
| Resultado da incorporação | - | (4) |
| Baixa líquida de imobilizado e intangível | 3.315 | 58 |
| Baixa líquida de direitos de uso | 333 | 1.858 |
| Despesas de juros sobre arrendamentos | 380 | 400 |
| Baixas de contratos e reduções por taxa incremental (IFRS 16) | 5 | - |
| Provisão para impairment de Intangível (Ágio) | 10.700 | - |
| | **7.716** | **7.674** |
| **Fluxo de caixa das atividades operacionais** | | |
| (+/-) Contas a receber | 381 | (1.495) |
| (+/-) Impostos a recuperar | (264) | 1.189 |
| (+/-) Depósitos judiciais | 21 | (8) |
| (+/-) Despesas antecipadas | (148) | (104) |
| (+/-) Outros ativos | (62) | 34 |
| (+/-) Fornecedores | (218) | (364) |
| (+/-) Obrigações trabalhistas | 84 | 277 |
| (+/-) Impostos e contribuições | (490) | 267 |
| (+/-) Outras contas a pagar | 1.003 | (950) |
| (+/-) IR e CS pagos | 23 | (1.203) |
| **(=) Caixa líquido gerado nas atividades operacionais** | **8.046** | **5.317** |
| **Fluxo de caixa das atividades de investimento** | | |
| Aquisição de imobilizado e intangível | (521) | (2.209) |
| Aquisição de intangível | (6.255) | (1.748) |
| **(=) Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos** | **(6.776)** | **(3.957)** |
| **Fluxo de caixa das atividades de financiamento** | | |
| Pagamentos de arrendamento direito de uso | (511) | (409) |
| Aumento e redução capital social | - | 1.274 |
| Pagamento de juros sobre capital proprio | (1.310) | - |
| **(=) Caixa líquido (aplicado) das atividades de financiamentos** | **(1.821)** | **865** |
| **(=) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa** | **(551)** | **2.225** |
| Caixa e equivalente de caixa no início do exercício | 10.528 | 8.303 |
| Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício | 9.977 | 10.528 |
| **(=) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa** | **(551)** | **2.225** |

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**1. Contexto operacional:** A No Zebra Network S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 01/02/2002, de acordo com as leis brasileiras, com sede à Rua Ceará, 470, na cidade e Estado de São Paulo. A Companhia tem como atividade preponderante a venda de publicidade online em websites de conteúdo próprio e aplicativos para dispositivos móveis. Os websites de propriedade da Companhia são: Baixaki, Click Jogos, Tecmundo, Voxel, Mega Curioso, The Brief, Super Downloads e Minha Série. A Companhia também realiza a prestação de serviço de construção de websites de conteúdo além da comercialização da produção de conteúdo digital e produção de vídeos para publicidade. **2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis: 2.1.** Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **2.2.** Base de elaboração: As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **2.3.** Resumo das principais práticas contábeis: O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue: **2.3.1.** Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, com prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento do exercício, com liquidez imediata, e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **2.3.2.** Contas a receber de clientes: São demonstradas pelos valores nominais das notas fiscais, acrescidos de variação cambial e ajustados ao valor presente até a data do balanço, quando aplicável. A provisão para perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa é constituída através de análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas históricas. A provisão constituída é considerada suficiente pela Administração para cobrir potenciais perdas na realização das contas a receber de clientes. **2.3.3.** Imobilizado: Estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quanto aplicável. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e imobilizado em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **2.3.4.** Arrendamentos: Determinados contratos de arrendamento transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento, sendo registrados no momento inicial como ativo de direito de uso em contrapartida ao passivo de arrendamento pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado pela taxa incremental, conforme NBC TG 06/R3 - "Arrendamentos". **2.3.5.** Intangível: Ativos intangíveis adquiridos com vida útil definida, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Os ativos intangíveis adquiridos com vida útil indefinida são registrados ao valor justo apurado na data de aquisição, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável. **i)** Ágio por expectativa de rentabilidade futura *(Goodwill)*: O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*Goodwill*) resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver. Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*Goodwill*) é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*Goodwill*) foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que uma unidade poderá apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio por expectativa de rentabilidade futura (*Goodwill*) é reconhecida diretamente no resultado do período. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes. **2.3.6.** Redução ao valor recuperável dos ativos ("*Impairment*"): No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos imobilizados e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. **2.3.7.** Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes: São demonstrados ao valor de custo ou realização, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos e variações monetárias ou cambiais auferidos. **2.3.8.** Contas a pagar a fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são demonstradas pelos valores nominais de aquisição do produto adquirido ou do serviço recebido, acrescidos de variação cambial e ajustado a valor presente até a data do balanço, quando aplicável. **2.3.9.** Provisões: As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou constituída) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **2.3.10.** Apuração do resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência. **2.3.11.** Reconhecimento da receita: A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. Prestação de serviços: A receita de serviços prestados é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas: • A proporção dos serviços executados até a data do balanço puder ser confiavelmente mensurada; • As despesas incorridas com a transação assim como as despesas para concluí-la possam ser confiavelmente mensuradas; • O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; • É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam para a entidade. Mais especificamente, a receita de prestação de serviços é reconhecida quando os serviços são prestados de acordo com suas ordens de serviço e/ou contratos. **2.3.12.** IR e CS: A despesa com o IR e CS representa a soma dos impostos correntes e diferidos, sendo: Impostos correntes: A provisão para IR e CS está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para IR e CS é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim de cada período do relatório. Impostos diferidos: Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas, ou até mesmo quando possui uma projeção de resultado positiva para os próximos períodos. **2.3.13.** Estimativas contábeis: As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas, vida útil do ativo imobilizado e intangível e valor justo dos instrumentos derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa às estimativas e premissas, no mínimo, anualmente. **2.3.14.** Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **2.3.15.** Novas normas e interpretações: As normas e interpretações novas e alteradas que estão em vigência a partir de 01/01/2022 não trouxeram impacto sobre as demonstrações contábeis da Companhia. A Administração avaliará no ano de 2023 os possíveis impactos, caso aplicável a Companhia. **3. Caixa e equivalentes de caixa:** Os saldos de caixa e equivalentes de caixa estão compostos como segue:

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Depósitos bancários | 20 | 105 |
| Aplicações financeiras **(a)** | 9.957 | 10.423 |
| **Total** | **9.977** | **10.528** |

**(a)** São representadas por **(i)** aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB), e Operações Compromissadas com Debêntures, ambos remunerados em aproximadamente 100% da variação de taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário (CDI); e **(ii)** Fundo de Investimento com liquidez diária com remuneração aproximada de 100% da taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações possuem liquidez imediatas, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

| **4. Contas a receber de clientes e outros:** | **2022** | **2021** |
|---|---|---|
| Nacional | 7.180 | 6.531 |
| Internacional | 1.914 | 2.944 |
| Provisão p/perdas esperadas p/crédito de liquidação duvidosa **(a)** | (487) | (704) |
| **Total** | **8.607** | **8.771** |

**(a)** Para a constituição de provisão para perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa no exercício, foram realizadas análises individuais dos clientes com títulos vencidos acima de 360 dias. Em consequência dessa análise, a Administração concluiu sobre a necessidade de provisão nas demonstrações contábeis no montante de R$ 487 (R$ 704 em 31/12/2021). O saldo de contas a receber de clientes tem a seguinte composição por idade de vencimento:

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| **A vencer** | **7.912** | **7.732** |
| **Vencidos:** Vencido até 30 dias | 148 | 94 |
| Vencido de 31 a 60 dias | 175 | 260 |
| Vencidos de 61 a 90 dias | 32 | 78 |
| Vencidos de 91 a 180 dias | 106 | 221 |
| Vencidos de 181 a 360 dias | 122 | 269 |
| Vencidos acima de 361 dias | 599 | 821 |
| **Total** | **9.094** | **9.475** |

A movimentação da provisão para perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa está composta por:

| | |
|---|---|
| **Saldo em 31/12/2020** | **1.068** |
| (+/-) Adições/baixa líquidas | (364) |
| **Saldo em 31/12/2021** | **704** |
| (+/-) Adições/baixa líquidas | (217) |
| **Saldo em 31/12/2022** | **487** |

| **5. Impostos a recuperar:** | **2022** | **2021** |
|---|---|---|
| PIS a recuperar | 23 | - |
| COFINS a recuperar | 101 | 2 |
| INSS a compensar **(a)** | 315 | 1.317 |
| IRPJ - Saldo negativo | 43 | 39 |
| CSLL - Saldo negativo | 8 | 7 |
| IRPJ /CSLL- Pagamento a Maior | 47 | 25 |
| Exclusão ISS Base PIS e COFINS **(b)** | 296 | - |
| Exclusão PIS e COFINS da Própria Base **(c)** | 760 | - |
| Outros | 62 | 1 |
| **Total** | **1.655** | **1.391** |
| Curto Prazo | 765 | 1.391 |
| Longo Prazo | 890 | - |

**(a)** A Companhia contratou nos meses de abril e setembro de 2020, um trabalho de consultoria tributária realizado pela empresa AFL Consultores Associados, para levantamento de créditos previdenciários, onde foram identificadas oportunidades para aproveitamento/compensação dos valores pagos de INSS entre os anos de 2015 e 2020 sobre a verba de Terceiros (Sistema S), visto que existe um limite do teto de contribuições a terceiros, em 20 salários-mínimos. Com à apresentação pelos Consultores de legislações e decisões favoráveis, junto à emissão de opinião legal (*"legal opinion")* da Noce & Jabur Advogados Associados sobre o tema, a Administração optou pelo reconhecimento desse crédito, pois o crédito é líquido e certo. Houve atualização do trabalho e compensações de valores em 2022. **(b)** A Companhia impetrou mandado de segurança com pedido de medida liminar para suspender a exigibilidade do crédito tributário decorrente da inclusão do ISS na base de cálculo do PIS e COFINS, para o qual teve decisão favorável com respectivo processo de mandado de segurança cível (120) nº 5015534-09.2020.4.03.6100, assinado eletronicamente em 17/08/2020. Do período de vigência da medida liminar a Companhia realizou o reconhecimento no curto prazo do crédito de 08/2020 a 09/2022 no montante de R$ 165.937,06 e, permitida a compensação. Do período em trânsito em julgado a Companhia realizou o reconhecimento no longo prazo do crédito dos períodos de 02/2018 a 07/2020 no montante de R$ 129.711,99, sem possibilidade de compensação até a sentença. **(c)** Acerca de ação judicial pleiteando a Exclusão do PIS/COFINS na Própria Base, a qual teve sentença favorável proferida em Setembro de 2022 pelo Supremo Tribunal Federal, a Companhia realizou o reconhecimento do crédito tributário dos períodos de 01/2016 a 05/2022 no montante de R$ 759.767,35, sendo pela sentença procedente prolatada no período, não permitida a compensação, também pela ausência de liminar deferida. Sendo que a partir do mês de 10/2022, a Companhia iniciou no cálculo corrente a exclusão na própria base. **6. Imobilizado:** O imobilizado é composto por:

| | Taxas de Depreciação | Custo (2022) | Depreciação acumulada (2022) | Líquido (2022) | Líquido (2021) |
|---|---|---|---|---|---|
| Instalações | 20% | 12 | (12) | **-** | **1** |
| Máquinas, equipamentos e computadores | 20% | 1.763 | (1.253) | **510** | **489** |
| Móveis e utensílios | 10% | 488 | (356) | **132** | **158** |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 33% | 1.429 | (1.016) | **413** | **336** |
| Direitos de uso imóvel arrendado (CPC 06) - Nota 10 | 33% | 1.408 | (715) | **693** | **1.157** |
| **Total** | | **5.100** | **(3.352)** | **1.748** | **2.141** |

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

| | Instalações | Máquinas, equipamentos e computadores | Móveis e utensílios | Benfeitorias em imóveis de terceiros | Direito de uso | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldo em 31/12/2020** | **1** | **461** | **187** | **189** | **1.172** | **2.010** |
| Adições | - | 178 | 9 | 309 | 1.713 | **2.209** |
| Baixas | - | - | (6) | (52) | (1.858) | **(1.916)** |
| Depreciação | - | (150) | (32) | (110) | 130 | **(162)** |
| **Saldo em 31/12/2021** | **1** | **489** | **158** | **336** | **1.157** | **2.141** |
| Adições | - | 193 | 25 | 303 | - | 521 |
| Baixas | (1) | (112) | (22) | - | (333) | (468) |
| Depreciação | - | (60) | (29) | (226) | (131) | (446) |
| **Saldo em 31/12/2022** | **-** | **510** | **132** | **413** | **693** | **1.748** |

Análise do valor recuperável: No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. **7. Intangível:** O intangível é composto por:

| | Taxas de amortização | Custo (2022) | Amortização acumulada (2022) | Impairment (e) (2022) | Líquido (2022) | Líquido (2021) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ágio - *Goodwill* **(a)** | - | 49.852 | - | (10.700) | **49.852** | **57.765** |
| Domínios de internet **(b)** | - | 2.025 | - | - | **2.025** | **4.812** |
| Software **(c)** | 20% | 1.595 | (609) | - | **986** | **226** |
| Marcas e patentes | - | 78 | - | - | **78** | **47** |
| Pesquisa e desenvolvimento **(d)** | - | 4.837 | (1.612) | - | **3.225** | **2.929** |
| **Total** | | **58.387** | **(2.221)** | **(10.700)** | **56.166** | **65.779** |

**(a)** Ágio por expectativa de rentabilidade futura proveniente da aquisição de controle da Companhia pela Vila Isabel Participações Ltda. o qual foi incorporado pela No Zebra Network S.A. em 05/01/2015 e está apresentado pelo valor líquido do *impairment*; **(b)** Refere-se a gastos com registros dos domínios dos websites, sem vida útil definida. Os domínios não são amortizados e são testados anualmente para *impairment;* **(c)** Registro dos softwares adquiridos de terceiros que são amortizados pelo prazo de licença definido em contrato; **(d)** Ativação dos custos com pessoal alocados para o desenvolvimento das plataformas NX e Gamily. Projetos iniciados em 2020, sendo o NX com o foco de automatização da interação e produção de conteúdo, onde toda a produção de conteúdo da NZN é realizada pelos Experts. E no Gamily, uma solução para empresas identificarem o nível de conhecimento dos colaboradores. Em 2021, tivemos a iniciativa do projeto TecMe, um clube de benefícios oferecido para os usuários do site Tecmundo, e onde são oferecidos conteúdos exclusivos de Tecnologia, cupons de desconto e acesso integral aos cursos do universo tecnológico da NZN Academy, em desenvolvimento em 2021 da plataforma para os usuários; Em 2022, foi identificado a ausência de retorno na geração de benefício com o Gamily onde foram baixados os custos incorridos; Em 2022, foram iniciados os projetos do Novo Tecmundo e Novo Click Jogos com os custos de pessoal alocados para plataformas tecnológicas mais modernas, para melhorar a experiência do usuário e fortalecer as marcas no mercado. O Novo Tecmundo com o foco na entrega de uma experiência mobile first, com mídia de alto impacto na Homepage e maior destaque para conteúdos comerciais (brandchannels, publieditoriais), estratégias omnichannel para entrega de Canais Sociais, Youtube e TecMundo Varejo. Garantir assim a integração do Tecme, comparador e consolidar o The Brief dentro da ferramenta, para proporcionar maior visibilidade para as marcas. O Novo Click Jogos, com o foco de tornar mais rentável e competitivo, com a atualização do acervo nas plataformas IOS e Android, construção de novos formatos vendáveis (inventário de mídia e afiliação) e na adaptação para PWA, sendo o objetivo atingir as mesmas marcas de retenção de audiência que nossos concorrentes. Em 2022, iniciou-se a amortização dos projetos com o acompanhamento de *businees plan* do retorno com benefícios futuros, para o qual pelo entendimento da administração o prazo seguirá em 3 (três) anos. **(e)** Para o exercício de 2022, a Companhia identificou necessidade de constituição de provisão para redução do valor dos ativos ao valor recuperável em 31/12/2022 no montante de R$ 10.700 mil. A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

| Movimento do intangível | Softwares | Marcas e patentes | Domínios de internet | Pesquisa e desenv. | Ágio - *Goodwill* | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldo em 31/12/2020** | **-** | **47** | **4.812** | **1.407** | **57.765** | **64.031** |
| Adições | 226 | - | - | 1.522 | - | 1.748 |
| **Saldo em 31/12/2021** | **226** | **47** | **4.812** | **2.929** | **57.765** | **65.779** |
| Adições | 1.138 | 36 | - | 2.294 | 2.787 | **6.255** |
| Baixas | - | (5) | (2.787) | (386) | - | **(3.178)** |
| Amortização | (378) | - | - | (1.612) | - | **(1.990)** |
| Impairment | - | - | - | - | (10.700) | **(10.700)** |
| **Saldo em 31/12/2022** | **986** | **78** | **2.025** | **3.225** | **49.852** | **56.166** |

**(i)** Ágio por expectativa de rentabilidade futura proveniente da aquisição de controle da Companhia pela Vila Isabel Participações Ltda. o qual foi incorporado pela No Zebra Network S.A. em 05/01/2015; e **(ii)** Reconhecido IR e CS diferidos sobre a mais valia dos domínios de internet uma vez que sua dedutibilidade somente ocorrerá quando da realização do saldo. A Companhia tem por prática a avaliação e o monitoramento periódico do desempenho futuro dos seus ativos. Neste contexto, e considerando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 01/IAS 36 - "Redução ao valor recuperável de ativos", caso exista evidências claras de que existam ativos registrados por valor não recuperável, ou sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável no futuro, deverá haver o reconhecimento imediato da desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas. As principais premissas que sustentam as conclusões dos testes de recuperação estão listadas abaixo: • **Menor nível de unidade geradora de caixa:** no caso a operação da própria Companhia; • **Valor recuperável:** valor de uso, ou valor equivalente aos fluxos de caixa descontados; • **Apuração do valor de uso:** baseada em fluxos de caixa futuros, em moeda constante, trazidos a valor presente por taxa de desconto real e antes dos impostos sobre a renda. Os respectivos fluxos de caixa são estimados com base nos resultados operacionais realizados. Com base nas premissas acima, a Companhia identificou necessidade de constituição de provisão para redução do valor dos ativos ao valor recuperável em 31/12/2018 no montante de R$ 9.479. Para o exercício de 2020 e 2021, a Companhia não identificou necessidade de constituição de provisão para redução do valor dos ativos ao valor recuperável, conforme estudo elaborado por especialistas da administração financeira da Companhia. Para o exercício de 2022, a Companhia identificou necessidade de constituição de provisão para redução do valor dos ativos ao valor recuperável em 31/12/2022 no montante de R$ 10.700 mil.

| **8. Fornecedores:** | **2022** | **2021** |
|---|---|---|
| Nacional | 327 | 544 |
| Internacional | - | 1 |
| **Total** | **327** | **545** |

Os fornecedores referem-se, principalmente, aos gastos com hospedagem, conteúdo e, plataforma dos websites. O prazo médio de pagamento aos fornecedores é de 30 dias.

| **9. Obrigações trabalhistas:** | **2022** | **2021** |
|---|---|---|
| Provisão de férias | 875 | 724 |
| Provisão para encargos de férias | 117 | 100 |
| INSS a recolher | 91 | 176 |
| FGTS a recolher | 72 | 71 |
| **Total** | **1.155** | **1.071** |

| **10. Impostos e contribuições:** | **2022** | **2021** |
|---|---|---|
| PIS a recolher | 13 | 18 |
| Cofins a recolher | 64 | 85 |
| ISS a recolher | 247 | 255 |
| Outros | 277 | 733 |
| **Total** | **601** | **1.091** |

**11. Passivo de arrendamento direito de uso:** Até 2019, a Companhia possuía dois contratos de arrendamento do imóvel das instalações administrativas com vigência até maio/2024. Em 2020, a Companhia firmou um novo contrato de arrendamento de imóvel até 12/2024. As depreciações do ativo de direito de uso foram registradas conforme o prazo de vigência desses contratos. Em 2021, a Companhia rescindiu um contrato de aluguel, e firmou um novo contrato de arrendamento de imóvel até 06.2026, pela mudança da sede em São Paulo. A taxa incremental de captação utilizada pela Companhia para desconto do passivo de arrendamento à valor presente é de 14,03% a.a., até 2021. Em 2022 houve atualização do cálculo em virtude da taxa incremental para 28,63% para o contrato de Curitiba e 28,32% para o contrato de São Paulo. O contrato de arrendamento do imóvel de Curitiba foi negociado considerando desconto de 6 meses de 2022 em 50% do valor integral e, com isso foi renegociado a vigência do contrato até 31/01/2027. Movimentação do passivo de arrendamentos:

| **Provisão a pagar de arrendamento mercantil** | **2022** | **2021** |
|---|---|---|
| Provisão com arrendamento mercantil | 2.052 | 1.799 |
| Ajuste a valor presente | (748) | (369) |
| **Total** | **1.304** | **1.430** |
| Passivo circulante | 232 | 380 |
| Passivo não circulante | 1.072 | 1.050 |
| **Total** | **1.304** | **1.430** |

O cronograma de pagamento das parcelas do passivo de arrendamento, segue abaixo:

| | **31/12/2022** |
|---|---|
| 2022 | 436 |
| 2023 | 537 |
| 2024 | 537 |
| 2025 | 537 |
| 2026 | 417 |
| 2027 | 25 |
| **Total** | **2.489** |

| **Movimentação do passivo de arrendamento:** | |
|---|---|
| **Saldos em 31/12/2020** | **1.440** |
| Adições | 216 |
| Reduções por desconto | 82 |
| Despesas com juros | 424 |
| Pagamentos | (409) |
| Baixas por encerramento de contrato | (323) |
| **Saldos em 31/12/2021** | **1.430** |
| Adições | - |
| Reduções por mudança de taxa incremental | 87 |
| Despesas com juros | 380 |
| Pagamentos | (511) |
| Baixas por encerramento de contrato | (82) |
| **Saldo em 31/12/2022** | **1.304** |

**12. Outras contas a pagar:** O montante registrado de R$ 5.930 em 31/12/2022 (R$ 4.927 em 31/12/2021) é composto principalmente de saldo junto ao acionista controlador. As transações entre partes relacionadas estão conforme condições pactuadas entre as partes. **13. Provisões para riscos fiscais e trabalhistas:** A Administração da Companhia, assessorada por seus consultores jurídicos, avalia os processos em que é parte envolvida e constitui provisão para os processos passivos em que a probabilidade de perda é provável. Em 31/12/2022 a entidade possuía constituídas provisões para riscos fiscais e trabalhistas nas demonstrações contábeis individuais no montante de R$ 3 (R$ 3 em 31/12/2021), advindos do curso normal de operações. Em 31/12/2022 existem contingências classificadas como riscos de perda possível de natureza municipal no montante de R$ 1.303 (R$ 583 em 31/12/2021), conhecidas pela Administração e com base no parecer de seus assessores jurídicos. A movimentação da provisão de contingências esta apresentada a seguir:

| | |
|---|---|
| **Saldo em 31/12/2020** | **3** |
| (+) Adições | - |
| (-) Reclassificação | - |
| (-) Baixas | - |
| **Saldo em 31/12/2021** | **3** |
| (+) Adições | - |
| (-) Reclassificação | - |
| (-) Baixas | - |
| **Saldo em 31/12/2022** | **3** |

**14. Impostos diferidos:** Os impostos diferidos são compostos dos seguintes montantes:

| **Amortização do ágio para fins fiscais** | **2022** | **2021** |
|---|---|---|
| **Saldo ágio decorrente da incorporação reversa Vila Isabel** | **83.602** | **83.602** |
| Amortização do ágio em 2015 a 2019 | (83.602) | (83.602) |
| **Saldo a amortizar** | **-** | **-** |
| Alíquotas vigentes | 34% | 34% |
| **IRPJ e CSLL diferidos às alíquotas vigentes** | **28.425** | **28.425** |
| **Total IRPJ e CSLL diferidos** | **28.425** | **28.425** |

A Companhia realizou o reconhecimento do IR e CS diferidos sobre o ágio por rentabilidade futura pelo prazo de amortização fiscal de 60 (sessenta) meses, entre os anos de 2015 e 2019. A amortização se encerrou em 31/12/2019, onde o saldo dos impostos diferidos, serão mantidos e sem variação, até a realização do saldo de ágio. **15. Patrimônio líquido: a)** Capital social: O Capital Social, subscrito e integralizado em 31/12/2022 e 2021, no valor de R$ 56.840, está representado por um total de 1.500.000 ações pertencentes da Manaslu Brasil Partners IK - FIP. **b)** Reserva de capital: A referida reserva, poderá ser utilizada para: **(i)** absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucro; **(ii)** resgate, reembolso de compras de ações; **(iii)** resgates de partes beneficiárias; e **(iv)** incorporação ao capital social. A Companhia absorveu a reserva de capital para compensação de prejuízos acumulados em 31/12/2021. **c)** Reserva de lucros: **c.1)** Reserva legal: O estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados na constituição da reserva legal, conforme trata o art. 193 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, até o limite de 20% do capital social integralizado. **c.2)** Reserva de retenção de lucros: Conforme previsto no art. 199 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social; atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. **d)** Dividendos: De acordo com o Estatuto Social, aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 5% do lucro líquido do exercício. Por deliberação da Administração, a Companhia poderá elaborar balanços e demonstrações contábeis em periodicidade semestral, bimestral, trimestral ou mensal, e distribuir os lucros intercalares. Não foram distribuídos dividendos durante os exercícios de 2021 e 2022.

| **16. Receitas:** | **2022** | **2021** |
|---|---|---|
| Serviços prestados - Mercado interno | 15.943 | 14.989 |
| Serviços prestados - Mercado externo | 11.299 | 12.767 |
| Cancelamento de serviços | (413) | (155) |
| **Total receita operacional bruta** | **26.829** | **27.601** |
| Deduções - Impostos | | |
| Impostos sobre vendas **(a)** | (2.453) | (2.420) |
| **Receita operacional líquida** | **24.376** | **25.181** |

**(a)** Os impostos e contribuições incidentes sobre a receita são PIS, COFINS, ISS e CPRB. **17. Informação sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado:** A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

| | **2022** | **2021** |
|---|---|---|
| Despesa com pessoal **(*)** | 11.812 | 10.751 |
| Conteúdo, plataforma e hospedagem | 2.094 | 1.735 |
| Serviços de terceiros | 4.263 | 3.928 |
| Publicidade/marketing | 460 | 433 |
| Infraestrutura | 244 | 274 |
| Aluguel | 96 | 167 |
| Viagens e eventos | 645 | 480 |
| Impostos e taxas | 49 | 72 |
| Provisão/(reversão) para devedores duvidosos | 481 | 317 |
| Depreciação e amortização | 2.725 | 600 |
| Outros | (424) | 634 |
| **Total** | **22.445** | **19.391** |
| Custo dos serviços prestados | 13.302 | 12.801 |
| Despesas comerciais | 1.099 | 1.003 |
| Despesas administrativas | 8.044 | 5.587 |

**(*)** Inclui salários, benefícios e encargos.

| **18. Outras receitas (despesas) líquidas:** | **2022** | **2021** |
|---|---|---|
| Créditos previdenciários | 201 | (89) |
| *Impairment* sobre ágio (Nota nº 7) | (10.700) | - |
| Outras receitas | 30 | 9 |
| Outras despesas | (618) | (66) |
| **Total de outras receitas (despesas) operacionais** | **(11.087)** | **(146)** |

**19. Receitas e despesas financeiras:**

| **Receitas financeiras** | **2022** | **2021** |
|---|---|---|
| Receitas de aplicações financeiras | 714 | 369 |
| Juros Selic s/ créditos previdenciários - INSS - (2015 a 2019) | 3 | (113) |
| Outras receitas | (25) | 22 |
| **Total** | **692** | **278** |
| **Despesas financeiras** | | |
| Encargos financeiros | (422) | (246) |
| Despesas bancárias | (24) | (28) |
| IOF | (30) | (31) |
| **Total** | **(476)** | **(305)** |
| **Variação cambial, líquida** | | |
| Variações cambiais ativas | 196 | 644 |
| Variações cambiais passivas | (490) | (697) |
| **Total variação cambial, líquida** | **(294)** | **(53)** |
| **Resultado financeiro** | **(78)** | **(80)** |

| **20. Resultado do IRPJ e CSLL:** | **2022** | **2021** |
|---|---|---|
| **Lucro/(prejuízo) antes dos impostos** | **(11.586)** | **5.963** |
| (+) Adições | 13.349 | 4.778 |
| (-) Exclusões | (1.641) | (4.171) |
| **Resultado tributável** | **121.805** | **5.994** |
| Compensação 30% Saldo Prejuízos/Base Negativa | (36) | (1.280) |
| Alíquotas vigentes | 34% | 34% |
| **IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes** | **23** | **1.203** |

**21. Cobertura de seguros (não auditado):** Considerando a natureza das atividades da Companhia e relevância dos itens do ativo imobilizado, a Companhia adota a política de contratar cobertura de seguro parcial para os seus bens do imobilizado. Adicionalmente, a Companhia contrata seguros para a proteção dos imóveis alugados para o desenvolvimento de suas atividades, com o objetivo de cumprir com o acordado no contrato de locação. Em 31/12/2022, a cobertura de seguros contra incêndio, danos materiais, roubo/furto e lucros cessantes é de R$ 3.500 (R$ 3.525 em 31/12/2021). O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros. **22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros:** A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender as suas necessidades operacionais. A Companhia entende que não está exposta, de acordo com sua natureza dos negócios e estrutura operacional. A Administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Companhia, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limite de posições. Não são realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa em derivativos ou qualquer outro instrumento de risco. Instrumentos financeiros: Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologia de estimativa poderão ter um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Baseada nessa estimativa, a Administração entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros se aproxima a seu valor de mercado em razão de suas características e condições comerciais pactuadas. Em 31/12/2022, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir: • **Caixa e bancos** - está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil; • **Aplicações financeiras** - está representado por certificados de depósitos bancários, classificados como disponíveis e recebíveis e apresentam valor justo aproximado do seu valor contábil; • **Contas a receber** - são classificados como recebíveis, apresentados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis devido à natureza e prazos de vencimento desses instrumentos; • **Fornecedores** - são classificados como outros passivos, apresentados pelo valor de custo amortizado. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis devido à natureza e prazos de vencimento desses instrumentos. **Gestão de risco financeiro:** Os fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia não a expõem aos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia, através de monitoramento e gerenciamento dos impactos financeiros no fluxo de caixa. **i)** Concentração de risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido às variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos. Em 31/12/2022, a Companhia possuía os seguintes ativos/passivos denominados em Dólares Norte-Americanos conforme tabela a seguir:

| | **2022** | **2021** |
|---|---|---|
| Contas a receber - US$ | 367 | 528 |
| Fornecedores - US$ | - | - |
| **Total** | **367** | **528** |

A Companhia gerencia o risco mantendo uma carteira equilibrada entre contas a receber e fornecedores a pagar sujeitos a taxas fixas e taxas variáveis. **ii)** Concentração de risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalente de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras são aceitos títulos de entidades classificadas pela Administração da Companhia como de primeira linha. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com limites estabelecidos pela Administração. **iii)** Risco de liquidez: A gestão do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e a capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas. A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado, que compreende linhas de créditos não utilizadas, caixa e equivalentes de caixa. **23. Transações não envolvendo o caixa:** A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender as suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros aos quais a Companhia entende que não está exposta, de acordo com sua natureza dos negócios e estrutura operacional. **24. Aprovação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão em 24/04/2023.

**Conselho de Administração**

**Rodrigo Brandão Feitosa -** Presidente

**Felipe Franco da Silveira** **Verena Sanchez Bohrer**

**Marcia Aparecida Lipinski -** Contadora -CRC/PR 062.899/O-3

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis**

Aos Administradores e Acionistas da **No Zebra Network S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da No Zebra Network S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da No Zebra Network S.A. ("Companhia") em 31/12/2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional; e • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Curitiba, 24/04/2023. **Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda. -** CRC 2SP-025.583/O-1, **Ricardo Engel -** Contador CRC 1PR-052.941/O-5.

**Jornal O DIA SP**

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

FRAZÃO Leilões

Encerramento: 07/06/2023
4ª feira – à partir das 11h00

**LEILÃO JUDICIAL**
**Somente Online**

O leilão está disponível na internet e poderá receber lances a partir de 09/05/2023.

# IMÓVEIS EM CAMPINAS E PRAIA GRANDE/SP

**11h00 –** Direitos sobre escritório e vaga de garagem – Centro – Mat. 78.376 e 78.377 – 1º CRI Campinas/SP

**15h00 –** Apartamento Cobertura – Balneário Flórida – Mat. 3.951 CRI Praia Grande/SP

Edital na íntegra, fotos e mais informações no site abaixo.
Cadastre-se antecipadamente para participar do leilão.
**Rua Hipódromo, 1141 – sala 66 – Mooca – São Paulo/SP.**
**Ana Claudia Campos Frazão – Leiloeira Oficial – JUCESP 836.**
**Tel. (11) 3550-4066 / 93360-3757 | www.FrazaoLeiloes.com.br**

# BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

BRAZILIAN SECURITIES Uma Empresa do Grupo PAN

CNPJ/MF: 03.767.538/0001-14 - NIRE: 35.300.177.401

**Edital de Primeira Convocação Para a Quarta Assembleia Especial de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Imobiliários das 156ª e 157ª Séries da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização**

Ficam convocados os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 156ª e 157ª Séries da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização ("CRI" e "Securitizadora", respectivamente), nos termos da Cláusula 11 do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Imobiliário dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 156ª e 157ª Séries da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em 1ª convocação para a Quarta Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("AGT" e "Titulares dos CRI", respectivamente), a se realizar no dia 18 de maio de 2023, às 10:00 horas, de forma exclusivamente remota e digital, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), por meio da plataforma "Microsoft Teams", coordenada pela Securitizadora, com sede na Avenida Paulista, nº 1.374, 17º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para que deliberem sobre a seguinte ordem do dia: (i) A alteração de pagamento dos juros mensais aos Investidores dos CRI, a partir da deliberação da assembleia, de modo a permitir que seja retido mensalmente na Conta da Emissão o valor mínimo de R$ 10.000,00 (dez mil reais) após a previsão do pagamento das despesas descritas na cláusula 4.6 do Termo de Securitização. Desse modo, será dispensada a necessidade de verificação da existência de recursos para pagamento integral dos juros registrados no sistema da B3, podendo ocorrer o pagamento de valor parcial referente aos juros vincendos em determinado mês, caso não existam recursos suficientes para pagamento integral. (ii) Autorizar a Securitizadora a renegociar os Créditos Imobiliários inadimplentes contemplando eventual concessão de desconto nos encargos, sendo certo que as informações necessárias para decisão serão disponibilizadas aos investidores que direcionarem os documentos para participação na assembleia. (iii) Aprovação das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado apresentadas pela Securitizadora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, referente ao exercício social findo em dezembro de 2022, em atenção ao artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A respectiva demonstração financeira está disponível no site da Securitizadora desde 30 de março de 2023. Será admitido o uso da instrução de voto à distância, sendo que o modelo do "voto" está disponível no site da Securitizadora e deve ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis da realização da assembleia. Para que recebam o link de acesso, disponibilizado pela Securitizadora, que será realizada pela plataforma Microsoft Teams e ser acessada com câmera, os Titulares dos CRI deverão encaminhar os documentos de representatividade descritos a seguir, preferencialmente, em até 2 (dois) dias úteis antes da AGT, tanto para a Securitizadora, quanto para o Agente Fiduciário, nos seguintes e-mails: produtos.bs@grupopan.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Os documentos necessários para o investidor pessoa física são: cópia do documento de identidade do titular do CRI, ou caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração: (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos de identidade do titular do CRI e do outorgado. Os documentos necessários para os participantes pessoa jurídica são: a) cópia autenticada e digitalizada do Estatuto, Contrato Social ou documento equivalente, acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do titular do CRI e; b) cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos dos outorgantes da procuração e do outorgado.

São Paulo, 27 de abril de 2023
**Brazilian Securities Companhia de Securitização**

# GAIA IMPACTO SECURITIZADORA S.A.

CNPJ nº 14.876.090/0001-93

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 1ª SÉRIE DA 13ª EMISSÃO DA GAIA IMPACTO SECURITIZADORA S.A.**

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 13ª Emissão da Gaia Impacto Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 14.876.090/0001-93 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos do Agronegócio da 1ª Série da 13ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Gaia Impacto Securitizadora S.A., celebrado em 22 de dezembro de 2014, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se no dia 18 de maio de 2023, às 10:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Google Meet*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.grupogaia.com.br), as quais foram emitidas sem opinião modificada; e **(ii)** A autorização para a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizarem todos os atos e celebrarem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRA de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Google Meet* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para assembleia@grupogaia.com.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos assembleia@grupogaia.com.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.grupogaia.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Instrução de Voto serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação.

São Paulo, 27 de abril de 2023. **GAIA IMPACTO SECURITIZADORA S.A.**
Nome: João Paulo dos Santos Pacífico - Cargo: Diretor de Relações com Investidores

# LAM VIAS PARTICIPAÇÕES E CONCESSÕES S.A.

CNPJ/MF Nº. 29.206.383/0001-30 - NIRE Nº. 35300511000 - COMPANHIA FECHADA

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2023**

**1. DATA, HORA E LOCAL:** Em 17 de abril de 2023, às 09h00, na sede social da Companhia, localizada na Av. Chedid Jafet, 222, Bloco B, 4º andar, Sala 2, bairro Vila Olímpia, São Paulo/SP. **2. PRESENÇA:** Acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei n.º 6.404, de 15/12/1976 ("LSA"). **3. CONVOCAÇÃO:** Dispensados os avisos em face da presença da acionista detentora da totalidade do capital social e a observância do prazo estabelecido no caput do artigo 133, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124 e parágrafo 4º, do artigo 133, da LSA. **4. PUBLICAÇÕES PRÉVIAS:** O Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, foram publicados no jornal O Dia SP (digital e impresso), respectivamente, nas páginas 9 e 34, no dia 04/04/2023. **5. MESA:** Presidente: Eduardo Siqueira Moraes Camargo. Secretário: Roberto Penna Chaves Neto. **6. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre (1) Em Assembleia Geral Ordinária: **(i)** as contas dos administradores, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022; **(ii)** a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **(iii)** a instalação do Conselho Fiscal; **(iv)** a fixação da remuneração de Administradores; e, (2) Em Assembleia Geral Extraordinária: **(v)** a alteração do artigo 9º do Estatuto Social da Companhia; e **(vi)** a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **7. DELIBERAÇÕES:** A acionista representando a totalidade do capital social da Companhia aprovou: **(i)** A lavratura da presente ata sob a forma de sumário conforme faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA e a dispensa da leitura dos documentos referidos no artigo 133 da LSA; Em matéria ordinária: **(ii)** O Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, publicados conforme o item "Publicações Prévias" acima; **(iii)** O lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, no montante de R$ 181.436,46 (cento e oitenta e um mil, quatrocentos e trinta e seis reais e quarenta e seis centavos), será utilizado integralmente para absorção de parte dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores. **(iv)** A dispensa de instalação do Conselho Fiscal da Companhia, conforme facultado pelo artigo 161 da LSA e pelo artigo 17 do Estatuto Social; **(v)** A verba global e anual para a remuneração dos membros da Administração da Companhia no valor de até R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), incluindo honorários, eventuais gratificações, seguridade social e benefícios que sejam atribuídos aos administradores em razão da cessação do exercício do cargo de administrador, sendo certo que o montante aqui proposto inclui os valores referentes aos encargos sociais de FGTS que forem devidos, ficando a cargo da Acionista a fixação do montante individual e, se for o caso, a concessão de verbas de representação e/ou benefícios de qualquer natureza, conforme artigo 152 da LSA; Em matéria extraordinária: **(vi)** A alteração do Artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, visando a unificação das alíneas (o) e (p) para padronização do valor de alçada para as transações entre partes relacionadas, com a consequente renumeração das alíneas, que passa a vigorar com a seguinte redação: "**Artigo 9º.** *Sem prejuízo de outras atribuições previstas em lei ou no presente Estatuto, compete à Assembleia Geral deliberar sobre as seguintes matérias: (a) Eleição dos membros da Diretoria Executiva; (b) Fixação da remuneração global anual dos administradores; (c) Aumento do capital social da Companhia; (d) Redução do capital social da Companhia e/ou resgate de ações com ou sem redução do capital social; (e) Modificação dos direitos e vantagens das ações existentes; (f) Aprovação de laudo de avaliação de bens a serem eventualmente incorporados ao capital social; (g) Modificação do objeto social e quaisquer alterações deste Estatuto Social; (h) Fixação da política de dividendos da Companhia e suas alterações, incluindo a redução do dividendo mínimo obrigatório; (i) Fusão, cisão ou incorporação da Companhia; (j) Dissolução ou liquidação da Companhia; (k) Cessação do estado de liquidação da Companhia; (l) Solicitação de recuperação judicial ou pedido de autofalência pela Companhia; (m) Realização de investimentos e despesas de capital em valor superior a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); (n) Emissão de debêntures pela Companhia, e a emissão pública pela Companhia de quaisquer outros títulos ou valores mobiliários de dívida, independentemente do valor; (o) Aprovar, previamente à sua celebração, contratos e aditivos (exceto aditivos de prorrogação de prazo contratual) entre a Companhia e qualquer Parte Relacionada, conforme definido nos documentos de governança do Grupo CCR, que contempla, dentre outras, a definição prevista nas normas contábeis vigentes, em valor superior, em uma única operação ou em um conjunto de operações relacionadas, a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); (p) Celebração, contratos e aditivos (exceto aditivos de prorrogação de prazo contratual) com qualquer terceiro, com valor superior, em uma única operação ou em um conjunto de operações relacionadas, a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); (q) Aquisição, alienação, renúncia a direitos, transferência e/ou a constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente de valor superior, em uma única operação ou em um conjunto de operações relacionadas, a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); (r) Doação, pela Companhia, de quaisquer bens ou direitos, cujo valor seja igual ou superior, em uma única operação ou em um conjunto de operações relacionadas, de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais); (s) Concessão de garantias ou contragarantias pela Companhia em valores superiores, em uma única operação ou em um conjunto de operações relacionadas, a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ficando vedadas as garantias em favor de terceiros, inclusive acionistas; (t) Empréstimos e/ou financiamentos a serem tomados pela Companhia, em valores superiores, em uma única operação ou em um conjunto de operações relacionadas, a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); (u) Resgate, amortização, recompra ou qualquer outro título de negociação com as ações ou outros valores mobiliários de emissão da Companhia; (v) Nomear e/ou destituir os auditores independentes da Companhia; (w) Aprovar a propositura de ações judiciais contra os poderes públicos federal, estaduais ou municipais, inclusive autarquias, fundações e empresas estatais; e (x) Aprovar operações ou contratos de "hedge" a serem realizados pela Companhia que não se enquadrem na política financeira do Grupo CCR.* **Parágrafo único.** *A aprovação de quaisquer matérias previstas no artigo 9º deverá observar, no que for aplicável, os documentos de governança do Grupo CCR."* **(vii)** A permanência dos demais dispositivos estatutários não alterados nesta Assembleia; **(viii)** A consolidação do Estatuto Social da Companhia, de acordo com a alteração aprovada no item acima, conforme constante do **ANEXO I**, tendo uma via levada a registro perante a Junta Comercial competente, será dispensada a sua publicação na íntegra. **8. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e na alínea "c", do §1º do artigo 5º, da Lei nº 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. São Paulo/SP, 17 de abril de 2023. **Assinaturas**: Eduardo Siqueira Moraes Camargo, Presidente e Roberto Penna Chaves Neto, Secretário. Acionista: **(1) CCR S.A.**, por Eduardo Siqueira Moraes Camargo. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. *Eduardo Siqueira Moras Camargo - Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil, Roberto Penna Chaves Neto - Secretário - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil.* JUCESP nº 149.457/23-6 em 20.04.2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

# Avannt Consultoria em Tecnologia da informação S.A

CNPJ 10.422.452/0001-15 - NIRE 35300510992

**Balanço Patrimonial - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021** (Valores expressos em Reais mil)

| Ativo | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Caixa e equivalentes de caixa | 2 | 1.488 |
| Contas a receber de clientes | 2.515 | 7.276 |
| Ativos Fiscais Correntes | 626 | 650 |
| Adiantamento a fornecedores | 380 | 342 |
| Créditos diversos | 68 | 71 |
| Partes Relacionadas | – | – |
| **Total do Ativo circulante** | **3.591** | **9.827** |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 2.140 | 1.326 |
| Partes Relacionadas | 23.391 | 19.689 |
| Imobilizado | 62 | 71 |
| Intangível | 30 | 2 |
| **Total do ativo não circulante** | **25.623** | **21.088** |
| **Total do ativo** | **29.214** | **30.915** |

| Passivo | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Fornecedores | 19.498 | 15.863 |
| Empréstimos e financiamentos | 1.185 | 2.013 |
| Obrigações trabalhistas e tributárias | 1.303 | 1.638 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | 84 | 180 |
| Dividendos a pagar | 1.349 | 1.384 |
| Partes Relacionadas | – | – |
| Outras Contas a Pagar | 55 | 3.513 |
| **Total do Passivo circulante** | **23.474** | **24.591** |
| Obrigações trabalhistas e tributárias | 707 | 788 |
| Partes Relacionadas | 1.194 | 804 |
| **Total do Passivo não circulante** | **1.901** | **1.592** |
| **Patrimônio líquido** | | |
| Capital social | 2.102 | 2.102 |
| Reservas de Retenção de lucros | 1.737 | 2.630 |
| **Total do Patrimônio líquido** | **3.839** | **4.732** |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | **29.214** | **30.915** |

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**
(Valores expressos em Reais mil)

| | Capital social | Reservas de lucros: Reserva legal | Reservas de lucros: Reserva de retenção de lucros | Lucros acumulados | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| **Saldo em 31de dezembro de 2020** | **2.102** | **420** | **3.801** | **–** | **6.323** |
| Lucro líquido do exercício | – | – | – | (1.585) | (1.585) |
| Destinação do lucro: | | | | | |
| Dividendos extraordinários propostos | – | – | (6) | | (6) |
| Constituição de reserva de retenção de lucros | – | – | (1.585) | 1.585 | – |
| **Saldo em 31de dezembro de 2021** | **2.102** | **420** | **2.210** | **–** | **4.732** |
| Lucro líquido do exercício | – | – | – | (892) | (892) |
| Destinação do lucro: | | | | | |
| Constituição de reserva de retenção de lucros | – | – | (892) | 892 | – |
| **Saldo em 31de dezembro de 2022** | **2.102** | **420** | **1.318** | **–** | **3.840** |

**Demonstração de resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021** (Valores expressos em Reais mil)

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Receita operacional líquida | 30.267 | 28.383 |
| Custo dos serviços prestados | (27.186) | (26.598) |
| **Lucro Bruto** | **3.081** | **1.785** |
| **Receitas (despesas) operacionais** | | |
| Despesas administrativas e gerais | (3.996) | (3.415) |
| Outras receitas operacionais | 5 | – |
| | **(3.991)** | **(3.415)** |
| **Resultado antes das receitas (despesas) financeiras liquidas e tributos** | **(910)** | **(1.630)** |
| Receitas financeiras | 27 | 20 |
| Despesas financeiras | (520) | (824) |
| **Receita (despesas) financeiras líquidas** | **(492)** | **(804)** |
| **Lucro antes do IR e CS** | **(1.402)** | **(2.434)** |
| **Imposto de renda e contribuição social** | | |
| Correntes | (305) | (477) |
| Diferidos | 815 | 1.326 |
| | 510 | 849 |
| **Lucro líquido do exercício** | **(892)** | **(1.585)** |
| **Atribuído a:** | | |
| Participações de acionitas controladores | (535) | (951) |
| Participações de acionitas não controladores | (357) | (634) |
| **Lucro líquido (prejuízo) do exercício** | **(892)** | **(1.585)** |
| Lucro por Ação, em Reais - R$ | **(0,08)** | **(0,14)** |

**Diretoria**

**Kleuber Pereira Batista**
Diretor - CPF: 579.489.681-72

**Maraisa Paes Martins**
Contadora - CRC: 1SP157782-O/0 - CPF: 085.321.308-95

# PEC ENERGIA S.A. - CNPJ nº 07.157.459/0001-42

**Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Sociais Encerrados em 31/12/2022 e 2021**
(Valores em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Balanço Patrimonial**

| A T I V O | Controladora 2022 | Controladora 2021 | Consolidado 2022 | Consolidado 2021 |
|---|---|---|---|---|
| **Circulante** | **149.632** | **93.606** | **160.458** | **103.986** |
| Caixa e equivalentes de caixa | 1.048 | 612 | 2.045 | 2.388 |
| Contas a receber | 95.860 | - | 95.860 | - |
| Tributos a recuperar | 444 | 442 | 445 | 443 |
| Adiantamentos | 2.334 | 2.717 | 2.527 | 3.132 |
| Ativos disponíveis para venda | 49.946 | 89.835 | 59.581 | 98.023 |
| **Não circulante** | **36.956** | **35.107** | **45.275** | **43.679** |
| Depósitos judiciais e cauções | 280 | 280 | 426 | 358 |
| Ativos disponíveis para venda | 13.810 | 14.043 | 13.810 | 14.043 |
| Partes relacionadas | 1.242 | 380 | 380 | 380 |
| Investimentos | 7.406 | 7.480 | - | - |
| Imobilizado | 14.217 | 12.921 | 30.658 | 28.894 |
| Intangível | 1 | 3 | 1 | 4 |
| **Total do ativo** | **186.588** | **128.713** | **205.733** | **147.665** |

| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | Controladora 2022 | Controladora 2021 | Consolidado 2022 | Consolidado 2021 |
|---|---|---|---|---|
| **Circulante** | **93.702** | **13.751** | **94.093** | **15.455** |
| Fornecedores | 4.507 | 6.102 | 4.684 | 6.312 |
| Partes relacionadas | 1.975 | - | 1.975 | - |
| Dividendos a pagar | 61.933 | - | 61.933 | - |
| Adiantamentos | - | 5.022 | - | 5.022 |
| Obrigações tributárias | 24.616 | 2.300 | 24.822 | 3.787 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 671 | 327 | 679 | 334 |
| **Não circulante** | **32** | **-** | **4.183** | **1.826** |
| Fornecedores | - | - | 1.564 | 1.826 |
| Partes relacionadas | 32 | - | 2.619 | - |
| **Patrimônio líquido** | **-** | **114.962** | **107.457** | **130.384** |
| Capital social | 3.002 | 3.002 | 3.002 | 3.002 |
| Reserva de capital | 89.252 | 89.252 | 89.252 | 89.252 |
| Reserva legal | 600 | 600 | 600 | 600 |
| Reserva de lucros | - | 22.108 | - | 22.108 |
| | **92.854** | **114.962** | **92.854** | **114.962** |
| Participação de não controladores | - | - | 14.603 | 15.422 |
| **Total do passivo e patrimonio líquido** | **186.588** | **128.713** | **205.733** | **147.665** |

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

| | Capital social | Reserva de capital | Reserva legal | Reserva de lucros | Lucros (prejuízos) acumulados | Patrimônio líquido atribuído aos controladores | Participação de não controladores | Total do patrimônio líquido |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldo em 31 de dezembro de 2020** | **3.002** | **89.252** | **600** | **4.886** | **-** | **97.740** | **10.272** | **108.012** |
| Lucro do exercício | - | - | - | - | 59.486 | 59.486 | 11.916 | 71.402 |
| Distribuição de dividendos | - | - | - | - | (42.264) | (42.264) | (6.766) | (49.030) |
| Constituição da reserva de lucros | - | - | - | 17.222 | (17.222) | - | - | - |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2021** | **3.002** | **89.252** | **600** | **22.108** | **-** | **114.962** | **15.422** | **130.384** |
| Lucro do exercício | - | - | - | - | 447.652 | 447.652 | 5.705 | 453.357 |
| Distribuição de dividendos | - | - | - | (22.108) | (447.652) | (469.760) | (6.524) | (476.284) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2022** | **3.002** | **89.252** | **600** | **-** | **-** | **92.854** | **14.603** | **107.457** |

**Demonstração do Resultado**

| | Controladora 2022 | Controladora 2021 | Consolidado 2022 | Consolidado 2021 |
|---|---|---|---|---|
| Receita operacional liquida | 546.117 | 69.328 | 557.602 | 96.769 |
| Custo dos produtos vendidos | (68.144) | (7.417) | (69.623) | (13.522) |
| **Lucro bruto** | **477.973** | **61.911** | **487.979** | **83.247** |
| Receitas (despesas) operacionais: | | | | |
| Gerais e administrativas | (12.846) | (4.202) | (13.703) | (6.622) |
| Resultado financeiro líquido | (1.613) | 15 | (1.815) | 96 |
| Equivalência patrimonial | 1.751 | 3.997 | (185) | - |
| **Lucro antes do IR e da CS** | **465.265** | **61.721** | **472.276** | **76.721** |
| IR e CS | (17.613) | (2.235) | (18.920) | (5.319) |
| **Lucro do exercício** | **447.652** | **59.486** | **453.356** | **71.402** |

| Resultado atribuivel a: | Controladora 2022 | Controladora 2021 | Consolidado 2022 | Consolidado 2021 |
|---|---|---|---|---|
| - Controladores | 447.652 | 59.486 | 447.652 | 59.486 |
| - Não controladores | - | - | 5.705 | 11.916 |
| **Lucro líquido do exercício** | **447.652** | **59.486** | **453.357** | **71.402** |
| Quantidade de ações | 521.006 | 521.006 | | |
| **Lucro líquido por ação em reais** | **859,21** | **114,18** | | |

**Demonstração do Resultado Abrangente**

| | Controladora 2022 | Controladora 2021 | Consolidado 2022 | Consolidado 2021 |
|---|---|---|---|---|
| Lucro do exercício | 447.652 | 59.486 | 453.356 | 71.402 |
| **Total do resultado abrangente do exercício** | **447.652** | **59.486** | **453.356** | **71.402** |

**Demonstração dos Fluxos de Caixa**

| Fluxo de caixa das atividades operacionais: | Controladora 2022 | Controladora 2021 | Consolidado 2022 | Consolidado 2021 |
|---|---|---|---|---|
| Lucro do exercício | 447.652 | 59.486 | 447.652 | 59.486 |
| **Ajuste para reconciliar o lucro do período com recursos provenientes das atividades operacionais:** | | | | |
| Equivalência patrimonial | (1.751) | (3.997) | - | - |
| Depreciação e amortização | 909 | 621 | 1.037 | 658 |
| Baixa de projeto disponível para venda | 68.395 | 4.842 | 69.874 | 9.464 |
| Baixa no ativo imobilizado | 166 | 88 | 759 | 89 |
| | **515.371** | **61.040** | **519.322** | **69.697** |
| **Aumento e diminuição do ativo e passivo circulante:** | | | | |
| Contas a receber | (95.860) | - | (95.860) | - |
| Adiantamento de fornecedores | 383 | (2.171) | 605 | (2.576) |
| Tributos a recuperar | (2) | (95) | (2) | (96) |
| Depósitos judiciais e cauções | - | - | (68) | - |
| Ativos disponíveis para venda | (28.273) | (33.318) | (31.199) | (36.286) |
| Fornecedores | (1.595) | 5.808 | (1.890) | 4.743 |
| Adiantamentos de clientes | (5.022) | - | (5.022) | - |
| Obrigações tributárias | 22.316 | (1.700) | 21.035 | (518) |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 344 | 101 | 345 | 102 |
| | **(107.709)** | **(31.375)** | **(112.056)** | **(34.631)** |
| **Recursos provenientes das atividades operacionais** | **407.662** | **29.665** | **407.266** | **35.066** |
| **Fluxo de caixa das atividades de investimentos:** | | | | |
| Recebimento de dividendos | 2.176 | 3.945 | - | - |
| Partes relacionadas | 1.145 | 1.700 | 4.594 | (5.100) |
| Movimentação em Investida | (351) | (1.690) | - | - |
| Adições no imobilizado | (2.369) | (7.114) | (3.557) | (7.683) |
| **Recursos utilizados nas atividades de investimentos** | **601** | **(3.159)** | **1.037** | **(12.783)** |
| **Fluxo de caixa das atividades de financiamentos** | | | | |
| Pagamento de dividendos | (407.827) | (42.264) | (407.827) | (42.264) |
| Participação de não controladores | - | - | (819) | 5.150 |
| **Recursos (utilizados) das atividades de financiamentos** | **(407.827)** | **(42.264)** | **(408.646)** | **(37.114)** |
| **Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa** | **436** | **(15.758)** | **(343)** | **(14.831)** |
| Caixa e equivalente de caixa no início do exercício | 1.048 | 16.370 | 2.045 | 17.219 |
| Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício | 612 | 612 | 2.388 | 2.388 |
| **Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa** | **436** | **(15.758)** | **(343)** | **(14.831)** |

**Diretoria**

**Carlos Andre Arato Bergamo**
**Gilberto Lourenço Feldman**
**Regina Dorea de Santana** - Contadora - CRC 1SP 212769/O-4

# MDR Participações S.A.

CNPJ nº 15.558.758/0001-17

**Relatório da Administração**

Senhores Acionistas: Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as contas relativas ao período findo em 31/12/2022.

São Paulo, 28 de abril de 2023. **A Diretoria**

**Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2022 e 2021** (Em milhares de reais - R$)

| Ativo | Nota explicativa | Controladora 2022 | Controladora 2021 | Consolidado 2022 | Consolidado 2021 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | 2.264 | 1.261 | 6.117 | 7.424 |
| Contas a receber | 4 | - | - | 12.664 | 10.533 |
| Estoques | 5 | - | - | 9.514 | 6.315 |
| Impostos a recuperar | | - | - | 9 | - |
| Outros créditos | 6 | 419 | 468 | 1.300 | 613 |
| **Total do ativo circulante** | | **2.683** | **1.729** | **29.604** | **24.885** |
| **Não circulante** | | | | | |
| Investimentos | 7 | 58.414 | 47.000 | - | - |
| Deposito judicial | 13 | - | 312 | 4.313 | 3.291 |
| Outros créditos | 6 | 589 | 1.955 | - | - |
| Imobilizado | 8 | 70 | 68 | 45.077 | 34.900 |
| Intangível | 9 | 28 | 40 | 1.204 | 2.269 |
| **Total do ativo não circulante** | | **59.101** | **49.375** | **50.594** | **40.460** |
| **Total do ativo** | | **61.784** | **51.104** | **80.198** | **65.345** |

| Passivo e patrimônio líquido | Nota explicativa | Controladora 2022 | Controladora 2021 | Consolidado 2022 | Consolidado 2021 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | | | |
| Fornecedores | 10 | 368 | 261 | 6.732 | 4.666 |
| Obrigações trabalhistas e previdenciárias | 11 | 409 | 274 | 4.653 | 3.738 |
| Obrigações tributárias | 12 | 40 | 22 | 2.210 | 2.080 |
| Dividendos a pagar | | - | 62 | - | 62 |
| Mútuos a pagar | 15 | - | - | 7.030 | - |
| Outras obrigações | 14 | 9.738 | 1.119 | 189 | 98 |
| **Total do passivo circulante** | | **10.555** | **1.738** | **20.814** | **10.644** |
| **Não circulante** | | | | | |
| Obrigações tributárias | | - | - | 131 | 239 |
| Provisão para riscos | 13 | - | - | 8.023 | 5.096 |
| **Total do passivo não circulante** | | **-** | **-** | **8.154** | **5.335** |
| **Patrimônio líquido** | | | | | |
| Capital social | 16 | 53.959 | 53.959 | 53.959 | 53.959 |
| Prejuízos acumulados | | (2.730) | (4.593) | (2.730) | (4.593) |
| **Total do patrimônio líquido** | | **51.229** | **49.366** | **51.229** | **49.366** |
| **Total do passivo e do patrimônio líquido** | | **61.784** | **51.104** | **80.197** | **65.345** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021**
(Em milhares de reais - R$)

| | Nota explicativa | Controladora 2022 | Controladora 2021 | Consolidado 2022 | Consolidado 2021 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Fluxo de caixa das atividades operacionais:** | | | | | |
| Lucro (Prejuízo) líquido do exercício | | 9.302 | 5.579 | 10.747 | 6.345 |
| **Ajustes para reconciliar o lucro do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:** | | | | | |
| Depreciação e amortização | 19 | 1.065 | 1.063 | 3.737 | 3.479 |
| Provisão (Reversão) para créditos de liquidação duvidosa | 4 | - | - | (114) | (4) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 7 | (10.911) | (7.338) | - | - |
| Baixa de imobilizado e intangível | 8/9 | - | - | - | - |
| Provisão para riscos | 13 | - | (28) | 2.927 | 4.053 |
| Outros | | 91 | (1) | (207) | 301 |
| Variação nos ativos e passivos operacionais: | | | | | |
| Contas a receber | 4 | - | - | (2.131) | (5.070) |
| Estoques | 5 | - | - | (3.199) | (1.423) |
| Impostos a recuperar | | - | - | (9) | 1 |
| Outros créditos | 6 | 1.727 | (1.336) | (1.709) | (2.706) |
| Fornecedores | 10 | 107 | 78 | 2.066 | 1.879 |
| Obrigações trabalhistas e previdenciárias | 11 | 135 | 110 | 915 | 1.338 |
| Obrigações tributárias | 12 | 18 | (48) | 130 | 27 |
| Outras obrigações | | 8.619 | 1.119 | 6.951 | (568) |
| Imposto de renda e contribuição pagos | | - | - | - | - |
| **Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais** | | **10.153** | **(802)** | **20.104** | **7.652** |
| **Fluxo de caixa das atividades de investimento:** | | | | | |
| Investimentos em controladas | 7 | (8.436) | (1.571) | - | - |
| Dividendos recebidos de controladas | 7 | 6.798 | 6.169 | - | - |
| Aquisição de imobilizado e intangível | 8/9 | (12) | - | (12.466) | (1.739) |
| **Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento** | | **(1.650)** | **4.598** | **(12.466)** | **(1.739)** |
| **Fluxo de caixa das atividades de financiamento:** | | | | | |
| Antecipação de dividendos a controladores | | (7.439) | (6.500) | (7.439) | (6.500) |
| Distribuição de dividendos | 7 | (61) | - | (1.506) | (766) |
| **Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento** | | **(7.500)** | **(6.500)** | **(8.945)** | **(7.266)** |
| **Redução em caixa e equivalentes de caixa** | | **1.003** | **(2.704)** | **(1.307)** | **(1.353)** |
| Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa | 3 | 1.261 | 3.965 | 7.424 | 8.777 |
| Saldo final de caixa e equivalentes de caixa | 3 | 2.264 | 1.261 | 6.117 | 7.424 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021**
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

| | Nota explicativa | Capital social | Reserva de lucros: Reserva legal | Reserva de lucros: Reserva de lucros | Lucros (Prejuízo) acumulados | Total do patrimônio líquido (controladora) | Participação não controladores | Total do patrimônio líquido (consolidado) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 31 de dezembro de 2020** | | 53.959 | 1.180 | - | (4.852) | 50.287 | - | 50.287 |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | 5.579 | 5.579 | 766 | 6.345 |
| Destinação do lucro líquido: | | | | | | | | |
| Distribuição de dividendos a não controladores | 7 | - | - | - | - | - | (766) | (766) |
| Distribuição de dividendos a controladores | 16 | - | - | - | (6.500) | (6.500) | - | (6.500) |
| Transferência da reserva de lucros | | - | (1.180) | - | 1.180 | - | - | - |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2021** | | 53.959 | - | - | (4.593) | 49.366 | - | 49.366 |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | 9.302 | 9.302 | 1.445 | 10.747 |
| Destinação do lucro líquido: | | | | | | | | |
| Distribuição de dividendos a não controladores | 7 | - | - | - | - | - | (1.445) | (1.445) |
| Distribuição de dividendos a controladores | 16 | - | - | - | (7.439) | (7.439) | - | (7.439) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2022** | | 53.959 | - | - | (2.730) | - | - | 51.229 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**
(Em milhares de reais - R$)

| | Nota explicativa | Controladora 2022 | Controladora 2021 | Consolidado 2022 | Consolidado 2021 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Receita líquida de vendas** | **18** | **-** | **-** | **126.107** | **83.851** |
| Custo das mercadorias vendidas | 19 | - | - | (94.744) | (63.859) |
| **Lucro bruto** | | **-** | **-** | **31.363** | **19.992** |
| **Receitas (Despesas) operacionais** | | | | | |
| Com vendas | 19 | - | - | (2.601) | (2.241) |
| Gerais e administrativas | 19 | (1.668) | (1.847) | (12.863) | (12.102) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 7 | 10.911 | 7.338 | - | - |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas | 19 | (38) | (25) | (1.523) | 3.236 |
| **Lucro operacional antes do resultado financeiro** | | **9.205** | **5.466** | **14.376** | **8.885** |
| **Resultado financeiro** | | | | | |
| Receitas financeiras | 19 | 172 | 150 | 514 | 232 |
| Despesas financeiras | 19 | (18) | (9) | (213) | (258) |
| **Lucro (Prejuízo) operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social** | | **9.359** | **5.607** | **14.677** | **8.859** |
| **Imposto de renda e contribuição social** | | | | | |
| Correntes | 17 | (57) | (28) | (3.930) | (2.514) |
| **Lucro (Prejuízo) líquido do exercício** | | **9.302** | **5.579** | **10.747** | **6.345** |
| **Atribuível a:** | | | | | |
| Participação dos controladores | 7 | 9.302 | 5.579 | 9.302 | 5.579 |
| Participação dos não controladores | 7 | - | - | 1.445 | 766 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações do Resultado Abrangente para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021**
(Em milhares de reais - R$)

| | Controladora 2022 | Controladora 2021 | Consolidado 2022 | Consolidado 2021 |
|---|---|---|---|---|
| **Lucro (Prejuízo) líquido do exercício** | **9.302** | **5.579** | **10.747** | **6.345** |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | - |
| **Resultado abrangente total do exercício** | **9.302** | **5.579** | **10.747** | **6.345** |
| **Atribuível a:** | | | | |
| Participação dos controladores | 9.302 | 5.579 | 9.302 | 5.579 |
| Participação dos não controladores | - | - | 1.445 | 766 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas Explicativas** (Em milhares de reais - R$)

**1) Contexto operacional:** A MDR Participações S.A. é uma companhia fechada, com prazo de duração indeterminada, localizada na cidade de São Paulo/SP, podendo abrir e encerrar filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior, mediante deliberação da Assembleia Geral, e tem por objeto social a exploração como *Holdings* de instituições não financeiras.

**2) Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária.

**3) Principais práticas contábeis:** Apuração de resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência mensal. Investimentos: Avaliados pelo custo de aquisição, acrescidas da equivalência patrimonial credoras.

**4) Eventos subsequentes:** Em 31/12/2022, não houve qualquer evento subsequente relevante que requer ajustes ou divulgações para as demonstrações apresentadas.

**5) Capital social:** O capital social subscrito e integralizado é de R$ 53.959.195,86 (Cinquenta e três milhões e novecentos e cinquenta e nove mil e cento e noventa e cinco reais e oitenta e seis centavos) representado por 698.952 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

**Diretoria**

**Rodrigo Brandão dos Santos Baptista**
Diretor de Operações

**Adriana Lurdes Michel**
Diretora *Controller*/Administrativa Financeira

**Edson Donizette Pires**
Contador CRC - 1SP234409/O-6 - CPF 254.583.358-48

As demonstrações financeiras completas e o relatório dos auditores independentes estão à disposição na sede da Companhia.

**Uniplast Indústria e Comércio Ltda.**

CNPJ/ME 61.465.191/0001-51 - NIRE 35.201.179.406

**Edital de Convocação**

São convocados os sócios da **Uniplast Indústria e Comércio Ltda.**, para a Reunião Geral Ordinária a ser realizada no dia 09/05/2023, às 10:00 horas, a ser realizada virtualmente por meio da plataforma "Zoom", conforme permitido pelo disposto no artigo 1.080-A do Código Civil pelo link https://us06web.zoom.us/j/85991860264?pwd=QzY3NkxLYTdBdXlQUlZTRFhtYzhZQT09 em Assembleia Geral, nos termos dos artigos 1.071 e 1.078, I, ambos do Código Civil, deliberar sobre: **1.1.** Aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício fiscal de 2022; **1.2**. Destinação dos dividendos, se houver; e **1.3.** Outros assuntos de interesse da Sociedade. Por fim, informo que toda documentação aplicável está disponível aos Senhores, conforme e-mail enviado em 28 de março de 2023. São Paulo/SP, 25/04/2023.

# Pesquisa mostra que 71% dos professores estão estressados

Pelo menos 71% dos professores brasileiros estão estressados pela sobrecarga de trabalho, mostrou um levantamento feito pelo instituto de pesquisa Ipec, encomendado por entidades como Todos Pela Educação, Itaú Social, Instituto Península e Profissão Docente. O levantamento foi realizado com 6.775 professores de escolas públicas (municipais e estaduais) de todo o país, entre julho e dezembro de 2022.

"Outro aspecto que nos chamou atenção é uma opinião dos professores de que a gestão educacional deveria priorizar, nos próximos dois anos, o apoio psicológico a estudantes e docentes", afirma a pesquisadora Esmeralda Macana, especialista em desenvolvimento e soluções do Itaú Social.

O apoio psicológico está no topo das preocupações dos professores, entre dez medidas relacionadas pela pesquisa. Essa necessidade é lembrada por 18% dos pesquisados e fica à frente de aumento no salário dos profissionais (17%).

## Chamar atenção

Esmeralda Macana avalia que o cenário é muito complicado nesse período de pós-pandemia. "Estamos nesse desafio de dar conta de recuperar essa aprendizagem e poder engajar os estudantes em todo o processo".

A pesquisadora em desenvolvimento humano explica que os professores também sinalizaram que um dos problemas que enfrentam é o desinteresse dos estudantes pela escola. Esse problema foi apontado por 31% dos professores consultados. Para 28%, outra questão é a defasagem na aprendizagem dos alunos.

Segundo a pesquisadora, esse cenário deve permanecer por um tempo em função do impacto das crises sanitária e social. "Isso gera necessidade de inovar as estratégias pedagógicas para acelerar o processo de aprendizagem".

Uma questão é que estudantes voltaram para o ensino presencial com dificuldades de alfabetização, e também em temas da língua portuguesa e matemática.

## Risco de desânimo

Nesse contexto, as dificuldades com os conteúdos acabam desanimando os estudantes ao não conseguir acompanhar as aulas. "Eles os alunos também se sentem sobrecarregados e estressados, assim como os professores, tentando inovar, priorizar o currículo e buscar outras formas de motivação e de engajamento", diz Esmeralda Macana.

A especialista defende que a gestão educacional precisa considerar a necessidade de fortalecer a formação continuada dos professores. "Parte da ideia e sentimento de desvalorização se dá pelo docente se sentir sozinho lidando com desafios muito grandes e complexos".

A pesquisadora observa que, de acordo com pesquisas, as famílias de estudantes da rede pública valorizam ainda mais o trabalho do professor depois da pandemia. "As famílias também perceberam quão difícil e desafiador é o trabalho dos professores". Mesmo com as dificuldades, os pesquisados entendem que a profissão é gratificante. "Nove em cada dez docentes escolheriam ser professores novamente".

Segundo o levantamento, 84% dos professores concordam que cursos presenciais formam profissionais mais bem preparados para o início da profissão. (Agencia Brasil)

# SPE GL events Centro de Convenções Imigrantes S.A.

CNPJ nº 18.942.023/0001-80

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2022 e 2021 -** Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Relatório da Diretoria:** Srs. Acionistas, em cumprimento as disposições legais e estatutárias, vimos submeter a apreciação de V. Sas. As Demonstrações Financeiras referentes ao Exercícios Sociais findos em 31/12/2022 e 31/12/2021. Estamos a inteira disposição de V. Sas., para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. São Paulo, 27/04/2023. **A Diretoria**

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO -** Em milhares de reais

| Ativo | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| **Circulante** | **97.278** | **22.269** |
| Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) | 84.868 | 16.485 |
| Contas a receber de clientes (Nota 5) | 3.593 | 1.201 |
| Adiantamentos a fornecedores | 1.217 | 388 |
| Impostos a recuperar (Nota 6) | 5.603 | 3.231 |
| Outras contas a receber | 1.736 | 64 |
| Despesas antecipadas | 261 | 900 |
| **Não circulante** | **21.942** | **14.221** |
| Contas a receber clientes - Partes relacionadas (Nota 12) | 14.024 | 10.860 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (Nota 18(b)) | 7.918 | 3.361 |
| Imobilizado (Nota 7) | 328.287 | 345.740 |
| Direito de uso (Nota 7.1) | 109.031 | 104.578 |
| Intangível (Nota 8) | 14.894 | 15.615 |
| | **452.212** | **465.933** |
| **Total do ativo** | **571.432** | **502.423** |

| Passivo | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| **Circulante** | **80.170** | **97.043** |
| Fornecedores | 1.412 | 431 |
| Fornecedores - Partes relacionadas (Nota 12) | 9.550 | 13.112 |
| Adiantamentos de clientes (Nota 9) | 36.260 | 66.376 |
| Impostos a recolher | 326 | 1.125 |
| Salários e encargos sociais | 1.414 | 829 |
| Dividendos a pagar (Nota 13) | 11.526 | 2.108 |
| Arrendamento (Nota 11) | 5.807 | 5.096 |
| Outras contas a pagar (Nota 10) | 13.116 | 7.207 |
| Provisão para contingências (Nota 19 a) | 759 | 759 |
| **Não circulante** | **137.094** | **121.188** |
| Adiantamentos de clientes (Nota 9) | 22.897 | 15.864 |
| Arrendamento (Nota 11) | 114.197 | 105.324 |
| **Patrimônio líquido (14)** | **354.168** | **284.192** |
| Capital social | 317.597 | 317.597 |
| Reservas de lucros | 36.571 | 6.336 |
| Prejuízos acumulados | - | (39.741) |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | **571.432** | **502.423** |

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**1. Informações gerais:** A SPE GL events Centro de Convenções Imigrantes S.A. ("Companhia") foi constituída em 02/09/2013, com o propósito específico de realizar o planejamento, a implantação e a operação do uso do recinto de exposições Sálvio Pacheco de Almeida Prado ("São Paulo Expo") e das áreas adjacentes por trinta anos, visando a realização de feiras, exposições e eventos e à instalação de equipamentos de apoio, com o objetivo de observar, cumprir e fazer cumprir o disposto no Contrato de Concessão de Direito e Uso e Exploração de Bem Público nº 031/2013. A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede no município de São Paulo - SP. A SPE GL events Centro de Convenções Imigrantes S.A. pagará ao Poder Concedente, Prefeitura Municipal de São Paulo, o valor de R$201.513 (duzentos e um milhões, quinhentos e treze mil reais) durante o prazo de 30 anos, como Outorga fixa, corrigida anualmente pelo Indice Nacional de preços ao Consumidor Amplo INPCA/IBGE, ou por outro Indice que vier a substituí-lo. A Companhia inicialmente efetuou o pagamento de R$21.621 (Vinte e um milhões, seiscentos e vinte e um mil reais) como parte da Outorga Fixa. E pagará, a Título de Outorga Variável, trimestralmente no valor de 1% do Faturamento Bruto, pelo Prazo da Concessão. A Amortização da Outorga Fixa, será linear pelo Prazo da Concessão. A Companhia realizou durante os exercícios de 2014 a 2016, o Projeto de Expansão e Ampliação do São Paulo Expo, tornando o mais novo centro de Exposições, Congressos e Convenções da capital paulista, com uma área de 100 mil m², o complexo arquitetônico é multifuncional, capaz de sediar feiras de negócios e de público, congressos e eventos corporativos nacionais e internacionais, além de eventos culturais, sociais, esportivos e de entretenimento, cuja entrega definitiva e funcionamento ocorreu em julho de 2016. No exercício de 2019, os seguintes investimentos foram realizados: i) cumprimento da compensação ambiental junto às autoridades do município de São Paulo, decorrente do projeto citado acima, que resultou no Plantio de 6.686 mudas no Parque Aterro Sapopemba e a entrega de 2001 mudas no Viveiro Manequinho Lopes; e ii) implantação da passarela de pedestres visando gerar melhoria a fluidez no tráfego da região e permitir maior segurança aos visitantes dos eventos. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 26/04/2023. **1.1 Impactos - COVID 19:** Em 31/01/2020, a Organização Mundial da Saúde ("OMS") anunciou que o Coronavírus ("COVID-19") é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras. A direção da Companhia aplicou algumas ações para mitigar os efeitos do Coronavirus cancelando ou postergando diversos contratos de prestadores de serviços reduzindo dessa forma custos e despesas fixas. De concreto tivemos o cancelamento de dois eventos com redução da margem e receita líquida como segue: Salão do Automóvel (redução da margem em R$6.300 e receita líquida em R$9.500) e Festival do Japão (redução da margem em R$2.200 e receita líquida em R$2.400). Não obstante, a Companhia seguiu monitorando de forma diligente toda e qualquer informação a respeito do tema, e avaliou, de acordo com a evolução do mesmo, a necessidade de divulgação de fato relevante e/ou alteração das projeções e estimativas relacionados aos riscos reportados no seu formulário de referência, de forma a deixar seus acionistas e o mercado informados acerca de mudanças de avaliação que tragam efeitos relevantes. Em 2021, a Companhia teve sua receita líquida de R$19.531 (dezenove milhões, quinhentos e trinta e um mil reais) ainda impactada pelo surto da COVID-19, apesar de seus esforços para a contratação de novos eventos para a continuidade dos negócios. No Exercício de 2022, com a declaração do fim da pandemia pelos órgãos públicos responsáveis em medir e avaliar essa questão a Companhia realizou novos eventos (Abimad 31', Feicom Batmat, Hospitalar, São Paulo Boat Show, Salão do Automóvel, entre outras), com geração de receita de aproximadamente R$150.000 (cento e cinquenta milhões de reais), voltando assim aos patamares de faturamento de seu potencial máximo de operação em 2022. A Receita Líquida foi de R$137.520 (Cento e trinta e sete milhões, quinhentos e vinte mil reais), operando dentro do Projetado para o exercício de 2022, Pós Pandemia da COVID-19. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. **2.1 Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.3. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **2.3 Estimativas contábeis críticas:** Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, cálculo do ativo de direito de uso e passive de arrendamento e determinações de provisões para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. **2.4 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante. **2.5 Ativos financeiros: a) Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado). Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Em 31/12/2022, a Companhia não possui ativos financeiros que se enquadrem na categoria de mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado). **(b) *Impairment* de ativos financeiros:** A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* poderiam incluir, dentre outros: • Dificuldade financeira relevante do emissor ou contraparte; • Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; • O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; • Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos. O *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento, quando aplicável, tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. **2.6 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela locação de espaço ou venda de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*, se necessária. As contas a receber no mercado externo são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data de encerramento do balanço. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O cálculo da provisão é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas. **2.7 Ativos imobilizados: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui todos os gastos diretamente atribuíveis à aquisição do ativo, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, das perdas de redução ao valor recuperável acumulada *(impairment)*. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **Depreciação:** A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear e em função da vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado. Esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. O valor de um ativo é reduzido imediatamente para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. **2.8 Intangível:** O intangível da Companhia é constituído do direito de exploração do espaço de exposições Sálvio Pacheco de Almeida Prado e das áreas adjacentes por trinta anos, tempo de concessão de uso. O ativo está sendo amortizado linearmente no período de 30 anos que corresponde ao tempo de vigência do contrato de concessão. Cabe ressaltar que o contrato de concessão em vigor na companhia não se enquadra na interpretação da norma IFRIC 12, as condições relativas à definição dos serviços prestados e determinação dos preços não sendo cumpridas. Neste caso, o contrato de concessão corresponde a um contrato de locação operacional registrando apenas os pagamentos do aluguel. **2.9 Contas a pagar a fornecedores:** Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, os fornecedores são apresentados como passivo não circulante. Eles são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.10 Provisões:** As provisões são reconhecidas quando: (a) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (c) o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.11 Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. **2.12 Imposto de Renda e Contribuição Social:** A Companhia adota o regime de Lucro Real para a apuração e registro do Imposto de Renda e Contribuição Social. Cabe ressaltar que a provisão para o Imposto de Renda é calculada quando se apura base tributável, aplicando-se a alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% e a Contribuição Social à alíquota de 9% sobre o lucro líquido antes do cálculo do Imposto de Renda, nos termos da legislação vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferido (impostos diferidos) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido aprovada. No exercício de 2022, a Companhia aderiu ao PERSE. Os detalhes podem ser encontrados na nota 18 (a). **2.13 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de locação de espaço e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando, simultaneamente: (a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança, (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. **(a) Receita com locação de centro de convenções:** As receitas são reconhecidas, pelo regime de competência, quando do primeiro dia de realização da feira e evento. **(b) Receita com locação de área para exploração de estacionamento:** As receitas são reconhecidas, pelo regime de competência, quando da utilização da área de estacionamento dos veículos destinados às feiras e eventos. **(c) Receita com serviços:** As receitas pela prestação de serviços de apoio aos eventos, como equipamentos elétricos, telefonia e internet, estruturas suspensas, serviços gráficos e comissionamento de receita com alimentos e bebidas, são reconhecidas pelo regime de competência, quando da prestação dos serviços contratados. **3. Novas normas e pronunciamentos:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). • Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações financeiras": emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um *waiver* ou quebra de *covenant*). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 01/01/2023. • Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 01/01/2023. • Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 01/01/2023. • Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 01/01/2023.

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| **Receitas líquidas (Nota 15)** | **137.520** | **19.531** |
| Custos (Nota 16) | (43.171) | (23.777) |
| **Prejuízo bruto** | **94.349** | **(4.246)** |
| **Despesas operacionais** | | |
| Despesas gerais e administrativas (Nota 16) | (14.064) | (12.850) |
| Outras despesas operacionais (Nota 16) | (2.114) | (3.204) |
| | **(16.178)** | **(16.054)** |
| **Prejuízo operacional** | **78.171** | **(20.300)** |
| Resultado financeiro líquido (Nota 17) | (3.334) | (1.481) |
| **Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social** | **74.837** | **(21.781)** |
| Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente (nota 18) | - | - |
| Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos (nota 18) | 4.557 | 633 |
| **Prejuízo do exercício** | **79.394** | **(21.148)** |
| **Quantidade de ações ordinárias ao final do exercício** | **317.596.529** | **317.596.529** |
| **Lucro (Prejuízo) por ação do capital social em R$** | **0,25** | **(0,07)** |

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO -** Em milhares de reais

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Lucro (Prejuízo) do exercício | 79.394 | (21.148) |
| **Total do resultado abrangente do exercício** | **79.394** | **(21.148)** |

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO -** Em milhares de reais

| | | Reservas de lucros | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Capital social | Reserva legal | Reserva especial de dividendos não distribuídos | Lucros (prejuízos) acumulados | Total |
| **Em 01/12/2021** | **347.597** | **5.492** | **844** | **(18.593)** | **335.340** |
| Redução de capital | (30.000) | - | - | - | (30.000) |
| Prejuízo do exercício | - | - | - | (21.148) | (21.148) |
| **Em 31/12/2021** | **317.597** | **5.492** | **844** | **(39.741)** | **284.192** |
| Lucro do exercício | - | - | - | 79.394 | 79.394 |
| Dividendos mínimos obrigatórios | - | - | - | (9.418) | (9.418) |
| Constituição de reserva | - | 1.983 | 28.252 | (30.235) | - |
| **Em 31/12/2022** | **317.597** | **7.475** | **29.096** | **-** | **354.168** |

**4. Caixa e equivalentes de caixa:**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Recursos em caixa e depósitos bancários a vista | 524 | 197 |
| Aplicações financeiras | 84.344 | 16.288 |
| | **84.868** | **16.485** |

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de variação de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a recursos aplicados em Certificados de Depósito Bancário, com liquidez imediata e rentabilidade de 100% da variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

**5. Contas a receber de clientes:**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Contas a receber de clientes - Terceiros | 4.393 | 2.001 |
| (-) Provisão para expectativa de créditos de liquidação duvidosa | (800) | (800) |
| **Contas a receber de clientes, líquidas** | **3.593** | **1.201** |

Em 31/12/2022, o montante de contas a receber de clientes com terceiros no total de R$4.393 (2021 - R$2.001) estava provisionado conforme demonstrado abaixo:

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| **Contas a receber de clientes a vencer** | **2.488** | **960** |
| **Contas a receber de clientes vencidos** | | |
| De um a três meses | - | - |
| De três a seis meses | 939 | - |
| De seis a doze meses | - | 75 |
| Acima de doze meses | 966 | 966 |
| **Contas a receber de clientes, líquidas** | **4.393** | **2.001** |

As movimentações na provisão para expectativa de créditos de liquidação duvidosa são as seguintes:

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| **Em 1º. de janeiro** | **800** | **800** |
| Complemento de provisão | - | - |
| (-) Reversão da provisão | - | - |
| **Em 31 de dezembro** | **800** | **800** |

**6. Impostos a recuperar:**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Créditos de COFINS | 3.380 | 1.902 |
| Créditos de PIS | 744 | 413 |
| IRRF sobre aplicação financeira | 755 | 391 |
| Antecipação de IRPJ | 336 | 336 |
| Antecipação de CSLL | 188 | 188 |
| PCC-IRRF-INSS sobre faturamento | 200 | 1 |
| | **5.603** | **3.231** |

**7. Imobilizado:**

| Imobilizado de uso | Instalações | Máquinas e equipamentos | Móveis e utensílios | Benfeitorias em imóveis de terceiros | Computadores e periféricos | Softwares | Obras em andamento | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Taxa de depreciação - % a.a.** | **4%** | **10%** | **10%** | **10%** | **20%** | **20%** | **-** | **-** |
| Custo | 435.918 | 270 | 188 | 122 | 68 | 2.585 | 1.200 | 440.351 |
| Depreciação acumulada | (93.292) | (123) | (73) | (101) | (22) | (1.000) | - | (94.611) |
| **Saldo em 31/12/2021** | **342.626** | **147** | **115** | **21** | **46** | **1.585** | **1.200** | **345.740** |
| Adição | - | - | - | - | - | - | | |
| Depreciação | (17.054) | (22) | (18) | (14) | (7) | (338) | - | (17.453) |
| **Saldo em 31/12/2022** | **325.572** | **125** | **97** | **7** | **39** | **1.247** | **1.200** | **328.287** |
| Custo | 435.918 | 270 | 188 | 122 | 68 | 2.585 | 1.200 | 440.351 |
| Depreciação acumulada | (110.346) | (145) | (91) | (115) | (29) | (1.338) | - | (112.064) |
| **Saldo em 31/12/2022** | **325.572** | **125** | **97** | **7** | **39** | **1.247** | **1.200** | **328.287** |

**(a) Outras informações:** O montante de depreciação e amortização foram apresentados na rubrica de custos dos serviços prestados no montante de R$22.468 (2021 - R$18.832) e na rubrica de despesas operacionais no valor de R$338 (2021 - R$338). O valor contábil bruto de itens do ativo imobilizado totalmente depreciados que ainda estão em uso era de R$282 (2021 - R$111).

**7.1 Direito de uso:**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Direito de uso | 120.718 | 110.911 |
| Amortização acumulada | (11.687) | (6.333) |
| | **109.031** | **104.578** |

Saldo referente às parcelas fixas estabelecidas no contrato de concessão. Os detalhes sobre o contrato estão apresentados na nota 1.

**8. Intangível:**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Outorga do direito de uso e exploração do bem público | 21.621 | 21.621 |
| Amortização acumulada | (6.727) | (6.006) |
| | **14.894** | **15.615** |

O intangível é constituído do direito de exploração do recinto de exposições Sálvio Pacheco de Almeida Prado e das áreas adjacentes por trinta anos, tempo de concessão de uso e exploração do Centro de Convenções, adquirido inicialmente pela Controladora GL Events Centro de Convenções S.A. e transferido formalmente em dezembro de 2014 para a SPE GL events Centro de Convenções Imigrantes S.A. O ativo está sendo amortizado linearmente no período de 30 anos que corresponde ao tempo de vigência do contrato de concessão.

**9. Adiantamento de clientes:**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Contratos de Locação de Espaço | 57.869 | 80.960 |
| Caução | 1.188 | 1.180 |
| Outros | 100 | 100 |
| | **59.157** | **82.240** |
| Circulante | 36.260 | 66.376 |
| Não circulante | 22.897 | 15.864 |

Os adiantamentos de clientes referem-se ao fluxo de pagamentos contratuais que antecedem a realização dos eventos e feiras a serem realizados no exercício de 2022 a 2024. **10. Outras contas a pagar:** Composto substancialmente pelas Provisões de Despesas em Eventos Realizados onde a Documentação Fiscal, não foi Entregue para Contabilização dentro do mês de Realização do Evento.

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Provisões de despesas em eventos - Terceiros | 13.116 | 7.207 |
| | **13.116** | **7.207** |

**11. Arrendamento:** (i) Atendendo ao IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil, e interpretações relacionadas, estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores).

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Direito de uso do Centro de Convenções São Paulo Expo (aluguel fixo) | 120.004 | 110.420 |
| | **120.004** | **110.420** |
| Circulante | 5.807 | 5.096 |
| Não circulante | 114.197 | 105.324 |

**12. Partes relacionadas:**

| 2022 | Contas a receber | Fornecedores | Receitas | Custos e despesas |
|---|---|---|---|---|
| GL Events Exhibitions S.A. | 8.895 | 85 | 3.635 | 22 |
| GL Events Live S.A. | 1.867 | 3.828 | 653 | 63 |
| GL Events Brasil Participações | 820 | 1.747 | 35 | 18 |
| GL Events Centro de Convenções S.A. | 1.035 | 1.172 | - | 183 |
| GL Events Imobiliária | 50 | 40 | - | - |
| C.J. Executive | 4 | - | 1 | - |
| SPE GL Events C.C. Salvador | 489 | - | - | - |
| SPE GL Events C.C. Anhembi | 864 | 5 | - | - |
| Top Gourmet Catering Serviços | - | 3 | - | 3 |
| GL Events - France | - | 2.670 | - | 2.606 |
| | **14.024** | **9.550** | **4.324** | **2.895** |

| 2021 | Contas a receber | Fornecedores | Receitas | Custos e despesas |
|---|---|---|---|---|
| GL Events Exhibitions S.A. | 7.100 | 111 | 6.275 | 36 |
| GL Events Live S.A. | 1.587 | 800 | 723 | 97 |
| GL Events Brasil Participações | 820 | 3.576 | 35 | 1.277 |
| GL Events Centro de Convenções S.A. | 549 | 1.528 | - | 589 |
| GL Events Imobiliária | 46 | 40 | - | - |
| C.J. Executive | 4 | - | 1 | - |
| SPE GL Events C.C. Salvador | 425 | 5 | - | 4 |
| SPE GL Events C.C. Santos | 329 | 47 | - | 46 |
| Top Gourmet Catering Serviços | - | 3 | - | 3 |
| GL Events - France | - | 7.002 | - | 7.001 |
| | **10.860** | **13.112** | **7.034** | **9.053** |

Custos e Despesas/Reembolso Ativo - Trata-se de repasse de gastos compartilhados. Os reembolsos não são tratados como receitas operacionais, mas sim redutoras de custos ou despesas. Receitas - Relacionadas a locação de espaço para eventos (Exhibitions) locação de Equipamentos (Live). **(i) Remuneração do pessoal-chave da Administração:** Em 31/12/2022, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a direção e a presidência da Companhia, totalizou R$ 1.320 (2021 - R$898) e inclui salários, honorários e benefícios variáveis.

**13. Dividendos a pagar:**

| | 2022 |
|---|---|
| **Lucro Líquido do Exercício** | **79.394** |
| Compensação de prejuízos acumulados | (39.741) |
| Constituição de reserva legal 5% | 1.983 |
| **Base de cálculo dos dividendos** | **37.670** |
| Dividendo mínimo obrigatório (25%) | 9.418 |
| **Total de Dividendos Exercício 2022** | **9.418** |
| **Total de Dividendos Acumulados até 2021** | **2.108** |
| **Total de Dividendos a Pagar** | **11.526** |

**14. Patrimônio líquido: (a) Capital social:** Em 2020, não ocorreram alterações de capital social, permanecendo R$347.597, representado por 347.596.528 ações nominativas. Em 2021, ocorreu redução de capital no valor de R$30.000 (trinta milhões de reais) por encontrar-se excessivo em relação ao seu objeto social, nos termos do artigo 173 da Lei 6.404/76, com cancelamento de 30.000.000 (trinta milhões) de ações de emissão da Companhia, passando o capital social à R$ 317.597, representado por 317.596.528 ações nominativas. Em 2022, não ocorreram alterações de capital social, permanecendo R$317.587, representado por 317.596.528 ações nominativas.

| Acionista | Quantidade de ações | Valor das ações | Valor total das ações | Participação no capital social |
|---|---|---|---|---|
| GL EVENTS Brasil Participações Ltda. | 317.596.528 | R$1,00 | R$317.596.528 | 100% |

**(b) Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente, quando ocorre Lucro no exercício, com destinação de 5% do lucro líquido ajustado e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim proteger a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **(c) Distribuição dos lucros:** A Companhia apurou lucro no exercício em 31/12/2022, no montante de R$79.394 (Setenta e nove milhões, trezentos e noventa e quatro mil reais) que absorveu o prejuízo acumulado de R$39.741 (Trinta e nove milhões, setecentos e quarenta e um mil reais) gerando um lucro acumulado de R$39.653 (Trinta e nove milhões, seiscentos e cinquenta e três mil reais) sendo que após a constituição de reserva mínima obrigatória de R$1.983 (Um milhão, novecentos e oitenta e três mil reais) ficou a disposição para distribuição o valor de R$37.670 (Trinta e sete milhões, seiscentos e setenta mil reais). As ações ordinárias têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei n° 6.404/76, ressalvadas as hipóteses previstas nos §§3º e 4º do Artigo 202 da referida lei. A memória de cálculo se encontra na nota 13. **15. Receita líquida:** A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Receita bruta sobre locação de espaços e serviços | 152.596 | 21.585 |
| Impostos sobre serviços | (15.076) | (2.054) |
| | **137.520** | **19.531** |

| **16. Custos e despesas por natureza:** | **2022** | **2021** |
|---|---|---|
| Depreciação e amortização | (22.807) | (18.720) |
| Serviços de terceiros contratados diretamente relacionado a eventos | (12.574) | (429) |
| Energia elétrica, água e gás natural | (8.196) | (2.058) |
| Salários e encargos sociais | (7.145) | (7.712) |
| Contrato de concessão - Ônus variável | (1.526) | (216) |
| Contrato de concessão - Outorga fixa | (721) | (721) |
| Serviços de terceiros | (641) | (5.347) |
| Adequação de espaços para atender aos eventos | (147) | (807) |
| Contingências | (133) | (1) |
| Recrutamento e seleção | (29) | (10) |
| Contribuições a entidades | (1) | (6) |
| Outros | (5.429) | (3.804) |
| **Custo total das vendas e despesas operacionais** | **(59.349)** | **(39.831)** |
| Custo | (43.171) | (23.777) |
| Despesas gerais e administrativas | (14.064) | (12.850) |
| Outras despesas operacionais | (2.114) | (3.204) |

| **17. Resultado financeiro líquido:** | **2022** | **2021** |
|---|---|---|
| Rendimento de aplicação financeira | 5.066 | 616 |
| Juros e multas | 4 | 173 |
| Variação cambial | 328 | 1 |
| Outras | 15 | - |
| **Total de receitas financeiras** | **5.413** | **790** |
| Juros e multas | (7.822) | (1.881) |
| Despesas bancárias | (172) | (353) |
| Variação Cambial | (517) | - |
| PIS e COFINS sobre receita financeira | (236) | (37) |
| **Total de despesas financeiras** | **(8.747)** | **(2.271)** |
| **Resultado financeiro líquido** | **(3.334)** | **(1.481)** |

| **18. Imposto de Renda e Contribuição Social:** | **2022** | **2021** |
|---|---|---|
| Imposto de Renda e Contribuição Social | (21.009) | - |
| Benefício fiscal - Perse | 21.009 | - |
| | **-** | **-** |

Em 31/12/2022, a Companhia através da sua escrituração fiscal LALUR realizou o cálculo do IRPJ e CSLL, contudo como suas atividades estão enquadradas no Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) não houve impacto no resultado do exercício em razão deste benefício fiscal que concede alíquota zero durante os próximos cinco anos, a findar em fevereiro de 2027. **(a) Benefício fiscal Perse:** A Coordenação-Geral de Tributação da Receita Federal do Brasil publicou duas soluções de consulta, em 06/03/2022, explicitando o entendimento do órgão sobre o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos "Perse", especialmente no que se refere ao benefício de alíquota zero, pelo prazo de 60 (sessenta) meses, de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS previsto no artigo 4º da Lei nº 14.148/2021. A RFB apreciou a questão temporal quanto à vigência da alíquota zero de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, dispondo que a redução deve ser aplicada às receitas e resultados referentes aos meses de março de 2022 a fevereiro de 2027, justamente o quanto já previsto no artigo 7º da IN RFB nº 2.114/2022. Tratou, ainda, de procedimentos relacionados com a indicação do benefício nas respectivas obrigações fiscais acessórias. Em síntese, a RFB consigna que: (i) A alíquota zero é aplicada tão somente sobre as receitas e os resultados auferidos pelas pessoas jurídicas pertencentes ao setor de eventos nas atividades relacionadas em ato do Ministério da Economia, devendo o contribuinte, portanto, realizar a segregação das receitas sobre atividades que contemplam o benefício fiscal; (ii) O benefício de alíquota zero não se aplica às empresas optantes pelo Simples Nacional; entretanto, estas empresas podem fruir da alíquota zero caso sejam desenquadradas (a requerimento ou de ofício) do regime simplificado; (iii) Não é necessário que o contribuinte realize a renegociação de dívidas (transação tributária) para fazer jus à alíquota zero; (iv)Tomar atenção em informar aos nossos clientes através dos respectivos documentos fiscais, que nossa prestação de serviços obteve o benefício da redução de alíquotas a zero, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizessem, sujeitarem-se à retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total da referida nota ou documento fiscal; há previsão específica de dispensa de retenção de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, quando o pagamento se referir a receitas desoneradas. Em 31/12/2022, a Companhia obteve o benefício fiscal da Lei 14.148/2022, assim passou a aplicar a redução de alíquotas a zero; com o advento da aplicação deste benefício, obteve um aumento em sua geração de caixa, além de um ganho em seu resultado operacional de 26,5%. **(b) Composição Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos:** Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos têm a seguinte natureza:

| ***Diferenças temporárias*** | **2022** | **2021** |
|---|---|---|
| Saldo entre provisões de receitas e despesas em eventos | 15.378 | 6.869 |
| Taxa de administração | 815 | 1.457 |
| Provisões para perdas trabalhistas | 759 | 759 |
| Provisão para expectativa de crédito de liquidação duvidosa | 800 | 800 |
| Prejuízo fiscal acumulado em 31/12/2022 | 5.536 | - |
| | **23.288** | **9.885** |
| Alíquota combinada de Imposto de Renda e Contribuição Social -% | 34 | 34 |
| **Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativo** | **7.918** | **3.361** |

**19. Provisão para contingências:** A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhistas decorrentes do curso normal de suas atividades. A avaliação do risco de perda de cada processo é efetuada com base na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, que levam em conta a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais. As provisões para contingências foram constituídas para aqueles processos cuja avaliação de risco é considerada como provável de perda.

**(a) Contingências - Prováveis:**

| Causas | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Trabalhistas | 759 | 759 |
| **Total** | **759** | **759** |

As ações movidas contra a Companhia com probabilidade de risco de perda classificada pelos nossos consultores jurídicos internos e externos como possível totalizam R$91 de natureza cível (2021 - R$13.841) e R$350 de natureza trabalhista (2021 - R$1.819). **20. Instrumentos financeiros:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A gestão desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia, representados por aplicações financeiras, utilizam taxas compatíveis com as de mercado. A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado. As informações abaixo apresentam dados sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento do patrimônio social. **Estrutura do gerenciamento de risco:** A Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento dessas políticas**.** As políticas de gerenciamento de risco foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderências aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro em função da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais, basicamente proveniente dos créditos recebíveis de clientes da Companhia e dos outros instrumentos financeiros. **Exposição a riscos de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições e riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno. Até o encerramento do exercício de 2022, a Administração da Companhia manteve posições somente em contas correntes bancárias e financiamentos, e não operou com instrumentos financeiros derivativos. A exposição ao risco cambial é representada pelo saldo de contas a pagar com fornecedores partes relacionadas em moeda estrangeira no montante de R$468 (Euro mil). **21. Eventos subsequentes:** Em 08/02/2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recurso Extraordinário n° 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário n° 955.227. Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma Companhia conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido. A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicas, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações financeiras de 31/12/2022. **22. Cobertura com Seguros:** A Empresa e as demais vinculadas ao Grupo Econômico, adotam uma política de seguros que considera principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A Companhia mantém as seguintes coberturas de seguros em 31/12/2022:

| Seguradora | Valor segurado | Ramo | Vigência | Unidade |
|---|---|---|---|---|
| Pottencial | **R$35.836** | Seguro garantia | 31.08.2022 a 27.02.2024 | São Paulo Expo |
| AIG - Seguradora | **R$600.000** | Seguro patrimonial | 01/01/2022 a 31/12/2022 | São Paulo Expo |
| Generali | **R$19.049** | Responsabilidade civil | 01/01/2022 a 31/12/2022 | São Paulo Expo |

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO -** Em milhares de reais

| **Fluxos de caixa de atividades operacionais** | **2022** | **2021** |
|---|---|---|
| **Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social** | **74.837** | **(21.781)** |
| **Ajustes de:** Amortização do intangível | 721 | 721 |
| Amortização do direito de uso (IFRS 16) | 5.353 | 1.251 |
| Depreciação do imobilizado | 17.453 | 17.469 |
| **Resultado do exercício ajustado** | **98.364** | **(2.340)** |
| **Variações nos ativos e passivos** | | |
| Contas a receber de clientes - Terceiros | (2.392) | (718) |
| Contas a receber de clientes - Partes relacionadas | (3.164) | (728) |
| Adiantamento a fornecedores | (829) | (63) |
| Impostos a recuperar | (2.372) | (1.303) |
| Outras contas a receber | (1.672) | (22) |
| Despesas antecipadas | 639 | (793) |
| Fornecedores - Terceiros | 981 | (43) |
| Fornecedores - Partes relacionadas | (3.652) | (564) |
| Adiantamento de clientes | (23.083) | 9.487 |
| Impostos a recolher | (799) | 1.044 |
| Salários e encargos sociais | 585 | (151) |
| Outras contas a pagar | 5.909 | 1.469 |
| **Caixa gerado pelas atividades operacionais** | **68.605** | **5.275** |
| **Fluxos de caixa das atividades de investimentos** | | |
| Aumento do direito de uso (IFRS 16) | (9.806) | (6.516) |
| **Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos** | **(9.806)** | **(6.516)** |
| **Fluxos de caixa das atividades de financiamento** | | |
| Redução de capital | - | (30.000) |
| Aumento de arrendamentos - Terceiros | 9.584 | 9.229 |
| **Caixa líquido gerados nas atividades de financiamento** | **9.584** | **(20.771)** |
| **Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa** | **68.383** | **(22.012)** |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do período | 16.485 | 38.497 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do período | 84.868 | 16.485 |
| **Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa** | **68.383** | **(22.012)** |

**COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA**

**SPE GL Events Centro de Convenções Imigrantes S.A.**

**Milena Hoette Palumbo -** Diretora Presidente

**Rodrigo Otavio de Almeida -** Contador - CRC - 72.950/O-8 - RJ

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas **SPE GL events Centro de Convenções Imigrantes S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da SPE GL events Centro de Convenções Imigrantes S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SPE GL events Centro de Convenções Imigrantes S.A. em 31/12/2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalvas. **Ênfase - Partes relacionadas:** Conforme mencionado na Nota 12, a Companhia realiza transações em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas. Consequentemente, os resultados de suas operações, bem como sua posição patrimonial e financeira, podem ser diferentes daqueles que seriam obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativa de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos identificados durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 27/04/2023. **Mazars Auditores Independentes -** CRC 2SP023701/O-8 - **Gustavo Adolfo Guimarães Rosseto da Silva -** Contador CRC RJ-117828/O-5.

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

EU MIGUEL DONHA JR., **LEILOEIRO OFICIAL – JUCEPAR – 14/256L,** VENHO A PÚBLICO DECLARAR QUE NO MÊS DE MAIO 2023 (DO DIA 02.05.2023 AO DIA 30.05.2023)
SERÃO REALIZADOS OS SEGUINTES LEILÕES .

Leilões de Maio/2023

| On-Line | On-Line |
|---|---|
| Estrada da Roseira, 6725 - Borda do Campo - São José dos Pinhais-PR | Estrada da Roseira, 6725 - Borda do Campo - São José dos Pinhais-PR |
| 02.05.2023 Terça-feira | 09.05.2023 Terça-feira |
| Leilão Início 13h | Leilão Início 13h |

| On-Line | On-Line | On-Line |
|---|---|---|
| Estrada da Roseira, 6725 - Borda do Campo - São José dos Pinhais-PR | Estrada da Roseira, 6725 - Borda do Campo - São José dos Pinhais-PR | Estrada da Roseira, 6725 - Borda do Campo - São José dos Pinhais-PR |
| 16.05.2023 Terça-feira | 23.05.2023 Terça-feira | 30.05.2023 Terça-feira |
| Leilão Início 13h | Leilão Início 13h | Leilão Início 13h |

**Miguel Donha JR LEILOEIRO OFICIAL**
JECEPAR 14/256L

Fale conosco
www.baronleiloes.com.br

## REGIDA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S.A.

C.N.PJ./MF 11.067.457/0001-30

**Balanço Patrimonial - Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 - *(Valores expressos em reais)***
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

| Ativo | 2022 | 2021 | Passivo e patrimônio líquido | 2022 | 2021 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | **Circulante** | | |
| Disponibilidades | 13.404.877,11 | 8.796.863,19 | Obrigações tributárias | 495.452,91 | 228.856,42 |
| Outros Créditos | 1.452.799,17 | 1.728.521,17 | Outras contas a pagar | 23.529.332,24 | 22.265.877,72 |
| Tributos a recuperar | 1.291.431,46 | 1.166.409,01 | **Total do circulante** | 24.024.785,15 | 22.494.734,14 |
| Despesas Antecipadas | 30.114,44 | 21.540,04 | **Não Circulante** | | |
| | 16.179.222,18 | 11.713.333,41 | Outras Obrigações | 4.297.466,26 | 3.317.661,64 |
| **Não circulante** | | | **Patrimônio líquido** | | |
| Empréstimos Coligadas | 4.089.411,06 | 4.110.589,62 | Capital Social | 245.000.000,00 | 245.000.000,00 |
| Dividendos a Receber | 2.832.775,11 | 6.202.893,96 | Reserva Legal | 25.396.063,00 | 24.392.452,66 |
| Investimentos | 379.224.609,55 | 362.393.068,40 | Reservas de Lucro | 122.368.699,78 | 108.067.252,42 |
| Imobilizado | 18.755.028,29 | 18.846.247,47 | **Total do Patrimônio líquido** | 392.764.762,78 | 377.459.705,08 |
| Intangível | 5.968,00 | 5.968,00 | | | |
| **Total do não circulante** | 404.907.792,01 | 391.558.767,45 | **Total do passivo e patrimônio líquido** | 421.087.014,19 | 403.272.100,86 |
| **Total do ativo** | 421.087.014,19 | 403.272.100,86 | | | |

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido**

| | Capital social Nacional | Lucros Acumulados | Reserva de Lucros | Reserva Legal | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| **Em 31 de Dezembro de 2020** | 245.000.000,00 | - | 85.007.580,59 | 22.774.230,08 | 352.781.810,67 |
| Lucro líquido do exercício | - | 32.364.451,68 | - | - | 32.364.451,68 |
| Constituição de Reserva Legal | - | (1.618.222,58) | - | 1.618.222,58 | - |
| Dividendos | - | (7.686.557,27) | - | - | (7.686.557,27) |
| Constituição Reserva de Lucros | - | (23.059.671,82) | 23.059.671,82 | - | - |
| **Em 31 de Dezembro de 2021** | 245.000.000,00 | - | 108.067.252,41 | 24.392.452,67 | 377.459.705,07 |
| Lucro líquido do exercício | - | 20.072.206,82 | - | - | 20.072.206,82 |
| Constituição de Reserva Legal | - | (1.003.610,34) | - | 1.003.610,34 | - |
| Dividendos | - | (4.767.149,12) | - | - | (4.767.149,12) |
| Constituição Reserva de Lucros | - | (14.301.447,36) | 14.301.447,36 | - | - |
| **Em 31 de Dezembro de 2022** | 245.000.000,00 | - | 122.368.699,77 | 25.396.063,01 | 392.764.762,77 |

**Demonstração do fluxo de caixa**

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|---|
| **Fluxo de caixa das atividades operacionais** | | |
| **Lucro antes do imposto de renda e contribuição social** | 21.103.211,93 | 33.203.793,13 |
| Equivalência Patrimonial | (18.684.511,64) | (33.998.499,34) |
| Depreciação | 743.920,08 | 1.620.812,84 |
| | 3.162.620,37 | 826.106,63 |
| Variações no capital circulante | | |
| Outros Créditos | 275.722,00 | (1.386.711,18) |
| Créditos tributários | (125.022,45) | (1.104.295,94) |
| Despesas antecipadas | (8.574,40) | 2.284,65 |
| Empréstimos com coligadas | 21.178,56 | 275.345,43 |
| Fornecedores | 438,98 | |
| Obrigações tributárias | 486.064,75 | (359.780,65) |
| Outras contas a pagar | (4.133,58) | (2.616,42) |
| Caixa gerado pelas operações | 3.808.294,23 | (1.749.667,48) |
| Dividendos recebidos | 6.202.893,96 | 2.671.702,25 |
| Imposto de renda | (1.250.473,37) | (1.144.314,55) |
| **Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais** | 8.760.714,82 | (222.279,78) |
| **Fluxo de caixa das atividades de investimento** | | |
| Aquisição de imobilizado e intangível | (652.700,90) | (1.226.255,07) |
| Aumento de Capital Social | - | - |
| **Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento** | (652.700,90) | (1.226.255,07) |
| **Fluxo de caixa das atividades de financiamento** | | |
| Dividendos | (3.500.000,00) | (3.000.000,00) |
| Juros sobre capital próprio | - | - |
| **Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento** | (3.500.000,00) | (3.000.000,00) |
| **(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa** | 4.608.013,92 | (4.448.534,85) |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 13.245.398,04 | 12.275.764,59 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 8.796.863,19 | 13.245.398,04 |
| (Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa | 4.608.013,92 | (4.448.534,85) |

**Demonstração do resultado**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| **Receitas (despesas) operacionais** | | |
| Gerais e Administrativas | (1.667.547,92) | (4.443.883,60) |
| Ocupação | (25.843,44) | (57.347,12) |
| Tributárias | (170.038,96) | (134.543,08) |
| Equivalência patrimonial | 18.684.511,64 | 33.998.499,34 |
| **Lucro operacional antes do resultado financeiro** | 16.821.081,32 | 29.362.725,54 |
| **Resultado financeiro** | | |
| Receita financeira | 4.285.392,11 | 3.843.879,59 |
| Despesas financeiras | (3.261,50) | (2.812,00) |
| **Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social** | 21.103.211,93 | 33.203.793,13 |
| Contribuição social | (279.263,49) | (248.591,65) |
| Imposto de renda | (751.741,62) | (590.749,80) |
| **Lucro líquido do exercício** | 20.072.206,82 | 32.364.451,68 |
| **Lucro líquido por ação do capital social** | 1,115 | 1,798 |

**Demonstração do resultado abrangente**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| **Lucro líquido do exercício** | 20.072.206,82 | 32.364.451,68 |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| **Total do resultado abrangente do exercício** | 20.072.206,82 | 32.364.451,68 |

**Notas explicativas**

**1 - Objeto:** participação em outras sociedades, exploração, por conta própria ou através de terceiros, de empreendimentos imobiliários; compra, venda e locação de bens móveis e imóveis; administração de bens próprios; outras atividades afins ou correlatas. **2 - Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas em valores expressos em reais e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei 11.941/09. **3 - Principais práticas contábeis: a. Apuração do resultado -** O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. **b. Ativo circulante e realizável a longo prazo -** São apresentados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos. **c. Investimentos -** O investimento em controladas e coligadas é avaliado pelo método de equivalência patrimonial. **d. Imobilizado -** Está demonstrado ao custo de aquisição. **e. Passivo circulante e realizável a longo prazo -** São apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, quando aplicável, dos correspondentes encargos aplicáveis. **f. Demonstrações do fluxo de caixa -** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a seção 7 do CPC PME e correspondente ao CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. **4 - Capital Social -** Em 31 de dezembro de 2022 o capital social é composto por 18.002.000 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 900.001 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 539.998 ações ordinárias nominativas e 360.003 ações preferenciais nominativas, sendo 360.000 ações preferenciais sem classe específica e classe "A", 2 ações preferenciais e classe "B" 1 ação preferencial.

**Renato Spallicci** - Diretor Presidente
**Adriana Gherth** - Contador - CRC: 1SP215165/O

## Operador Investment S.A.

CNPJ: 66.088.865/0001-60 - NIRE: 35300146166

**Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31/12/2022 e 2021** (Em reais)

**Balanços Patrimoniais**

| Ativo | 31/12/2022 | 31/12/2021 | Passivo | 31/12/2021 | 31/12/2021 |
|---|---|---|---|---|---|
| Ativo circulante | 322.981,66 | 263.139,11 | **Passivo Circulante** | 394.936,07 | 289.257,75 |
| **Disponível:** Bancos e Caixas | 147.379,90 | 32.899,74 | Contas a Pagar | 394.616,07 | 289.257,75 |
| Empréstimos a Receber | 175.358,32 | 230.000,00 | **Patrimônio Líquido** | 4.997.027,64 | 4.950.863,41 |
| Impostos a Recuperar | 243,44 | 239,37 | Capital Social | 9.983.161,00 | 9.983.161,00 |
| **Não Circulante** | 5.068.982,05 | 4.976.982,05 | Prejuízos Acumulados | (4.986.133,36) | (5.032.297,59) |
| **Realizável a Longo Prazo** | 123.734,86 | 31.734,86 | **Total do Passivo** | 5.391.963,71 | 5.240.121,16 |
| Créditos e Valores | 31.734,86 | 31.734,86 | | | |
| Títulos a Receber | 92.000,00 | - | | | |
| Imobilizado | 4.945.247,19 | 4.945.247,19 | | | |
| Bens em Operação - Custo | 5.053.437,19 | 5.154.437,19 | | | |
| Depreciação | (108.190,00) | (209.190,00) | | | |
| **Total do Ativo** | 5.391.963,71 | 5.240.121,16 | | | |

**Diretoria**
**Alberto Douer**
Administrador
**Rogerio Horta Pochini**
TC CRC: 1SP-144.291/0-5 - Contador

**Demonstrações do Resultado**

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|---|
| **Despesas (Receitas) Operacionais** | 30.964,23 | 6.274,68 |
| Despesas Administrativas | (320,00) | (3.100,00) |
| Despesas Financeiras | (1.212,60) | (101.161,10) |
| Outras Receitas | 32.496,83 | 110.535,78 |
| **Créditos Vencidos e não Líquidados** | | |
| **Resultado Operacional** | 30.964,23 | 6.274,68 |
| **Resultado antes dos Impostos** | 30.964,23 | 6.274,68 |
| Contribuição Social | (1.800,00) | (24.976,48) |
| Imposto de Renda | (3.000,00) | (63.379,12) |
| **Receita Não-Operacional** | - | 277.516,48 |
| Ganho de Capital | - | 277.516,48 |
| **Resultado do Exercício** | 26.164,23 | 195.435,56 |

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**

| | Capital Realizado | Prejuízos Acumulados | Total |
|---|---|---|---|
| **Saldo em 31/12/2020** | 9.983.161,00 | (5.227.733,15) | 4.755.427,85 |
| Lucro Líquido do Exercício | - | 195.435,56 | - |
| **Saldo em 31/12/2021** | 9.983.161,00 | (5.032.297,59) | 4.950.863,41 |
| Lucro Líquido do Exercício | - | 26.164,23 | - |
| **Saldo em 31/12/2021** | 9.983.161,00 | (5.006.133,36) | 4.977.027,64 |

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa**

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|---|
| **Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais** | | |
| Lucro/Prejuízo do Exercício | 26.164,23 | 195.435,56 |
| **Ajuste para Reconciliar o Lucro Líquido ao Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais** | | |
| Ajustes para conciliar o lucro ao caixa gerado pelas atividades operacionais | (67.200,00) | - |
| **(Aumento) Diminuição no Ativo Circulante e Não Circulante** | | |
| Títulos a Receber | 54.641,68 | (123.342,94) |
| Impostos a Recuperar | (4,07) | (23,95) |
| **(Aumento) Diminuição no Passivo Circulante e Não Circulante** | | |
| Outras Contas a Pagar | 105.678,32 | (105.358,32) |
| **Caixa Líq. Gerado (Utilizado) das Atividades Operacionais** | 114.480,16 | (33.289,65) |
| **Caixa Líq. Gerado (Utilizado) pelas Ativ. Operac., de Invest. e de Financiamentos** | 114.480,16 | (33.289,65) |
| **Caixa, Bancos e Aplicações Financeiras** | | |
| No Início do Exercício | 32.899,74 | 66.189,39 |
| No Fim do Exercício | 147.379,90 | 32.899,74 |
| **Aumento (Redução) em Caixa, Bancos e Aplicações Financeiras** | 114.480,16 | (33.289,65) |

## REC 2017 Empreendimentos e Participações X S.A.

CNPJ/ME nº 29.214.941/0001-00

**Demonstrações Financeiras**

**Balanço Patrimonial - Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de Reais)***

| ATIVO | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Circulante | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 979 | 423 |
| Contas a receber | 8.127 | - |
| Tributos a recuperar | 151 | 8 |
| Total do ativo circulante | 9.257 | 431 |
| Não circulante | | |
| Despesas Antecipadas | 19 | - |
| Investimentos em coligadas | - | 287.768 |
| Propriedade para investimento | 290.880 | - |
| Total do ativo não circulante | 290.899 | 287.768 |
| Total do ativo | **300.156** | **288.199** |
| **PASSIVO** | **2022** | **2021** |
| Circulante | | |
| Fornecedores | 891 | - |
| Impostos e contribuições | 3.982 | 2 |
| Outros débitos | 267 | - |
| Total do passivo circulante | 5.140 | 2 |
| Não circulante | | |
| Debêntures | 181.339 | 161.415 |
| Capital a restituir | 12.080 | - |
| Total do passivo não circulante | 193.419 | 161.415 |
| Patrimônio líquido | | |
| Capital social | 139.479 | 139.189 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | - | 700 |
| Prejuízos acumulados | (37.882) | (13.107) |
| Total do patrimônio líquido | 101.597 | 126.782 |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | **300.156** | **288.199** |

**Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de Reais)***

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Receita operacional líquida | 10.038 | - |
| Custo com locação | (11.356) | - |
| **Despesas operacionais** | | |
| Despesas gerais e administrativas | (310) | (128) |
| Despesas Tributárias | (1.346) | - |
| Tributárias | - | - |
| Outras receitas (despesas) operacionais | - | - |
| Resultado de equivalência patrimonial | 168 | 995 |
| **Lucro operacional antes do resultado financeiro** | **(2.806)** | **867** |
| **Resultado financeiro** | | |
| Receitas financeiras | 144 | 30 |
| Despesas financeiras | (20.080) | (13.677) |
| **Resultado operacional antes do imposto de renda e contribuição social** | (22.742) | (12.780) |
| Imposto de renda e contribuição social corrente | - | - |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | (2.033) | - |
| **Prejuízo do exercício** | **(24.775)** | **(12.780)** |

**Demonstrações do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de Reais)***

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Prejuízo do exercício | (24.775) | (12.780) |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| Resultado abrangente do exercício | **(24.775)** | **(12.780)** |

**Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro - *(Em milhares de Reais)***

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| **Fluxos de caixa das atividades operacionais** | | |
| **Prejuízo do exercício** | (22.742) | (12.780) |
| **Ajustes de receitas e despesas não envolvendo o caixa** | | |
| Resultado de equivalência patrimonial | (168) | (995) |
| Depreciação | 5.549 | - |
| Juros sobre retenção | (199) | 13.676 |
| Linealização | (2.751) | - |
| Juros e correção monetárias sobre debêntures | 20.069 | - |
| Efeitos da incorporação | 543 | - |
| **Variações nas contas de ativo e passivo** | | |
| Contas a Receber | (1.152) | - |
| Tributos a recuperar | (143) | (2) |
| Fornecedores | (2.010) | (1) |
| Impostos e contribuições | 261 | - |
| Outros débitos | 267 | 1 |
| **Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais** | **(2.476)** | **(101)** |
| **Fluxos de caixa das atividades de investimentos** | | |
| Adiantamento para futuro aumento de capital em investidas | (3.047) | (68.860) |
| Aquisição de edificações | (5.446) | - |
| **Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos** | **(8.493)** | **(68.860)** |
| **Fluxos de caixa das atividades de financiamentos** | | |
| Redução do capital social | (720) | (126.750) |
| Debêntures | (145) | 147.739 |
| Adiantamentos para futuro aumento de capital | 12.390 | 48.389 |
| **Caixa líquido gerado das atividades de financiamentos** | **11.525** | **69.378** |
| **Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa** | **556** | **417** |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 423 | 6 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício | 979 | 423 |
| **Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa** | **556** | **417** |

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido *(Em milhares de Reais)***

| | Capital social | Adiantamento para futuro aumento de capital | Prejuízos acumulados | Total do patrimônio líquido |
|---|---|---|---|---|
| **Saldo em 31 de dezembro de 2020** | **89.020** | **129.230** | **(327)** | **217.923** |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | - | 48.389 | - | 48.389 |
| Aumento de capital social | 176.919 | (176.919) | - | - |
| Redução de capital social | (126.750) | - | - | (126.750) |
| Prejuízo do exercício | - | - | (12.780) | (12.780) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2021** | **139.189** | **700** | **(13.107)** | **126.782** |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | - | 12.390 | - | 12.390 |
| Aumento de capital social | 13.090 | (13.090) | - | - |
| Redução de capital social | (12.800) | - | - | (12.800) |
| Prejuízo do exercício | - | - | (24.775) | (24.775) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2022** | **139.479** | **-** | **(37.882)** | **101.597** |

**Diretores: Luiz Felipe Gurtler Bueno** **Pedro Eduardo Cassab Carraz**
**Contador: Pier Paolo Atti -** CRC SP -154001/O-0

As Notas Explicativas referentes a estas Demonstrações Financeiras, estão a disposição dos Srs. Acionistas e parceiros na sede da Companhia.

## Miguel Donha Jr.

*Leiloeiro Oficial - Matrícula: 14/256L - Jucepar*
*www.donhaleiloes.com*

**288 veículos**

COLISÃO - ROUBO/FURTO ENCHENTE E VEÍCULOS EM FIM DE VIDA ÚTIL

41 3134-3450

*ONLINE*
*LEILÃO dia 02/05/2023*
**TERÇA-FEIRA**
**Leilão 10h30**

**LOCAL: Estrada da Roseira, 6725 – Borda do Campo – São José dos Pinhais – PR**

**COLISÃO:** HILUX CD 2011 2012 130 2010 2011 2 JETTA: 2011 2012 2015 3 KA: 2016 2017 1997 1998 2019 2020 KADETT 1993 KICKS 2018 2019 KWID 2020 2021 2 MASTER: 2017 2018 2002 2003 MERIVA 2012 2 MOBI: 2018 2019 2016 2017 4 MONTANA: 2017 2018 2018 2019 2014 2015 2013 2 NINJA 300: 2014 2015 2014 2 NINJA 400: 2020 2019 2020 12 ONIX: 2019 2019 2019 2020 2019 2020 2018 2019 2014 2015 2015 2016 2017 2019 2013 2019 2020 2019 2020 7 PALIO: 2016 2002 2003 2009 2010 1996 2008 2011 2011 2012 PARATI 2008 2009 3 POLO: 2010 2011 2017 2018 2009 2010 3 PRISMA: 2019 2007 2013 3 PUNTO: 2012 2013 2012 2013 2013 QUANTUM 1986 3 RANGER: 2011 2015 2016 2011 2012 REBOQUE 2017 RENEGADE 2017 2018 2 S10: 2009 2010 2012 2013 SANDERO 2011 2012 SANTA FE 2010 2011 SANTANA 2001 2 SAVEIRO: 2019 2020 2012 2013 SENTRA 2019 4 SIENA: 2008 2015 2002 2003 2009 2010 3 SONIC SEDAN: 2014 2012 2013 2014 SPACEFOX 2012 VECTRA HATCH 2011 VERSA 2012 2013 VERSAILLES 1994 1995 VIRTUS 2018 2019 VOYAGE 2014 2015 WEB 2005 XJ6 2013 2013 YARIS 2019 2020 YBR 125 2007

**Nº dos Chassis:** 1T069371 Recortado 29104017 Recortado 2R222178 Recortado 3J410275 Recortado 44015255 Recortado 4B756051 Recortado 4C141189 Normal 4J349923 Normal 53143091 Recortado 53158068 Normal 5B016760 Normal 5J414843 Normal 5P060786 Recortado 5Z115140 Recortado 68434230 Normal 6P174420 Normal 6R007973 Recortado 73308938 Normal 7B023269 Normal 7C021255 Normal 7J033736 Normal 7L756614 Normal 80059322 Recortado 80093818 Recortado 8A402402 Normal 8B038745 Normal 8C732726 Recortado 8J096164 Normal 8JA02141 Normal 8K020062 Normal 8P019953 Normal 8R058548 Recortado 8R153962 Normal 8T122988 Normal 8T197299 Recortado 8U889580 Normal 96221652 Normal 9B010175 Normal 9B155237 Recortado 9B188678 Normal 9B514573 Normal 9G223533 Normal 9J210172 Normal 9P006662 Normal 9P112214 Normal 9T139773 Recortado A6333874 Recortado AB054036 Normal ab104117 Normal AB128179 Normal AG015785 Normal AJ266296 Normal AP033135 Normal B1078465 Normal B4093032 Normal B5728158 Normal B5746324 Normal B7155208 Normal BA001508 Normal BA715628 Normal BB308508 Normal BJ649332 Normal BJ813906 Normal BL430352 Normal BL675765 Normal BL696230 Normal BL704629 Normal BP065535 Normal BP095424 Normal BR018048 Recortado BR184994 Normal BZ102809 Normal BZA02624 Normal C0345774 Normal C4294582 Recortado C4358596 Normal C5799770 Normal C7531734 Normal C8000322 Avariado C8239681 Normal C8726540 Normal CA542240 Normal CB208685 Recortado CB281930 Normal CB515450 Normal CG090959 Normal CJ471169 Recortado CJ490065 Normal CL827471 Normal CL882788 Recortado CP040273 Normal CP076836 Recortado CP092254 Normal CP160440 Recortado CT177369 Normal CT246867 Normal D1224831 Normal D2056571 Normal D2242091 Normal D5986905 Normal D8839646 Normal DA510938 Recortado DB053816 Normal DB253607 Normal DC418075 Normal DG521971 Normal DJ054177 Recortado DJ125403 Recortado DJ266395 Normal DJ517968 Normal DL202319 Recortado DP035598 Normal DP067428 Normal DP085812 Normal DP098749 Normal DP103333 Normal DR322797 Recortado DT167834 Normal DW107773 Normal DZ206727 Normal E0472129 Normal E4062769 Normal E4118754 Normal E8032763 Normal E8560634 Normal E8825917 Normal EA000888 Normal EA111589 Normal EB031683 Normal EB217203 Normal EB233148 Recortado EB564370 Normal EB653609 Normal EB668835 Avariado EB685471 Normal EB967806 Normal EBA39231 Normal EC435262 Normal EC569951 Normal EG024554 Normal EG284013 Normal EG521252 Normal EG521569 Normal EJ219633 Recortado EJ648662 Normal EL145637 Normal ES655198 Normal EU743995 Normal F4059435 Normal FA871802 Recortado FB002320 Normal FB100256 Normal FB785143 Recortado FH011227 Normal FJ439214 Normal FJ681569 Normal FJ684201 Recortado FJ692634 Normal FL476310 Normal FM066371 Normal FP086020 Normal FP113164 Normal FP414584 Recortado FT567246 Normal G0096001 Normal G0751104 Normal G4064963 Normal GB186561 Normal GB845997 Normal GG006775 Normal GG140978 Normal GG152568 Normal GG517195 Normal GH617296 Normal GL215545 Normal H0790105 Normal H0S50162 Normal H4A63540 Normal HB035863 Normal HB106426 Normal HB133468 Normal HB522659 Normal HCG22390 Normal HD047384 Normal HJ423703 Normal HL468759 Normal HM034992 Normal HP014288 Normal HP704169 Normal HT532434 Normal J0144082 Recortado J0151773 Normal J2206452 Normal J4000449 Recortado JA062538 Normal JA103002 Normal JB244855 Recortado JB502093 Normal JG293826 Normal JJ308626 Normal JKB47639 Normal JL227574 Normal JP017985 Normal JT084027 Recortado JT127161 Normal JT158744 Normal K0024655 Normal K4000228 Avariado K8315307 Normal ka012644 Normal KA045664 Normal KB060330 Normal KB231706 Recortado KC424717 Normal KCP46908 Normal KG102989 Recortado KG156432 Recortado KG481833 Normal KK216473 Recortado KT046390 Normal KT059770 Normal KY287837 Normal L0005036 Normal L4029228 Normal L8464733 Normal L8482396 Normal L9153023 Recortado LA006015 Recortado LB134450 Normal LC410445 Normal LC431417 Normal LCK67881 Normal LE177165 Normal LG121874 Normal LJ097245 Normal LJ123999 Recortado LJ163291 Normal LJ882387 Normal LKJ99644 Normal LY416422 Normal LYJ99886 Normal M0902466 Normal MB509142 Normal MG116790 Normal MG138689 Normal MP044922 Recortado MS260141 Normal MT050600 Normal MT068619 Normal MY705929 Normal MY731861 Normal MZ201052 Normal N0031095 Normal N8150822 Normal NB271211 Normal NB271259 Normal NG506396 Normal NG545116 Normal NG554152 Normal NJ955037 Recortado NP189038 Normal NP311119 Normal NR001852 Normal NR008490 Normal NR112544 Normal NT016091 Normal NY797433 Normal NYW36897 Normal NYX07931 Normal P2106077 Normal PB125926 Recortado PB143128 Normal PC404599 Normal PJ218717 Normal PP356601 Normal PY800095 Normal SC625079 Recortado SRS97062 Recortado t5802122 Recortado TB549945 Recortado VC706641 Recortado VC723583 Normal XP056550 Recortado YJ142359 Recortado

**CONDIÇÕES:** OS BENS SERÃO VENDIDOS NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRAM E SEM GARANTIA. DEBITOS DE IPVA, MULTAS DE TRÂNSITO OU DE AVERBAÇÃO QUE POR VENTURA RECAIAM SOBRE O BEM, FICARÃO A CARGO DO ARREMATANTE, CORRENDO TAMBÉM POR SUA CONTA EM RISCO A RETIRADA DOS BENS. NO ATO DA ARREMATAÇÃO O ARREMATANTE OBRIGA-SE A ACATAR DE FORMA DEFINITIVA E IRRECORRIVEL AS NORMAS E DEMAIS CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO ESTABELECIDAS NO CATALOGO DESTRIBUIDO NO LEILÃO. MIGUEL DONHA JR – LEIOEIRO OFICIAL – JUCEPAR 14256L. IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS. RUA ESTRADA DA ROSEIRA, 6725 - BORDA DO CAMPO CEP: 83075-010 SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, PR (41) 3134-3450
**(CATALOGO, LOCAL DE VISITAÇÃO, DESCRIÇÃO COMPLETA E FOTOS NO SITE)**

## LEILÕES DE IMÓVEIS

FRAZÃO Leilões — Santander

**Presenciais e Online**

O leilão já está aberto na internet para receber lances.

Débitos de Condomínio e IPTU quitados pelo banco até o dia do leilão.

**CASAS – APARTAMENTOS – TERRENOS – LOJAS - SALA COMERCIAL – FAZENDA - EX-AGÊNCIAS**

**5 de maio de 2023, 6ª feira, às 11h00:** Apto. em Areias, Recife/PE * Casa na Vila dos Sas, Barreiras/BA * Apartamento na Bela Vista, São Paulo/SP *
**8 de maio de 2023, 2ª feira, às 11h00:** Lote no Centro, Osvaldo Cruz/SP * Loja com 10 vagas na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ * Sala comercial no Cruzeiro, em Belo Horizonte/MG * Fazenda na Fazenda São José, Mamanguape/PB * Lote no Jd. Sabiá, Cotia/SP * Loja na Freguesia (Jacarepaguá), Rio de Janeiro/RJ *
**9 de maio de 2023, 3ª feira, às 11h00:** Ex-agência no Centro, Pelotas/RS * Ex-agência na Sé, São Paulo/SP * Ex-agência no Centro, Maceió/AL *

**À vista ou a prazo conforme o edital do leilão.** Lance vencedor condicionado à aprovação do Banco. Leia o Edital no site da leiloeira. Cadastre-se antecipadamente para participar do leilão online. Rua Hipódromo, 1141 – Mooca - São Paulo/SP.

**Ana Claudia Campos Frazão – Leiloeira Oficial – JUCESP 836**
**Tel. (11) 3550-4066 / 9.7179-0728 | www.FrazaoLeiloes.com.br**

Jornal O DIA SP

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO. PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1081981-98.2018.8.26.0100**. O Dr. Sang Duk Kim, Juiz de Direito da 7ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, Faz Saber a Alexandre de Sousa Simões (CPF. 338.974.948-92), que Banco Bradesco S/A lhe ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 70.629,97 (janeiro de 2021), representada pela Cédula de Crédito Bancário CCB - 010.184.413. Estando o executado em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de converter-se em penhora o arresto procedido sobre a quantia bloqueada judicialmente de R$ 142,46. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 31 de março de 2023.

39ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital/SP Citação e Intimação. Prazo 20 dias. Proc. 4002221-59.2012.8.26.0100. A Dra. Daniela Pazzeto Meneghine Conceição, Juíza de Direito da 39ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital/SP. Faz Saber a CANDEIA ADMINISTRAÇÃO E MEDIAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA, CNPJ. 07.194.690/0001-06, na pessoa de seu representante legal, Arnaldo Bueno Gamboa, que Itaú Unibanco S/A, lhes ajuizou uma ação de Execução, para cobrança de R$ 277.853,23 (dezembro/2012), em decorrência da Cédula de Crédito Bancá- rio Abertura de Crédito em Conta Corrente (LIS LIMITE ITAÚ PARA SAQUE PJ PRÉ), n° 11173 - 560700078689, da qual os executados deixaram de honrar com as obrigações contratuais. Estando os executados em local ignorado, foi deferida a citação e intimação por edital, para que em 03 dias, paguem o quantum reclamado, acrescido das cominações legais, sob pena de não o fazendo, operar-se automaticamente a conversão do Arresto em Penhora, podendo, em 15 dias, oferecer Embargos à Execução (art. 915, NCPC), ambos a fluir após o prazo de 20 dias supra, na ausência dos quais prosseguirá a ação até o final. Não sendo contestada a ação, os réus serão considerados revéis, caso em que será nomeado curador especial. Será o edital, afixado e publicado na forma da lei. B - 28 e 29

*Edital de 1ª, 2ª e 3ª Praça de Bem Imóvel e para Intimação dos executados* ***ESPÓLIO DE ONOFRE AMÉRICO VAZ, CPF Nº 343.422.658-34; representado por sua inventariante dativa ROSETI MORETTI, CPF Nº 880.920.708-49; MARIA DA CONCEIÇÃO DA COSTA NEVES (espólio); ROBERTO SABLEWSKI GALVÃO, CPF Nº 031.689.108-80, e de sua mulher ANA SUELI USSEM GALVÃO, CPF Nº 167.152.058-09; ROBERTO DIONÍSIO DA COSTA, CPF Nº 661.412.908-25; de sua mulher SELMA SERRALVO DA COSTA, ou SELMA SERRALVO, CPF Nº 004.850.698-22; ESPÓLIO DE LEANDRO AMÉRICO VAZ, CPF Nº 106.124.828-39, representado por sua inventariante MARIA FRANCISCA VAZ, CPF Nº 880.920.708-49; dos credores CAIXA ECONÔNICA FEDERAL – CEF, CNPJ nº 00.360.305/0001-04;*** *e demais interessados, expedido nos autos da Ação de Cumprimento de Sentença, requerida por* ***MASSA FALIDA DE EMPRESA BRASILEIRA DE DRAGAGENS S.A, CNPJ Nº 33.551.847/0001-13***. A Doutora Maria Rita Rebello Pinho Dias, MM. Juíza de Direito da 3ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo, na forma da lei, FAZ SABER, aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo processam-se os autos do ***processo*** sob o ***nº 0034228-65.2018.8.26.0100***, tendo sido designado leilão público **eletrônico** dos bens abaixo descritos, com base no Provimento 1625/2009, e nos termos da decisão judicial, que **será realizado em três etapas**, quais sejam: a **1ª Praça** terá **início** no dia **05/05/2023, às 15h**, e se estenderá por três dias no sítio eletrônico www.faroonline.com.br, com **encerramento no dia 08/05/2023 às 15h**, oportunidade em que o bem será entregue a quem mais der em valor igual ou superior a 100% da avaliação, e, **em não havendo licitantes, abrir-se-á** a **2ª Praça** imediatamente após o encerramento da 1ª, na modalidade on-line, **encerrando-se no dia 24/05/2023 às 15h**, ocasião em que o referido bem será entregue a quem mais der, desde que o valor do lance não seja inferior a 70% da avaliação e, **em não havendo licitantes, abrir-se-á a 3ª Praça** imediatamente após o encerramento da 2ª, na modalidade on-line, **encerrando-se no dia 01/06/2023 às 15h**, ocasião em que o referido bem será entregue a quem mais der em valor igual ou superior a 60% da avaliação, sendo que eventuais lances abaixo desse percentual ficarão condicionados a apreciação do MM. Juiz da causa. Os interessados em participar do leilão eletrônico, devem efetuar o cadastro prévio no site www.faroonline.com.br. O leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial Ronaldo Sérgio Montenegro Rodrigues Faro, inscrito na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 191. **DA COMISSÃO DO LEILOEIRO**: A comissão do leiloeiro será de 5% (cinco por cento) sobre o valor de arrematação, a ser paga pelo arrematante no prazo de até 24 horas após o leilão, através de depósito bancário. **FALE CONOSCO:** Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas no escritório do leiloeiro, na Rua Princesa Isabel, 86, cj. 64/65, Brooklin, São Paulo/SP, ou ainda, pelo telefone (11) 3105-4872 - email: faroleiloes@terra.com.br. **DOS BENS: LOTE 1:** Apartamento nº 134, localizado no 13º pavimento tipo do bloco A, integrante do Conjunto Residencial Vila Moraes, sito a Rua Simão Lopes, 1.504, na Saúde, 21º Subdistrito. O imóvel contém área útil de 58,610000000m², uma área comum de 30,480801282m², perfazendo a área total de 89,090801282m² e a fração ideal de 0,32051282051% sobre o terreno e demais coisas de uso comum do condomínio, correspondendo-lhe o direito a uma vaga indeterminada, do tipo descoberta, em estacionamento coletivo, área esta, inclusa na área comum da unidade. Imóvel pertencente à matrícula nº 67.060, do 14º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo, contribuinte nº 048.375.0083-8. De acordo com o laudo de avaliação constante dos autos, o imóvel localiza-se na região sul da cidade, em zona mista, com densidade demográfica média, com predominância de residências térreas e assobradadas, edifícios residenciais de padrão médio, e construções para uso comercial. O imóvel fica próximo ao Complexo Viário Maria Maluf, Avenida dos Imigrantes, Avenida do Cursino, Jardim Botânico de São Paulo e o Parque do Zoológico. O condomínio oferece quadra poliesportiva, salão de festas e academia. Possui câmeras de monitoramento, interfone de comunicação com os apartamentos, além de acesso controlado na portaria. A unidade é composta de sala com dois ambientes, três dormitórios, banheiro, cozinha, área de serviço, banheiro de serviço e uma vaga de garagem indeterminada. VALOR DA AVALIAÇÃO: R$210.000,00 (duzentos e dez mil reais), conforme laudo de avaliação de fls., constante dos autos, datado de fevereiro/2021. **VALOR DA AVALIAÇÃO, atualizado pela tabela do TJ/SP para FEVEREIRO/23: R$245.525,00 (duzentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e vinte e cinco reais). Obs. 01:** Consta do R. 02, da matrícula nº 67.060, primeira e única hipoteca a favor da Associação de Poupança e Empréstimo da Família Paulista, CNPJ nº 58.239.831/0001-09; **Obs. 02:** Consta da Av. 04 da matrícula nº 67.060, cessão e transferência dos direitos creditórios decorrentes da hipoteca do R. 02, a favor de FAMÍLIA PAULISTA CRÉDITO IMOBILIÁRIOS S/A, CNPJ Nº 53.146.221/0001-39; **Obs. 03:** Consta da Av. 05 da matrícula nº 67.060 cessão e transferência de todos os direitos creditórios decorrentes da hipoteca do R. 02, a favor de CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF, CNPJ Nº 00.360.305/0001-04; **Obs. 04:** Consta do R. 08 da matrícula nº 67.060 arresto do imóvel nos autos da Ação de Execução Civil, processo nº 09232252619978260100, promovida por EMPRESA BRASILEIRA DE DRAGAGEM, CNPJ Nº 33.551.847/0001-13 em face de ROBERTO SABLEWSKY GALVÃO E OUTROS, em trâmite perante a 33ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo; **Obs. 05:** Consta da Av. 09 da matrícula nº 67.060, a penhora da metade ideal do imóvel nestes autos; **Obs. 06:** Em consulta ao site da Prefeitura/SP, datada de 08/03/23, para o contribuinte nº 048.375.0083-8, não foram encontrados registros, constando, ainda, como devedor inexistente na dívida ativa; **Obs. 07:** Consta às fls. 2.060 dos autos, declaração de quitação condominial, datada de 02/06/22. **PAGAMENTO: A vista:** Pagamento do valor total da arrematação em até 24 (vinte e quatro) horas contadas a partir do encerramento do leilão, através de guia de depósito judicial, a ser obtida no site https://www.tjsp.jus.br/PortalCustas. **A prazo: 30%** (trinta por cento) do valor total da arrematação em até 24 (vinte e quatro) horas contadas a partir do encerramento do leilão, através de guia de depósito judicial, a ser obtida no site https://www.tjsp.jus.br/PortalCustas e o restante em até 18 (dezoito) parcelas mensais e sucessivas corrigidas com base na tabela do Tribunal de Justiça/SP, ficando o próprio imóvel arrematado, hipotecado como garantia do pagamento. O maior lance será o vencedor, independente da forma de pagamento (à vista ou a prazo); **DAS PENALIDADES** Decorrido o prazo sem que o arrematante tenha realizado os depósitos, tal informação será encaminhada ao MM Juízo competente para a aplicação das medidas legais cabíveis. O não pagamento do preço da aquisição, de seu complemento e/ou da comissão do leiloeiro oficial implicará ao arrematante remisso ou seu fiador as penalidades previstas pelo artigo 897 do CPC/2015, com a perda da caução inicial e demais valores pagos em favor do Juízo e a perda da comissão em favor do leiloeiro oficial, além da imposição de multa nos termos do § 4º do art. 895 do CPC/2015 e a aplicação para o adquirente remisso do previsto pelos artigos 335 e 358 do Código Penal. Na hipótese de não pagamento do preço da aquisição, de seu complemento e/ou da comissão do leiloeiro oficial serão informados do ocorrido a Corregedoria Geral de Justiça do Estado de São Paulo; o Ofício da Portaria dos Auditórios e das Hastas Públicas deste Foro; e a Promotoria de Justiça Cível do Ministério Público do Estado de São Paulo, para a adoção das medidas legais cabíveis face o arrematante remisso. **Observação Geral:** Deve ser observado no presente caso os termos do art. 843, §1º e § 2º, do CPC. **ÔNUS, TAXAS E IMPOSTOS:** Eventuais ônus, taxas ou impostos incidentes sobre o bem correrão por conta do arrematante ou adjudicante, com exceção dos débitos do § único do artigo 130 do CTN, que se sub-rogam sobre o preço dos bens. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei.

## TIR Participações Imobiliárias Ltda.

CNPJ/MF nº 20.855.845/0001-76 - NIRE 35.228.602.270

**Edital de Convocação para Reunião de Sócios**

Pelo presente instrumento, ficam convocados os sócios da **TIR Participações Imobiliárias Ltda.** ("Sociedade"), para a Reunião de Sócios a realizar-se na sede social, no Município de Cajamar, Estado de São Paulo, na Rua Serra Negra, nº 292/326, sala 01, Empresarial Anhanguera, CEP 07753-060, às 11 (onze) horas do dia 29 de maio de 2023, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(a) aprovar** as contas da administração e as Demonstrações Financeiras da Sociedade relativas aos exercícios sociais encerrados em **(i)** 31 de dezembro de 2022; **(ii)** 31 de dezembro de 2021; **(iii)** 31 de dezembro de 2020; **(iv)** 31 de dezembro de 2019; e **(v)** 31 de dezembro de 2018; **(b) aprovar** o aumento do capital social da Sociedade, atualmente de R$ 13.955.931,00 (treze milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e trinta e um reais), para R$ 17.170.932,00 (dezessete milhões, cento e setenta mil, novecentos e trinta e dois reais), um aumento, portanto, de R$ 3.215.001,00 (três milhões, duzentos e quinze mil e um real), mediante a emissão de 3.215.001 (três milhões, duzentas e quinze mil e uma) novas quotas no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, as quais serão subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional da seguinte forma: **(i)** 3.215.000 (três milhões, duzentas e quinze mil) quotas, no valor nominal total de R$ 3.215.000,00 (três milhões, duzentos e quinze mil reais), serão subscritas e integralizadas pela sócia **WDL Antunes Holding S.A.,** através da capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC) por ela realizados em favor da Sociedade; **(ii)** 1 (uma) quota, no valor nominal total de R$ 1,00 (um real), será subscrita pelo sócio **Lincoln Dias Janota Antunes,** e integralizada em moeda corrente nacional através de aporte feito em seu nome pelos demais sócios, de forma que o presente aumento será realizado de forma proporcional pelos sócios da Sociedade; e **(c) autorizar** os administradores e/ou procuradores da Sociedade a firmarem todos os documentos e a praticarem todos os atos necessários para a implementação das deliberações tomadas. **Instruções Gerais:** Para os fins do Parágrafo Primeiro do artigo 1.078 da Lei nº 10.406/02, encontram-se à disposição dos acionistas e arquivadas na sede social da Sociedade as Demonstrações Financeiras da Sociedade relativas aos exercícios sociais encerrados em **(i)** 31 de dezembro de 2022; **(ii)** 31 de dezembro de 2021; **(iii)** 31 de dezembro de 2020; **(iv)** 31 de dezembro de 2019; e **(v)** 31 de dezembro de 2018. Cajamar, 28 de abril de 2023. *Washington Dias Janota Antunes e Daniela Dias Janota Antunes Guerini - Administradores da Sociedade.*

## FORTE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME nº 12.979.898/0001-70 - NIRE 35.300.512.944

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 551ª, 552ª, 553ª, 554ª, 555ª, 556ª, 557ª E 558ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO DA FORTE SECURITIZADORA S.A.**

A **FORTE SECURITIZADORA S.A.**, companhia securitizadora, com sede na Rua Fidêncio Ramos, 213, cj. 41, Vila Olímpia, CEP 04.551-010, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 12.979.898/0001-70 ("Securitizadora" ou "Emissora"), conforme disposto no Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 551ª, 552ª, 553ª, 554ª, 555ª, 556ª, 557ª e 558ª Séries da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Emissora ("Termo de Securitização", "Emissão" e "CRI", respectivamente), **CONVOCA** os titulares dos CRI ("Titulares de CRI") para participarem de Assembleia Geral ("AGT CRI" ou "Assembleia"), a ser realizada, em 1ª convocação, em 18 de maio de 2023, às 14h00min, **de modo exclusivamente digital**, por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams*, administrada pela Emissora, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), cujo acesso deve ser feito por meio de *link* a ser encaminhado aos Titulares de CRI Credenciados (conforme definido abaixo), sem prejuízo da possibilidade de preenchimento e envio de instrução de voto a distância previamente à realização do conclave, para deliberar sobre os assuntos que compõem a seguinte **Ordem do Dia**: **(i)**a aprovação, ou não, da alteração do Anexo II ao Termo de Securitização referente às Datas de Pagamento da Remuneração dos CRI, para que passe a viger com alterações a partir do pagamento previsto para o dia 20 de maio de 2023 (inclusive), conforme Anexo I ao presente Edital; **(ii)**tendo em vista os descumprimentos, pela Cedente e pelos Fiadores, das obrigações de recompor: **(a)** a Razão de Garantia do Fluxo Mensal em R$ 206.625,17 (duzentos e seis mil, seiscentos e vinte e cinto reais e dezessete centavos), com data base de abril de 2023, prevista na Cláusula 4.8 do Contrato de Cessão; e **(b)** o Fundo de Reserva em R$ 1.010.449,06 (um milhão, dez mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e seis centavos), com data base de abril de 2023, prevista na Cláusula 5.7.5 do Contrato de Cessão, **a aprovação ou não** da concessão de *waiver* à Cedente e aos Fiadores, com o afastamento da aplicação das Hipóteses de Recompra Total dos Créditos Imobiliários aos referidos descumprimentos ocorridos anteriormente à data da realização da Assembleia; **(iii)**a aprovação, ou não, da: **(a)** alteração da definição de Valor Mínimo do Fundo de Reserva constante da Cláusula 2.8(b) do Contrato de Cessão e dos demais Documentos da Operação, para que passe a corresponder: (a.1) ao valor de R$ 1.608.298,38 (um milhão, e seiscentos e oito mil, duzentos e noventa e oito reais e trinta e oito centavos) entre maio de 2023 (inclusive) e março de 2024 (inclusive); e (a.2) ao valor correspondente às 2 (duas) próximas parcelas de Remuneração e Amortização relativas aos CRI efetivamente integralizados, a partir de abril de 2024 (inclusive); e **(b)** dispensa do cumprimento, pela Cedente e pelos Fiadores, da obrigação de: (b.1) recompor o Fundo de Reserva, nos termos previstos na Cláusula 5.7.5 do Contrato de Cessão; e (b.2) depositar os valores necessários ao cumprimento das obrigações previstas na Ordem de Pagamentos, nos termos previstos na Cláusula 4.5 do Contrato de Cessão, durante período compreendido entre maio de 2023 (inclusive) e março de 2024 (inclusive); **(iv)**a aprovação, ou não, da autorização para que o Agente Fiduciário e a Securitizadora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias constantes da Ordem do Dia nos documentos relacionados à Emissão. **Informações Gerais:** Quaisquer documentos e/ou informações relevantes relacionados à Ordem do Dia e que venham a ser obtidos pela Emissora serão oportunamente disponibilizados nas páginas da rede mundial de computadores da Emissora (www.fortesec.com.br) e do Agente Fiduciário (https://www.oliveiratrust.com.br/) aos Titulares de CRI, para suporte às discussões e deliberações acima descritas. **Documentos de Representação:** A Assembleia será realizada por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams* para aqueles Titulares de CRI que enviarem para a Emissora, no endereço eletrônico gestao@fortesec.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no endereço eletrônico af.assembleias@oliveiratrust.com.br, preferencialmente até 2 (dois) dias antes da data de realização da AGT CRI, os seguintes documentos: a)quando pessoa física, cópia digitalizada de documento de identidade válido com foto do Titular de CRI; b)quando pessoa jurídica, (i) último estatuto social ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (ii) documentos societários que comprovem a representação legal do Titular de CRI; e (iii) documento de identidade válido com foto do representante legal; c)quando fundo de investimento, (i) último regulamento consolidado do fundo; (ii) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação em Assembleia Geral de Titulares de CRI; e (iii) documento de identidade válido com foto do representante legal; e d)caso qualquer dos Titulares de CRI indicados nos itens (a) a (c) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar procuração com poderes específicos para sua representação na AGT CRI. **Participação na Assembleia:** A participação e votação dos Titulares de CRI se dará por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams*, devendo ser observados os procedimentos descritos abaixo. Para participar via plataforma eletrônica, os Titulares de CRI interessados devem entrar em contato com a Emissora no *e-mail* gestao@fortesec.com.br, com cópia para ao Agente Fiduciário, no *e-mail* af.assembleias@oliveiratrust.com.br, para: (i) enviar os documentos de representação necessários (especificando o nome da pessoa natural que estará presente pela plataforma eletrônica), em formato PDF; e (ii) receber as credenciais de acesso e instruções para sua identificação durante o uso da plataforma. O acesso via plataforma eletrônica estará restrito aos Titulares de CRI que se credenciarem, nos termos aqui descritos ("Titulares de CRI Credenciados"). Por questões operacionais, recomenda-se que os Titulares de CRI Credenciados enviem *e-mail* e documentos, conforme instruções acima, com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia, ressalvado que, caso não seja possível o envio neste prazo, poderão participar da Assembleia os Titulares de CRI que o fizerem até o horário estipulado para a abertura dos trabalhos. Os convites individuais para admissão e participação na Assembleia serão remetidos aos endereços de *e-mail* que enviarem a solicitação de participação e os documentos na forma referida no parágrafo acima, sendo remetido apenas um convite individual por Titular de CRI. Somente serão admitidos, pelos convites individuais, os Titulares de CRI Credenciados e seus representantes ou procuradores (nos termos da Lei das Sociedades por Ações). Caso determinado Titular de CRI não receba o convite individual para participação na Assembleia com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com a Emissora pelo *e-mail* gestao@fortesec.com.br ou pelo telefone (11) 4118-0614 ou com o Agente Fiduciário pelo *e-mail* af.assembleias@oliveiratrust.com.br ou pelo telefone (21) 3514-0000 com, no mínimo, 2 (duas) horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia para que seja prestado o suporte adequado e, conforme o caso, o acesso do Titular de CRI seja liberado mediante o envio de novo convite individual. A Emissora recomenda que os Titulares de CRI acessem a plataforma eletrônica com antecedência de, no mínimo, 5 (cinco) minutos do início da Assembleia a fim de evitar eventuais problemas operacionais e que os Titulares de CRI Credenciados se familiarizem previamente com a plataforma eletrônica para evitar problemas com a sua utilização no dia da Assembleia. A Emissora não se responsabiliza por problemas de conexão que os Titulares de CRI Credenciados venham a enfrentar ou por qualquer outra situação que não esteja sob o controle da Emissora (*e.g.*, instabilidade na conexão do Titular de CRI com a internet ou incompatibilidade da plataforma eletrônica *Microsoft Teams* com o equipamento do Titular de CRI). **Voto a Distância:** Os Titulares de CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente instrução de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para o envio da instrução de voto a distância em sua página na rede mundial de computadores (www.fortesec.com.br) e na página de rede mundial de computadores na CVM. A instrução de voto deverá (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular de CRI ou por seu representante legal, de forma eletrônica, por meio de plataforma para assinaturas eletrônicas, com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil, (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular de CRI ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. São Paulo, 28 de abril de 2023. **FORTE SECURITIZADORA S.A.**

FRAZÃO Leilões

Encerramento: **06/07/2023** 5ª feira – à partir das 10h00

**LEILÃO JUDICIAL**
**Somente Online**

O leilão está disponível na internet e poderá receber lances a partir de 08/05/2023.

## IMÓVEIS EM PRAIA GRANDE/SP

**10h00 –** Apartamento – Caiçara – Mat. 217.560 CRI Praia Grande/SP
**10h30 –** Apartamento – Boqueirão – Mat. 125.245 CRI Praia Grande/SP
**11h00 –** Apartamento – Ocian – Mat. 113.444 CRI Praia Grande/SP
**11h30 –** Direitos sobre apartamento – Aviação – imóvel sem matrícula registrada
**14h00 –** Apartamento – Guilhermina – Mat. 84.151 CRI Praia Grande/SP
**15h00 –** Casa – Mirim – Mat. 8.836 CRI Praia Grande/SP
**16h00 –** Apartamento – Ocian – Mat. 219.834 CRI Praia Grande/SP

Edital na íntegra, fotos e mais informações no site abaixo.
Cadastre-se antecipadamente para participar do leilão.
**Rua Hipódromo, 1141 – sala 66 – Mooca – São Paulo/SP.**
**Ana Claudia Campos Frazão – Leiloeira Oficial – JUCESP 836.**
**Tel. (11) 3550-4066 / 93360-3757 | www.FrazaoLeiloes.com.br**

TOYO SETAL    EBR

# TS Participações e Investimentos S.A.

CNPJ nº 15.284.980/0001-79

**Demonstrações Financeiras em 31/12/2022 e 2021** (Em Milhares de Reais, Exceto quando indicado de outra forma)

**Balanço Patrimonial** - Em milhares de reais

| Ativo | Controladora 2022 | Controladora 2021 | Consolidado 2022 | Consolidado 2021 |
|---|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa (nota 3) | 46 | 24 | 46.566 | 43.605 |
| Contas a receber (nota 4) | - | - | 554.769 | 112.576 |
| Adiantamentos a fornecedores (nota 5) | 1 | 1 | 94.653 | 36.857 |
| Estoques (nota 6) | - | - | 335.059 | 6.623 |
| (-) Alocações | - | - | (82.022) | (5.113) |
| Tributos a recuperar (nota 7) | 1 | - | 15.620 | 33.269 |
| Bloqueios judiciais (nota 8) | - | - | 65.447 | 11.046 |
| Despesas antecipadas | - | - | 10.692 | - |
| Outros ativos | 125 | 61 | 9.395 | 7.309 |
| | 173 | 86 | 1.050.179 | 246.253 |
| **Não circulante** | | | | |
| Contas a receber (nota 4) | - | - | 16.142 | 16.142 |
| IR e CS diferidos | - | - | 1.381 | 315 |
| Operações com consórcios (nota 9) | - | - | 80.602 | 35.996 |
| Outros ativos | - | - | 2.292 | 5.768 |
| | - | - | 100.417 | 58.221 |
| Investimentos (nota 10) | 132.208 | 121.470 | - | - |
| Imobilizado (nota 11) | - | - | 343.472 | 316.308 |
| Intangível (nota 12) | - | - | 1.115 | 1.139 |
| | 132.208 | 121.470 | 344.587 | 317.447 |
| **Total do ativo** | 132.381 | 121.556 | 1.495.183 | 621.921 |

| Passivo e patrimônio líquido | Controladora 2022 | Controladora 2021 | Consolidado 2022 | Consolidado 2021 |
|---|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | | |
| Financiamentos (notas 14) | - | - | 52.952 | 8.500 |
| Partes relacionadas (nota 13) | - | - | 5.765 | 5.449 |
| Fornecedores (notas 15) | 99 | - | 83.724 | 10.108 |
| Adiantamento de clientes (nota 16) | - | - | 624.423 | 57.065 |
| Obrigações sociais e trabalhistas (nota 17) | - | - | 41.046 | 18.813 |
| Tributos a recolher (nota 18) | - | - | 13.722 | 18.192 |
| Provisões (nota 19) | - | - | 95.686 | 42.954 |
| Arrendamentos | - | - | 861 | 556 |
| Estoque terceiros em nosso poder (nota 6) | - | - | 136.014 | - |
| | 99 | - | 1.054.193 | 161.637 |
| **Não circulante** | | | | |
| Financiamentos (notas 14) | - | - | 4.563 | - |
| Partes relacionadas (nota 13) | - | - | 1.268.236 | 1.569.259 |
| Arrendamentos | - | - | - | 416 |
| Adiantamento de clientes (nota 16) | - | - | 16.147 | 16.147 |
| Tributos a recolher (nota 18) | - | - | 1.926 | - |
| Provisões (nota 19) | - | - | 17.981 | 17.633 |
| Operações com Consórcios (nota 9) | - | - | 76.091 | 33.267 |
| Provisão passivo a descoberto (nota 10) | 1.076.236 | 1.297.994 | - | - |
| | 10.076.236 | 1.297.994 | 1.384.944 | 1.636.722 |
| **Patrimônio líquido (nota 20)** | | | | |
| Capital social | 53.681 | 53.681 | 53.681 | 53.681 |
| Reserva de capital | 37.160 | 37.160 | 37.160 | 37.160 |
| Prejuízos acumulados | (1.034.795) | (1.267.279) | (1.034.795) | (1.267.279) |
| **Total do patrimônio líquido** | (943.954) | (1.176.438) | (943.954) | (1.176.438) |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | 132.381 | 121.556 | 1.495.183 | 621.921 |

**Demonstração do Resultado do Exercício e dos Resultados Abrangentes** - Em milhares de reais

| Operações continuadas | Controladora 2022 | Controladora 2021 | Consolidado 2022 | Consolidado 2021 |
|---|---|---|---|---|
| Receita líquida (nota 21) | - | - | 713.092 | 609.987 |
| Custo dos serviços prestados (nota 22) | - | - | (647.148) | (561.493) |
| **Lucro bruto** | - | - | 65.944 | 48.494 |
| Gerais e administrativas (nota 23) | (12) | (2) | (88.978) | (64.050) |
| Outras (despesas) e receitas operacionais | - | - | 1.898 | 706 |
| **Prejuízo operacional** | (12) | (2) | (21.136) | (14.850) |
| Despesas financeiras | (1) | - | (189.028) | (222.234) |
| Receitas financeiras | 3 | - | 446.155 | 277.078 |
| | 2 | | | |
| Resultado financeiro, líquido (nota 24) | | - | 257.127 | 54.844 |
| Participação resultado controladas (nota 10) | 232.495 | 37.272 | - | - |
| **Lucro antes do IR e da CS** | 232.485 | 37.270 | 235.991 | 39.994 |
| IR e CS corrente (nota 25) | (1) | - | (4.573) | (6.901) |
| IR e CS diferido (nota 25) | - | - | 1.066 | 4.177 |
| **Lucro líquido do período** | 232.484 | 37.270 | 232.484 | 37.270 |
| Lucro básico por ação atribuível aos acionistas da Companhia por lote de mil ações em R$(Nota 26) | 4.330,86 | 694,28 | | |
| **Demonstração dos Resultados Abrangentes** | | | | |
| Lucro do exercício | 232.484 | 37.270 | 232.484 | 37.270 |
| **Resultado abrangente do exercício** | 232.484 | 37.270 | 232.484 | 37.270 |

**Demonstração da mutação do patrimônio líquido** - Em milhares de reais

| | Capital social | Reserva de capital | Prejuízos acumulados | Total do patrimônio líquido |
|---|---|---|---|---|
| **Em 01/01/2021** | 53.681 | 37.160 | (1.304.549) | (1.213.708) |
| Lucro líquido do exercício | - | - | 37.270 | 37.270 |
| **Em 31/12/2021** | 53.681 | 37.160 | (1.267.279) | (1.176.438) |
| Pr Lucro líquido do exercício | - | - | 232.484 | 232.484 |
| **Em 31/12/2022** | 53.681 | 37.160 | (1.034.795) | (943.954) |

**Demonstração dos Fluxos de Caixa** - Em milhares de reais

| Fluxos de caixa das atividades operacionais | Controladora 2022 | Controladora 2021 | Consolidado 2022 | Consolidado 2021 |
|---|---|---|---|---|
| **Lucro do exercício antes do IR e CS** | 232.485 | 37.270 | 235.991 | 39.996 |
| Depreciação | - | - | 14.443 | 12.993 |
| Amortização | - | - | 75 | 297 |
| Variação cambial sobre mútuo com partes relacionadas | - | - | (252.209) | (57.695) |
| Perdão de dívida sobre mútuo com partes relacionadas | - | - | - | (22.431) |
| Juros sobre mútuo com partes relacionadas | - | - | (8.814) | 27.389 |
| Juros sobre financiamentos | - | - | 1.531 | - |
| Provisões | - | - | 53.081 | 2.430 |
| Participação nos lucros de controladas | (232.495) | (37.272) | - | - |
| | (232.495) | (37.272) | (191.893) | (37.017) |
| **Variações nos ativos e passivos** | | | | |
| Contas a receber | - | - | (442.194) | 142.669 |
| Estoques | - | - | (115.737) | 28.321 |
| Adiantamento a fornecedores | - | - | (57.796) | (7.490) |
| Tributos a recuperar | (1) | - | 18.672 | 58.130 |
| Outros créditos | (64) | 15 | (867) | (11.448) |
| Fornecedores | 99 | - | 73.617 | (22.405) |
| Adiantamento de clientes | - | - | 567.358 | (163.685) |
| Obrigações trabalhistas | - | - | 22.231 | (15.776) |
| Tributos a recolher | (2) | - | (8.142) | (22.492) |
| Arrendamentos | - | - | (112) | (437) |
| Créditos a receber - Operações com consórcios | - | - | (44.606) | (1.376) |
| Débitos a pagar - Operações com consórcios | - | - | 42.823 | (820) |
| Bloqueio judiciais | - | - | (62.530) | - |
| | 32 | 15 | (7.283) | (16.809) |
| **Caixa gerado (aplicado) nas operações** | 22 | 13 | 36.815 | (13.830) |
| **Fluxo de caixa das atividades de investimentos** | | | | |
| Adições ao ativo imobilizado e ao ativo intangível | - | - | (41.654) | (3.800) |
| **Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos** | - | - | (41.654) | (3.800) |
| **Fluxo de caixa das atividades de financiamento** | | | | |
| Empréstimos bancários | - | - | 47.483 | 8.500 |
| Partes relacionadas | - | - | (39.683) | (31.919) |
| **Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos** | - | - | 7.800 | (23.419) |
| **Fluxo de caixa do exercício** | 22 | 13 | 2.961 | (41.049) |
| **Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício** | 24 | 11 | 43.605 | 84.654 |
| **Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício** | 46 | 24 | 46.566 | 43.605 |

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individual e consolidada em 31/12/2022** - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**1. Contexto operacional:** A TS Participações e Investimentos S.A. (“Companhia”) foi constituída em 19/01/2012, com sede na cidade de São Paulo/SP. Tem por principal objeto social a participação em outras empresas como sócia cotista ou acionista. A Companhia e suas controladas (conjuntamente, “Grupo”) atuam na Prestação de serviços de engenharia, arquitetura e elaboração de projetos relacionados à exploração, refino e transporte de petróleo, seus derivados, gás e biocombustíveis, construção, manutenção e operação de plataformas marítimas (“offshore”) de petróleo, gás e seus derivados, bem como destinados à indústria petroquímica, fertilizantes, infraestrutura e indústria da construção civil, entre outros, além da construção e reparo de navios, embarcações, diques flutuantes e plataformas para exploração e produção de petróleo entre outros. Em 31/12/2022, a Companhia possuía participação nas seguintes empresas operacionais: (i) Toyo Setal Empreendimentos Ltda. (ii) Estaleiros do Brasil Ltda. A (i) Toyo Setal Empreendimentos Ltda. (TSE) foi constituída em 26/04/2012, com sede Cidade de São Paulo/SP e atua nos seguintes projetos: **Consórcio SPS - TECAB:** O Consórcio SPS foi constituído em 07/02/2012 e, em 16/03/2012, assinou o Contrato nº 0802.0073705.12.2 com a Petrobrás, tendo por objetivo a elaboração do projeto executivo, fornecimento de equipamentos e materiais, construção civil, montagem eletromecânica, comissionamento, assistência técnica à pré-operação, partida e operação assistida das unidades de On Site, Off Site e interligações do Projeto Plansal - Rota Cabiúnas - ampliação do Terminal de Cabiúnas (TECAB) da Petrobrás. O projeto foi totalmente finalizado pelo cliente em 2015. **CMBM - Consórcio Montador Belo Monte:** Em 28/01/2014, as empresas Engevix Engenharia S.A. (50%), Engevix Construções Ltda. (10%) e Toyo Setal Empreendimentos Ltda. (40%) assinaram o Instrumento de Constituição de um Consórcio, denominado “Consórcio Montador Belo Monte”. O objetivo desse consórcio é a execução do contrato de Montagem Eletromecânica da UHE Belo Monte junto à Norte Energia S.A., cujo objeto é a execução dos serviços de montagem dos equipamentos eletromecânicos do empreendimento, no município de Vitória do Xingu/PA. O Consórcio Montador Belo Monte assinou o Contrato CT-DFM-S-001/2014 com a Norte Energia S.A. em 13/02/2014, com finalização desse projeto prevista para julho de 2019, data estimada, possuindo, dessa forma, 65 meses de duração. Em 31/07/2017, a Norte Energia S.A. e o Consórcio Montador Belo Monte celebraram o Memorando de Entendimento, suportado por Escritura Pública de Acordo, datado em 15/08/2017, o distrato do contrato para a prestação de serviços de montagem eletromecânica dos equipamentos e sistemas eletromecânicos e apoio ao comissionamento da Usina Hidrelétrica Belo Monte por preço global e prazo determinado. **COMPERJ:** Em 09/09/2019, a TSE celebrou junto à Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás, o Contrato 5900.0112187.19.2 para fornecimento de bens e prestação de serviços relativos à análise de consistência do projeto e conclusão do projeto executivo, construção civil, montagem eletromecânica e comissionamento (preservação, condicionamento, testes, apoio a pré-operação, partida e operação assistida) das unidades da ETA, ETDI, UTE, e suas respectivas adequações visando atender ao projeto UPGN do rota 3, denominado “COMPERJ”, a ser executado em Itaboraí/RJ. **Parnaíba VI:** Em 12/11/2022, a TSE celebrou junto à Paranaíba II Geração de Energia S.A., o Contrato para fornecimento de bens e prestação de serviços relativos à execução, em regime de empreitada total a preço fixo na modalidade *turn-key*, de todas as atividades necessárias para que a Contratante disponha da Planta integrada à UTE de Ciclo Fechado, ser executado em Santo Antônio dos Lopes/MA. **CCLV - Consórcio Construtor Linha Verde:** Em 8/11/2022, as empresas Toyo Setal Empreendimentos Ltda. (Líder 51%) e Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A. (49%), assinaram Instrumento de Constituição de Consórcio, denominado “Consórcio Construtor Linha Verde”. Em 8/12/2022, tal consórcio assinou um Contrato de Empreitada Global, com preço e prazo determinados, com a SPE Transmissora de Energia Linha Verde I S/A, para a construção de uma linha de transmissão de 500KV entre as subestações de Governador Valadares 6 e Mutum, e as baias de entradas correspondentes. **Consórcio Toyo Setal Hdt Paulínia:** Em 17/03/2022, as empresas Toyo Setal Empreendimentos Ltda. (Líder 81,09%) e Toyo Engineering Corporation (18,91%), assinaram Instrumento de Constituição de Consórcio, denominado “Consórcio Toyo Setal HDT Paulínia”. Em 9/05/2022, tal consórcio assinou um Contrato de Empreitada Global, com preço e prazo determinados com a Petrobrás Basileiro S.A. para fornecimento de bens e a prestação de serviços relativos à elaboração de projeto executivo, construção, montagem e desmontagens, Revamps, comissionamento, suporte à pré-operação e partida, operação assistida e fornecimento de bens do projeto do HDT 4 de médios da Replan. A (ii) Estaleiros do Brasil Ltda. (“EBR”) foi constituída em 06/06/2008, com sede social em São José do Norte/RS, e atua nos seguintes projetos: **NOV:** Em 27/07/2022, a EBR assinou contrato com a Nov Intervention And Stimulation Equipment - Aftermarket Comércio de Equipamentos e Serviços Ltda., no valor original de R$133.078 para a fabricação do módulo TS-061 e de um Teg da FPSO (Floating, Production, Storage and Offloading Platform”), denominada FPSO Almirante Tamandaré Búzios 6. A entrega dos módulos está prevista para outubro de 2022. Em 18/01/2022, a EBR assinou contrato com a NOV Intervention And Stimulation Equipment - Aftermarket Comércio de Equipamentos e Serviços Ltda., no valor original de R$161.029 para a fabricação do módulo TS-061 e de um Teg da FPSO (Floating, Production, Storage and Offloading Platform”), denominada FPSO Alexandre de Gusmão Mero 4. A entrega dos módulos está prevista para maio de 2023. **SBM:** Em 06/10/2022, a EBR assinou contrato com a Single Buoy Moorings Inc, no valor original de R$133.257 para a fabricação dos módulos topside TS-002 e TS-045, TS-051 e TS-170 da FPSO (Floating, Production, Storage and Offloading Platform”), denominada FPSO Mero 4. A entrega dos módulos está prevista para setembro de 2023. **SAIPEM:** Em 27/12/2022, a EBR assinou contrato com a SAIPEM S.A., no valor original de R$676.926 para a fabricação dos módulos M01, M04, M08, M10, M11, M14 e M15 da FPSO (Floating, Production, Storage and Offloading Platform”), denominada FPSO P79. A entrega dos módulos está prevista para agosto de 2023. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis: a) Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil):** As demonstrações contábeis do Grupo referentes ao exercício findo em 31/12/2022, foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal de seus negócios, observando (i) as práticas contábeis adotadas no Brasil; (ii) as disposições da legislação societária, previstas na Lei 6.404/76, com alterações da Lei 11.638/07 e da Lei 11.941/09 e (iii) os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração aprovou as demonstrações contábeis em 06/04/2023. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas e divulgadas de acordo com o CPC 26R1 (apresentação das demonstrações contábeis). **b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de ativos e passivos, como instrumentos financeiros os quais são mensurados pelo valor justo. **c) Uso de estimativas e julgamentos:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com a utilização de diversas bases de avaliação e estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação dessas demonstrações são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado e avaliação de sua recuperabilidade nas operações, assim como a análise de riscos para determinação de provisões, inclusive para riscos de demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores divergentes do registrado nas demonstrações contábeis, em função das incertezas inerentes ao próprio processo de estimativa. A Administração monitora e revisa periódica e tempestivamente estas estimativas e suas premissas. **d) Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional do Grupo é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação de suas demonstrações contábeis e estão apresentadas em milhares de reais. **2.1 Principais práticas contábeis adotadas: a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista, expressos em reais, sem restrição de uso e que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins. O Grupo considera como equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **b) Reconhecimento da receita e dos custos:** A receita de prestação de serviços é apurada e reconhecida em virtude da evolução física do projeto. A receita compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, as reclamações e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja praticamente certo que resultem em receita e possam ser mensurados de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado do exercício na medida do estágio de conclusão do contrato de acordo com o percentual de conclusão de cada um dos projetos. Os custos de cada contrato são reconhecidos como resultado no período em que são incorridos, a menos que criem um ativo relacionado à atividade de contrato futuro. Quando o resultado de um contrato de prestação de serviços não puder ser estimado com confiabilidade, sua receita é reconhecida até o montante dos custos incorridos desde que sua recuperação seja provável. Se for provável que os custos totais excederão a receita total de um contrato, a perda estimada é reconhecida imediatamente no resultado do exercício na rubrica “Custo dos serviços prestados” e um passivo é registrado na rubrica “Provisões”. Os montantes faturados ou a faturar registrados com base no trabalho executado, mas ainda não pagos pelo cliente, são registrados no balanço patrimonial como ativo, na rubrica “Contas a receber de clientes”. **c) Reconhecimento de arrendamentos:** O Grupo identifica os ativos de seus contratos de arrendamentos e, quando aplicável, reconhece os direitos de uso relativos aos arrendamentos no ativo imobilizado - Direitos de Uso - em contrapartida aos Arrendamentos no passivo circulante e não circulante de acordo com o pronunciamento contábil CPC 06(R2) - Arrendamentos. **d) Transações e saldos em moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data dos balanços e todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado. **e) Instrumentos financeiros e derivativos:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que o Grupo se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão (quando aplicável). Sua mensuração subsequente ocorre na data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. O principal instrumento financeiro do Grupo é o caixa e equivalentes de caixa. São classificados como caixa e equivalentes numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez em instituições financeiras de primeira linha, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a insignificantes mudanças de valor. **f) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido (preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas). O custo dos estoques inclui o custo histórico de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem, impostos não recuperáveis e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. **g) Tributação:** <u>IRPJ e CSLL - Corrente</u>. O IRPJ e a CSLL são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R$240.000,00 por ano e 9% de CSLL e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. As controladas TSE e EBR tributam o IRPJ e a CSLL com base na apuração do lucro real, enquanto a Controladora tributa com base no lucro presumido. **h) Impostos sobre vendas:** As receitas de vendas e serviços das controladas estão sujeitas à tributação específica de cada nicho de negócio e estão discriminadas detalhadamente nas demonstrações contábeis financeiras individuais. **i) Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e eventuais perdas acumuladas de redução ao valor recuperável *(impairment)*, quando aplicável. Não foram identificados, nas demonstrações contábeis de 2022, ajustes a serem contabilizados, referentes a redução ao valor recuperável de bens do seu ativo imobilizado. Os bens do ativo imobilizado, adquiridos com recursos próprios ou através de arrendamentos, são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil dos bens. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento do período e eventuais ajustes, quando necessários, são reconhecidos como mudança de estimativa contábil. **j) Intangível:** Licenças adquiridas de programas de computador (softwares) são capitalizadas e amortizadas com base no método linear ao longo da sua vida útil. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos ao encerramento de cada exercício e eventuais ajustes, quando necessários, são reconhecidos como mudança de estimativa contábil. **k) Provisões:** O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais, para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas quando consideradas as alterações nas circunstâncias, como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **l) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **m) Operações em conjunto (Consórcios):** A controlada TSE possui participação em consórcios (Consórcio SPS, Consórcio Montador Belo Monte, Consórcio Construtor Linha Verde e Consórcio Toyo Setal HDT Paulínia), cujos acordos contratuais estabelecem o controle conjunto das operações. As operações controladas em conjunto envolvem a utilização de recursos da empresa, assim como dos outros participantes de cada consórcio, em contrapartida à constituição de uma entidade jurídica. A TSE registra em suas demonstrações contábeis parcela proporcional ao percentual de sua participação em cada Consórcio, nos ativos, passivos, receitas de prestação de serviços, custos e despesas incorridas no exercício. **n) Investimentos:** Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações contábeis da controladora. Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos nas controladas são contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionados das mudanças após a aquisição das participações societárias nas controladas. As participações societárias nas controladas são apresentadas na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas das controladas. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações contábeis da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre os investimentos em suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidências objetivas de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável, como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil, e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora. No exercício de 2021 não houve a necessidade de ajuste por perda ou redução ao valor recuperável. **o) Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC: Alterações e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente:** Em 2022, a Companhia avaliou as emendas e novas interpretações aos CPCs e às IFRSs emitidos pelo CPC e IASB, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em ou a partir de 1°/01/2022. As principais alterações são: • <u>Alterações no CPC 27 / IAS 16</u>: <u>Imobilizado - Recursos antes do Uso Pretendido</u>: As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado. • <u>Melhorias no CPC 48 / IFRS 9</u>: <u>Instrumentos Financeiros</u>: As alterações esclarecem as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro. • <u>Melhorias no CPC 06 (R2) / IFRS 16</u>: <u>Arrendamentos</u>: As alterações excluem o conceito de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros. A adoção dessas normas não resultou em impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais da Companhia. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não vigentes. A Companhia não adotou antecipadamente as novas normas dos CPCs e IFRSs. A seguir as principais revisões já emitidas e ainda não vigentes: • Alterações ao CPC 26 /IAS 1 Classificação de passivos como circulante ou não circulante e conceito de materialidade. Início 01/01/2023; • Alterações ao CPC 23 / IAS 8 Definição de estimativas contábeis. Início 01/01/2023; • Alterações ao CPC 32 / IAS 12 Tributos sobre o lucro - CPC 32. Imposto diferido relacionado a Ativos e Passivos resultante de uma única transação. Início 01/01/2023, e • Alterações ao CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (CPC 18 (R2) Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture. A data de vigência ainda não foi definida pelo IASB. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em virtude dessas alterações.

**3. Caixa e equivalentes de caixa:**

| | Controladora 2022 | Controladora 2021 | Consolidado 2022 | Consolidado 2021 |
|---|---|---|---|---|
| Caixa | - | - | 77 | 32 |
| Bancos | - | - | 23.582 | 2.662 |
| Aplicações financeiras | 46 | 24 | 22.907 | 40.911 |
| | 46 | 24 | 46.566 | 43.605 |

Em 2022 as aplicações financeiras da TSE estão efetuadas em CDB, Operações Compromissadas, Fundos de Investimentos e Aplicações Automáticas atreladas em Fundos de Investimento nos bancos Santander, Daycoval, ABC, Safra e Banco do Brasil, com remuneração variando entre 65% a 100% a.a. do CDI. As aplicações financeiras da EBR estão efetuadas em CDB, Operações Compromissadas e Aplicações Automáticas atreladas em Fundos de Investimento nos bancos Santander, Daycoval, Banco do Brasil e ABC com remuneração variando entre 65% a 100% a.a. do CDI. Em 2021, as aplicações financeiras da TSE estão efetuadas em Operações Compromissadas e CDB’s nos Bancos Santander e Daycoval, com remuneração que varia entre 65% a 104,00% a.a. do CDI. As aplicações financeiras do EBR estão efetuadas em Operações Compromissada e CDB’s nos Bancos Santander e ABC, com remuneração que varia entre 65% a 89% a.a. do CDI e também com taxas pré fixadas de 4,8% e 10,75% também do CDI pelo período de contratação das aplicações.

**4. Contas a receber:**

| Circulante | Consolidado 2022 | Consolidado 2021 |
|---|---|---|
| **Valores Faturados:** Consórcio SPS - TECAB | 287 | 287 |
| Consórcio Montador Belo Monte - UHE Belo Monte | 1.685 | 1.685 |
| Deepak | 42 | 42 |
| Petrobrás - Utilidades do COMPERJ | 458 | 6.157 |
| Eneva - Parnaíba VI | 5.211 | - |
| Terna - Consórcio Construtor Linha Verde | 1.394 | 226 |
| Consórcio Toyo Setal HDT | 1.882 | - |
| Brunel | 688 | - |
| Saipem P79 | 19.423 | - |
| Petrobrás COMPERJ | 18 | 156 |
| Cameron Sepetiba | 32.956 | 37.578 |
| Modec MV32 | - | 6.375 |
| ODS | - | 960 |
| Sea Fastening | - | 3.757 |
| Outros | 184 | - |
| FPSO P74 | 2.606 | 15.163 |
| **Valores a Faturar:** Consórcio SPS - TECAB (i) | 4.521 | 4.521 |
| Petrobrás - Utilidades do COMPERJ | 6.137 | 2.664 |
| Eneva - Parnaíba VI | 30.152 | 865 |
| Terna - Consórcio Construtor Linha Verde | 5.813 | - |
| Consórcio Toyo Setal HDT | 50.048 | - |
| NOV Almirante Tamandaré B6 | 143.695 | 28.613 |
| SBM FPSO Mero 4 | 67.788 | 1.965 |
| NOV Alexandre de Gusmão M4 | 48.453 | 260 |
| SAIPEM P-79 | 131.328 | 1.302 |
| | 554.769 | 112.576 |
| **Não circulante** | | |
| Consórcio Montador Belo Monte - UHE Belo Monte (ii) | 16.142 | 16.142 |
| **Total** | 570.911 | 128.718 |

(i) Conforme ata referente a 51ª Reunião de Negociação - Petrobrás e CSPS - Negociação de Valores das SMPs - Contrato nº 0802.0073705.12.2, os valores em questão encontram-se aprovados pela Comissão designada pelo cliente. (ii) Foi celebrado em Escritura Pública de Acordo que eventuais valores, reconhecidos ou não, na data-base de 31/12/2017, em consequência do distrato do contrato entre a Norte Energia S.A. e o Consórcio Montador Belo Monte estão sendo discutidos e tratados no Tribunal Arbitral da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional.

**5. Adiantamentos a fornecedores:**

| | Consolidado 2022 | Consolidado 2021 |
|---|---|---|
| Adiantamento a fornecedores nacionais | 73.006 | 10.489 |
| Adiantamento a fornecedores estrangeiros | 21.647 | 26.368 |
| | 94.653 | 36.857 |

**6. Estoques:**

| Ativo circulante | Consolidado 2022 | Consolidado 2021 |
|---|---|---|
| Produção em andamento | 72.235 | 2.879 |
| Estoque de matéria-prima | 101.994 | 3.519 |
| Remessa para industrialização em terceiros | 3.925 | - |
| Produto acabado | 130 | - |
| Produto semi-acabado | 8.307 | - |
| Estoque de terceiros em nosso poder | 136.014 | - |
| Alocação de estoque para o resultado (nota 2.1 b) | (82.022) | (5.113) |
| Estoque para revenda | 12.454 | 225 |
| | 253.037 | 1.510 |
| **Passivo circulante** | **2022** | **2021** |
| Estoque de terceiros em nosso poder | (136.014) | - |
| | (136.014) | - |

**7. Tributos a recuperar:**

| | Consolidado 2022 | Consolidado 2021 |
|---|---|---|
| PIS e COFINS | 6.010 | 6.726 |
| IRRF | 756 | 1.182 |
| IRPJ e CSLL | 1.457 | 10.213 |
| ISS | 225 | 5.278 |
| REINTEGRA | - | 108 |
| ICMS | 6.966 | 5.915 |
| INSS a recuperar | 9 | 3.598 |
| Outros impostos | 195 | 249 |
| | 15.620 | 33.269 |

**8. Bloqueios judiciais: Banco Santos:** Em dezembro de 2020 foi instaurado na 31ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital - SP, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - TJSP, processo cuja natureza visava a desconsideração da Personalidade Jurídica, direta e inversa, para que seja reconhecido grupo econômico entre PEM, SETEC, SOG e reconhecimento de confusão patrimonial entre estas e a TSPI e suas controladas TSE e EBR. Além do reconhecimento de desvio de finalidade de empresas e confusão patrimonial entre seus patrimônios e de seus respectivos sócios, tal ação visa buscar a responsabilização de todos os 32 Requeridos pelo débito originalmente contraído pela SETEC, avalizado por PEM e Roberto Ribeiro de Mendonça. Neste cenário, foram deferidos diversos pedidos de bloqueio de bens e valores de todos os réus, entre eles da TSPI e sujas controladas, bem como decisões favoráveis para levantamentos de valores bloqueados, cuja monta em 31/12/2021 era de R$11.046. Ao longo de 2022, todos os bloqueios foram levantados em troca de seguros garantidas emitidos por seguradoras de mercado, de forma que no exercício findo de 31/12/2022 inexistem saldos bloqueados referentes a esta ação. O valor total do processo - atualizado até fevereiro de 2022 - é de R$231.950.906,70 (duzentos e trinta e um milhões, novecentos e cinquenta mil, novecentos e seis reais e setenta centavos), segundo o cálculo apresentado pela autora (Massa Falida do Banco Santos), cálculo esse impugnado fundamentadamente pelos réus, levando a crer que, caso haja alguma condenação às partes, o valor será substancialmente mais baixo. Para referência, o valor histórico do montante cobrado é de R$8.000.000,00 (oito milhões de reais) em 2004. Na avaliação dos advogados a probabilidade de perda deste processo é possível. Entretanto, a chance de haver condenação no valor integral pleiteado é remota, sobretudo em razão de incongruências apontadas em impugnações específicas realizadas pelos Requeridos (apoiadas em laudos técnicos), pendentes de análise em primeiro grau. Assim, há alta probabilidade de ser determinada perícia contábil para apuração do valor de eventual condenação, com substancial minoração. Soma-se a isso o fato de este incidente tramitar contra 32 pessoas (físicas e jurídicas), de forma que uma eventual condenação para pagamento poderá, a depender da decisão judicial, ser dividida solidariamente entre aqueles que forem efetivamente condenados. **Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica - IDPJ:** O IDPJ foi proposto pela União Federal em face das controladas TSE e EBR, em busca do reconhecimento da responsabilidade das empresas por débitos tributários de IRPJ, IRRF, e CSLL, exigidos da empresa SOG Óleo e Gás (“SOG”) nos autos da Execução Fiscal. Em razão de pedido de tutela formulado pela Fazenda Nacional, foram determinados bloqueios judiciais que montam em 31/12/2022 o valor de R$65.447. Foi apresentada Impugnação ao IDPJ demonstrando a impossibilidade de atribuição de responsabilidade pelos débitos tributários de IRPJ, IRRF e CSLL à TSE e ao EBR em razão da inexistência de confusão patrimonial e desvio de finalidade, na medida em que as referidas empresas foram criadas no âmbito de uma joint venture formada pela Toyo Japão e pela SOG. Ademais, foram apresentadas petições indicando a impossibilidade de exigência da multa qualificada prevista no artigo 44 da Lei nº 9.430/1996, na medida em que a SOG já efetuou o pagamento de multa punitiva no acordo de delação premiada firmado com o Ministério Público Federal, homologado pela 13ª Vara Federal de Curitiba e pedindo a extinção do IDPJ em razão da nulidade das certidões de dívida ativa, conforme entendimento do STJ em recursos repetitivos firmado no julgamento do REsp nº 1.045.472, em razão de erro na fundamentação legal das certidões em dívida ativa. O Agravo de Instrumento foi interposto por TSE e EBR em busca da reforma da decisão proferida no IDPJ que determinou o bloqueio de ativos financeiros da TSE e do EBR. Da mesma forma, no Agravo de Instrumento foi demonstrada a inexistência de confusão patrimonial e desvio de finalidade, na medida em que as referidas empresas foram criadas no âmbito de uma joint venture (TSPI) formada pela Toyo Engineering e pela SOG. Aguarda-se a análise do pedido de tutela pela Desembargadora Relatora. O valor em discussão atualizado até 21/12/2022 é de R$281.276.514,19 e na avaliação dos advogados a probabilidade de perda deste processo é possível. Cumpre ressaltar que o valor acima estabelecido apresenta evidente falta de liquidez e incerteza em decorrência da determinação judicial da 13ª Vara Federal de Curitiba, além do entendimento do STJ firmado pela Primeira Seção, sob o rito dos recursos repetitivos, no julgamento do Recurso Especial nº 1.045.472, no sentido de que a necessidade de alteração de fundamento legal da autuação requer a revisão do lançamento e, portanto, a nulidade da Certidão em Dívida Ativa.

**9. Partes relacionadas com consórcios:**

| Créditos a receber | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Consórcio SPS | 44.653 | 39.042 |
| Consórcio Montador Belo Monte | (2.465) | (3.046) |
| Consórcio Linha Verde | 1.962 | - |
| Consórcio HDT | 36.452 | - |
| | 80.602 | 35.996 |
| **Débitos a Pagar** | | |
| Consórcio SPS | (38.860) | (38.702) |
| Consórcio Montador Belo Monte | 1.212 | 5.434 |
| Consórcio Linha Verde | (1.954) | - |
| Consórcio HDT | (36.489) | - |
| | (76.091) | (33.268) |
| **Resultado das Operações** | | |
| Receita operacional líquida | 91.974 | - |
| Custo dos serviços prestados e revenda | (97.896) | (543) |
| Prejuízo bruto | (5.922) | (543) |
| Despesas financeiras | (2.337) | (36) |
| Receitas financeiras | 152 | 5 |
| Prejuízo operacional | (8.107) | (574) |

**10. Investimentos em controladas e provisão de passivo a descoberto:** A composição da participação dos investimentos nas controladas está demonstrada a seguir:

| | % de participação |
|---|---|
| Toyo Setal Empreendimentos Ltda. | 99,99 |
| Estaleiros do Brasil Ltda. | 99,99 |

A movimentação dos investimentos e provisão do passivo a descoberto está assim demonstrada:

| Investimentos em subsidiárias | Controladora 2022 | Controladora 2021 |
|---|---|---|
| No início do exercício | 121.470 | 112.063 |
| **Toyo Setal Empreendimentos Ltda.** | | |
| Lucro de equivalência patrimonial | 10.738 | 9.407 |
| **No final do exercício** | 132.208 | 121.470 |
| **Provisão de passivo a descoberto** | **2022** | **2021** |
| **Estaleiros do Brasil Ltda.** | | |
| No início do exercício | (1.297.994) | (1.325.859) |
| Lucro de equivalência patrimonial | 221.758 | 27.865 |
| **No final do exercício** | (1.076.236) | (1.297.994) |

**11. Imobilizado:**

| Custo | 2021 | Adições | Baixas | 2022 |
|---|---|---|---|---|
| Veículos | 4.355 | 2.172 | - | 6.527 |
| Máquinas e Equipamentos | 83.936 | 6.149 | - | 90.085 |
| Móveis e Utensílios | 2.761 | 619 | - | 3.380 |
| Equipamentos de Informática | 9.435 | 6.471 | - | 15.906 |
| Outras Instalações de Campo | 6.396 | 6.997 | - | 13.393 |
| Terrenos | 54.823 | - | - | 54.823 |
| Prédios - Estaleiro | 225.618 | 10.453 | - | 236.071 |
| Cais - Estaleiro | 137.675 | - | - | 137.675 |
| Benfeitorias em prédios de terceiros | - | 1.600 | - | 1.600 |
| Imobilizado em andamento | 15.711 | 7.143 | - | 22.854 |
| Ativo de direito de uso | 1.888 | - | - | 1.888 |
| **Total do Custo** | 542.598 | 41.604 | - | 584.202 |

| Depreciação | Taxa | 2021 | Depreciação | Baixas | 2022 |
|---|---|---|---|---|---|
| Veículos | 20% | (2.813) | (550) | - | (3.363) |
| Máquinas e Equipamentos | 10% a 20% | (34.643) | (5.662) | - | (40.305) |
| Móveis e Utensílios | 10% a 20% | (2.164) | (213) | - | (2.377) |
| Equipamentos de Informática | 20% | (7.519) | (1.320) | - | (8.839) |
| Outras Instalações de Campo | 15% a 20% | (4.890) | (582) | - | (5.472) |
| Prédios - Estaleiro | 2,0% a 4,5% | (35.667) | (5.914) | - | (41.581) |
| Benfeitorias em prédios de terceiros | | - | (89) | - | (89) |
| Cais - Estaleiro | 20% | (137.677) | - | - | (137.677) |
| Ativo de direito de uso | | (917) | (110) | - | (1.027) |
| **Total da Depreciação** | | (226.290) | (14.440) | - | (240.730) |
| **Saldo líquido** | | 316.308 | | | 343.472 |

Na avaliação de recuperabilidade de seus ativos imobilizados, conforme descrito na Nota 2.2 - h, o Grupo prioriza o emprego do valor em uso dos ativos a partir de projeções que consideram: (i) a vida útil estimada do ativo e (ii) premissas e orçamentos aprovados pela Administração, em razão das características dos negócios. Em 31/12/2022 e 2021, a controlada EBR efetuou os testes de perda por desvalorização (impairment) para seus ativos concluindo pela manutenção do valores de registro.

**12. Intangível:**

| Custo | Consolidado 2021 | Adições | Baixas | 2022 |
|---|---|---|---|---|
| Software e licença de Uso | 8.605 | 51 | - | 8.656 |
| Software e licença de Uso em Andamento | 669 | - | - | 669 |
| | 9.274 | 51 | - | 9.325 |
| **Amortização** | **2021** | **Amortização** | **Baixas** | **2022** |
| Software e licença de Uso | (8.135) | (75) | - | (8.210) |
| **Saldo líquido** | 1.139 | - | - | 1.115 |

**13. Partes relacionadas:**

| Passivo | | Consolidado 2022 | Consolidado 2021 |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | |
| Toyo Engineering Corporation | (i) | 5.697 | 5.382 |
| Setal Óleo e Gás S.A - SOG | (ii) | 67 | 67 |
| | | 5.765 | 5.449 |
| **Não circulante** | | | |
| Toyo Engineering Japan | (ii) | 1.268.236 | 1.569.259 |
| | | 1.268.236 | 1.569.259 |

(i) Operações de compra de equipamentos aplicados no projeto P74, serviços e/ou cobranças de garantias.
(ii) Operações de mútuo.

| Receitas | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Toyo Engineering Corporation | 34.563 | 223 |
| | 34.563 | 223 |
| **Outras Receitas (despesas)** | **2022** | **2021** |
| Perdão de dívida - Operações de mútuos | - | 22.431 |
| Despesas de juros - Operações de mútuos | 8.814 | (27.389) |
| Variação cambial - Operações de mútuo | 252.209 | 57.691 |
| Variação cambial - Invoices | (165) | - |
| Outras despesas | (618) | - |
| | 260.239 | 52.737 |

**14. Financiamentos:**

| Banco | Tipo | Prazo | Taxa | Principal em Reais | Principal em Dólares | Juros e encargos | 2022 | 2021 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Banco do Brasil S.A. | ACC | 16/06/23 | 6,55% a.a. | 31.050 | 6.000 | 1.349 | 32.399 | - |
| Banco ABC S.A. | Capital de Giro | 03/11/23 | 3,00% a.a. + CDI | 10.000 | - | 101 | 10.101 | - |
| Banco do Brasil S.A. | Projeto HDT | 25/07/25 | 4,81% a.a. + CDI | 4.500 | - | 63 | 4.563 | - |
| Stowaway | Capital de Giro | 05/12/23 | 2,15636% | 10.479 | 2.000 | (27) | 10.452 | - |
| Banco ABC | Capital de Giro | 14/02/22 | 3,65% + CDI | | | | - | 8.500 |
| | | | | | | | 57.515 | 8.500 |
| Circulante | | | | | | | 52.952 | 8.500 |
| Não Circulante | | | | | | | 4.563 | - |
| | | | | | | | 57.515 | 8.500 |

**15. Fornecedores:**

| Circulante | Consolidado 2022 | Consolidado 2021 |
|---|---|---|
| Nacionais | 83.724 | 9.713 |
| Estrangeiros | - | 395 |
| | 83.724 | 10.108 |

**16. Adiantamento de clientes:**

| Circulante | Consolidado 2022 | Consolidado 2021 |
|---|---|---|
| Projetos - Toyo Setal Empreendimentos | 150.017 | 16.130 |
| Consórcio HDT | 6.829 | - |
| Consórcio Construtor Linha Verde | 3.826 | - |
| SAIPEM S.A. | 230.241 | - |
| NOV | 168.075 | 27.612 |
| SBM | 65.435 | 13.323 |
| | 624.423 | 57.065 |
| **Não circulante** | **2022** | **2021** |
| Consórcio CMBM | 16.147 | 16.147 |
| | 16.147 | 16.147 |
| | 640.570 | 73.212 |

**17. Obrigações sociais e trabalhistas:**

| | Consolidado 2022 | Consolidado 2021 |
|---|---|---|
| Salários e pró-labore a pagar | 10.211 | 2.256 |
| FGTS | 2.077 | 546 |
| INSS | 5.983 | 426 |
| Provisão de férias e encargos sociais | 19.925 | 8.979 |
| Provisão para desmobilizações | 242 | 5.245 |
| Outros | 2.608 | 1.361 |
| | 41.046 | 18.813 |

**18. Tributos a recolher:**

| Circulante | Consolidado 2022 | Consolidado 2021 |
|---|---|---|
| PIS e COFINS | 2.348 | 3.075 |
| ICMS | 220 | 13 |
| Retenções na Fonte | 2.741 | 1.788 |
| IOF | 277 | 178 |
| ISS | 659 | 4.071 |
| IRPJ e CSLL | 4.554 | 6.901 |
| PROV ICMS TRANSF CREDITO DECR.42543/2010 | 617 | - |
| CPRB | 2.072 | 302 |
| Outros impostos e contribuições a recolher | - | 1.855 |
| Parcelamento de impostos CCLV | 236 | 9 |
| | 13.722 | 18.192 |
| **Não circulante** | **2022** | **2021** |
| Parcelamento de impostos - CCLV | 902 | - |
| Parcelamento de PIS e COFINS - EBR | 1.024 | - |
| | 1.926 | - |

**19. Provisões:** A provisão para demandas judiciais é estabelecida por valores atualizados, para questões trabalhistas, tributárias e cíveis em discussão nas instâncias administrativas e judiciais, com base na avaliação da Administração e na opinião dos consultores legais da empresa, tanto para os casos em que a perda é considerada provável, quanto para aqueles em que é considerada possível, conforme demonstramos a seguir:

| Circulante | Consolidado 2022 | Consolidado 2021 |
|---|---|---|
| Provisão de custos incorridos | 93.132 | 42.954 |
| Provisão para desmobilização | 2.553 | - |
| | 95.686 | 42.954 |
| **Não circulante** | **2022** | **2021** |
| Provisão para desmobilização | 7.745 | - |
| Provisão para contingências tributárias | 1.300 | 5.567 |
| Provisão para contingências trabalhistas | 7.181 | 10.309 |
| Custos | 1.757 | 1.757 |
| | 17.982 | 17.633 |
| | 113.668 | 60.587 |

**20. Patrimônio líquido:** O capital social em 31/12/2022 e em 2021 é de R$53.680.814,00, representado por 53.680.814 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme segue:

| | Quotas | % |
|---|---|---|
| SOG - Óleo e Gás S.A. | 26.840.407 | 50,00 |
| Toyo Engineering Corporation (Japão) | 26.840.407 | 50,00 |
| | 53.680.814 | 100,00 |

**21. Receita líquida:**

| Receita Bruta | Consolidado 2022 | Consolidado 2021 |
|---|---|---|
| Receita de Prestação de Serviços | 336.549 | 130.063 |
| Receita de Revenda | 5.908 | 6.271 |
| Receita de exportação de serviços | 38.326 | 1.121 |
| Receita de exportação de materiais | 199.441 | 249.532 |
| Receita de vendas no mercado nacional | 163.276 | 237.603 |
| | 743.499 | 624.590 |
| **Deduções de receita - Impostos** | | |
| ISS | (12.790) | (2.030) |
| PIS e COFINS | (4.663) | (6.441) |
| CPRB | (12.955) | (6.132) |
| | (30.407) | (14.603) |
| **Receita Líquida** | 713.092 | 609.987 |

**22. Custos:**

| | Consolidado 2022 | Consolidado 2021 |
|---|---|---|
| Custos com material de consumo | (104.932) | (60.507) |
| Custo com material aplicado | (101.147) | (135.211) |
| Custos com pessoal, encargos e benefícios | (213.081) | (241.789) |
| Custos com serviços de terceiros | (177.244) | (109.946) |
| Custos com aluguéis | (15.428) | (7.475) |
| Depreciação e amortização | (1.097) | (431) |
| Outros custos | (34.219) | (12.492) |
| REINTEGRA | - | 108 |
| Provisão para contingências | - | 6.250 |
| | (647.148) | (561.493) |

**23. Despesas gerais e administrativas:**

| | Consolidado 2022 | Consolidado 2021 |
|---|---|---|
| Despesas com pessoal, encargos e benefícios | (43.832) | (28.832) |
| Despesas com serviços de terceiros | (23.362) | (18.902) |
| Despesas com alugueis e utilidades | (109) | 317 |
| Despesas com viagem e locomoção | (2.878) | (480) |
| Despesas com seguros e garantias | (4) | (138) |
| Despesas de depreciação e amortização | (11.720) | (12.450) |
| Despesas com materiais | (4.131) | (467) |
| Outras despesas comerciais e administrativas | (2.942) | (3.098) |
| | (88.978) | (64.050) |

**24. Resultado financeiro, líquido:**

| Receitas financeiras | Consolidado 2022 | Consolidado 2021 |
|---|---|---|
| Juros sobre empréstimos mútuos | (248) | - |
| Descontos obtidos | 96 | 530 |
| Rendas pré-fixadas sobre aplicações | 4.356 | 1.316 |
| Rendimentos financeiros | 3.629 | - |
| Receitas financeiras - Consórcio SPS | 6 | 3 |
| Receitas financeiras - Consórcio Belo Monte | 8 | 3 |
| Receitas financeiras - Consórcio Linha Verde | 50 | - |
| Receitas financeiras - Consórcio HDT | 104 | - |
| Perdão de Dívida - Mútuo partes relacionadas | - | 22.431 |
| PIS e COFINS sobre receitas financeiras | (217) | (1.073) |
| Instrumentos derivativos - Hedge | 2.684 | - |
| Rendimento debêntures | 3 | - |
| | 10.470 | 23.210 |
| Variação cambial ativa | 435.686 | 253.868 |
| | 446.155 | 277.078 |
| **Despesas financeiras** | | |
| Juros sobre financiamentos leasing | (203) | (275) |
| Juros sobre empréstimos obtidos | 7.429 | (27.939) |
| Multa sobre atraso pagamento | (2.495) | (221) |
| Instrumentos Derivativos - Hedge | (1.801) | - |
| Descontos concedidos | - | (151) |
| Despesas financeiras - Consórcio SPS | - | (36) |
| Despesas financeiras - CCLV | (369) | - |
| Despesas financeiras - Consórcio Belo Monte | (248) | (182) |
| Despesas financeiras - HDT Replan | (24) | - |
| Tarifas bancárias - IOF | (2.796) | (2.285) |
| Comissões e fianças bancarias | (4.067) | - |
| | (4.574) | (31.089) |
| Variação cambial passiva | (184.454) | (191.145) |
| | (189.028) | (222.234) |
| **Resultado financeiro, líquido** | 257.127 | 54.844 |

**25. IR e CS corrente e diferido:** Nos exercícios de 2022 e 2021 a Controladora TSPI optou pela apuração do IRPJ e da CSLL pelo método do Lucro Presumido não afeurindo nos referidos exercícios resultado tributável para o reconhecimento de impostos a pagar. **26. Lucro básico por ação:** O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício:

| | Controladora 2022 | Controladora 2021 |
|---|---|---|
| Prejuízo atribuível aos acionistas | 232.484 | 37.270 |
| Média ponderada da quantidade de ações ordinárias | 53.680.814 | 53.680.814 |
| **Prejuízo básico por lote de mil ações em R$** | 4.330,86 | 694,28 |

**27. Remuneração do pessoal-chave da administração:** O pessoal-chave da administração é composto pelos diretores. Em 31/12/2022, a remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração por serviços empregados montam R$9.825 (R$8.635 - 2021) e está apresentada na demonstração do resultado na rubrica “Despesas gerais e administrativas. **28. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pelo Grupo restringem-se às aplicações financeiras de curto prazo e contas a receber, em condições normais de mercado, estando reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos critérios descritos na nota 2. Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, à rentabilidade e à minimização de riscos. Os principais instrumentos financeiros ativos em 31/12/2022 e 2021 são Caixa, bancos e aplicações financeiras. <u>Risco de crédito</u>: O Grupo somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de classificação, de forma a se resguardar do risco de crédito associado com as aplicações financeiras. A política de gerenciamento de riscos implica manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, o Grupo possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata. <u>Gestão de risco de capital</u>: Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital. <u>Operações com instrumentos derivativos</u>: As operações com instrumentos derivativos contratadas pela TSE em 2022 são exclusivas de NDFs *Non Deliverable Forward* - contrato a termo de moedas, visando a proteção cambial de linhas de endividamento do Consórcio Toyo Setal HDT Replan em 2022. Em 31/12/2022 a TSPI e suas controladas não possuem qualquer operação de instrumentos derivativos de caráter especulativo. **29. Seguros (Não auditado):** O Grupo possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31/12/2022, o Grupo apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

| Bens segurados | Riscos Cobertos | Montante da cobertura |
|---|---|---|
| Automóveis | Indenização integral | 100% FIPE |
| | Perda parcial | 100% FIPE |
| | Danos materiais a terceiros | 1.000 |
| | Danos corporais a terceiros | 1.000 |
| | Danos morais | 30 |
| Responsabilidade Civil Geral | Operações, guarda veículos, empregador, poluição súbita e acidental, RCFV 2º risco | 28.000 |
| Riscos operacionais | Riscos gerais operacionais | 340.000 |
| | Perda Total, assistência e salvamento | 172 |
| | Valor aumentado | 393 |
| Casco marítimo | Responsabilidade Civil | 1.600 |
| | Casco e máquinas | 1.500 |
| Responsabilidade Civil Profissional | Engenharia, arquitetura e CREA responsáveis técnicos | 5.200 |
| Responsabilidade Civil Ambiental | Poluição Ambiental, Transporte de Cargas, Descarte de Resíduos e Gerenciamento de Crise | 5.000 |

**30. Eventos subsequentes:** Não existiram eventos subsequentes que afetam as operações.

**A Diretoria**

**Willians L. Franklin da Rocha** - Contador - CRC/RJ 092631/O-3

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas**

Aos Srs. Acionistas, Conselheiros e Administradores da **TS Participações e Investimentos S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da TS Participações e Investimentos S.A. identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TS Participações e Investimentos S.A. em 31/12/2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião sem ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Parágrafos de Ênfase:** A controlada Toyo Setal Empreendimentos Ltda. participa de negócios em conjunto, através do Consórcio Montador Belo Monte, cujo relatório de outros auditores independentes sobre as demonstrações contábeis em 31/12/2021 continha os seguintes parágrafos de ênfase: **Adiantamento de clientes:** Durante o exercício de 2017, a Norte Energia depositou ao Consórcio a título de adiantamento o montante de R$40.355. Desse montante total, os R$14.737 refere-se à transferência de controle do ativo imobilizado devidamente relacionados pelo Consórcio e conferido pela Norte Energia, e R$25.618 foi considerado como ressarcimento (recuperação de custos) de diversos gastos que não haviam sido imobilizados, dentre eles: alojamentos, refeitório, escritório administrativo, ambulatório, almoxarifado entre outros. No entanto, da baixa de ativos imobilizados registrados, o Consórcio não emitiu a nota mercantil, e dos demais gastos registrados como custo do projeto não foi emitido a nota de débito. Dessa forma, o valor total de R$40.355, está registrado no passivo como “adiantamento de clientes” e no ativo como “outras contas a receber”. O desfecho deste assunto, também, está sendo discutido no processo arbitral da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional. **Distrato contratual - Continuidade operacional:** Conforme nota explicativa n° 1, foi celebrado o Memorando de Entendimentos, datado em 31/07/2017, entre o Consórcio Montador Belo Monte e a Norte Energia S.A. e suportado pela Escritura Pública de Acordo, datado em 15/08/2017, o distrato do contrato para a prestação de serviços de montagem eletromecânica dos equipamentos e sistemas eletromecânicos e apoio ao comissionamento da Usina Hidrelétrica Belo Monte por preço global e prazo determinado. No cronograma do referido contrato, previa a montagem de 18 turbinas durante o período de fevereiro de 2014 a fevereiro de 2019. No entanto, foram concluídas 9 turbinas até o momento do distrato contratual. Eventuais valores, previstos ou não, contratualmente, podem não estar reconhecidos contabilmente em 31/12/2021, uma vez que, as consequências financeiras proporcionadas pelo distrato estão sendo discutidas no Tribunal Arbitral da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional, conforme Escritura Pública de Acordo, conforme descritas na nota explicativa n° 12. Apesar do distrato contratual descrito acima, as demonstrações contábeis apresentadas estão fundamentadas no pressuposto de continuidade (going concern assumption) conforme Pronunciamento Conceitual Básico (R1): Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Outros Assuntos:** Auditoria do período atual: **Consórcio Montador Belo Monte:** As demonstrações contábeis do Consórcio Montador Belo Monte para o exercício findo em 31/12/2022 foram examinadas por outros auditores independentes com emissão de relatório sem modificação em 28/03/2023 contendo as ênfases referentes à adiantamento de clientes e distrato contratual. Auditoria do período atual: **Consórcio Construtor Linha Verde:** As demonstrações contábeis do Consórcio Construtor Linha Verde para o exercício findo em 31/12/2022 foram examinadas por outros auditores independentes com emissão de relatório sem modificação em 24/03/2023. Auditoria do período atual: **Consórcio Toyo Setal HDT Paulínia:** As demonstrações contábeis do Consórcio Toyo Setal HDT Paulínia para o exercício findo em 31/12/2022 foram examinadas por outros auditores independentes com emissão de relatório sem modificação em 31/03/2023. **Outras Informações que acompanham as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas e o Relatório do Auditor:** A Administração é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa e suas controladas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a empresa e suas controladas não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 06/04/2023. **Irmãos Campos & Cerboncini - Auditores Associados** - CRC 2SP 013.900/O-8, **Fábio Cerboncini - Sócio Contador** - CRC 1SP 079.347/O-3.

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

TIM Você, sem fronteiras.

LEILÕES ON LINE

FRAZÃO Leilões

Data: 02 de maio de 2023 às 14h00

MODEMS, ROTEADORES E DEVICES.

CADASTRE-SE ANTECIPADAMENTE PARA PARTICIPAR DO LEILÃO

OBS: TODOS OS LOTES SÃO DE CELULARES/MODEMS/ACESSÓRIOS USADOS E SUCATA, SEM GARANTIA DE TROCA/FUNCIONAMENTO.

Informações pelo telefone: (11) 3550-4066, (11) 94173-1982, ou pelo e-mail eduardo@frazaoleiloes.com.br, ou www.FrazaoLeiloes.com.br

Carlos Eduardo Luis Campos Frazão JUCESP nº 751

## Cellopark Estacionamentos Ltda. - CNPJ/MF nº 09.372.912/0001-69 - NIRE 35.222.071.418

**Extrato da Ata de Reunião de Sócios Realizada em 27 de Abril de 2023**

**Data, Hora, Local:** 27.04.2023, às 09hs, na sede, na Rua Campos Sales, nº 371, Mauá/SP. **Mesa:** Emilio Sanches Salgado Junior - Presidente, Murillo Cozza Alves Cerqueira - Secretário. **Presença:** Totalidade do Capital Social. **Deliberações Aprovadas:** (i) A redução do capital social nos termos do Artigo 1.082 da Lei nº 10.406/2002 ("Código Civil"), considerado excessivo, no montante total de R$ 1.500.000,00, passando o capital social de R$ 3.000.000,00 para R$ 1.500.000,00, com a respectiva redução do valor nominal unitário das quotas que passa de R$ 1,00 para R$ 0,50. Em decorrência da redução do capital social, a sócia quotista receberá, a título de restituição de capital o montante de R$ 1.500.000,00 que será pago em moeda corrente nacional. A Sociedade observará o prazo de 90 dias previsto no Artigo 1.084, § 1º do Código Civil, para que a redução se torne efetiva. (ii) A Sócia aprova, ainda, a alteração da Cláusula Quinta do Contrato Social: ***Cláusula Quinta:** O Capital Social é de R$ 1.500.000,00, subdivididos em 3.000.000 de quotas no valor nominal de R$ 0,50 cada quota. O Capital Social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional do país, ficando distribuído da seguinte forma:* Sócios: Hora Park Sistema de Estacionamento Rotativo Ltda., Quotas: 3.000.000, Valor: R$1.500.000,00, **Percentual:** 100,00%. Total de Quotas: 3.000.000, Valor: R$1.500.000,00, Percentual: 100,00%. (iii) Os administradores ficam autorizados a praticar todos e quaisquer atos e a firmar todos e quaisquer documentos necessários. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 27.04.2023. Sócia: Hora Park Sistema de Estacionamento Rotativo Ltda., Emilio Sanches Salgado Junior, Murillo Cozza Alves Cerqueira.

## Torres do Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 38.350.109/0001-21 - NIRE 35.300.555.821

**Edital para Cancelamento da Assembleia Geral Ordinária**

Ficam comunicados os senhores acionistas da **Torres do Brasil S.A.** ("Companhia"), na forma prevista no art. 124 da Lei nº 6.404/76, que a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que se realizaria no dia 08/05/2023, às 09:00, conforme publicações neste mesmo jornal ocorridas em 19 de abril, 20 de abril e 21/04/2023, na sede da Companhia, situada à Avenida Alfredo Egidio de Souza Aranha, n. 100, Bloco C, 3º Andar, Vila Cruzeiro, CEP 04726-908, na Cidade e Estado de São Paulo, resta cancelada. Em tempo, será publicado um novo Edital de Convocação para tratar sobre os seguintes assuntos: (i) prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2022; e (ii) deliberação sobre a destinação do resultado líquido do exercício findo em 31/12/2022. São Paulo/SP, 27/04/2023. **Luis Humberto Diaz Jouanen,** Presidente do Conselho de Administração. (27, 28 e 29/04/23)

TOYO SETAL

# TOYO SETAL EMPREENDIMENTOS LTDA.

**CNPJ Nº 15.563.826/0001-36**

**Balanço patrimonial** - Em milhares de reais

| Ativo / Circulante | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3) | 17.405 | 10.981 |
| Contas a receber (Nota 4) | 107.630 | 16.446 |
| Estoque (Nota 5) | 12.453 | – |
| Adiantamentos a fornecedores (Nota 6) | 30.625 | 268 |
| Partes relacionadas (Nota 7) | 191.116 | 109.978 |
| Tributos a recuperar (Nota 8) | 7.277 | 23.428 |
| Despesas antecipadas | 10.398 | 1.092 |
| Bloqueios judiciais (Nota 9) | 50.003 | 11.046 |
| Outros ativos | 1.567 | 1.270 |
| | 428.474 | 174.509 |
| **Não circulante** | | |
| Operações consórcios (Nota 10) | 80.602 | 35.996 |
| Impostos diferidos | 1.381 | 315 |
| Contas a receber (Nota 4) | 16.142 | 16.142 |
| Outros ativos | 272 | 5.751 |
| | 98.397 | 58.204 |
| **Investimentos** | | |
| Imobilizado (Nota 11) | 11.158 | 2.844 |
| Intangível (Nota 12) | 1.106 | 1.124 |
| | 12.264 | 3.968 |
| **Total do ativo** | 539.135 | 236.681 |

| Passivo e patrimônio líquido / Circulante | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Financiamentos (Nota 13) | 42.500 | – |
| Fornecedores (Nota 14) | 36.816 | 3.322 |
| Obrigações sociais e trabalhistas (Nota 15) | 18.027 | 13.953 |
| Tributos a recolher (Nota 16) | 11.724 | 13.766 |
| Adiantamento de clientes (Nota 17) | 160.673 | 16.130 |
| Partes relacionadas (Nota 7) | 1.791 | 11.140 |
| Outras provisões (Nota 18) | 26.417 | – |
| Arrendamentos (Nota 19) | 861 | 556 |
| | 298.809 | 58.867 |
| **Não circulante** | | |
| Financiamentos (Nota 13) | 4.563 | – |
| Adiantamento de clientes (Nota 17) | 16.147 | 16.147 |
| Tributos a recolher (Nota 16) | 902 | – |
| Arrendamentos (Nota 19) | – | 416 |
| Operações consórcios (Nota 10) | 76.091 | 33.268 |
| Outras provisões (Nota 18) | 10.414 | 6.512 |
| | 108.117 | 56.343 |
| **Patrimônio líquido** | | |
| Capital social (Nota 20) | 38.905 | 38.905 |
| Reserva de lucros | 93.304 | 82.566 |
| **Total do patrimônio líquido** | 132.209 | 121.471 |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | 539.135 | 236.681 |

**Demonstrado resultado do exercício e dos resultados abrangentes** - Em milhares de reais

| Operações continuadas | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Receita líquida (Nota 21) | 357.779 | 123.586 |
| Custos dos serviços prestados (Nota 22) | (301.534) | (78.763) |
| **Lucro bruto** | **56.245** | **44.823** |
| Despesas gerais e administrativas (Nota 23) | (40.586) | (31.699) |
| **Lucro operacional** | 15.659 | 13.124 |
| Despesas financeiras (Nota 24) | (7.735) | (1.324) |
| Receitas financeiras (Nota 24) | 6.260 | 530 |
| **Resultado financeiro, líquido (Nota 24)** | **(1.475)** | **(794)** |
| Outras receitas (despesas) operacionais | 60 | (197) |
| **Lucro antes do IR e da CS** | 14.244 | 12.133 |
| IR e CS corrente (Nota 25) | **(4.572)** | **(6.901)** |
| IR e CS diferido (Nota 25) | 1.066 | 4.176 |
| **Lucro líquido do período** | **10.738** | **9.408** |

**Demonstração da mutação do patrimônio líquido**
Em milhares de reais

| | Capital social | Reserva de lucro | Lucros acumulados | patrimônio líquido |
|---|---|---|---|---|
| **Em 01/01/2021** | **38.905** | **73.158** | **–** | 112.063 |
| Lucro do exercício | – | – | 9.408 | 9.408 |
| Constituição de reserva | – | 9.408 | (9.408) | – |
| **Em 31/12/2021** | **38.905** | **82.566** | **–** | **121.471** |
| Lucro do exercício | – | – | 10.738 | 10.738 |
| Constituição de reserva | – | 10.738 | (10.738) | (10.738) |
| **Em 31/12/2022** | **38.905** | **93.304** | **–** | **132.209** |

**Demonstração do fluxo de caixa** - Em milhares de reais

| Fluxos de caixa das atividades operacionais | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| **Lucro do exercício antes do IR e contribuição** | 14.244 | 12.133 |
| Depreciação | 1.126 | 798 |
| Amortização | 68 | 282 |
| Juros s/ empréstimos | 1.734 | – |
| Provisões para demandas judiciais | 30.319 | (3.558) |
| | **33.247** | **(2.478)** |
| **Variações nos ativos e passivos** | | |
| Contas a receber | (91.184) | 47.037 |
| Adiantamentos a fornecedores | (30.357) | (22) |
| Estoque | (12.453) | – |
| Tributos a recuperar | 16.151 | 27.934 |
| Outros créditos | 5.830 | (1.106) |
| Bloqueio judicial | (48.911) | (11.046) |
| Fornecedores | 33.494 | (2.669) |
| Adiantamentos a clientes | 144.543 | (639) |
| Obrigações trabalhistas | 4.074 | 260 |
| Tributos e contribuições | (5.712) | (22.070) |
| Arrendamentos | (111) | (437) |
| Partes relacionadas | (90.487) | (64.482) |
| Créditos a receber - Operações com consórcios | (44.606) | (1.376) |
| Débitos a pagar - Operações com consórcios | 42.823 | (820) |
| | **(76.906)** | **(29.436)** |
| **Caixa aplicado nas operações** | **(29.415)** | **(19.781)** |
| **Fluxo de caixa das atividades de investimentos** | | |
| Adições ao ativo imobilizado e ao ativo intangível | (9.490) | (899) |
| **Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos** | **(9.490)** | **(899)** |
| **Fluxo de caixa das atividades de financiamento** | | |
| Empréstimos e financiamentos | 45.550 | – |
| Pagamentos de juros | (221) | – |
| **Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos** | **45.329** | **–** |
| (Diminuição) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa | 6.424 | (20.680) |
| **Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício** | 10.981 | 31.661 |
| **Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício** | **17.405** | **10.981** |

**Notas explicativa da administração às demonstrações contábeis**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**1. Contexto operacional:** A Toyo Setal Empreendimentos Ltda. (TSE) foi constituída em 26/04/2012, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Tem por objeto social as seguintes e principais atividades: a) Prestação de serviços de engenharia, arquitetura e elaboração de projetos relacionados à exploração, refino e transporte de petróleo, seus derivados, gás e biocombustíveis, construção, manutenção e operação de plataformas marítimas (offshore) de petróleo, gás e seus derivados, bem como destinados à indústria petroquímica, fertilizantes, infraestrutura e indústria da construção civil; b) Construção, manutenção e reparo de plataformas marítimas de petróleo e gás, gasodutos e de unidades industriais para as atividades relacionadas à exploração e refino de petróleo e gás; c) Prestação de serviços na área de Energia Nuclear, Termelétrica, Eólica, Solar, Pequenas Centrais Hidrelétricas, Subestações de Energia e Indústria da Construção Civil, execução de obras de construção civil, hidráulica, elétrica e de outras semelhantes, instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos, montagem eletromecânica e outros serviços relacionados à indústria da construção civil; e d) Gerenciamento, acompanhamento, fiscalização e diligenciamento da execução de obras de engenharia. A TSE é subsidiária direta da TS Participações e Investimentos S.A. (TSPI), empresa que faz parte do Grupo Toyo Setal, associação entre a SOG Óleo e Gás S.A. (Grupo Setal, do Brasil) e a Toyo Engineering Corp. (do Japão). **1.1 Projetos - Consórcio SPS - TECAB:** O Consórcio SPS foi constituído em 07/02/2012 e, em 16/03/2012, assinou o Contrato nº 0802.0073705.12.2 com a Petrobrás, tendo por objetivo a elaboração do projeto executivo, fornecimento de equipamentos e materiais, construção civil, montagem eletromecânica, comissionamento, assistência técnica à pré-operação, partida e operação assistida das unidades de On Site, Off Site e interligações do Projeto Plansal - Rota Cabiúnas - ampliação do Terminal de Cabiúnas (TECAB) da Petrobrás. O projeto foi totalmente finalizado pelo cliente em 2015. **CMBM - Consórcio Montador Belo Monte:** Em 28/01/2014, as empresas Engevix Engenharia S.A. (50%), Engevix Construções Ltda. (10%) e Toyo Setal Empreendimentos Ltda. (40%) assinaram o Instrumento de Constituição de um Consórcio, denominado "Consórcio Montador Belo Monte". O objetivo desse consórcio é a execução do contrato de Montagem Eletromecânica da UHE Belo Monte junto à Norte Energia S.A., cujo objeto é a execução dos serviços de montagem dos equipamentos eletromecânicos do empreendimento, no município de Vitória do Xingu, Estado do Pará. O Consórcio Montador Belo Monte assinou o Contrato CT-DFM-S-001/2014 com a Norte Energia S.A. em 13/02/2014, com finalização desse projeto prevista para julho de 2019, data estimada, possuindo, dessa forma, 65 meses de duração. Em dezembro de 2016, a data de finalização foi postergada para abril de 2020. Em 31/07/2017, a Norte Energia S.A. e o Consórcio Montador Belo Monte celebraram o Memorando de Entendimento, suportado por Escritura Pública de Acordo, datado em 15/08/2017, o distrato do contrato para a prestação de serviços de montagem eletromecânica dos equipamentos e sistemas eletromecânicos e apoio ao comissionamento da Usina Hidrelétrica Belo Monte por preço global e prazo determinado. **COMPERJ:** Em 09/09/2019, a TSE celebrou junto à Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás, o Contrato 5900.0112187.19.2 para fornecimento de bens e prestação de serviços relativos a análise de consistência do projeto e conclusão do projeto executivo, construção civil, montagem eletromecânica e comissionamento (preservação, condicionamento, testes, apoio a pré-operação, partida e operação assistida) das unidades da ETA, ETDI, UTE, e suas respectivas adequações visando atender ao projeto UPGN do rota 3, denominado "COMPERJ", a ser executado em Itaboraí/RJ. **Parnaíba VI:** Em 12/11/2021, a TSE celebrou junto à Paranaíba II Geração de Energia S.A., o Contrato para fornecimento de bens e prestação de serviços relativos à execução, em regime de empreitada total a preço fixo na modalidade *turn-key*, de todas as atividades necessárias para que a Contratante disponha da Planta integrada à UTE de Ciclo Fechado, ser executado em Santo Antônio dos Lopes, MA. **CCLV - Consórcio Construtor Linha Verde:** Em 08/11/2021, as empresas Toyo Setal Empreendimentos Ltda. (Líder 51%) e Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A. (49%), assinaram Instrumento de Constituição de Consórcio, denominado "Consórcio Construtor Linha Verde". Em 8/12/2021, tal consórcio assinou um Contrato de Empreitada Global, com preço e prazo determinados, com a SPE Transmissora de Energia Linha Verde I S/A, para a construção de uma linha de transmissão de 500KV entre as subestações de Governador Valadares 6 e Mutum, e as baias de entradas correspondentes. **Barcarena:** Em 22/09/2022, com efeitos retroativos a 12/04/2022, as empresas Toyo Setal Empreendimentos Ltda. e Mitsubishi Power Americas, Inc., assinaram Instrumento de Constituição de Consórcio vertical. Em 22/07/2022, tal consórcio assinou um Contrato de Empreitada Global, com preço e prazo determinados e escopos de execução distintos e individuais, com a Celba 2 - Centrais Elétricas Barcarena S.A. para desenvolvimento de uma usina de ciclo combinado compostas por geradores, associados de sistema de plantas incluindo captação de água e descarga de efluentes, gasodutos, equipamentos auxiliares e de controle, bem como subestação de alta tensão, sistemas auxiliares e sistemas de proteção e controle e todos os seus acessórios relacionados. **Consórcio Toyo Setal HDT Paulínia:** Em 17/03/2022, as empresas Toyo Setal Empreendimentos Ltda. (Líder 81,09%) e Toyo Engineering Corporation (18,91%), assinaram Instrumento de Constituição de Consórcio, denominado "Consórcio Toyo Setal HDT Paulínia". Em 09/05/2022, tal consórcio assinou um Contrato de Empreitada Global, com preço e prazo determinados com a Petrobrás Basileiro S.A. para fornecimento de bens e a prestação de serviços relativos à elaboração de projeto executivo, construção, montagem e desmontagens, Revamps, comissionamento, suporte à pré-operação e partida, operação assistida e fornecimento de bens do projeto do HDT 4 de médios da Replan. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis: a) Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil):** As demonstrações contábeis da TSE referentes ao exercício findo em 31/12/2022, foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal de seus negócios, observando (i) as práticas contábeis adotadas no Brasil; (ii) as disposições da legislação societária, previstas na Lei 6.404/76, com alterações da Lei 11.638/07 e da Lei 11.941/09 e (iii) os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração aprovou as demonstrações contábeis em 06/04/2023. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas e divulgadas de acordo com o CPC 26R1 (apresentação das demonstrações contábeis). **b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de ativos e passivos, como instrumentos financeiros os quais são mensurados pelo valor justo. **c) Uso de estimativas e julgamentos:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com a utilização de diversas bases de avaliação e estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação dessas demonstrações são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado e avaliação de sua recuperabilidade nas operações, assim como a análise de riscos para determinação de provisões, inclusive para riscos de demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores divergentes do registrado nas demonstrações contábeis, em função das incertezas inerentes ao próprio processo de estimativa. A Administração monitora e revisa periódica e tempestivamente estas estimativas e suas premissas. **d) Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da TSE é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação de suas demonstrações contábeis e estão apresentadas em milhares de reais. **2.1 Principais práticas contábeis adotadas: a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista, expressos em reais, sem restrição de uso e que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins. A TSE considera como equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **b) Reconhecimento da receita e dos custos:** A receita de prestação de serviços é apurada e reconhecida em virtude da evolução física do projeto. A receita compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, as reclamações e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja praticamente certo que resultem em receita e possam ser mensurados de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado do exercício na medida do estágio de conclusão do contrato de acordo com o percentual de conclusão de cada um dos projetos. Os custos de cada contrato são reconhecidos como resultado no período em que são incorridos, a menos que criem um ativo relacionado à atividade de contrato futuro. Quando o resultado de um contrato de prestação de serviços não puder ser estimado com confiabilidade, sua receita é reconhecida até o montante dos custos incorridos desde que sua recuperação seja provável. Se for provável que os custos totais excederão a receita total de um contrato, a perda estimada é reconhecida imediatamente no resultado do exercício na rubrica "Custo dos serviços prestados" e um passivo é registrado na rubrica "Provisões". Os montantes faturados ou a faturar registrados com base no trabalho executado, mas ainda não pagos pelo cliente, são registrados no balanço patrimonial como ativo, na rubrica "Contas a receber de clientes". **c) Reconhecimento de arrendamentos:** A TSE identifica os ativos de seus contratos de arrendamentos e, quando aplicável, reconhece os direitos de uso relativos aos arrendamentos no ativo imobilizado - Direitos de Uso - em contrapartida aos Arrendamentos no passivo circulante e não circulante de acordo com o pronunciamento contábil CPC 06(R2) - Arrendamentos. **d) Transações e saldos em moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data dos balanços e todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado. **e) Instrumentos financeiros e derivativos:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a TSE se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão (quando aplicável). Sua mensuração subsequente ocorre na data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. O principal instrumento financeiro da TSE é o caixa e equivalentes de caixa. São classificados como caixa e equivalentes numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez em instituições financeiras de primeira linha, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a insignificantes mudanças de valor. **f) Tributação:** *Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - Corrente.* O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R$ 240.000,00 por ano e 9% de CSLL e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.-**g) Impostos sobre vendas:** As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições pelas alíquotas básicas:

| | Alíquotas |
|---|---|
| Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) | 3,00% a 7,60% |
| Programa de Integração Social (PIS) | 0,65% a 1,65% |
| Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) | De acordo com cada município |
| Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) | 4,50% |

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados reduzindo o custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado. **h) Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e eventuais perdas acumuladas de redução ao valor recuperável *(impairment)*, quando aplicável. Não foram identificados, nas demonstrações contábeis de 2022, ajustes a serem contabilizados, referentes a redução ao valor recuperável de bens do seu ativo imobilizado. Os bens do ativo imobilizado, adquiridos com recursos próprios ou através arrendamentos, são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil dos bens. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento do período e eventuais ajustes, quando necessários, são reconhecidos como mudança de estimativa contábil. **i) Intangível:** Licenças adquiridas de programas de computador (softwares) são capitalizadas e amortizadas com base no método linear ao longo da sua vida útil. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos ao encerramento de cada exercício e eventuais ajustes, quando necessários, são reconhecidos como mudança de estimativa contábil. **j) Provisões:** A TSE é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais, para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas quando consideradas as alterações nas circunstâncias, como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **k) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **l) Operações em conjunto (Consórcios)** A TSE possui participação em consórcios (Tecab-SPS, Consórcio Montador Belo Monte, Consórcio Construtor Linha Verde e Consórcio Toyo Setal HDT Paulínia), cujos acordos contratuais estabelecem o controle conjunto das operações. As operações controladas em conjunto envolvem a utilização de recursos da empresa, assim como dos outros participantes de cada consórcio, em contrapartida à constituição de uma entidade jurídica. A TSE registra em suas demonstrações contábeis parcela proporcional ao percentual de sua participação em cada Consórcio, nos ativos, passivos, receitas de prestação de serviços, custos e despesas incorridas no exercício. **m) Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC: Alterações e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente:** Em 2022, a Companhia avaliou as emendas e novas interpretações aos CPCs e às IFRSs emitidos pelo CPC e IASB, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em ou a partir de 01/01/2022. As principais alterações são: • Alterações no CPC 27 / IAS 16: Imobilizado - Recursos antes do Uso Pretendido: As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado. • Melhorias no CPC 48 / IFRS 9: Instrumentos Financeiros: As alterações esclarecem as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro. • Melhorias no CPC 06 (R2) / IFRS 16: Arrendamentos: As alterações excluem o conceito de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros. A adoção dessas normas não resultou em impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais da Companhia. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não vigentes. A Companhia não adotou antecipadamente as novas normas do CPCs e IFRSs. A seguir as principais revisões já emitidas e ainda não vigentes: • Alterações ao CPC 26 /IAS 1 Classificação de passivos como circulante ou não circulante e conceito de materialidade. Início 01/01/2023; • Alterações ao CPC 23 / IAS 8 Definição de estimativas contábeis. Início 01/01/2023; • Alterações ao CPC 32 / IAS 12 Tributos sobre o lucro - CPC 32. Imposto diferido relacionado a Ativos e Passivos resultante de uma única transação. Início 01/01/2023, e • Alterações ao CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (CPC 18 (R2) Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture. A data de vigência ainda não foi definida pelo IASB. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em virtude dessas alterações.

| **3. Caixa e equivalentes de caixa:** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Caixa | 70 | 24 |
| Bancos | 667 | 1.165 |
| Aplicações financeiras | 16.668 | 9.792 |
| | **17.405** | **10.981** |
| | **2022** | **2021** |
| Toyo Setal Empreendimentos | 13.610 | 10.853 |
| Consórcio SPS | 38 | 117 |
| Consórcio Montador Belo Monte | 14 | 11 |
| Consórcio Construtor Linha Verde | 2.599 | – |
| Consórcio Toyo Setal HDT Paulínia | 1.144 | – |
| | **17.405** | **10.981** |

Em 2022 as aplicações financeiras da TSE estão efetuadas em CDB, Operações Compromissadas, Fundos de Investimentos e Aplicações Automáticas atreladas em Fundos de Investimento nos bancos Santander, Daycoval, ABC, Safra e Banco do Brasil, com remuneração variando entre 65% a 100% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Em 2021, as aplicações financeiras da TSE estavam efetuadas em Operações Compromissadas e CDB's nos Bancos Santander e Daycoval, com remuneração que varia entre 65% a 104,00% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

**4. Contas a receber:**

| Circulante | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| **Valores faturados** | | |
| Petrobrás - Consórcio SPS - TECAB (i) | 287 | 287 |
| NESA - Consórcio Montador Belo Monte - UHE Belo Monte | 1.685 | 1.685 |
| PCPL Deepak | 42 | 42 |
| Petrobrás - Utilidades do COMPERJ | 458 | 6.157 |
| Eneva - Parnaíba VI | 5.211 | – |
| Terna - Consórcio Construtor Linha Verde | 1.394 | 226 |
| Petrobrás - Consórcio Toyo Setal HDT | 1.882 | – |
| | **10.959** | **8.397** |
| **Valores a faturar** | | |
| Petrobrás - Consórcio SPS - TECAB (i) | 4.521 | 4.521 |
| Petrobrás - Utilidades do COMPERJ | 6.137 | 2.664 |
| Eneva - Parnaíba VI | 30.152 | 864 |
| Terna - Consórcio Construtor Linha Verde | 5.813 | – |
| Petrobrás - Consórcio Toyo Setal HDT | 50.048 | – |
| | **96.671** | **8.049** |
| **Total circulante** | **107.630** | **16.446** |
| **Não circulante** | | |
| Consórcio Montador Belo Monte - UHE Belo Monte (ii) | 16.142 | 16.142 |
| | **16.142** | **16.142** |
| | **123.772** | **32.588** |

(i) Conforme ata referente a 51ª Reunião de Negociação - Petrobrás e CSPS - Negociação de Valores das SMPs - Contrato nº. 0802.0073705.12.2, os valores em questão encontram-se aprovados pela Comissão designada pelo cliente. (ii) Foi celebrado em Escritura Pública de Acordo que eventuais valores, reconhecidos ou não, na data-base de 31/12/2017, em consequência do distrato do contrato entre a Norte Energia S.A. e o Consórcio Montador Belo Monte estão sendo discutidos e tratados no Tribunal Arbitral da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional. **5. Estoques:** Em 31/12/2022 o saldo em estoques da TSE era de R$ 12.453 relativos a materiais em fase de industrialização em terceiros e cuja destinação será a revenda aos seus clientes em sua totalidade. Os valores de estoque da TSE são avaliados pelo valor justo. A TSE não possui estoque físico em suas dependências e os estoques adquiridos são sempre específicos e integralmente consumidos nos projetos.

| **6. Adiantamentos a fornecedores:** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Toyo Setal Empreendimentos | 26.977 | 241 |
| Consórcio SPS | 27 | – |
| Consórcio Construtor Linha Verde | 466 | – |
| Consórcio Toyo Setal HDT Paulínia | 3.156 | 27 |
| | **30.625** | **268** |

**7. Partes relacionadas:**

| Ativo Circulante | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Estaleiros do Brasil Ltda | 191.116 | 109.978 |
| | **191.116** | **109.978** |
| **Passivo Circulante** | | |
| SOG Óleo e Gás S.A. | 67 | 67 |
| Estaleiros do Brasil Ltda | – | 9.693 |
| Toyo Engineering Corporation | 1.724 | 1.380 |
| | **1.791** | **11.140** |

A TSE possui duas linhas distintas de mútuo com a coligada Estaleiros do Brasil Ltda. ("EBR"), que compreendem: a) contrato de mútuo celebrado com o TSE em março de 2014 para atender diversas operações ligadas ao objeto social do EBR. O saldo em 31/12/2022 montou a R$ 183.713 (2021 - R$ 108.495). b) despesas operacionais compartilhadas entre o EBR e a TSE. Em saldo em 31/12/2022 era de R$7.403 (2021 - R$ 1.483).

| Receitas de serviços | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Toyo Engineering Corporation | 34.563 | 223 |
| | **34.563** | **223** |
| **Outras (Despesas) / Receitas** | | |
| Outras despesas - Toyo Engineering Corporation | (441) | – |
| Ajuste de juros mútuo TSE e EBR | 248 | – |
| Despesas operacionais compartilhadas EBR - Adm | 13.945 | 8.863 |
| Custos compartilhados EBR - P74 | – | 8 |
| Custos compartilhados EBR - MV31 | 8 | 6 |
| Custos compartilhados EBR - Mero 2 | 203 | 527 |
| Custos compartilhados EBR - MV32 | 87 | 724 |
| Custos compartilhados EBR - NOV AT WT | 609 | 76 |
| Custos compartilhados EBR - NOV AT TEG | 108 | – |
| Custos compartilhados EBR - SBM Mero 4 | 145 | – |
| Custos compartilhados EBR - P79 | 800 | – |
| Custos compartilhados EBR - NOV AG SW | 11 | – |
| Custos compartilhados EBR - NOV AG TEG | 4 | – |
| Custos compartilhados EBR - MODEC BMC 33 | 191 | – |
| | **15.918** | **10.204** |

| **8. Tributos a recuperar:** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| PIS e COFINS | 3.847 | 5.622 |
| Imposto de Renda Retido da Fonte (IRRF) | 585 | 830 |
| Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) | 1.519 | 344 |
| IR e CSLL | 1.068 | 7.755 |
| Imposto sobre Serviços (ISS) | 225 | 5.278 |
| INSS a recuperar | 9 | 3.598 |
| Outros impostos | 22 | 1 |
| | **7.277** | **23.428** |

**9. Bloqueios judiciais e contingências: Banco Santos:** Em dezembro de 2020 foi instaurado na 31ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital - SP, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - TJSP, processo cuja natureza visava a desconsideração da Personalidade Jurídica, direta e inversa, para que seja reconhecido grupo econômico entre PEM, SETEC, SOG e reconhecimento de confusão patrimonial entre estas e a TSE. Além do reconhecimento de desvio de finalidade de empresas e confusão patrimonial entre seus patrimônios e de seus respectivos sócios, tal ação visa buscar a responsabilização de todos os 32 Requeridos (dentre eles a TSE, sua coligada EBR e controladora TSPI) pelo débito originalmente contraído pela SETEC, avalizado por PEM e Roberto Ribeiro de Mendonça. Neste cenário, foram deferidos diversos pedidos de bloqueio de bens e valores de todos os réus, entre eles a TSE, bem como decisões favoráveis para levantamentos de valores bloqueados, cuja monta em 31/12/2021 era de R$ 10.815. Ao longo de 2022, todos os bloqueios foram levantados em troca de seguros garantidas emitidos por seguradoras de mercado, de forma que no exercício findo de 31/12/2022 inexistem saldos bloqueados referentes a esta ação. O valor total do processo - atualizado até fevereiro de 2022 - é de R$ 231.950.906,70 (duzentos e trinta e um milhões, novecentos e cinquenta mil, novecentos e seis reais e setenta centavos), segundo o cálculo apresentado pela autora (Massa Falida do Banco Santos), cálculo esse impugnado fundamentadamente pelos réus, levando a crer que, caso haja alguma condenação às partes, o valor será substancialmente mais baixo. Para referência, o valor histórico do montante cobrado é de R$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) em 2004. Na avaliação dos advogados a probabilidade de perda deste processo é possível. Entretanto, a chance de haver condenação no valor integral pleiteado é remota, sobretudo em razão de incongruências apontadas em impugnações específicas realizadas pelos Requeridos (apoiadas em laudos técnicos), pendentes de análise em primeiro grau. Assim, há alta probabilidade de ser determinada perícia contábil para apuração do valor de eventual condenação, com substancial minoração. Soma-se a isso o fato de este incidente tramitar contra 32 pessoas (físicas e jurídicas), de forma que uma eventual condenação para pagamento poderá, a depender da decisão judicial, ser dividida solidariamente entre aqueles que forem efetivamente condenados. **Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica - IDPJ:** O IDPJ foi proposto pela União Federal em face da TSE, e de sua coligada EBR, em busca do reconhecimento da responsabilidade das empresas por débitos tributários de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ"), Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), e Contribuição Social sobre Lucro Líquido ("CSLL"), exigidos da empresa SOG Óleo e Gás ("SOG") nos autos da Execução Fiscal. Em razão de pedido de tutela formulado pela Fazenda Nacional, foram determinados bloqueios judiciais que montam em 31/12/2022 o valor de R$ 50.003. Foi apresentada Impugnação ao IDPJ demonstrando a impossibilidade de atribuição de responsabilidade pelos débitos tributários de IRPJ, IRRF e CSLL à TSE e ao EBR em razão da inexistência de confusão patrimonial e desvio de finalidade, na medida em que as referidas empresas foram criadas no âmbito de uma joint venture formada pela Toyo Japão e pela SOG. Ademais, foram apresentadas petições indicando a impossibilidade de exigência da multa qualificada prevista no artigo 44 da Lei nº 9.430/1996, na medida em que a SOG já efetuou o pagamento de multa punitiva no acordo de delação premiada firmado com o Ministério Público Federal, homologado pela 13ª Vara Federal de Curitiba e pedindo a extinção do IDPJ em razão da nulidade das certidões de dívida ativa, conforme entendimento do STJ em recursos repetitivos firmado no julgamento do REsp nº 1.045.472, em razão de erro na fundamentação legal das certidões em dívida ativa. O Agravo de Instrumento foi interposto por TSE e EBR em busca da reforma da decisão proferida no IDPJ que determinou o bloqueio de ativos financeiros da TSE e do EBR. Da mesma forma, no Agravo de Instrumento foi demonstrada a inexistência de confusão patrimonial e desvio de finalidade, na medida em que as referidas empresas foram criadas no âmbito de uma joint venture (TSPI) formada pela Toyo Engineering e pela SOG. Aguarda-se a análise do pedido de tutela pela Desembargadora Relatora. O valor em discussão atualizado até 21/12/2022 é de R$ 281.276.514,19 e na avaliação dos advogados a probabilidade de perda deste processo é possível. Cumpre ressaltar que o valor acima estabelecido apresenta evidente falta de liquidez e incerteza em decorrência da determinação judicial da 13ª Vara Federal de Curitiba, além do entendimento do STJ firmado pela Primeira Seção, sob o rito dos recursos repetitivos, no julgamento do Recurso Especial nº 1.045.472, no sentido de que a necessidade de alteração de fundamento legal da autuação requer a revisão do lançamento e, portanto, a nulidade da certidão em dívida ativa.

**10. Operações com consórcios:**

| Créditos a receber | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Consórcio SPS | 44.653 | 39.042 |
| Consórcio Montador Belo Monte | (2.465) | (3.046) |
| Consórcio Linha Verde | 1.962 | – |
| Consórcio HDT | 36.452 | – |
| | **80.602** | **35.996** |
| **Débitos a pagar** | | |
| Consórcio SPS | (38.860) | (38.702) |
| Consórcio Montador Belo Monte | 1.212 | 5.434 |
| Consórcio Linha Verde | (1.954) | – |
| Consórcio HDT | (36.489) | – |
| | **(76.091)** | **(33.268)** |
| **Resultado das operações** | | |
| Receita operacional líquida | 91.974 | – |
| Custo dos serviços prestados e revenda | (97.896) | (543) |
| Prejuízo bruto | (5.922) | (543) |
| Despesas financeiras | (2.337) | (36) |
| Receitas financeiras | 152 | 5 |
| Prejuízo operacional | (8.107) | (574) |

**11. Imobilizado:**

| Custo | 2021 | Adições | 2022 |
|---|---|---|---|
| Veículos | 110 | 1.138 | 1.248 |
| Máquinas e Equipamentos | 2.525 | 1.349 | 3.874 |
| Móveis e Utensílios | 837 | 391 | 1.228 |
| Equipamentos de Informática | 4.205 | 3.075 | 7.277 |
| Outras Instalações de Campo | 184 | 1.887 | 2.071 |
| Benfeitorias em prédios de terceiros | – | 1.600 | 1.600 |
| Ativo Direito de Uso | 1.888 | – | 1.888 |
| **Total do Custo** | **9.749** | **9.440** | **19.186** |
| **Depreciação** | **2021** | **Depreciação** | **2022** |
| Veículos | (58) | (110) | (166) |
| Máquinas e Equipamentos | (2.195) | (53) | (2.248) |
| Móveis e Utensílios | (678) | (43) | (720) |
| Equipamentos de Informática | (2.874) | (658) | (3.533) |
| Outras Instalações de Campo | (183) | (63) | (245) |
| Benfeitorias em prédios de terceiros | – | (89) | (89) |
| Ativo Direito de Uso | (917) | (110) | (1.027) |
| **Total da Depreciação** | **(6.905)** | **(1.126)** | **(8.028)** |
| **Saldo líquido** | **2.844** | **8.314** | **11.158** |

As taxas médias anuais de depreciação para os ativos imobilizados são as mesmas para 2022 e 2021, como seguem: veículos: 20%; móveis e utensílios: 10%; equipamentos de informática: 20%; máquinas e ferramentas: 10%; outras instalações de campo: 10%. Na avaliação de recuperabilidade de seus ativos imobilizados, conforme descrito na Nota 2.2 - h, o Grupo prioriza o emprego do valor em uso dos ativos a partir de projeções que consideram: (i) a vida útil estimada do ativo e (ii) premissas e orçamentos aprovados pela Administração, em razão das características dos negócios

**12. Intangível:**

| Custo | 2021 | Adições | 2022 |
|---|---|---|---|
| Software e licença de Uso | 6.963 | 50 | 7.013 |
| Software e licença de Uso - Em andamento | 669 | – | 669 |
| | **7.632** | **50** | **7.682** |
| **Amortização** | **2021** | **Amortização** | **2022** |
| Software e licença de Uso | (6.508) | (68) | (6.576) |
| **Saldo líquido** | **1.124** | **(18)** | **1.106** |

A taxa média anual de amortização para softwares e licença de uso de software é a mesma para 2022 e 2021: 20%.

**13. Financiamentos:**

| Banco | Tipo | Prazo | Taxa | Principal | Juros | 2022 | 2021 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Banco do Brasil S.A. | ACC | 16/06/23 | 6,55% a.a. | 31.050 | 1.349 | 32.399 | – |
| Banco ABC S.A. | Capital de Giro | 03/11/23 | 3,00% a.a. + CDI | 10.000 | 101 | 10.101 | – |
| Banco do Brasil S.A. | Projeto HDT | 25/07/25 | 4,81% a.a. + CDI | 4.500 | 63 | 4.563 | – |
| | | | | | | **47.063** | **–** |
| | | | | | Circulante | 42.500 | – |
| | | | | | Não Circulante | 4.563 | – |
| | | | | | | **47.063** | **–** |

**14. Fornecedores**

| Circulante | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Toyo Setal Empreendimentos | 27.084 | 2.560 |
| Consórcio SPS | 562 | 565 |
| Consórcio Construtor Linha Verde | 4.807 | 138 |
| Consórcio Montador Belo Monte | 294 | 59 |
| Consórcio HDT | 4.070 | – |
| | **36.816** | **3.322** |

| **15. Obrigações trabalhistas:** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Salários e Pró-labore a pagar | 4.208 | 1.508 |
| FGTS | 912 | 345 |
| INSS | 1.517 | 414 |
| Provisão de Férias e Encargos Sociais | 8.571 | 5.080 |
| Provisão para desmobilizações | 242 | 5.245 |
| Outros | 2.577 | 1.361 |
| | **18.027** | **13.953** |
| Toyo Setal Empreendimentos | 13.959 | 13.645 |
| Consórcio SPS | 2 | 14 |
| Consórcio Construtor Linha Verde | 2.202 | 5 |
| Consórcio Montador Belo Monte | 287 | 289 |
| Consórcio HDT | 1.577 | – |
| | **18.027** | **13.953** |

**16. Tributos a recolher:**

| Circulante | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| PIS e COFINS | 2.292 | 381 |
| Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) | 220 | 13 |
| Retenções na Fonte | 799 | 71 |
| Imposto s/ Operações Financeiras (IOF) | 277 | 178 |
| Imposto sobre Serviços (ISS) | 659 | 4.056 |
| IRPJ e CSLL | 4.554 | 6.901 |
| Prov. ICMS Transf Crédito Decreto 42543/2010 | 617 | 302 |
| CPRB | 2.072 | 1.855 |
| Outros impostos e contribuições a recolher | – | 9 |
| Parcelamento de impostos (CCLV) | 236 | – |
| | **11.724** | **13.766** |
| **Não Circulante** | **2022** | **2021** |
| Parcelamento de impostos (CCLV) | 902 | – |
| | **902** | **–** |
| | **12.626** | **13.766** |
| Toyo Setal Empreendimentos | 3.237 | 13.424 |
| Consórcio SPS | 32 | (11) |
| Consórcio Montador Belo Monte | 9 | 353 |
| Consórcio Construtor Linha Verde | 4.668 | – |
| CTSHDT | 4.680 | – |
| | **12.626** | **13.766** |

**17. Adiantamento de clientes:**

| Circulante | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Toyo Setal Empreendimentos | 150.017 | 16.130 |
| Consórcio Construtor Linha Verde | 3.827 | – |
| Consórcio HDT | 902 | – |
| | **160.673** | **16.130** |
| **Não circulante** | **2022** | **2021** |
| Clientes Consórcio Montador Belo Monte | 16.147 | 16.147 |

**18. Provisões:**

| Circulante | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Provisão de custos incorridos | 23.863 | – |
| Provisão para desmobilizações | 2.553 | – |
| | **26.417** | **–** |
| **Não circulante** | **2022** | **2021** |
| Provisões para desmobilizações | 7.745 | – |
| Provisões para contingências tributárias | 1.300 | 5.567 |
| Provisões para contingências trabalhistas | 1.370 | 945 |
| | **10.414** | **6.512** |
| Toyo Setal Empreendimentos | 26.759 | 5.655 |
| Consórcio SPS | 413 | 301 |
| Consórcio Belo Monte | 556 | 556 |
| Consórcio HDT | 1.883 | – |
| Consórcio Construtor Linha Verde | 7.221 | – |
| | **36.831** | **6.512** |

**19. Arrendamentos:** A TSE identifica os ativos de seus contratos de arrendamentos e, quando aplicável, reconhece os direitos de uso relativos aos arrendamentos no ativo imobilizado - Direitos de Uso - em contrapartida aos Arrendamentos no passivo circulante e não circulante de acordo com o pronunciamento contábil CPC 06(R2) - Arrendamentos. Em 31/12/2022, os contratos de arrendamentos são todos de curto prazo, e o saldo reconhecido no passivo circulante é de R$ 861 (2021- R$ 972). **20. Capital social:** O capital social em 31/12/2022 é de R$ 38.904.966,00 (R$ 38.904.966,00 em 2021), representado por 38.904.966,00 quotas no valor nominal unitário de R$1 (um real) cada uma, distribuídas conforme segue:

| | Quotas | % |
|---|---|---|
| TS Participações e Investimentos S.A. | 38.904.965 | 99,99 |
| Estaleiros do Brasil Ltda. | 1 | 0,01 |
| | **38.904.966** | **100,00** |

**21. Receita operacional líquida:**

| Receita Bruta | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Receita de Prestação de Serviços | 336.355 | 130.012 |
| Receita de Revenda | 5.909 | 6.253 |
| Receita de Exportação de Serviços | 36.379 | 329 |
| Receita de Exportação de Materiais | 9.508 | 639 |
| | **388.151** | **137.233** |
| **Deduções de receita - Impostos** | | |
| ISS | (12.772) | (1.997) |
| PIS | (828) | (983) |
| COFINS | (3.817) | (4.535) |
| CPRB | (12.955) | (6.132) |
| | **(30.371)** | **(13.647)** |
| Receita Líquida | **357.779** | **123.586** |
| Obra UGH | – | 2.206 |
| Consórcio SPS | – | 251 |
| PCPL Deepak | 44.007 | 639 |
| Utilidades do COMPERJ | 41.423 | 119.337 |
| Toyo Japão / MV32 | – | 223 |
| Parnaíba VI | 107.325 | 826 |
| Consorcio HDT Paulínia | 49.524 | – |
| Barcarena | 72.987 | – |
| Consorcio CCLV Linha | 42.450 | – |
| Outros Projetos | 63 | 104 |
| | **357.779** | **123.586** |

| **22. Custos:** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Custos com material | (39.986) | (6.775) |
| Custo dos produtos revendidos | (23.128) | (3.270) |
| Custos com pessoal, encargos e benefícios | (94.348) | (44.432) |
| Custos com serviços de terceiros | (119.438) | (23.104) |
| Custos com alugueis | (10.631) | (1.725) |
| Depreciação e amortização | (375) | (101) |
| Custos recuperados - EBR | 2.166 | 1.698 |
| Outros custos | (15.794) | (1.054) |
| | **(301.534)** | **(78.763)** |
| Obra UGH | – | 1 |
| Consórcio SPS | (376) | (167) |
| Consórcio Belo Monte | (595) | (301) |
| PCPL Deepak | (562) | (315) |
| Toyo Japão | – | (286) |
| Utilidades do COMPERJ | (39.362) | (76.800) |
| Parnaíba VI | (95.255) | (752) |
| CCLV | (50.495) | (143) |
| Consórcio HDT Paulínia | (44.618) | – |
| Barcarena | (66.701) | – |
| Outros Projetos | (3.570) | – |
| | **(301.534)** | **(78.763)** |

| **23. Despesas Administrativas:** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Despesas com pessoal, encargos e benefícios | (33.098) | (24.889) |
| Despesas com serviços de terceiros | (16.720) | (13.496) |
| Despesas com alugueis e utilidades | (52) | (144) |
| Despesas com viagem e locomoção | (1.426) | (312) |
| Despesas de depreciação e amortização | (733) | (543) |
| Recuperação de despesas - EBR | 13.945 | 8.761 |
| Outras despesas e receitas comerciais e administrativas | (2.502) | (1.076) |
| | **(40.586)** | **(31.699)** |

**24. Resultado Financeiro:**

| Receitas financeiras | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Juros s/ empréstimos mútuos | (248) | – |
| Descontos obtidos | 30 | 3 |
| Rendas pré-fixadas s/ aplicações | 3.016 | 457 |
| Rendimentos financeiros | 3.120 | – |
| Receitas financeiras - Consórcio SPS | 6 | 3 |
| Receitas financeiras - Consórcio Belo Monte | 8 | 3 |
| Receitas financeiras - Consórcio Linha Verde | 50 | – |
| Receitas financeiras - Consórcio HDT | 104 | – |
| PIS e COFINS s/ Receitas Financeiras | (151) | 15 |
| | **5.933** | **481** |
| Variação cambial ativa | 327 | 49 |
| | **6.260** | **530** |
| **Despesas financeiras** | **2022** | **2021** |
| Juros s/ empréstimos obtidos | (1.385) | (549) |
| Multa s/ atraso pagamento | (1.361) | (93) |
| Descontos obtidos | – | (151) |
| Tarifas bancárias - IOF | (237) | (182) |
| Instrumentos derivativos - Hedge | 563 | – |
| Comissões e fianças bancárias | (4.067) | – |
| Despesas financeiras - CCLV | (369) | – |
| Despesas financeiras - Consórcio Belo Monte | (248) | (36) |
| Despesas financeiras - Consórcio HDT Paulínia | (24) | – |
| | **(7.128)** | **(1.011)** |
| Variação cambial passiva | (607) | (313) |
| | **(7.735)** | **(1.324)** |
| **Resultado financeiro, líquido** | **(1.475)** | **(794)** |

**25. Imposto de renda e contribuição social:** A reconciliação ao resultado efetivo da alíquota nominal para os exercícios findos em 31/12/2022 é conforme segue:

| | 2022 |
|---|---|
| Lucro (Prejuízo) contábil antes do IRPJ e CSLL | 14.244 |
| (+) Adições definitivas | 46 |
| (+) Adições temporárias | 6.548 |
| (-) Exclusões definitivas | (3.120) |
| (-) Exclusões temporárias | (3.339) |
| **Lucro ajustado pela legislação fiscal** | **14.379** |
| Compensação Prejuízo Fiscal | (674) |
| **Lucro base para tributação** | **13.705** |
| **Tributação corrente** | |
| IRPJ - 15% | 2.056 |
| IRPJ - 10% | 1.347 |
| CSLL - 9% | 1.233 |
| | **4.636** |
| (B) PAT - Programa Alimentação trabalhador | (82) |
| **IRPJ e CSLL corrente** | **4.554** |
| **Impostos diferidos (s/ adições e exclusões temporárias)** | |
| IRPJ | (1.009) |
| CSLL | (372) |
| | **(1.381)** |

**26. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela TSE restringem-se às aplicações financeiras de curto prazo e operações de hedge, em condições normais de mercado, estando reconhecidos nas demonstrações contábeis pelos critérios descritos na nota 3. Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, à rentabilidade e à minimização de riscos. Os principais instrumentos financeiros ativos em 31/12/2022 e 2021 são Caixa, bancos, aplicações financeiras e operações de hedge (NDFs - *Non Deliverable Forward* ou contratos a termo de moedas). Risco de crédito: A TSE somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de classificação, de forma a se resguardar do risco de crédito associado com as aplicações financeiras. A política de gerenciamento de riscos implica manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a TSE possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata. Gestão de risco de capital: Os objetivos da TSE ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital. Operações com instrumentos derivativos: As operações com instrumentos derivativos contratadas pela TSE em 2022 são exclusivas de NDFs *Non Deliverable Forward* - contrato a termo de moedas, visando a proteção cambial de linhas de endividamento do Consórcio Toyo Setal HDT Paulínia em 2022. Em 31/12/2022 a TSE não possui qualquer operação de instrumentos derivativos de caráter especulativo. **27. Remuneração do pessoal - chave da administração:** O pessoal-chave da administração é composto pelos diretores. Em 31/12/2022 a remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração por serviços empregados montar R$ 4.682 (R$ 2.255 - 2021) e está apresentada na demonstração do resultado na rubrica "Despesas gerais e administrativas". **28. Seguros (Não auditado):** O Grupo possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31/12/2022, a TSE apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

| Bens segurados | Riscos Cobertos | Montante da cobertura |
|---|---|---|
| Responsabilidade Civil Geral | Operação | R$ 3.000 |
| Responsabilidade Civil Ambiental | Poluição Ambiental, Transporte de Cargas, Descarte de Resíduos e Gerenciamento de Crise | R$ 5.000 |
| Responsabilidade Civil Profissional (TSE) | Bloqueio e indisponibilidade de bens/danos morais e outros | R$ 5.000 |

**29. Eventos subsequentes:** Não existiram eventos subsequentes que afetam as operações.

**Diretoria**

**Willians L. Franklin da Rocha**
**Contador - CRC/RJ 092631/O-3**

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis**

Aos Srs. Diretores e Quotistas da
**TOYO SETAL EMPREENDIMENTOS LTDA.** São Paulo - SP.

**Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Toyo Setal Empreendimentos Ltda.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Toyo Setal Empreendimentos Ltda.**, em 31/12/2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião sem ressalva sobre as demonstrações contábeis. **Parágrafos de Ênfase: Adiantamento de Clientes - Consórcio Montador Belo Monte:** Durante o exercício de 2017, a Norte Energia depositou ao Consórcio a título de adiantamento o montante de R$ 40.355. Desse montante R$ 14.737 refere-se à transferência de controle do ativo imobilizado devidamente relacionados pelo Consórcio e conferido pela Norte Energia, e R$ 25.618 foi considerado como ressarcimento (recuperação de custos) de diversos gastos que não haviam sido imobilizados, dentre eles: alojamentos, refeitório, escritório administrativo, ambulatório, almoxarifado entre outros. No entanto, da baixa de ativos imobilizados registrados, o Consórcio não emitiu a nota mercantil, e dos demais gastos registrados como custo do projeto não foi emitido a nota de débito. Dessa forma, o valor total de R$ 40.355, está registrado no passivo como "adiantamento de clientes" e no ativo como "outras contas a receber" nas demonstrações contábeis do Consórcio Montador Belo Monte. A Toyo Setal tem registrado sua participação nas mesmas contas com saldos de R$ 16.147 e R$ 16.142 em 31/12/2022. O desfecho deste assunto, também, está sendo discutido no processo arbitral da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional. **Distrato Contratual - Continuidade Operacional Consórcio : Montador Belo Monte:** Foi celebrado o Memorando de Entendimentos, datado em 31/07/2017, entre o Consórcio Montador Belo Monte e a Norte Energia S.A. e suportado pela Escritura Pública de Acordo, datado em 15/08/2017, o distrato do contrato para a prestação de serviços de montagem eletromecânica dos equipamentos e sistemas eletromecânicos e apoio ao comissionamento da Usina Hidrelétrica Belo Monte por preço global e prazo determinado. No cronograma do referido contrato, previa a montagem de 18 turbinas durante o período de fevereiro de 2014 a fevereiro de 2019. No entanto, foram concluídas 9 turbinas até o momento do distrato contratual. Eventuais valores, previstos ou não, contratualmente, podem não estar reconhecidos contabilmente em 31/12/2022. Uma vez que, as consequências financeiras proporcionadas pelo distrato estão sendo discutidas no Tribunal Arbitral da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional, conforme Escritura Pública de Acordo. Apesar do distrato contratual descrito acima, as demonstrações contábeis apresentadas estão fundamentadas no pressuposto de continuidade (*going concern assumption*) conforme Pronunciamento Conceitual Básico (R1): Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Outros Assuntos:** Auditoria do período atual: **Consórcio Montador Belo Monte:** As demonstrações contábeis do Consórcio Montador Belo Monte para o exercício findo em 31/12/2022 foram examinadas por outros auditores independentes com emissão de relatório sem modificação em 28/03/2023 contendo as ênfases referentes à adiantamento de clientes e distrato contratual. Auditoria do período atual: **Consórcio Construtor Linha Verde:** As demonstrações contábeis do Consórcio Construtor Linha Verde para o exercício findo em 31/12/2022 foram examinadas por outros auditores independentes com emissão de relatório sem modificação em 24/03/2023. Auditoria do período atual: **Consórcio Toyo Setal HDT Paulínia:** As demonstrações contábeis do Consórcio Toyo Setal HDT Paulínia para o exercício findo em 31/12/2022 foram examinadas por outros auditores independentes com emissão de relatório sem modificação em 31/03/2023. **Outras Informações que acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor:** A Administração é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 05 de abril de 2023.

**Irmãoscampos & Cerboncini Auditores Associados**
**CRC 2SP 013.900/O-8**
**Fábio Cerboncini - Sócio Contador**
**CRC 1 SP 079.347/O-3**

# CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS "DR. JOAO AMORIM" - CEJAM

CNPJ 66.518.267/0001-83

**BALANÇO PATRIMONIAL**

**BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (em Reais)**

| | | ATIVIDADES DE SAÚDE | | | | ATIVIDADES DE SAÚDE | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **NOTAS** | **GESTÃO PÚBLICA** | **GESTÃO PRÓPRIA** | **PROMOÇÃO EM SAÚDE** | **2022** | **GESTÃO PÚBLICA** | **GESTÃO PRÓPRIA** | **PROMOÇÃO EM SAÚDE** | **2021** |
| **ATIVO** | | | | | | | | | |
| **ATIVO CIRCULANTE** | | | | | | | | | |
| Caixa e Equivalente de Caixa | (4) | 164.247.704,11 | 1.526.586,62 | 43.797.299,40 | 209.571.590,13 | 108.749.170,25 | 1.467.838,59 | 29.924.204,13 | 140.141.212,97 |
| Adiantamentos a Fornecedores | | 1.375.009,82 | 1.900,00 | 42.865,39 | 1.419.775,21 | 428.076,11 | 17.570,32 | 2.899,33 | 448.545,76 |
| Adiantamentos a Empregados | (5) | 9.325.806,12 | 36.683,67 | 78.073,95 | 9.440.563,74 | 7.458.513,06 | 17.083,83 | 16.181,74 | 7.491.778,63 |
| Adiantamentos para Despesas | | 21.967,90 | 4.871,83 | - | 26.839,73 | 19.040,48 | 1.058,99 | - | 20.099,47 |
| Impostos Recuperáveis | | 83.026,51 | - | 110.071,65 | 193.098,16 | 418.565,81 | 7.941,97 | 428.792,44 | 855.300,22 |
| Créditos com Contr. de Gestão e Convênios | (6) | 169.959.202,78 | - | - | 169.959.202,78 | 182.146.377,75 | - | - | 182.146.377,75 |
| Outros Créditos | (7) | 852.005,49 | 493.465,46 | 8.564.119,02 | 9.909.589,97 | 632.277,76 | 269.457,67 | 1.455.835,14 | 2.357.570,57 |
| Estoques | (8) | 22.695.931,51 | 31.815,86 | 19.085,16 | 22.746.832,53 | 17.674.409,04 | 28.020,81 | - | 17.702.429,85 |
| Reservas para Contingências | (9) | 28.091.729,09 | - | - | 28.091.729,09 | 25.913.386,92 | - | - | 25.913.386,92 |
| Despesas Antecipadas | | 808.216,86 | 4.317,53 | 24.934,86 | 837.469,25 | 568.897,50 | 3.866,96 | 13.931,07 | 586.695,53 |
| | | **397.460.600,19** | **2.099.640,97** | **52.636.449,43** | **452.196.690,59** | **344.008.714,68** | **1.812.839,14** | **31.841.843,85** | **377.663.397,67** |
| **ATIVO NÃO-CIRCULANTE** | | | | | | | | | |
| Realizável a Longo Prazo | (7) | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Imobilizado | (10) | 64.729.347,58 | 4.270.883,69 | 1.673.870,53 | 70.674.101,80 | 60.871.676,11 | 4.140.050,85 | 1.589.155,61 | 66.600.882,57 |
| Intangível | (11) | 984.817,36 | 81.183,33 | 18.854,09 | 1.084.854,78 | 1.119.119,70 | 7.181,08 | 38.106,09 | 1.164.406,87 |
| | | **65.714.164,94** | **4.352.067,02** | **1.692.724,62** | **71.758.956,58** | **61.990.795,81** | **4.147.231,93** | **1.627.261,70** | **67.765.289,44** |
| **TOTAL DO ATIVO** | | **463.174.765,13** | **6.451.707,99** | **54.329.174,05** | **523.955.647,17** | **405.999.510,49** | **5.960.071,07** | **33.469.105,55** | **445.428.687,11** |
| **PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | | | | | | | | |
| **PASSIVO CIRCULANTE** | | | | | | | | | |
| Fornecedores | | 63.143.970,72 | 293.562,87 | 472.563,28 | 63.910.096,87 | 54.789.948,68 | 164.286,82 | 1.388.509,77 | 56.342.745,27 |
| Obrigações Trabalhistas | (12) | 71.025.141,20 | 114.709,47 | 457.220,58 | 71.597.071,25 | 63.859.603,86 | 92.056,47 | 331.918,35 | 64.283.578,68 |
| Obrigações Sociais e Fiscais | | 51.275.475,38 | 115.302,68 | 589.170,80 | 51.979.948,86 | 35.324.449,73 | 59.446,67 | 305.219,67 | 35.689.116,07 |
| Empréstimos Bancários | (13) | 2.123.500,01 | - | - | 2.123.500,01 | - | - | 302.738,37 | 302.738,37 |
| Contas a Pagar | (14) | 24.570.220,25 | 803.111,58 | 433.523,94 | 25.806.855,77 | 22.968.781,52 | 199.646,43 | 504.781,69 | 23.673.209,64 |
| Provisões para Férias e Encargos | | 123.758.881,19 | 171.273,76 | 928.723,40 | 124.858.878,35 | 112.864.358,76 | 156.484,40 | 765.675,88 | 113.786.519,04 |
| Provisões para Contingências | (15) | - | - | - | - | 5.025.831,95 | - | - | 5.025.831,95 |
| | | **335.897.188,75** | **1.497.960,36** | **2.881.202,00** | **340.276.351,11** | **294.832.974,50** | **671.920,79** | **3.598.843,73** | **299.103.739,02** |
| **PASSIVO NÃO-CIRCULANTE** | | | | | | | | | |
| Empréstimos e Financiamentos | | 185.250,01 | - | - | 185.250,01 | - | - | - | - |
| Provisões para Contingências | (15) | 13.363.404,87 | - | 284.115,90 | 13.647.520,77 | 4.946.231,93 | - | 284.115,90 | 5.230.347,83 |
| Contas a Pagar | (14) | 1.553.927,77 | - | - | 1.553.927,77 | 52.384,33 | - | - | 52.384,33 |
| Recursos Governamentais a Realizar | | 5.283.848,13 | - | - | 5.283.848,13 | 2.441.665,96 | - | - | 2.441.665,96 |
| Bens Públicos em nosso poder | (16) | 65.696.283,43 | - | - | 65.696.283,43 | 61.985.953,15 | - | - | 61.985.953,15 |
| | | **86.082.714,21** | **-** | **284.115,90** | **86.366.830,11** | **69.426.235,37** | **-** | **284.115,90** | **69.710.351,27** |
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | | | | | | | | |
| Patrimônio Social | | 41.740.300,62 | 5.288.150,28 | 29.586.145,92 | 76.614.596,82 | 63.184.205,93 | 5.826.863,19 | 26.435.263,88 | 95.446.333,00 |
| Superávit / (Déficit) do Exercício | (32) | (1.006.681,89) | (334.402,65) | 22.038.953,67 | 20.697.869,13 | (8.781.220,83) | (538.981,71) | 3.150.882,04 | (6.169.320,50) |
| Dotação Inicial | | - | - | - | - | (12.662.415,68) | - | - | (12.662.415,68) |
| Transferências Patrimoniais | | 461.243,44 | - | (461.243,44) | - | (268,80) | 268,80 | - | - |
| | | 41.194.862,17 | 4.953.747,63 | 51.163.856,15 | 97.312.465,95 | 41.740.300,62 | 5.288.150,28 | 29.586.145,92 | 76.614.596,82 |
| **TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | **463.174.765,13** | **6.451.707,99** | **54.329.174,05** | **523.955.647,17** | **405.999.510,49** | **5.960.071,07** | **33.469.105,55** | **445.428.687,11** |

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (em Reais)**

| | | ATIVIDADES DE SAÚDE | | | | ATIVIDADES DE SAÚDE | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **NOTAS** | **GESTÃO PÚBLICA** | **GESTÃO PRÓPRIA** | **PROMOÇÃO EM SAÚDE** | **2022** | **GESTÃO PÚBLICA** | **GESTÃO PRÓPRIA** | **PROMOÇÃO EM SAÚDE** | **2021** |
| **RECEITAS LÍQUIDAS** | **(17)** | **2.170.676.543,67** | **5.169.925,25** | **24.792.468,23** | **2.200.638.937,15** | **1.870.967.162,43** | **4.658.900,70** | **15.109.927,10** | **1.890.735.990,23** |
| Contratos de Gestão e Convênios | (18) | 2.185.877.099,09 | - | - | 2.185.877.099,09 | 1.876.224.859,59 | - | - | 1.876.224.859,59 |
| Serviços Próprios de Saúde | | - | 941.567,75 | - | 941.567,75 | - | 1.063.926,86 | - | 1.063.926,86 |
| Promoção Assistencial em Saúde | (26) | - | 4.228.357,50 | - | 4.228.357,50 | - | 3.594.973,84 | - | 3.594.973,84 |
| Recursos p/ Desenvolvimento da Promoção em Saúde | (27) | - | - | 24.792.468,23 | 24.792.468,23 | - | - | 15.109.927,10 | 15.109.927,10 |
| Realização de Bens Públicos em nosso poder | | 13.902.291,66 | - | - | 13.902.291,66 | 6.165.401,90 | - | - | 6.165.401,90 |
| (-) Repasse Destinado à Aquisições do Imobilizado | | (15.230.416,45) | - | - | (15.230.416,45) | (8.155.583,35) | - | - | (8.155.583,35) |
| (-) Readequação Financeira | | - | - | - | - | - | - | - | - |
| (-) Devolução de Recursos Públicos | | (6.800.013,81) | - | - | (6.800.013,81) | (3.241.740,22) | - | - | (3.241.740,22) |
| (-) Glosas sobre Contratos e Convênios | | (7.072.416,82) | - | - | (7.072.416,82) | (25.775,49) | - | - | (25.775,49) |
| **CUSTOS** | | **(2.092.843.705,17)** | **(8.256.770,73)** | **(19.606.655,49)** | **(2.120.707.131,39)** | **(1.831.380.269,40)** | **(6.883.610,09)** | **(12.258.562,40)** | **(1.850.522.441,89)** |
| Despesas com Pessoal | (20) | (1.444.928.220,33) | (2.452.800,70) | (12.634.964,34) | (1.460.015.985,37) | (1.205.955.253,26) | (1.783.918,94) | (8.398.511,00) | (1.216.137.683,20) |
| Serviços Terceirizados | (21) | (485.480.121,95) | (1.065.452,44) | (6.488.941,65) | (493.034.516,04) | (465.124.610,78) | (1.026.769,16) | (3.725.149,07) | (469.876.529,01) |
| Medicamentos e Materiais de Consumo | (22) | (162.435.362,89) | (510.160,09) | (482.749,50) | (163.428.272,48) | (160.300.405,36) | (477.948,15) | (134.902,33) | (160.913.255,84) |
| Assistência Gratuita Prestada em Saúde | (26) | - | (4.228.357,50) | - | (4.228.357,50) | - | (3.594.973,84) | - | (3.594.973,84) |
| Custo da Isenção Usufruída | (30) | (340.111.802,98) | (503.126,73) | (2.322.999,34) | (342.937.929,05) | (275.788.342,03) | (371.099,34) | (1.495.120,77) | (277.654.562,14) |
| (-) Isenção Usufruída | (30) | 340.111.802,98 | 503.126,73 | 2.322.999,34 | 342.937.929,05 | 275.788.342,03 | 371.099,34 | 1.495.120,77 | 277.654.562,14 |
| **(=) SUPERÁVIT / (DÉFICIT) BRUTO** | | **77.832.838,50** | **(3.086.845,48)** | **5.185.812,74** | **79.931.805,76** | **39.586.893,03** | **(2.224.709,39)** | **2.851.364,70** | **40.213.548,34** |
| **DESPESAS** | | **(114.944.380,68)** | **(919.298,48)** | **(4.650.773,11)** | **(120.514.452,27)** | **(72.489.911,06)** | **(809.145,73)** | **(3.485.424,86)** | **(76.784.481,65)** |
| Impostos, Taxas e Contribuições | | (1.629.218,08) | (3.173,75) | (172.844,87) | (1.805.236,70) | (3.090.536,51) | (3.768,96) | (176.404,86) | (3.270.710,33) |
| Despesas Gerais | (23) | (105.910.458,55) | (916.124,73) | (4.477.928,24) | (111.304.511,52) | (68.747.500,28) | (805.376,77) | (3.309.020,00) | (72.861.897,05) |
| Provisão para Devedores Duvidosos | | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Provisões para Contingências | | (7.404.704,05) | - | - | (7.404.704,05) | (651.874,27) | - | - | (651.874,27) |
| **OUTRAS (DESPESAS) E RECEITAS OPERACIONAIS** | | **20.478.695,50** | **3.672.828,42** | **17.954.882,65** | **42.106.406,57** | **15.358.848,16** | **2.497.707,86** | **2.793.076,63** | **20.649.632,65** |
| Despesas com Doações e Auxílios | | - | (34.019,04) | (15.179,60) | (49.198,64) | (46.241,96) | (140.805,54) | (7.832,80) | (194.880,30) |
| Receitas com Doações e Subvenções | | 7.682.007,59 | 105.577,10 | - | 7.787.584,69 | 12.396.875,44 | 306.226,41 | 9.105,31 | 12.712.207,16 |
| Outras Receitas | | 12.796.687,91 | 3.601.270,36 | 17.970.062,25 | 34.368.020,52 | 3.008.214,68 | 2.332.286,99 | 2.791.804,12 | 8.132.305,79 |
| **TRABALHO VOLUNTÁRIO** | | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| Receitas do Trabalho Voluntário | (2.e/24) | - | 146.592,27 | 78.308,07 | 224.900,34 | - | 45.652,00 | 60.107,76 | 105.759,76 |
| (-) Custos com Serviço Voluntário | (2.e/24) | - | (146.592,27) | (78.308,07) | (224.900,34) | - | (45.652,00) | (60.107,76) | (105.759,76) |
| **(=) RESULTADO ANTES DAS REC/DESP FINANCEIRAS** | | **(16.632.846,68)** | **(333.315,54)** | **18.489.922,28** | **1.523.760,06** | **(17.544.169,87)** | **(536.147,26)** | **2.159.016,47** | **(15.921.300,66)** |
| **RESULTADO FINANCEIRO** | **(19)** | **15.626.164,79** | **(1.087,11)** | **3.549.031,39** | **19.174.109,07** | **8.762.949,04** | **(2.834,45)** | **991.865,57** | **9.751.980,16** |
| Receitas Financeiras | | 17.039.521,89 | 18.553,22 | 3.622.331,95 | 20.680.407,06 | 9.332.722,82 | 14.567,00 | 1.161.841,70 | 10.509.131,52 |
| Despesas Financeiras | | (1.413.357,10) | (19.640,33) | (73.300,56) | (1.506.297,99) | (569.773,78) | (17.401,45) | (169.976,13) | (757.151,36) |
| **(=) SUPERÁVIT / (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO** | **(32)** | **(1.006.681,89)** | **(334.402,65)** | **22.038.953,67** | **20.697.869,13** | **(8.781.220,83)** | **(538.981,71)** | **3.150.882,04** | **(6.169.320,50)** |

**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (em Reais)**

| | **Patrimônio Social** | **Superávit / Déficit** | **Dotação Inicial** | **Total** |
|---|---|---|---|---|
| **Saldo em 31 de dezembro de 2020** | **26.928.393,96** | **73.128.914,92** | **(4.646.083,65)** | **95.411.225,23** |
| Incorporação do Superávit | 73.128.914,92 | (73.128.914,92) | - | - |
| Transferência Patrimonial | 35.107,77 | - | - | 35.107,77 |
| Dotação Inicial | (4.646.083,65) | - | (8.016.332,03) | (12.662.415,68) |
| Déficit do Exercício | - | (6.169.320,50) | - | (6.169.320,50) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2021** | **95.446.333,00** | **(6.169.320,50)** | **(12.662.415,68)** | **76.614.596,82** |
| Incorporação do Déficit | (6.169.320,50) | 6.169.320,50 | - | - |
| Dotação Inicial | (12.662.415,68) | - | 12.662.415,68 | - |
| Superávit do Exercício | - | 20.697.869,13 | - | 20.697.869,13 |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2022** | **76.614.596,82** | **20.697.869,13** | **-** | **97.312.465,95** |

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (em Reais)**

| | **2022** | **2021** |
|---|---|---|
| **ATIVIDADES OPERACIONAIS** | | |
| Déficit / Superávit do Exercício | 20.697.869,13 | (6.169.320,50) |
| Depreciação | 714.454,01 | 726.247,98 |
| Dotação Inicial | - | (12.662.415,68) |
| **(Aumento) Redução do Ativo** | | |
| Adiantamentos a Fornecedores | (971.229,45) | (297.203,27) |
| Adiantamentos a Empregados | (1.948.785,11) | (2.165.917,31) |
| Adiantamentos para Despesas | (6.740,26) | (4.067,12) |
| Impostos Recuperáveis | 662.202,06 | (839.326,90) |
| Créditos com Convênios | 12.187.174,97 | (77.548.409,63) |
| Outros Créditos | (9.730.361,57) | (916.315,62) |
| Estoques | (5.044.402,68) | (3.195.076,11) |
| Despesas Antecipadas | (250.773,72) | (115.810,98) |
| Realizável a Longo Prazo | - | 147.125,79 |
| **Aumento (Redução) do Passivo** | | |
| Fornecedores | 7.567.351,60 | 21.089.552,47 |
| Obrigações Trabalhistas | 7.311.004,31 | 17.086.941,55 |
| Obrigações Sociais e Fiscais | 16.290.832,79 | 1.192.474,00 |
| Provisões para Férias e Encargos | 11.072.359,31 | 36.735.689,65 |
| Provisão para Contingências | 3.391.340,99 | 2.323.237,14 |
| Recursos Governamentais a Realizar | 2.361.535,10 | (282.359,30) |
| Outras Obrigações | 4.118.324,90 | 6.654.275,83 |
| **Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais** | **68.422.156,38** | **(18.240.678,01)** |
| **ATIVIDADES DE INVESTIMENTO** | | |
| Aquisição de Imob/Intang. Perten. a Gestão Pública | (16.106.001,73) | (8.142.754,05) |
| Baixa de Imob/Intang. Perten. a Gestão Pública | 11.492,88 | (18.320,45) |
| Aquisição de Imob/Intang. Próprio | (1.032.103,29) | (538.438,21) |
| Baixa de Imob/Intang. Próprio | 34.303,62 | 128.557,58 |
| **Caixa Líquido Consumido ns Ativ. de Investimento** | **(17.092.308,52)** | **(8.570.955,13)** |
| **ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO** | | |
| Recebimento de Numerário para Aquis. de Imobilizado | 16.094.508,85 | 8.161.074,50 |
| Recebimento (Pagamento) de Empréstimos | 2.006.020,45 | 212.037,23 |
| Incorporação ao Patrimônio Líquido | - | 35.098,97 |
| **Caixa Líquido Consumido ns Ativ. de Financiamento** | **18.100.529,30** | **8.408.210,70** |
| **VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES** | **69.430.377,16** | **(18.403.422,44)** |
| **CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA** | | |
| Disponibilidades no Início do Exercício | 140.141.212,97 | 158.544.635,41 |
| Disponibilidades no Final do Exercício | 209.571.590,13 | 140.141.212,97 |
| **VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES** | **69.430.377,16** | **(18.403.422,44)** |

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (em Reais)**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL:** O **Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM** é uma Entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com o Estatuto Social original devidamente registrado no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83, e Organização Social de Saúde nos Municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Embu das Artes, Arujá, Poá, Americana, Guarulhos, Cajamar, Mauá, Salto, Santo André, Taubaté, Bertioga, Carapicuíba, Campinas, Rio de Janeiro, Maricá e nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul. Esta instituição presta serviços na área de saúde, realizando ações através de contratos de gestão e convênios firmados junto às Prefeituras dos Municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Carapicuíba, Campinas, Cajamar, Peruíbe, Rio de Janeiro e Governo do Estado de São Paulo. Na promoção em saúde, as ações são realizadas através dos programas de "Voluntariado", "Integração com a Comunidade", "Meio Ambiente" e "PAISM – Programa de Atenção Integral a Saúde da Mulher", executados pelo Instituto de Responsabilidade Social Dr. Fenando Proença de Gouvêa. Em 07 de fevereiro de 2008 foi celebrado o contrato de gestão entre a Prefeitura Municipal de São Paulo, o CEJAM e a Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein – SBIBHAE, para o gerenciamento do Hospital M'Boi Mirim – Dr. Moisés Deutsch. A Entidade, para fazer frente aos déficits e patrimônio líquido negativo de determinados projetos, vem buscando a manutenção e repactuação das parcerias municipais, bem como, ações para a redução de seus custos, garantindo assim a continuidade das operações da Entidade. As demonstrações contábeis da Entidade foram preparadas no pressuposto da continuidade normal e não inclui quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Entidade continuar em atividade. **2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: 2.a) Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros. **2.d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **2.e) Trabalho voluntário:** Em atendimento à Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), a Entidade efetuou levantamento dos trabalhos voluntários e gratuidades recebidos, concluindo que dado o atual contexto operacional esses valores referem-se substancialmente ao valor atribuído ao trabalho voluntário realizado pelos membros da Diretoria. O valor apurado foi contabilizado como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro e uma doação pelos Diretores (respectivamente despesa e receita no mesmo montante). **3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. **3.a) Instrumentos financeiros: • Ativos financeiros não derivativos:** a Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado de empréstimos e recebíveis. • **Caixa e equivalentes de caixa**: abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. • **Instrumentos financeiros derivativos**: não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2022 e 2021. **3.b) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos e despesas. **3.c) Imobilizado: • Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, tanto próprios como os de gestão pública, são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. • **Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela Entidade. A Administração reavaliou a situação no exercício de 2022 e não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas em 2021. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: • Construções: 25 anos; • Instalações: 10 anos; • Máquinas e equipamentos: 10 anos; • Equipamentos de uso médico: 10 anos; • Equipamentos de informática: 5 anos; • Móveis e utensílios: 10 anos; • Veículos: 5 anos; • Biblioteca: 10 anos; • Benfeitorias: 25 anos. **3.d) Intangível: • Reconhecimento, mensuração e amortização:** o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a. **3.e) Redução ao valor recuperável (impairment): • Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão. **3.f) Passivo circulante e não circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.g) Patrimônio social:** Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição, são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade conforme divulgado na Nota Explicativa n° 1. **3.h) Receitas:** As receitas da Entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contratos de gestão, convênios e respectivos termos aditivos das Secretarias Municipais e Estadual de Saúde, doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada "(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado", e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. **3.i) Despesas** As despesas da Entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais. **3.j) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros. **3.k) Apuração do resultado:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

**4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA**

| **BENS NUMERÁRIOS** | **2022** | **2021** |
|---|---|---|
| Caixa | - | 12,54 |
| Fundo Fixo | 11.776,80 | 11.399,13 |
| | **11.776,80** | **11.411,67** |

| **BANCOS – CONTA MOVIMENTO** | **2022** | **2021** |
|---|---|---|
| Banco do Brasil S.A. | 1.404.881,73 | 9.270.350,66 |
| Banco Santander (Brasil) S.A. | 50.529,12 | 425.567,54 |
| Banco Bradesco S.A. | 1.332.354,57 | 1.075.496,83 |
| Banco Itaú S.A. | 426,78 | - |
| | **2.788.192,20** | **10.771.415,03** |

| **BANCO – APLICAÇÕES FINANCEIRAS** | **2022** | **2021** |
|---|---|---|
| Banco do Brasil S.A. | 51.836.615,97 | 31.537.700,81 |
| Banco Santander (Brasil) S.A. | 136.261.617,94 | 81.004.323,64 |
| Banco Bradesco S.A. | 18.673.387,22 | 16.815.944,78 |
| Banco Itaú S.A. | - | 417,04 |
| | **206.771.621,13** | **129.358.386,27** |

A Entidade mantém a parcela disponível do superávit dos exercícios aplicados financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social, conforme mencionado na Nota Explicativa n° 1. As aplicações financeiras da instituição não estão sujeitas à incidência de impostos, devido a Entidade gozar de imunidade de tributos federais. As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos está atrelada, geralmente, ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI).

**5. ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS**

| **ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS** | **2022** | **2021** |
|---|---|---|
| Adiantamentos de Férias | 8.594.115,57 | 7.216.849,31 |
| Outros Adiantamentos | 846.448,17 | 274.929,32 |
| | **9.440.563,74** | **7.491.778,63** |

**6. CRÉDITOS COM CONTRATOS DE GESTÃO E CONVÊNIOS**

| **CRÉDITOS COM CONTRATOS DE GESTÃO E CONVÊNIOS** | **2022** | **2021** |
|---|---|---|
| PMSP - Contr. 003/2007 (PROREHOSP) | 18.022.987,03 | 16.878.254,32 |
| PMSP Contr. 006/2015 (Jardim Ângela/Capão Redondo) | 97.882.342,25 | 112.826.175,68 |
| PMSP Contr. 002/2011 (Parto Seguro) | 21.960.884,07 | 14.187.391,28 |
| PMSP – Contr. de Gestão 004/2008 (Hosp. Municipal M'Boi Mirim) | - | 5.509.887,00 |
| Pref. Mun. de Embu das Artes - Contr. 053/2018 (Atenção Básica) | - | 5.402.355,51 |
| Pref. Mun. de Mogi das Cruzes - Contr. 030/2017 | - | 43.284,20 |
| Pref. Mun. de Mogi das Cruzes - Contr. 067/2018 (UNICA) | 1.284.750,61 | 1.147.873,16 |
| Pref. Mun. de Mogi das Cruzes - Contr. 046/2020 (ESF) | 2.971.653,37 | 1.004.114,43 |
| Pref. Mun. do Rio de Janeiro – Contr. de Gestão 037/2015 | 24.750.955,52 | 24.750.955,52 |
| Pref. Mun. do Rio de Janeiro – Contr. de Gestão 010/2021 | 1.729.426,69 | - |
| Pref. Mun. do Rio de Janeiro – Contr. de Gestão 001/2022 | 13.207.099,41 | - |
| Gestão Saúde Campinas - Contr. nº 11/2019 - Otorrinolaringologia | 166.854,31 | 163.470,00 |
| Gestão Saúde Campinas - Contr. nº 25/2019 - Enfermagem | 6.878.256,55 | 3.805.748,07 |
| Gestão Saúde Campinas - Contr. nº 69/2019 – Saúde Mental | 431.443,65 | 406.867,53 |
| Gestão Saúde Campinas - Contr. nº 173/2021 – Cirurgia Geral | - | 316.734,69 |
| Pref. Mun. De Cajamar – Contr. de Gestão 48/2020 | - | 3.230.954,73 |
| Pref. Mun. de Carapicuíba – PS Vila Dirce – Contr. 96/2019 | 265,10 | 1.914.398,56 |
| Maternidade Municipal de Peruíbe | 2.417.702,32 | 3.018.620,04 |
| Gestão Saúde - Conv. 00094/2021 – Ferraz de Vasconcelos | 1.095.366,04 | 839.330,03 |
| Gestão Saúde - Conv. 01421/2020 - Santos | - | 252.912,95 |
| Gestão Saúde - Conv. 00046/2021 - Santos | 36.272,68 | 437.661,20 |
| Gestão Saúde - Conv. 00125/2021 - Santos | 1.435.339,59 | 1.339.581,14 |
| Gestão Saúde - Conv. 01483/2020 - Santos | 339.345,92 | - |
| Gestão Saúde - Conv. 00037/2022 - Santos | 3.970,73 | - |
| Gestão Saúde - Conv. 01475/2020 - Osasco | - | 2.556.036,80 |
| Gestão Saúde - Conv. 00021/2021 - Osasco | - | 253.772,00 |
| Gestão Saúde - Conv. 00035/2021 - Osasco | 358.318,87 | 891.742,06 |
| Gestão Saúde - Conv. 00108/2021 - Guarulhos | 764.198,17 | 380.338,12 |
| Gestão Saúde - Conv. 00023/2022 – Mat. Leonor M. de Barros | 326.875,50 | - |
| (-) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa | (26.105.105,60) | (19.412.081,27) |
| | **169.959.202,78** | **182.146.377,75** |

Por deliberação de sua diretoria, a Entidade está provisionando como perda por crédito de liquidação duvidosa sobre o saldo a receber da Prefeitura da Estância Turística de Embu das Artes e Prefeitura Municipal de São Paulo, o montante considerado como suficiente para cobrir as possíveis perdas que possam ocorrer na realização do contas a receber. **7. OUTROS CRÉDITOS**

| **OUTROS CRÉDITOS (CIRCULANTE)** | **2022** | **2021** |
|---|---|---|
| Aluguéis a Receber | 39.083,90 | 86.137,30 |
| Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes | 160.992,96 | 109.108,47 |
| Pacientes Particulares CDI | - | 25.831,56 |
| Valores a Regularizar | 644.785,16 | 74.700,73 |
| Banco Santander | 7.769.100,00 | - |
| Cajamar – Contrato 90/2019 (Intercompany) | - | 222.728,95 |
| Paineiras Limpeza e Serviços Gerais Ltda | - | 1.278,34 |
| Cajamar 17/21 | - | 675,23 |
| Pref. Mogi das Cruzes – Contrato 42/2014 (Intercompany) | - | 631.226,94 |
| AME Carapicuíba | - | 13.174,40 |
| Hospital Geral de Carapicuíba - Estacionamento | 74.760,96 | 51.661,65 |
| Hospital Municipal Evandro Freire | - | 339.318,66 |
| Depósitos Vinculados ou Restituíveis | 197.578,49 | 222.691,44 |
| Condomínio | 3.000,00 | 3.000,00 |
| Osasco Hemodinâmica 0493/2019 | - | 915,00 |
| Hospital Estadual de Franco da Rocha | - | 288.000,00 |
| Instituto de Responsabilidade Social | 23.465,00 | 57.765,00 |
| Cejam Mantenedora | 20.500,00 | 91.800,00 |
| Centro de Diagnóstico por Imagem | 497.056,90 | 137.556,90 |
| Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área da Saúde | 279.266,60 | - |
| CG 004/2008 Hospital M Boi Mirim | 200.000,00 | - |
| | **9.909.589,97** | **2.357.570,57** |

**8. ESTOQUES**

| **ESTOQUES** | **2022** | **2021** |
|---|---|---|
| Dietas Parenterais | 4.657,60 | 12.578,13 |
| Nutrição Enteral | 921.159,09 | 181.303,05 |
| Material de Laboratório / Regantes | 33.339,42 | 113.791,13 |
| Medicamentos | 7.176.856,44 | 5.957.017,17 |
| Material Médico / Hospitalar | 7.528.704,09 | 6.344.659,52 |
| OPME | 93.231,69 | 121.028,32 |
| Material de Expediente / Escritório | 843.946,92 | 717.642,46 |
| Material de Manutenção | 776.558,05 | 583.870,15 |
| Material de Informática | 79.737,91 | 21.223,82 |
| Material de Limpeza | 607.453,46 | 558.836,49 |
| Instrumental Cirúrgico | 30.682,74 | 25.108,01 |
| Material de EPI | 202.216,80 | 209.150,03 |
| Material Cirúrgico | 72.658,72 | 58.407,17 |
| Material de Higiene | 59.464,81 | 31.516,80 |
| Gêneros Alimentícios | 728.429,17 | 534.952,09 |
| Utensílios de Copa | 110.116,36 | 96.484,98 |
| Material Impresso | 16.795,79 | 11.217,56 |
| Peças e Acessórios | 306.088,68 | 255.935,23 |
| Uniformes e Rouparia | 61.708,25 | 116.621,21 |
| Material Permanente | 1.392.861,22 | 5.552,22 |
| Gases Hospitalares | 287.071,04 | 28.887,69 |
| Utensílios Diversos | 112.080,84 | 70.703,04 |
| Tecidos, Aviamentos e Armarinhos | 862,57 | - |
| Empréstimos MAT/MED a Receber | 1.300.150,87 | 1.645.943,58 |
| | **22.746.832,53** | **17.702.429,85** |

**9. RESERVA PARA CONTINGÊNCIAS:** Prudentemente, a Entidade constituiu reserva para contingências para dar cobertura a fatos extraordinários previsíveis, tais como desmobilização de pessoal por conta de término de contrato de gestão. Tal reserva é mantida em instituição bancária de primeira linha, em conta de aplicação financeira atrelada ao CDI.

| **RESERVA PARA CONTINGÊNCIAS** | **2022** | **2021** |
|---|---|---|
| Banco Santander (Brasil) S.A. | 28.091.729,09 | 25.913.386,92 |
| | **28.091.729,09** | **25.913.386,92** |

**10. IMOBILIZADO**

| **Descrição** | **Taxa Depr.** | **Custo Corrigido** | **Depreciação Acumulada** | **Residual 2022** | **Residual 2021** |
|---|---|---|---|---|---|
| Terrenos | - | 375.000,00 | - | 375.000,00 | 375.000,00 |
| Construções | 4% | 5.630.000,00 | (2.834.744,33) | 2.795.255,67 | 3.020.455,71 |
| Instalações | 10% | 509.607,62 | (219.206,31) | 290.401,31 | 340.137,48 |
| Máquinas e Equipamentos | 10% | 614.935,83 | (400.594,29) | 214.341,54 | 222.711,87 |
| Equipamentos de Uso Médico | 10% | 2.285.932,88 | (2.165.959,08) | 119.973,80 | 220.230,11 |
| Equipamentos de Informática | 20% | 902.711,60 | (784.780,16) | 117.931,44 | 129.858,87 |
| Móveis e Utensílios | 10% | 1.731.999,45 | (1.045.461,61) | 686.537,84 | 334.157,12 |
| Veículos | 20% | 856.284,35 | (233.008,56) | 623.275,79 | 335.969,98 |
| Benfeitorias | 4% | 1.098.641,65 | (360.927,37) | 737.714,28 | 752.376,16 |
| **Bens de Gestão Pública** | | | | | |
| Organização Social São Paulo | | 25.023.105,11 | (14.067.734,96) | 10.955.370,15 | 11.038.620,95 |
| Hosp. Mun. M'Boi Mirim | | 68.507.460,11 | (30.720.444,05) | 37.787.016,06 | 43.440.893,81 |
| Embu das Artes (SP) | | - | - | - | 4.229,13 |
| Mogi das Cruzes (SP) | | 378.925,92 | (156.581,78) | 222.344,14 | 102.437,71 |
| Rio de Janeiro (RJ) | | 9.127.716,56 | (8.434.275,06) | 693.441,50 | 1.208.031,99 |
| Carapicuíba (SP) | | 617.681,66 | (68.958,31) | 548.723,35 | 371.180,00 |
| Osasco (SP) | | 540,00 | (99,00) | 441,00 | 495,00 |
| Cajamar (SP) | | - | - | - | 2.004.435,25 |
| Itú (SP) | | 1.053.929,22 | (999.865,16) | 54.064,06 | 74.223,46 |
| Santos (SP) | | 11.792,99 | (1.225,00) | 10.567,99 | 6.457,53 |
| Francisco Morato (SP) | | 1.533.218,23 | (352.766,71) | 1.180.451,52 | 1.274.114,86 |
| Franco da Rocha (SP) | | 4.995.320,14 | (123.138,93) | 4.872.181,21 | 397.808,93 |
| Hosp. Geral Carapicuíba (SP) | | 4.109.192,65 | (181.254,96) | 3.927.937,69 | 408.412,14 |
| Peruíbe (SP) | | 491.847,08 | (72.552,50) | 419.294,58 | 457.595,49 |
| AME Carapicuíba (SP) | | 119.210,12 | (22.416,66) | 96.793,46 | 71.418,67 |
| Lucy Montoro (Santos) | | 372.014,42 | (18.453,87) | 353.560,55 | 7.036,04 |
| Ferraz de Vasconcelos (SP) | | 565,40 | (108,33) | 457,07 | 513,59 |
| Hospital do Mandaqui (SP) | | - | - | - | 1.396,17 |
| Parto Seguro (SP) | | 671.430,69 | (337.626,59) | 333.804,10 | - |
| PROREHOSP (SP) | | 181.914,10 | (128.467,14) | 53.446,96 | - |
| Mogi das Cruzes (SP) | | 244.121,43 | (176.827,02) | 67.294,41 | - |
| Hosp. Geral de Itapevi (SP) | | 647.572,58 | (8.704,61) | 638.867,97 | 684,55 |
| São Roque (SP) | | 1.095.875,29 | (17.348,29) | 1.078.527,00 | - |
| Mariska (RJ) | | 5.792.005,09 | (4.372.919,73) | 1.419.085,36 | - |
| | | **138.980.552,17** | **(68.306.450,37)** | **70.674.101,80** | **66.600.882,57** |

Conforme preceituado em contratos e convênios firmados entre o CEJAM e Secretarias Municipais e Estadual de Saúde, os bens patrimoniais adquiridos por conta dos referidos contratos de gestão e convênios é de uso exclusivo e de propriedade das Secretarias Municipais de Saúde e da Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo.

**11. INTANGÍVEL**

| **Descrição** | **Taxa Amort** | **Custo Corrigido** | **Amortização Acumulada** | **Residual 2022** | **Residual 2021** |
|---|---|---|---|---|---|
| Direitos de Uso de Sistemas | 20% | 524.930,83 | (433.661,36) | 91.269,47 | 37.466,98 |
| Marcas e Patentes | | 10.972,01 | - | 10.972,01 | 10.972,01 |
| **Direitos de Gestão Pública** | | | | | |
| Organização Social São Paulo | | 382.077,73 | (341.384,58) | 40.693,15 | 59.751,61 |
| Hosp. Mun. M'Boi Mirim | | 3.065.926,93 | (2.218.667,22) | 847.259,71 | 961.124,98 |
| Mogi das Cruzes (SP) | | 7.980,00 | (3.818,50) | 4.161,50 | 6.878,31 |
| Embú das Artes (SP) | | - | - | - | 5.117,57 |
| Osasco (SP) | | 1.260,00 | (462,00) | 798,00 | 1.050,00 |
| Cajamar (SP) | | - | - | - | 1.271,75 |
| Rio de Janeiro (RJ) | | 758.658,34 | (740.270,59) | 18.387,75 | 27.827,31 |
| Itú (SP) | | 92.413,37 | (90.613,37) | 1.800,00 | 2.880,00 |
| Santos (SP) | | 3.180,00 | (1.695,00) | 1.485,00 | 2.121,00 |
| Francisco Morato (SP) | | 29.952,67 | (8.486,57) | 21.466,10 | 27.456,62 |
| Franco da Rocha (SP) | | 38.880,19 | (5.789,16) | 33.091,03 | 6.174,00 |
| Hosp. Geral Carapicuíba (SP) | | 10.554,24 | (4.046,16) | 6.508,08 | 8.619,12 |
| Peruíbe (SP) | | 3.079,28 | (1.231,68) | 1.847,60 | 2.463,44 |
| AME Carapicuíba (SP) | | 1.319,28 | (505,77) | 813,51 | 1.077,39 |
| Ferraz de Vasconcelos (SP) | | 1.319,28 | (505,77) | 813,51 | 1.077,39 |
| Hospital do Mandaqui (SP) | | - | - | - | 1.077,39 |
| Parto Seguro (SP) | | 8.708,00 | (5.939,16) | 2.768,84 | - |
| PROREHOSP (SP) | | 1.256,91 | (628,50) | 628,41 | - |
| Mogi das Cruzes (SP) | | 3.133,94 | (3.042,83) | 91,11 | - |
| | | **4.945.603,00** | **(3.860.748,22)** | **1.084.854,78** | **1.164.406,87** |

**Continua ••>**

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Continuação ••>

**12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS**

| OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Salários a Pagar | 71.089.171,10 | 63.446.187,38 |
| Rescisões a Pagar | 296.003,98 | 635.103,97 |
| Pensões Alimentícias a Pagar | 162.513,55 | 154.910,01 |
| Acordos Trabalhistas a Pagar | 49.382,62 | 47.377,32 |
| | 71.597.071,25 | 64.283.578,68 |

**13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

| EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CIRCULANTE) | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Banco Santander S.A. (Conta Garantida/Capital de Giro) | 2.000.000,00 | 288.000,00 |
| HP Financial Service Arrendamento Mercantil S. A. | - | 17.769,09 |
| (-) Juros a Apropriar – HP Financial Service Arrend. Mercantil S. A. | - | (3.030,72) |
| Daycoval Leasing – Banco Múltiplo S.A. | 141.456,89 | - |
| (-) Juros a Apropriar – Daycoval Leasing | (17.956,88) | (3.030,72) |
| | 2.123.500,01 | 302.738,37 |

A Entidade possui contrato de conta garantida (capital de giro) com os Bancos Bradesco e Santander para garantir as operações em caso de atraso dos repasses para custeio dos contratos e convênios municipais. Esta conta possui taxa média de juros pós-fixada equivalente, além do CDI, de a 0,59% a.m. para o Bradesco e 0,55% a.m. para o Santander. **14. CONTAS A PAGAR**

| CONTAS A PAGAR (CIRCULANTE) | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Eletropaulo – Hospital Mun. M'Boi Mirim | 313.601,45 | 416.950,38 |
| Light – OS Rio de Janeiro | 13.860.171,54 | 13.147.192,30 |
| CEDAE – Companhia Estadual de Águas e Esgotos | 1.816.904,22 | 1.767.223,60 |
| Sabesp – Hospital Mun. M'Boi Mirim | 327.189,61 | 491.761,48 |
| Telemar Norte Leste S.A. | 122,59 | 108,77 |
| Tim Celular | 3.376,56 | 21.370,87 |
| Nextel Telecomunicações | 317,74 | 702,22 |
| PMSP (devolução repasse encerr. convênio) | 1.227.330,72 | 1.227.330,72 |
| Águas do Rio 4 SPE | 130.740,88 | - |
| Aluguéis a Pagar | 284.341,37 | 267.704,80 |
| Empréstimo Consignado | 2.505.403,73 | 1.692.035,69 |
| Plano de Saúde | 19.011,90 | 85.763,36 |
| Plano Odontológico | 21.475,18 | 19.038,11 |
| Plano de Previdência Privada | 109.155,79 | 105.878,51 |
| Seguros a Pagar | - | 3.267,78 |
| Outras Contas a Pagar | 75.692,74 | 23.234,32 |
| Claro S.A. | - | 5.150,91 |
| Elektro Eletricidade e Serviços S. A. | 186.914,92 | 210.572,49 |
| Empréstimo de Materiais Médico | 1.484.471,50 | 1.741.565,72 |
| Telefônica Brasil S.A. | 6.632,29 | 1.475,11 |
| CEJAM Mantenedora | - | 222.728,95 |
| Contas a Pagar – IRS Cebas | - | 321.559,48 |
| Contribuições Voluntárias | 905,00 | 1.020,00 |
| Franco da Rocha | - | 94.388,26 |
| Intercompany a Pagar | 741.021,90 | 1.207.939,07 |
| Outros Valores a Regularizar | 361.191,40 | 50.400,00 |
| Recebimentos Antecipados | 1.627.662,60 | 546.846,74 |
| 13º Salário a Pagar | 703.220,14 | - |
| | 25.806.855,77 | 23.673.209,64 |

| CONTAS A PAGAR (NÃO CIRCULANTE) | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Obrigações Trabalhistas | 1.553.927,77 | 52.384,33 |
| | 1.553.927,77 | 52.384,33 |

**15. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS**

| PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS (CIRCULANTE) | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Provisões para Contingências Trabalhistas | - | 2.490.000,00 |
| Provisões para Contingências Cíveis | - | 2.535.831,95 |
| | - | 5.025.831,95 |

| PROVISÕES PARA CONT. (NÃO CIRCULANTE) | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Provisões para Contingências Tributárias | 85.796,86 | 85.796,86 |
| Provisões para Contingências Trabalhistas | 7.937.849,09 | 4.616.314,78 |
| Provisões para Contingências Cíveis | 5.623.874,82 | 528.236,19 |
| | 13.647.520,77 | 5.230.347,83 |

A Entidade é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso. As provisões foram constituídas com base em opinião dos consultores jurídicos da Entidade quanto à possibilidade de perda dos processos, considerando inclusive, quando for o caso, os valores dos depósitos judiciais já efetuados, e não são esperadas perdas no encerramento desses processos, além dos valores já provisionados. A Entidade adota mecanismos de avaliação dos valores indicados pelos seus consultores jurídicos. **16. BENS PÚBLICOS EM NOSSO PODER:** A rubrica "Bens públicos em nosso poder", no montante de R$ 65.696.283,43 em 2022 e R$ 61.985.953,15 em 2021, refere-se aos valores recebidos das Secretarias Municipais de Saúde e do Governo do Estado de São Paulo para aquisição de ativo imobilizado, que serão devolvidos aos Municípios e ao Estado quando do término dos contratos de gestão ou convênios. O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado registrado no ativo. **17. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de abatimentos, glosas e descontos. A adoção inicial do CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente não afetou o reconhecimento inicial, mensuração e apresentação das receitas, que já estavam consistentes com os novos requerimentos. Basicamente a nova norma determina que as receitas sejam reconhecidas quando o cliente obtém o controle do bem ou serviço. Nesse sentido, nas atividades de saúde, dentre elas, hospitalar, gestão e promoção em saúde, sejam próprias ou públicas, a receita estava anteriormente reconhecida no momento em que o paciente recebia o serviço. Como historicamente é efetuado pela Entidade, foi constituída a conta de Créditos a Receber, com nota explicativa própria, para os casos de serviços prestados, faturados ou não (na norma, estabelecida como "saldos de contrato"). Não há obrigações de desempenho futuro e condições restritivas de pagamentos relevante, exceto pelas glosas efetuadas pelos Contratos de Gestão, e que também estavam contempladas nas provisões para perdas, quando aplicável, no momento do reconhecimento da receita, em contrapartida ao contas a receber, com base nos dados históricos.

**18. RECEITAS COM CONTRATOS DE GESTÃO E CONVÊNIOS**

| RECEITAS COM CONTRATOS GESTÃO E CONVÊNIOS | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| PMSP – Contr. de Gestão 003/2007 (PROREHOSP) | 156.030.212,96 | 113.705.293,41 |
| PMSP - Contr. 006/2015 (Jardim Angela/Capão Redondo) | 564.072.769,30 | 547.565.509,00 |
| PMSP – Conv. 002/2011 (Parto Seguro à Mãe Paulistana) | 234.060.038,64 | 144.951.918,97 |
| PMSP – Contr. de Gestão 004/2008 (Hosp. Municipal M'Boi Mirim) | 296.970.940,00 | 276.904.076,98 |
| Pref. Mun. de Embu - 053/2018 - Atenção Básica | - | 9.134.373,81 |
| Pref. Mun. de Mogi das Cruzes – Contr. de Gestão 067/2018 (UNICA) | 10.891.451,22 | 9.750.990,94 |
| Pref. Mun. de Mogi das Cruzes – Contr. de Gestão 030/2017 | 6.959.514,84 | 5.210.912,06 |
| Pref. Mun. de Mogi das Cruzes – Contr. de Gestão 046/2020 | 45.607.981,87 | 36.816.163,31 |
| Pref. Mun. do Rio de Janeiro – Contr. de Gestão 037/2015 | - | 67.792.995,72 |
| Pref. Mun. do Rio de Janeiro – Contr. de Gestão 010/2021 | 81.469.655,37 | 19.631.242,26 |
| Pref. Mun. do Rio de Janeiro – Contr. de Gestão 01/202 | 79.981.474,80 | - |
| Pref. Mun. De Carapicuíba – Contr. de Gestão 96/2019 | 19.928.953,88 | 17.630.145,83 |
| Contr. nº 04/2019 – Cirurgia Geral | - | 2.106.499,44 |
| Contr. nº 11/2019 - Otorrinolaringologia | 2.028.500,83 | 1.916.187,84 |
| Contr. nº 25/2019 - Enfermagem | 51.933.043,32 | 49.329.800,94 |
| Contr. nº 69/2019 – Saúde Mental | 5.019.319,14 | 4.682.185,45 |
| Contr. nº 173/2021 – Cirurgia Geral | 3.964.130,71 | 972.918,62 |
| Contr. nº 18/2022 – Ceasa | 297.840,06 | - |
| Pref. Mun. De Cajamar – Contr. de Gestão 48/2020 | 12.886.823,81 | 33.014.258,37 |
| Pref. Mun. De Cajamar – Contr. de Gestão 17/2021 | - | 11.817.425,63 |
| Pref. Mun. De Peruíbe – Contr. de Gestão da Maternidade | 14.678.249,96 | 14.556.482,43 |
| Pref. Mun. De São Roque – Contr. de Gestão 01/2022 | 38.915.475,69 | - |
| Conv. 001/2022 – Pró Santa Casa II – São Roque | 972.000,00 | - |
| Gov. do Est. de São Paulo – Contr. de Gestão AME Itú | 10.276.380,00 | 9.279.180,00 |
| Gov. do Est. de São Paulo – Conv. 01475/2020 – UTI Adulto Osasco | 3.834.055,20 | 15.336.220,80 |
| Gov. do Est. de São Paulo – Conv. 12/2021 – UTI Covid Osasco | - | 15.429.433,42 |
| Gov. do Est. de São Paulo – Conv. 35/2021 – Hemodinâmica Osasco | 4.817.853,55 | 4.595.062,67 |
| Gov. do Est. de São Paulo – Contr. de Gestão Hosp. de Franc. Morato | 71.647.620,00 | 73.707.967,45 |
| Gov. do Est. de São Paulo – Conv. Pediátrico 655/2020 – Santos | - | 1.151.731,65 |
| Gov. do Est. de São Paulo – Conv. Adulto 1035/2020 – Santos | - | 16.132.549,11 |
| Gov. do Est. de São Paulo – Conv. 1483/2020 – Santos | 3.034.350,60 | 3.034.350,60 |
| Gov. do Est. de São Paulo – Conv. 46/2021 – Santos | 5.009.515,00 | 4.376.612,00 |
| Gov. do Est. de São Paulo – Conv. 60/2021 – Santos | 10.854.379,80 | 8.140.784,85 |
| Gov. do Est. de São Paulo – Conv. 125/2021 – Santos | 16.074.973,68 | 2.679.162,28 |
| Gov. do Est. de São Paulo – Conv. 37/2022 – Santos | 2.475.875,80 | - |
| Gov. do Est. de São Paulo – Conv. 01458/2020 – Guarulhos | - | 9.407.644,13 |
| Gov. do Est. de São Paulo – Conv. 75/2021 – Guarulhos | - | 6.710.475,00 |
| Gov. do Est. de São Paulo – Conv. 108/2021 – Guarulhos | 4.564.057,44 | 1.141.014,36 |
| Gov. do Est. de São Paulo – Conv. 23/2022 – Mat. Leonor M. Barros | 3.595.630,50 | - |
| Gov. do Est. de São Paulo – Contr. de Gestão Hosp. de Franco da Rocha | 120.740.678,26 | 108.988.529,00 |
| Gov. do Est. de São Paulo – Contr. de Gestão AME Carapicuíba | 16.574.565,00 | 16.622.766,80 |
| Gov. do Est. de São Paulo – Contr. de Gestão Rede Lucy Montoro | 6.060.000,00 | 5.900.509,40 |
| Gov. do Est. de São Paulo – Conv. 01450/2020 – Ferraz de Vasconcelos | - | 4.146.095,28 |
| Gov. do Est. de São Paulo – Conv. 01457/2020 – Ferraz de Vasconcelos | - | 9.918.998,11 |
| Gov. do Est. de São Paulo – Conv. 01471/2020 – Ferraz de Vasconcelos | - | 6.057.717,64 |
| Gov. do Est. de São Paulo – Conv. 94/2021 – Ferraz de Vasconcelos | 13.936.605,61 | 4.196.650,15 |
| Gov. do Est. de São Paulo – Conv. 98/2022 – Ferraz de Vasconcelos | 5.339.919,76 | - |
| Gov. do Est. de São Paulo – Contr. de Gestão Hosp. Geral de Carapicuíba | 137.657.630,62 | 130.565.114,00 |
| Gov. do Est. de São Paulo – Conv. 01451/2020 – Hospital do Mandaqui | - | 12.705.279,76 |
| Gov. do Est. de São Paulo – Conv. 01476/2020 – Hospital do Mandaqui | - | 14.559.617,27 |
| Gov. do Est. de São Paulo – Conv. 11/2021 – Hospital do Mandaqui | - | 13.953.910,37 |
| Gov. do Est. de São Paulo – Contr. de Gestão Hosp. Geral de Itapevi | 122.714.631,87 | 9.998.102,48 |
| | 2.185.877.099,09 | 1.876.224.859,59 |

**19. RESULTADO FINANCEIRO**

| RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Rendimentos de Aplicações Financeiras | 20.209.357,80 | 10.338.592,73 |
| Descontos Obtidos | 463.233,75 | 170.537,30 |
| Juros e Atualizações Monetárias | 7.815,51 | 1,49 |
| (-) Tarifas Bancárias | (290.464,58) | (389.524,20) |
| (-) Juros Bancários | (186.569,09) | (56.387,20) |
| (-) Juros a Fornecedores | (216.988,91) | (169.448,11) |
| (-) Juros sobre Financiamento | (56.360,90) | (4.143,52) |
| (-) Juros e Acréscimos Fiscais | (64.389,07) | (66.460,26) |
| (-) Imposto sobre Aplicações Financeiras | (191.696,34) | (27.329,02) |
| (-) Taxa Máquina de Cartões | (8.538,05) | (8.781,85) |
| (-) IOF | (490.027,67) | (21.653,53) |
| (-) Desconto Concedido | (1.263,38) | (13.423,67) |
| | 19.174.109,07 | 9.751.980,16 |

**20. CUSTOS COM PESSOAL PRÓPRIO**

| RECURSOS HUMANOS | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Remunerações | 1.258.418.543,67 | 1.043.292.884,41 |
| Benefícios | 93.220.868,57 | 81.547.095,04 |
| Encargos Sociais | 108.376.573,13 | 91.297.703,75 |
| | 1.460.015.985,37 | 1.216.137.683,20 |

**21. CUSTOS COM SERVIÇOS TERCEIRIZADOS**

| SERVIÇOS DE TERCEIROS | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Serviços Assistenciais por Pessoas Jurídicas | 363.642.849,25 | 363.753.697,96 |
| Serviços Diversos por Pessoas Jurídicas | 119.093.835,33 | 97.779.765,05 |
| Serviços Prestados por Pessoas Físicas | 10.297.831,46 | 8.343.066,00 |
| | 493.034.516,04 | 469.876.529,01 |

**22. CUSTOS COM MEDICAMENTOS E MATERIAS DE CONSUMO**

| MEDICAMENTOS E MATERIAIS | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Medicamentos e Materiais de Uso Médico | 109.646.771,90 | 110.884.576,14 |
| Materiais de Consumo | 35.977.506,16 | 24.435.899,72 |
| Materiais de Conservação | 6.929.544,51 | 6.887.975,57 |
| Outros Materiais | 10.874.449,91 | 18.704.804,41 |
| | 163.428.272,48 | 160.913.255,84 |

**23. DESPESAS GERAIS**

| DESPESAS GERAIS | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Contas de Consumo (água, luz, telefone e gás) | 28.113.183,22 | 20.795.223,80 |
| Aluguéis (imóveis, veículos, equip. e aparelhos) | 28.862.957,79 | 25.534.963,65 |
| Administrativas | 25.518.288,83 | 15.304.581,90 |
| Reformas e Benfeitorias | 21.152,65 | 46.349,04 |
| Bens Não Imobilizados | 1.396.921,10 | 1.252.664,03 |
| Depreciações e Amortizações | 14.633.344,66 | 6.862.620,88 |
| Outras Despesas Gerais | 12.758.663,27 | 3.065.493,75 |
| | 111.304.511,52 | 72.861.897,05 |

**24. TRABALHO VOLUNTÁRIO – INTERPRETAÇÃO TÉCNICA ITG 2002 (R1):** A Entidade utilizou como parâmetro para determinação de valores do trabalho voluntário recebido, a execução de trabalho não remunerado por parte de sua diretoria estatutária em reuniões ordinárias e extraordinárias num total de 448 horas valoradas ao montante de R$ 78.308,07, bem como demais trabalhos prestados voluntariamente por terceiros, reconhecidos no montante de R$ 146.592,27, perfazendo o total de R$ 224.900,34. **25. COBERTURA DE SEGUROS:** A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes. **26. SERVIÇOS DE SAÚDE PRESTADOS GRATUITAMENTE:** A Entidade, mantém com recursos próprios atendimento ambulatorial por meio de uma equipe multidisciplinar, com o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), em parceria com a Secretaria de Saúde do município de São Paulo, atuando na anticoncepção (DIU de cobre e implante subcutâneo) e na prevenção do câncer ginecológico. Em 2019, para contribuir com o enfrentamento de barreiras organizacionais e individuais para a inserção do método em mulheres que desejam fazer uso, e em fortalecimento as ações de Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva (SSSR) que é uma das prioridades da Política Nacional de Atenção Integral a Saúde das Mulheres (PAISM), o programa passou a ser também um centro de capacitação de profissionais de Saúde (médicos e enfermeiros) para a inserção, manejo e retirada do DIU TCU 380A em ambiente ambulatorial. Com o objetivo de atuar nessa realidade o ambulatório foi transformado em seu modelo de atendimento direcionado à implantação de DIUs de cobre, tanto por médicos quanto por enfermeiras. Reduziu-se o número de consultas de uma média de 05 por paciente para 02 por paciente, uma para coleta do Papanicolau e implantação do DIU e uma de retorno para controle, e se passou a oferecer treinamento desse procedimento para os profissionais (médicos e enfermeiros) da APS dos municípios e outros interessados da rede pública. O agendamento das pacientes se dá através do programa Alô Mãe da Secretaria de Saúde do Município de São Paulo. O treinamento dos profissionais (médicos e enfermeiros) conta com um módulo teórico, um módulo de prática simulada em modelos anatômicos e um módulo prático no ambulatório. Esta mudança possibilita que as ações do ambulatório não só tenham um efeito ampliado tanto pelo número de mulheres com o DIU implantado como também pelo número de novos profissionais habilitados no uso do método e que poderão implantar o DIU nas pacientes de suas áreas de abrangência. O novo serviço iniciou-se em agosto de 2020 e pode já ser considerado um sucesso no atingimento de seus objetivos. Por se tratar de prestação de serviços, a gratuidade oferecida é contabilmente reconhecida pelo valor efetivamente praticado pela Entidade, caso o serviço fosse cobrado do usuário. A mensuração das gratuidades é feita com base em métodos e critérios aceitáveis, em valores compatíveis aos de mercado, conforme determina a ITG 2002 (R1), itens 10, 13 e 16. Durante o exercício de 2022 o custo estimado com os atendimentos ambulatoriais feitos de forma gratuita foi de R$ 4.228.357,50 (em 2021 R$ 3.594.973,84) e assim está registrado como se tivesse ocorrido o recebimento e desembolso financeiro. Os resultados alcançados foram os seguintes:

| ATIVIDADES DO AMBULATÓRIO DE SAÚDE DA MULHER PROGRAMA DE ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL DA MULHER | NÚMERO DE BENEFICIADOS 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Inserção de LARCs (DIU de Cobre, SIU Liberador de Levonorgestrel e Implante Hormonal Subdérmico | 2.514 | 2.422 |
| Retirada de LARCs | 480 | 44 |
| Coleta de Papanicolau | 863 | 883 |
| Consultas Médicas e de Enfermagem | 4.717 | 3.854 |
| Promoção à Saúde e Prevenção de Doença (PA, Glicemia, Teste Rápido de Gravidez, Distribuição de Gel Lubrificante, Preservativos, Cálculo de IMC, Aferição de Temperatura e Folders Educativos) | 61.245 | 23.885 |
| Profissionais de saúde treinados (médicos e enfermeiros) | 505 | - |

**27. RECURSOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROMOÇÃO EM SAÚDE:** A rubrica "Recursos para Desenvolvimento de Promoção em Saúde", no montante de R$ 24.792.468,23 em 2022 e R$ 15.109.927,10 em 2021, refere-se ao reembolso de despesas operacionais para o apoio à gestão, gerenciamento e execução dos serviços de saúde, reembolso este feito pelos contratos e convênios para a matriz, necessário e usual à manutenção dos serviços em prol da sociedade. **28. ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO DAS ENTIDADES DE FINS FILANTRÓPICOS:** A Entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela legislação e demais regulamentações vigentes na área em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas ao parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC). A renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes. **29. CERTIFICADO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEBAS):** Em 04 de novembro de 2021, através da Portaria nº 1.094, publicada no Diário Oficial da União, Edição 210, Seção 1, Pág. 133, em consideração ao Parecer Técnico nº 720/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.191938/2018-98, foi concedida ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de **30 de novembro de 2018** a **29 de novembro de 2021**. Em 24 de março de 2023, através da Portaria nº 274, publicada no Diário Oficial da União, Edição 60, Seção 1, Pág. 87, em consideração a Nota Técnica nº 201/2023-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.167752/2021-13, foi concedida ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de **30 de novembro de 2021** a **29 de novembro de 2024**. **30. ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (QUOTA PATRONAL)** A Entidade é isenta de Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A Entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem às isenções alcançadas nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal). A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2022 foi de R$ 342.937.929,05 (em 2021 de R$ 277.654.562,14) e está registrada em conta própria de "Compensação das Isenções Patronais Previdenciárias", no grupo de despesas, da seguinte forma:

| ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Cota Patronal INSS sobe a Folha de Pagamento | 340.878.362,77 | 275.985.601,17 |
| Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas | 2.059.566,28 | 1.668.960,97 |
| | 342.937.929,05 | 277.654.562,14 |
| (-) Isenção Usufruída: | | |
| (-) Cota Patronal INSS sobe a Folha de Pagamento | (340.878.362,77) | (275.985.601,17) |
| (-) Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas | (2.059.566,28) | (1.668.960,97) |
| | 0,00 | 0,00 |

**31. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES (RENÚNCIA FISCAL) Imposto de renda e contribuição social:** em virtude de ser uma Entidade sem Fins Lucrativos, a Entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal. **PIS:** por ser uma Entidade Filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários. **COFINS:** por ser uma Entidade Filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. **Isenção previdenciária usufruída:** para atender aos requisitos da legislação pertinente, a Entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas. Em atendimento a ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012, a Entidade apresenta a seguir a renúncia fiscal apurada no exercício de 2021, caso a obrigação devida fosse. Para isso, em nosso julgamento, consideramos as seguintes contribuições e respectivas alíquotas, ressaltando que se trata de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função da Entidade não possuir escrituração fiscal em virtude de sua natureza não lucrativa. • COFINS incidente sobre a receita: 3% (regime cumulativo) Com base nos percentuais acima mencionados estimamos que a renúncia fiscal no exercício de 2022 foi de R$ 2.922.810,17 (em 2021 R$ 2.406.934,91), distribuída da seguinte forma:

| RENÚNCIA FISCAL | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Cofins | 2.922.810,17 | 2.406.934,91 |
| | 2.922.810,17 | 2.406.934,91 |

**32. SUPERÁVIT / DÉFICIT DO EXERCÍCIO** O Superávit do exercício de 2022 foi de R$ 20.697.869,13 e o Déficit do exercício de 2021 foi de R$ 6.169.320,50, estando assim distribuído entre a mantenedora (matriz) e mantidas (filiais):

| RESULTADO DO EXERCÍCIO DESMEMBRADO | IDENT. CNPJ | 2022 | 2021 |
|---|---|---|---|
| Matriz (Mantenedora) | 0001 | 23.262.324,64 | 3.150.882,04 |
| Organização Social – São Paulo R006/2015 | 0002 | (25.173.355,30) | (6.069.971,92) |
| Gestão Saúde – Embu das Artes | 0004 | (3.144.788,61) | 4.663.781,83 |
| Organização Social – Hospital Municipal M´Boi Mirim | 0008 | (11.114.910,98) | (14.346.929,38) |
| Instituto de Responsabilidade Social | 0009 | 71.420,26 | (353.322,80) |
| Organização Social – Mogi das Cruzes 46/2020 | 0010 | 1.849.856,79 | 578.846,19 |
| Organização Social – Rio de Janeiro | 0011 | (2.575.587,06) | 2.915.472,98 |
| Organização Social – Arujá | 0012 | 150.803,09 | - |
| Centro de Diagnóstico por Imagem | 0013 | (405.822,91) | (185.658,91) |
| Organização Social - Carapicuíba | 0015 | (928.820,35) | 1.240.393,01 |
| Gestão Saúde - Campinas | 0016 | 211.138,57 | (449.541,93) |
| Gestão Saúde – Osasco | 0017 | (2.592.471,57) | 1.426.792,03 |
| Organização Social - Cajamar | 0018 | (2.179.710,42) | 1.035.760,62 |
| Organização Social – AME Itú | 0020 | (100.594,92) | 252.825,69 |
| Gestão Saúde – Guarulhos | 0021 | (45.003,69) | 1.148.484,90 |
| Organização Social – Hosp. Estadual de Francisco Morato | 0022 | (3.247.043,14) | 1.345.726,86 |
| Gestão Saúde - Santos | 0023 | (986.630,36) | 2.933.175,63 |
| Organização Social – Hosp. Estadual de Franco da Rocha | 0024 | 1.138.494,52 | (2.488.288,22) |
| Organização Social – Hosp. Estadual de Carapicuíba | 0025 | (2.610.354,19) | (4.129.160,97) |
| Organização Social – Maternidade Municipal de Peruíbe | 0026 | 433.037,03 | 192.321,55 |
| Organização Social – AME Carapicuíba | 0027 | (79.338,17) | 666.202,59 |
| Organização Social – Rede Lucy Montoro de Santos | 0028 | (144.032,21) | (241.848,12) |
| Gestão Saúde – Ferraz de Vasconcelos | 0029 | 1.224.663,82 | (1.121.598,05) |
| Gestão Saúde – Complexo Hospitalar do Mandaqui | 0030 | (3.545.217,65) | 710.426,53 |
| Organização Social – São Paulo Parto Seguro | 0031 | 20.619.974,29 | - |
| Organização Social – São Paulo Prorehosp | 0032 | 24.250.101,69 | - |
| Organização Social – Mogi das Cruzes 30/2017 | 0033 | (677.072,92) | - |
| Organização Social – Mogi das Cruzes 67/2020 | 0034 | 251.243,63 | - |
| Organização Social – Hosp. Estadual de Itapevi | 0035 | (6.152.295,03) | 955.907,35 |
| Gestão Saúde – Mat. Leonor Mendes de Barros | 0036 | 854.678,46 | - |
| Organização Social – São Roque | 0038 | 2.394.726,40 | - |
| Organização Social – Rio de Janeiro - Mariska | 0039 | 11.013.375,93 | - |
| Gestão Saúde – São Roque | 0042 | (101.549,54) | - |
| Apoio à Gestão de Convênios e Contratos | 0044 | (1.223.370,97) | - |
| | | 20.697.869,13 | (6.169.320,50) |

São Paulo, 31 de dezembro de 2022.

**DIRETORIA**

| **Ademir Medina Osório** | **João Romano** | **Alexandre Papi** |
|---|---|---|
| CEO | Pres. do Conselho de Administração | Contador CRC nº 1SP130223/O-3 |

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Opinião sobre as demonstrações contábeis**

Examinamos as demonstrações contábeis do **CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS "DR. JOÃO AMORIM" - CEJAM**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião sobre as demonstrações contábeis**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 17 de abril de 2023.

**AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS**
CRC/SP 2SP - 024298/O-3

**Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior**
Contador
CRC/RS "S" - SP- 058.252/O-1
CVM: Ato Declaratório Nº 7710/04

# Interligação Elétrica Ivaí S.A.

CNPJ 28.052.123/0001-95 NIRE 35.3.0050526-3

**Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, Realizada em 31 de março de 2023**

**Data, Hora e Local:** 31/03/2023, às 18 h, na sede da Companhia e por videoconferência. **Convocação:** Dispensadas as formalidades de convocação estabelecidas no *caput* do artigo 20 do Estatuto Social, em conformidade com o disposto no §3° do mesmo artigo. **Presenças:** Totalidade dos Conselheiros Fábio Antunes Fernandes, Gabriela Desirê Olímpio Pereira, Leonardo Bonorino Gonçalves, Carisa Santos Portela Cristal, Valéria Ramos Garcia e Wagner Yuji Okada. **Mesa:** Sr. Fábio Antunes Fernandes - Presidente; Srta. Erica Barbeiro Travassos - Secretária. **Ordem do Dia e Deliberações:** O Conselho de Administração: **(i)** Decidiram aprovar, por unanimidade e sem ressalvas, a eleição do Sr. Fábio Antunes Fernandes, eleito na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de março de 2023, para exercer o cargo de Presidente do Conselho de Administração. **(ii)** Aprovou, sem ressalvas e por unanimidade a consignação das renúncias, a partir da presente data, do Sr. Vinícius Fernando Conrrado Crema do cargo de Diretor Técnico da Companhia e do Sr. Edwaldo Oliveira Lippe do cargo de Diretor Administrativo Financeiro da Companhia. Os Conselheiros presentes registraram seus sinceros agradecimentos por todo esforço, dedicação e contribuição construtiva e responsável ao longo de seu mandato como membro da Diretoria da Companhia, sempre atuando de forma ativa e ética em prol dos interesses da Companhia, na sua preparação para os desafios futuros. **(iii)** Aprovou, sem ressalvas e por unanimidade, eleger a administração da Companhia por uma Diretoria composta por até 5 (cinco) membros, Acionistas ou não, com mandato de até 3 (três) anos, os quais foram, neste ato, sem ressalvas e por unanimidade, eleitos, com mandato até a data da Assembléia Geral Ordinária de 2026, a saber: Diretor Presidente - **Rui Chammas,** brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG n° 16.153.495-8-SSP/SP e inscrito no CPF sob o n° 073.912.968-64; Diretora Executiva de Operações - **Gabriela Desirê Olímpio Pereira,** brasileira, divorciada, engenheira eletricista, portadora da cédula de identidade RG n°126788702-DICRJ e inscrita no CPF sob o n° 422.501.023-68; Diretora Executiva de Finanças - **Carisa Santos Portela Cristal,** brasileira, casada, contadora, portadora da cédula de identidade RG n° 26.524.221-SSP/SP e inscrita no CPF sob o n° 251.266.718-98; Diretora Executiva de Estratégia e Desenvolvimento de Negócios - **Silvia Diniz Wada,** brasileira, solteira, economista, portadora da cédula de identidade RG n° 32.868.008-4 SSP/SP e inscrita no CPF sob o n° 294.546.498-50; e Diretor Executivo de Projetos - **Dayron Esteban Urrego Moreno,** colombiano, casado, engenheiro eletricista, portador da carteira de registro nacional migratório CRNM F299220C, inscrito no CPF sob o n° 716.533.071-29, todos com endereço profissional no município de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, n° 14.171, Torre C - Crystal, 7º andar, CEP 04794-000. Após a eleição dos membros da Diretoria, o Conselho de Administração consignou que, seus administradores ficarão sem qualquer remuneração. Os Diretores ora eleitos, presentes a esta reunião (i) declararam, expressamente, não estar impedidos, por qualquer lei especial, de administrar sociedade mercantil em virtude de condenação criminal de qualquer natureza, incluindo por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nos termos dos Artigos 146 e 147 da Lei das Sociedades por Ações. Os membros ora eleitos tomarão posse mediante assinatura de termo de posse no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria. O termo de posse e as declarações de desimpedimento permanecerão arquivados na sede da Companhia. **Documentos:** Todos os documentos, apresentações de suporte utilizados na reunião, encontram-se rubricados pela Mesa e estão arquivados na sede da Companhia. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os membros do Conselho de Administração que participaram desta reunião. Atesto que a deliberação acima foi extraída da ata lavrada no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração da Companhia. **Erica Barbeiro Travassos** - Secretária. **JUCESP** nº 149.591/23-8 em 19/04/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

# Polo Films Indústria e Comércio S.A.

CNPJ nº 26.051.817/0001-82

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2022 E 31/12/2021** (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma informado)

| BALANÇOS PATRIMONIAIS | Controladora 2022 | Controladora 2021 | Consolidado 2022 | Consolidado 2021 |
|---|---|---|---|---|
| **Ativos** | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 21.893 | 2.079 | 33.841 | 2.928 |
| Aplicações financeiras | 2.000 | 757 | 11.828 | 24.327 |
| Contas a receber de clientes | 164.217 | 140.239 | 140.300 | 112.839 |
| Estoques | 90.656 | 100.047 | 96.641 | 109.279 |
| Impostos a recuperar | 1.179 | 23.119 | 20.012 | 40.013 |
| Outras contas a receber | 13.612 | 7.287 | 13.692 | 7.287 |
| **Total do ativo circulante** | **293.555** | **273.528** | **316.314** | **296.673** |
| Impostos a recuperar LP | 2.132 | 1.681 | 2.132 | 1.681 |
| Tributos diferidos | 133.718 | - | 133.718 | - |
| Partes relacionadas | 25.113 | 16.659 | - | - |
| Depositos judiciais | 21 | 21 | 21 | 21 |
| Outras contas a receber LP | 47 | - | 47 | - |
| **Total do realizável a longo prazo** | **161.031** | **18.360** | **135.917** | **1.702** |
| Imobilizado | 179.659 | 169.157 | 179.659 | 169.157 |
| **Total do ativo não circulante** | **340.690** | **187.518** | **315.577** | **170.859** |
| **Total do ativo** | **634.245** | **461.046** | **631.891** | **467.532** |

| BALANÇOS PATRIMONIAIS | Controladora 2022 | Controladora 2021 | Consolidado 2022 | Consolidado 2021 |
|---|---|---|---|---|
| **Passivos** | | | | |
| Fornecedores | 45.573 | 37.574 | 46.743 | 38.089 |
| Empréstimos e financiamentos | 43.972 | 22.471 | 43.972 | 22.471 |
| Passivo de arrendamento | 863 | 1.177 | 863 | 1.177 |
| Impostos a recolher | 3.718 | 1.555 | 5.131 | 7.850 |
| Salários e encargos sociais | 12.242 | 12.127 | 12.242 | 12.127 |
| Debêntures | - | 21.697 | - | 21.697 |
| Outras contas a pagar | 19.830 | 24.767 | 22.433 | 25.830 |
| **Total do passivo circulante** | **126.198** | **121.366** | **131.384** | **129.241** |
| Empréstimos e financiamentos LP | - | 790 | - | 790 |
| Passivo de arrendamento LP | 8.021 | 7.330 | 8.021 | 7.330 |
| Provisão para perda de investimento | 7.239 | 1.334 | - | - |
| Outras contas a pagar LP | 13.183 | - | 13.183 | - |
| Debêntures LP | - | 97.345 | - | 97.345 |
| **Total do passivo não circulante** | **28.442** | **106.799** | **21.203** | **105.465** |
| **Patrimônio líquido** | **479.604** | **232.881** | **479.303** | **232.826** |
| Capital social | 641 | 641 | 641 | 641 |
| Adiantamento p/futuro aumento de capital | 527.073 | 486.955 | 527.073 | 486.955 |
| Reserva de capital | 156.620 | 114.859 | 156.620 | 114.859 |
| Prejuízos acumulados | (204.730) | (369.574) | (204.730) | (369.574) |
| **Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores** | **479.604** | **232.881** | **479.604** | **232.881** |
| Participação de acionistas não controladores | - | - | (301) | (55) |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | **634.245** | **461.046** | **631.891** | **467.532** |

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE**

| | Controladora 2022 | Controladora 2021 | Consolidado 2022 | Consolidado 2021 |
|---|---|---|---|---|
| **Resultado do exercício** | **206.604** | **122.996** | **206.358** | **123.053** |
| **Resultado abrangente total** | **206.604** | **122.996** | **206.358** | **123.053** |

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

| | Capital social: Capital social subscrito | Capital social: Capital a integralizar | AFAC | Reservas de Lucros | Prejuízos acumulados | Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores | Participação de acionistas não controladores | Total do patrimônio líquido |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 1°/01/2020** | 651 | (10) | 451.643 | 55.922 | (453.859) | 53.705 | - | 53.706 |
| Aumento de capital com acervo líquido recebido | - | - | 15.453 | - | - | 15.453 | - | 15.453 |
| Incentivos fiscais | - | - | - | 24.821 | (26.831) | - | - | (2.010) |
| Prejuízo/Lucro do exercício | - | - | - | - | 22.236 | 22.236 | (112) | 22.124 |
| **Saldos em 31/12/2020** | 651 | (10) | 467.096 | 80.744 | (458.455) | 91.394 | (112) | 89.272 |
| **Saldos em 1°/01/2021** | 651 | (10) | 466.454 | 80.744 | (458.455) | 89.384 | (112) | 89.272 |
| Aumento de capital com acervo líquido recebido | - | - | 20.501 | - | - | 20.501 | - | 20.501 |
| Incentivos fiscais | - | - | - | 34.115 | (34.115) | - | - | - |
| Prejuízo/Lucro do exercício | - | - | - | - | 122.996 | 122.996 | 57 | 123.053 |
| **Saldos em 31/12/2021** | 651 | (10) | 486.955 | 114.859 | (369.574) | 232.881 | (55) | 232.826 |
| **Saldos em 1°/01/2022** | 651 | (10) | 486.955 | 114.859 | (369.574) | 232.881 | (55) | 232.826 |
| Aumento de capital com acervo líquido recebido | - | - | 40.118 | - | - | 40.118 | - | 40.118 |
| Incentivos fiscais | - | - | - | 41.761 | (41.761) | - | - | - |
| Prejuízo/Lucro do exercício | - | - | - | - | 206.604 | 206.604 | (246) | 206.358 |
| **Saldos em 31/12/2022** | 651 | (10) | 527.073 | 156.620 | (204.731) | 479.604 | (301) | 479.303 |

| DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO | Controladora 2022 | Controladora 2021 | Consolidado 2022 | Consolidado 2021 |
|---|---|---|---|---|
| Receita operacional líquida | 985.716 | 879.588 | 1.008.220 | 911.817 |
| Custos das mercadorias vendidas | (779.556) | (704.455) | (791.734) | (716.531) |
| **Lucro bruto** | **206.160** | **175.133** | **216.486** | **195.286** |
| Despesas administrativas e gerais | (18.194) | (11.739) | (26.991) | (12.012) |
| Despesas com vendas | (19.205) | (16.252) | (18.522) | (16.146) |
| Outras (receitas) e despesas | 2.258 | 14.408 | 2.766 | 3.153 |
| Resultado de equivalência patrimônial | (5.905) | 1.353 | - | - |
| **Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos** | **165.114** | **162.903** | **173.739** | **170.281** |
| Receitas financeiras | 3.287 | 5.948 | 5.085 | 6.651 |
| Despesas financeiras | (93.055) | (38.130) | (103.723) | (45.791) |
| **Resultado financeiro líquido** | **(89.768)** | **(32.182)** | **(98.639)** | **(39.140)** |
| **Lucro ou prejuízo antes dos impostos** | **75.346** | **130.721** | **75.100** | **131.141** |
| Imposto de renda e CS | 131.258 | (7.725) | 131.258 | (8.088) |
| **Lucro ou prejuízo do exercício** | **206.604** | **122.996** | **206.358** | **123.053** |
| **Lucro líquido atribuível a:** | | | | |
| Participação aos acionistas controladores | - | - | 206.604 | 122.996 |
| Participação aos acionistas não controladores | - | - | (246) | 57 |
| **Lucro ou prejuízo do exercício** | **-** | **-** | **206.358** | **123.053** |

| DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA | Controladora 2022 | Controladora 2021 | Consolidado 2022 | Consolidado 2021 |
|---|---|---|---|---|
| **Fluxo de caixa das atividades operacionais** | | | | |
| Prejuízo/Lucro do exercício | 206.604 | 122.996 | 206.358 | 123.053 |
| **Ajustes para:** Depreciação | 26.120 | 22.033 | 26.120 | 22.033 |
| Resultado de equivalência patrimônial | 5.905 | (1.353) | - | - |
| Despesas financeiras debêntures | 40.118 | 33.289 | 40.118 | 33.289 |
| Provisão para perda de estoque | - | 3.102 | - | 3.102 |
| Impostos de renda e contribuições | (133.718) | 7.725 | (131.258) | 8.088 |
| Provisão (resersão) p/crédito liquidação duvidosa | - | (3.791) | - | (3.791) |
| Baixa de bens do ativo imobilizado | (1.460) | 3.995 | (1.460) | 3.995 |
| **Variações nos ativos e passivos:** Estoques | 9.392 | (40.099) | 12.638 | (31.590) |
| Aplicações financeiras | (1.240) | (757) | 12.499 | (5.898) |
| Contas a receber de clientes | (23.978) | (33.242) | (27.462) | (48.110) |
| Outras contas a receber | (6.372) | 11.751 | (6.451) | 11.752 |
| Impostos a recuperar | 21.489 | (18.472) | 17.090 | (26.574) |
| Outros contas a pagar | 8.246 | 13.546 | 9.786 | 14.452 |
| Impostos a recolher | 2.164 | (13.173) | (2.719) | (7.241) |
| Partes relacionadas | (8.455) | (11.338) | - | - |
| Fornecedores | 7.999 | 11.969 | 8.654 | 11.144 |
| Salários e encargos sociais | 115 | 2.446 | 115 | 2.446 |
| **Fluxo de caixa líq. utilizado nas ativ. operac.** | **152.929** | **110.627** | **164.029** | **110.150** |
| **Fluxo de caixa das atividades de financiamento** | | | | |
| Captações de emprestimos | 26.580 | 27.579 | 26.580 | 27.579 |
| Pagamentos de empréstimo | (790) | (14.905) | (790) | (14.905) |
| Pagamentos de passivo de arrendamento | (4.702) | (2.422) | (4.702) | (2.422) |
| Pagamento das debêntures | (119.042) | (89.892) | (119.042) | (89.892) |
| **Fluxo de caixa prov. das ativ. de financ.** | **(97.954)** | **(79.640)** | **(97.954)** | **(79.640)** |
| **Fluxo de caixa das atividades de investimento** | | | | |
| Aquisição de imobilizado | (35.161) | (29.703) | (35.161) | (29.703) |
| **Fluxo de caixa prov. das ativ. de invest.** | **(35.161)** | **(29.703)** | **(35.161)** | **(29.703)** |
| **Aumento líquido em caixa e equiv. de caixa** | **19.814** | **1.284** | **30.914** | **807** |
| Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro | 2.079 | 795 | 2.928 | 2.122 |
| Caixa e equiv. de caixa em 31 de dezembro | 21.893 | 2.079 | 33.841 | 2.928 |
| **Aumento líquido em caixa e equiv. de caixa** | **19.814** | **1.284** | **30.914** | **806** |

**DIRETORIA**

| **Antonio Túlio Jon Inchausti** | **Fábio Dias Garcia** |
|---|---|
| CEO | Contador - CRC/RS 061178/O-4 |

# CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS "DR. JOÃO AMORIM"- GESTÃO DE SAÚDE CARAPICUÍBA

CNPJ: 66.518.267/0015-89

## BALANÇO PATRIMONIAL

### BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (em Reais)

| Ativo | Notas | 2022 | 2021 | Passivo e Patrimônio Líquido | Notas | 2022 | 2021 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ativo Circulante** | | | | **Passivo Circulante** | | | |
| Caixa e Equivalente de Caixa | 4 | 3.807.879,79 | 2.647.637,45 | Fornecedores | | 1.004.598,14 | 1.119.486,01 |
| Adiantamentos a Empregados | 5 | 28.209,90 | 30.901,51 | Obrigações Trabalhistas | 11 | 328.790,17 | 337.066,09 |
| Adiantamentos para Despesas | | 538,19 | 1.000,00 | Obrigações Sociais e Fiscais | 12 | 250.192,34 | 237.383,87 |
| Impostos Recuperáveis | 6 | 1.159,83 | 2.039,83 | Contas a Pagar | | 11.026,57 | - |
| Créditos com Convênios | 7 | 265,10 | 1.914.398,56 | Provisões para Férias e Encargos | 13 | 516.805,15 | 385.291,61 |
| Estoque | 8 | 230.475,58 | 395.628,55 | | | **2.111.412,37** | **2.079.227,58** |
| Despesas Antecipadas | 9 | 4.376,49 | 4.336,38 | **Passivo não Circulante** | | | |
| | | **4.072.904,88** | **4.995.942,28** | Recursos Governamentais a Realizar | 14 | - | 26.401,84 |
| | | | | Bens Públicos em nosso poder | 15 | 548.723,35 | 371.180,00 |
| | | | | | | **548.723,35** | **397.581,84** |
| **Ativo não Circulante** | | | | **Patrimônio Líquido** | | | |
| Imobilizado | 10 | 548.723,35 | 371.180,00 | Patrimônio Social | | 2.890.312,86 | 1.649.919,85 |
| | | **548.723,35** | **371.180,00** | Superávit do Exercício | | (928.820,35) | 1.240.393,01 |
| | | | | | | **1.961.492,51** | **2.890.312,86** |
| **Total do Ativo** | | **4.621.628,23** | **5.367.122,28** | **Total do Passivo e Patrimônio Líquido** | | **4.621.628,23** | **5.367.122,28** |

### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (em Reais)

| | Notas | 2022 | 2021 |
|---|---|---|---|
| **Receitas Líquidas** | 16 | **19.041.438,58** | **17.646.724,65** |
| Contrato de Gestão nº 96/19 | 17 | 19.928.953,88 | 17.630.145,83 |
| Realização de Bens Públicos em nosso poder | | 30.581,38 | 18.826,24 |
| (-) Repasse destinado à aquisição do imobilizado | 3.h | (208.124,73) | (2.247,42) |
| (-) Glosas sobre Contratos e Convênios | | (709.971,95) | - |
| **Custos** | | **(18.844.319,20)** | **(15.561.935,07)** |
| Pessoal e Reflexos | 19 | (6.695.238,92) | (5.615.876,08) |
| Serviços Terceirizados | 20 | (9.536.674,63) | (8.401.932,50) |
| Medicamentos e Materiais de Consumo | 21 | (2.612.405,65) | (1.544.126,49) |
| Custo da CPP (Contr. Previdenciária Patronal) | 26 | (1.512.591,57) | (1.236.747,92) |
| (-) Isenção da CPP Usufruída | 26 | 1.512.591,57 | 1.236.747,92 |
| **(=) Resultado Bruto** | | **197.119,38** | **2.084.789,58** |
| **Despesas** | | **(1.324.393,70)** | **(921.149,77)** |
| Impostos, Taxas e Contribuições | | (137,39) | (960,01) |
| Despesas Gerais | 22 | (1.324.256,31) | (920.189,76) |
| **Outras (Despesas) e Receitas Operacionais** | | **1.858,50** | **1.727,03** |
| Receitas com Doações | | 378,00 | - |
| Outras Receitas | | 1.480,50 | 1.727,03 |
| **(=) Resultado Antes das Rec/Desp Financeiras** | | **(1.125.415,82)** | **1.165.366,84** |
| **Resultado Financeiro** | 18 | **196.595,47** | **75.026,17** |
| Receitas Financeiras | | 199.992,02 | 78.532,12 |
| Despesas Financeiras | | (3.396,55) | (3.505,95) |
| **Superávit do Exercício** | | **(928.820,35)** | **1.240.393,01** |

### DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (em Reais)

| | Patrimônio Social | Superávit (Déficit) Acumulados | Patrimônio Líquido |
|---|---|---|---|
| **Saldo em 31 de dezembro de 2020** | **1.207.409,95** | **442.509,90** | **1.649.919,85** |
| Incorporação do Superávit/Déficit | 442.509,90 | (442.509,90) | - |
| Superávit/Déficit do Exercício | - | 1.240.393,01 | 1.240.393,01 |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2021** | **1.649.919,85** | **1.240.393,01** | **2.890.312,86** |
| Incorporação do Superávit/Déficit | 1.240.393,01 | (1.240.393,01) | - |
| Superávit/Déficit do Exercício | - | (928.820,35) | (928.820,35) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2022** | **2.890.312,86** | **(928.820,35)** | **1.961.492,51** |

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (em Reais)

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| **Atividades Operacionais** | | |
| Superávit / (Déficit) do Exercício | (928.820,35) | 1.240.393,01 |
| (Aumento) Redução do Ativo | | |
| Adiantamentos a Empregados | 2.691,61 | (30.901,51) |
| Adiantamentos para Despesas | 461,81 | - |
| Impostos Recuperáveis | 880,00 | (2.039,83) |
| Créditos com Convênios | 1.914.133,46 | (607.370,82) |
| Estoques | 165.152,97 | (395.628,55) |
| Despesas Antecipadas | (40,11) | (235,64) |
| Aumento (Redução) do Passivo | | |
| Fornecedores | (114.887,87) | 864.878,02 |
| Obrigações Trabalhistas | (8.275,92) | 99.993,93 |
| Obrigações Sociais e Fiscais | 12.808,47 | 68.495,09 |
| Provisões para Férias e Encargos | 131.513,54 | 12.266,36 |
| Bens Públicos em Nosso Poder | (26.401,84) | (102.519,19) |
| Outras Obrigações | 11.026,57 | - |
| **Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais** | **1.160.242,34** | **1.147.330,87** |
| **Atividades de Investimento** | | |
| Aquisição de Imob/Intang. Pertencente a Gestão Pública | (208.124,73) | (2.247,42) |
| **Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento** | **(208.124,73)** | **(2.247,42)** |
| **Atividades de Financiamento** | | |
| Recebimento de Numerário para Aquis. de Imobilizado | 208.124,73 | 2.247,42 |
| **Caixa Líquido Consumido ns Atividades de Financiamento** | **208.124,73** | **2.247,42** |
| **Variação Líquida nas Disponibilidades** | **1.160.242,34** | **1.147.330,87** |
| **Caixa e Equivalentes de Caixa** | | |
| Disponibilidades no Início do Exercício | 2.647.637,45 | 1.500.306,58 |
| Disponibilidades no Final do Exercício | 3.807.879,79 | 2.647.637,45 |
| **Variação Líquida nas Disponibilidades** | **1.160.242,34** | **1.147.330,87** |

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (em Reais)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL:** O **Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM** é uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com o Estatuto Social original devidamente registrado no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83, e Organização Social de Saúde nos Municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Embu das Artes, Arujá, Poá, Americana, Guarulhos, Cajamar, Mauá, Salto, Santo André, Taubaté, Bertioga, Carapicuíba, Campinas, Rio de Janeiro, Maricá e nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul. Esta instituição presta serviços na área de saúde, realizando ações através de contratos de gestão e convênios firmados junto às Prefeituras dos Municípios de São Paulo, Embu das Artes, Mogi das Cruzes, Carapicuíba, Campinas, Cajamar, Peruíbe, Rio de Janeiro e Governo do Estado de São Paulo. Na promoção em saúde, as ações são realizadas através dos programas de "Voluntariado", "Deficiente Saudável", "Integração com a Comunidade", "Meio Ambiente" e "PAISM – Programa de Atenção Integral a Saúde da Mulher", executados pelo Instituto de Responsabilidade Social Dr. Fenando Proença de Gouvêa. As demonstrações contábeis da Entidade foram preparadas no pressuposto da continuidade normal e não inclui quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Entidade continuar em atividade. **2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: 2.a) Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros. **2.d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente ao exercício apresentado nessas demonstrações contábeis. **3.a) Instrumentos financeiros: • Ativos financeiros não derivativos:** a entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado. **• Caixa e equivalentes de caixa:** abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Os recursos vinculados representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para fazer frente às obrigações do contrato de gestão, dos seus termos aditivos e outros ajustes que lhe darão origem. **• Instrumentos financeiros derivativos:** não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2022 e 2021. **3.b) Estoques (quando aplicável):** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos e despesas. **3.c) Imobilizado: • Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de reserva de capital "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. **• Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela entidade. A administração reavaliou a situação no exercício de 2022 e não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas em 2021. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: **• Benfeitorias:** 25 anos; **• Máquinas e equipamentos:** 10 anos; **• Equipamentos de uso médico:** 10 anos; **• Aparelhos e instrumentos de uso médico:** 10 anos; **• Equipamentos de informática:** 5 anos; **• Móveis e utensílios:** 10 anos. **3.d) Intangível (quando aplicável): • Reconhecimento, mensuração e amortização:** o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a. **3.e) Redução ao valor recuperável (impairment): • Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A administração da entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão. **3.f) Passivo circulante e não circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.g) Patrimônio líquido:** Representa o patrimônio inicial da entidade, acrescido ou reduzido dos superávits ou déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da entidade conforme divulgado na Nota Explicativa n° 1. **3.h) Receitas:** As receitas da entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contrato de gestão, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada "(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado", e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. **3.i) Despesas:** As despesas da entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais. **3.j) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros. **3.k) Apuração do resultado:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. **4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA**

| **BANCOS – CONTA MOVIMENTO** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Banco do Brasil S.A. | - | 562,51 |
| Banco Santander (Brasil) S.A. | 233,79 | 1.269,83 |
| | **233,79** | **1.832,34** |

| **BANCOS – APLICAÇÕES FINANCEIRAS** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Banco do Brasil S.A. | 3.807.646,00 | 2.645.805,11 |
| | **3.807.646,00** | **2.645.805,11** |

A Entidade mantém a parcela disponível do superávit dos exercícios aplicados financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social, conforme mencionado na Nota Explicativa n° 1. As aplicações financeiras da instituição não estão sujeitas à incidência de impostos, devido a Entidade gozar de isenção de tributos federais. As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos estão atreladas, geralmente, ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI). **5. ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Adiantamentos de Férias | 28.209,90 | 30.901,51 |
| | **28.209,90** | **30.901,51** |

**6. IMPOSTOS RECUPERÁVEIS:**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| INSS a Compensar | - | 880,00 |
| IRRF s/ Serv. Prestados PJ | 262,47 | 262,47 |
| Contrib. Federais s/ Serv. Prestados PJ | 897,36 | 897,36 |
| | **1.159,83** | **2.039,83** |

**7. CRÉDITOS COM CONTRATO DE GESTÃO:**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Carapicuíba – PS Vila Dirce - Contrato 96/2019 | 265,10 | 1.914.398,56 |
| | **265,10** | **1.914.398,56** |

**8. ESTOQUE:**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Nutrição Enteral | - | 45.691,80 |
| Material de Laboratório/Reagentes | 999,83 | 1.600,00 |
| Medicamentos | 112.120,46 | 224.176,44 |
| Material Médico/Hospitalar | 99.620,15 | 91.789,97 |
| Material de Expediente/Escritório | 7.297,68 | 8.933,18 |
| Material de Manutenção | - | 4.151,27 |
| Material de Informática | 353,75 | 2.502,92 |
| Material de Limpeza | 3.502,55 | 932,45 |
| Material de EPI | 2.483,90 | 8.942,81 |
| Material Cirúrgico | 380,00 | - |
| Material de Higiene | 56,55 | 536,42 |
| Genêros Alimentícios | - | 2.276,53 |
| Utensílios de Copa | 2.825,71 | 944,50 |
| Material Impresso | - | - |
| Peças e Acessórios | 495,00 | 3.150,26 |
| Uniformes e Rouparia | - | - |
| Utensílios Diversos | 340,00 | |
| Gases Hospitalares | - | - |
| | **230.475,58** | **395.628,55** |

**9. DESPESAS ANTECIPADAS**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Prêmios de Seguros a Vencer | 4.376,49 | 4.336,38 |
| | **4.376,49** | **4.336,38** |

**10. IMOBILIZADO**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Instalações | 13.300,00 | - |
| Máquinas e Equipamentos | 60.577,62 | 6.270,62 |
| Equipamentos de Uso Médico | 6.800,00 | - |
| Equipamentos de Informática | 5.439,92 | 5.439,92 |
| Móveis e Utensílios | 74.253,09 | 27.455,92 |
| Benfeitorias em Imóveis | 457.311,03 | 370.390,47 |
| (-) Depreciação Acumulada | (68.958,31) | (38.376,93) |
| | **548.723,35** | **371.180,00** |

Conforme preceituado nos contratos de gestão firmados entre o CEJAM e a Prefeitura do Município de Carapicuíba, os bens patrimoniais adquiridos por conta dos referidos contratos é de uso exclusivo e de propriedade da Prefeitura Municipal.

**11. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Salários a Pagar | 328.790,17 | 336.637,38 |
| Rescisões a Pagar | - | 428,71 |
| | **328.790,17** | **337.066,09** |

**12. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| INSS sobre Salários a Recolher | 40.934,37 | 29.026,01 |
| FGTS a Recolher | 52.343,01 | 43.524,75 |
| Contribuições Sind. e Assist. a Recolher | 960,00 | - |
| IRRF sobre Pessoas Físicas a Recolher | 93.110,48 | 60.991,73 |
| IRRF sobre Pessoas Jurídicas a Recolher | 10.437,56 | 19.264,81 |
| CSRF sobre Pessoas Jurídicas a Recolher | 34.203,57 | 61.399,60 |
| INSS sobre Pessoas Jurídicas a Recolher | 12.514,81 | 18.031,84 |
| ISS Retido na Fonte a Recolher | 5.688,54 | 5.145,13 |
| | **250.192,34** | **237.383,87** |

**13. PROVISÕES PARA FÉRIAS E ENCARGOS**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Provisão para Férias | 478.576,57 | 356.799,91 |
| Provisão para FGTS sobre Férias | 38.228,58 | 28.491,70 |
| | **516.805,15** | **385.291,61** |

**14. BENS PÚBLICOS EM NOSSO PODER:** A rubrica "Bens públicos em nosso poder", no montante de R$ 548.723,35 em 2022 e R$ 371.180,00 em 2021, refere-se aos valores recebidos da Prefeitura do Município de Carapicuíba para aquisição de ativo imobilizado, que serão devolvidos ao município quando do término do contrato de gestão. O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado registrado no ativo. **15. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de abatimentos, glosas e descontos. A adoção inicial do CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente não afetou o reconhecimento inicial, mensuração e apresentação das receitas, que já estavam consistentes com os novos requerimentos. Basicamente, esta norma determina que as receitas sejam reconhecidas quando o cliente obtém o controle do bem ou serviço. Nesse sentido, nas atividades de saúde, dentre elas, hospitalar, gestão e promoção em saúde, sejam próprias ou públicas, a receita estava anteriormente reconhecida no momento em que o paciente recebia o serviço. **16. RECEITA COM CONTRATO DE GESTÃO**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Contrato 96/2019 | 19.928.953,88 | 17.630.145,83 |
| | **19.928.953,88** | **17.630.145,83** |

**17. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Rendimentos de Aplicações Financeiras | 199.441,54 | 72.530,30 |
| Descontos Obtidos | 550,48 | 6.001,82 |
| (-) Tarifas Bancárias | (2.631,20) | (2.790,45) |
| (-) Juros e Mora Comerciais | (197,02) | (5,00) |
| (-) Juros e Acréscimos Fiscais | (568,33) | (710,50) |
| | **196.595,47** | **75.026,17** |

**18. PESSOAL E REFLEXOS**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Ordenados | 4.009.555,55 | 3.493.627,17 |
| 13º Salários | 339.556,75 | 246.546,64 |
| Auxílio Enfermidade | 4.063,34 | 921,84 |
| Férias | 420.601,74 | 340.613,27 |
| Indenizações e Avisos Prévios | 267.411,27 | 267.370,08 |
| Insalubridade | 537.433,12 | 348.377,52 |
| Horas Extras | 112.847,84 | 16.476,34 |
| Descanso Semanal Remunerado | 58.361,16 | 28.831,21 |
| Assistência Médica e Odontológica | 721,39 | 187,98 |
| Auxílio Creche | 56.602,98 | 52.862,90 |
| Vale Transporte | 176.743,91 | 192.832,14 |
| Vale Refeição | - | 7.953,20 |
| Cesta Básica | 201.812,56 | 152.329,08 |
| Formação Profissional e Capacitação | 8.425,00 | 7.016,00 |
| Uniformes | 13.318,66 | 2.411,42 |
| Seguro de Vida | 1.407,03 | 941,18 |
| Contribuições ao FGTS | 486.376,62 | 456.578,11 |
| | **6.695.238,92** | **5.615.876,08** |

**19. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Serviços Médicos – Pessoas Jurídicas | 7.832.209,94 | 6.687.493,86 |
| Serviços Médicos – Pessoas Físicas | - | 986,40 |
| Serviços Diversos – Pessoas Jurídicas | 1.704.464,69 | 1.713.452,24 |
| | **9.536.674,63** | **8.401.932,50** |

**20. MEDICAMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Medicamentos e Materiais de Uso Médico | 1.945.627,31 | 1.099.877,74 |
| Gêneros Alimentícios | 86.365,50 | 8.281,54 |
| Materiais de Escritório e Informática | 37.308,72 | 13.564,16 |
| Materiais de Limpeza e Descartáveis | 13.301,16 | 5.219,27 |
| Nutrição e Dietética | 450.974,20 | 362.713,70 |
| Materiais de Conservação e Reparos | 23.872,63 | 27.882,76 |
| Pecas e Acessórios De Reposição | 26.862,88 | 8.685,10 |
| Combustíveis e Lubrificantes | 2.479,70 | 2.572,95 |
| EPI – Equipamento de Proteção Individual | 24.361,11 | 11.626,58 |
| Utensílios Diversos | 800,08 | 3.090,24 |
| Outros Materiais | 452,36 | 612,45 |
| | **2.612.405,65** | **1.544.126,49** |

**21. DESPESAS GERAIS**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Contas de Consumo | 10.199,48 | 12.296,15 |
| Aluguéis de Equipamentos Hospitalares | 570.821,01 | 426.475,77 |
| Administrativas | 630.669,32 | 457.300,70 |
| Bens não Imobilizados | 63.465,57 | 102,90 |
| Depreciações | 30.581,38 | 18.826,24 |
| Seguros | 5.214,56 | 4.970,87 |
| Outras Despesas Gerais | 13.304,99 | 217,13 |
| | **1.324.256,31** | **920.189,76** |

**22. COBERTURAS DE SEGUROS:** A entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes. **23. ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO DAS ENTIDADES DE FINS FILANTRÓPICOS:** A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela legislação e demais regulamentações vigentes na área em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas ao parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC). A renovação do Certificado de entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes. **24. CERTIFICADO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEBAS):** Em 04 de novembro de 2021, através da Portaria nº 1.094, publicada no Diário Oficial da União, edição 210, seção 1, página 133, em consideração ao Parecer Técnico nº 720/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.191938/2018-98, foi concedida ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de **30 de novembro de 2018 a 29 de novembro de 2021**. Em 24 de março de 2023, através da Portaria nº 274, publicada no Diário Oficial da União, edição 60, seção 1, página 87, em consideração a Nota Técnica nº 201/2023-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.167752/2021-13, foi concedida ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de **30 de novembro de 2021 a 29 de novembro de 2024**. **25. ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (QUOTA PATRONAL):** A entidade é isenta de Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem às isenções alcançadas nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal). A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2022 foi de R$ 1.512.591,57 (em 2021 foi de R$ 1.236.747,92) e está registrada em conta própria de "Compensação das Isenções Patronais Previdenciárias", no grupo de despesas, da seguinte forma:

| **ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS USUFRUÍDAS** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Cota Patronal INSS sobe a Folha de Pagamento | (1.512.591,57) | (1.236.550,64) |
| Cota Patronal sobre Serviços Prestados por Pessoas Físicas | - | (197,28) |
| | **(1.512.591,57)** | **(1.236.747,92)** |
| (-) Isenção Usufruída | | |
| (-) Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento | 1.512.591,57 | 1.236.550,64 |
| (-) Cota Patronal INSS sobre a Pessoas Físicas | - | 197,28 |
| | **-** | **-** |

**26. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES (RENÚNCIA FISCAL): Imposto de renda e contribuição social:** em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal. **PIS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários.**COFINS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. **Isenção previdenciária usufruída:** para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas.

**Carapicuíba (SP), 31 de dezembro de 2022.**

**Dr. Mário Santoro Junior** - Gerente de Desenvolvimento Institucional

**Alexandre Papi** - Contador CRC 1SP130223/O-3

**Relatório - Gestão em Saúde/ Relatório - Contratado X Realizado**
**Pronto Socorro da Vila Dirce - Período: De 01/2022 até 12/2022**

| Atividades realizadas - Urgência e Emergência | 1º Sem/2022 Meta | 1º Sem/2022 Real. | 2º Sem/2022 Meta | 2º Sem/2022 Real. | Total 2022 Meta | Total 2022 Real. | % da Meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Clínica Médica | Não há | 91.862 | Não há | 84.284 | Não há | 176.146 | - |
| Ortopedia | Não há | 12.657 | Não há | 10.300 | Não há | 22.957 | - |
| Total de Atendimentos | 78.000 | 104.519 | 78.000 | 94.584 | 156.000 | 199.103 | 127,63% |

| Atividades realizadas - Internação | 1º Sem/2022 Meta | 1º Sem/2022 Real. | 2º Sem/2022 Meta | 2º Sem/2022 Real. | Total 2022 Meta | Total 2022 Real. | % da Meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Volume de pacientes | 300 | 660 | 300 | 763 | 600 | 1.423 | 237,17% |

**Relatório - Gestão em Saúde/ Relatório - Contratado X Realizado**
**Pronto Socorro da Vila Dirce - Período: De 01/2022 até 12/2022**

| Atividades realizadas - Urgência e Emergência | 1º Sem/2022 Meta | 1º Sem/2022 Real. | 2º Sem/2022 Meta | 2º Sem/2022 Real. | Total 2022 Meta | Total 2022 Real. | % da Meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Clínica Médica | Não há | 91.862 | Não há | 84.284 | Não há | 176.146 | - |
| Ortopedia | Não há | 12.657 | Não há | 10.300 | Não há | 22.957 | - |
| Total de Atendimentos | 78.000 | 104.519 | 78.000 | 94.584 | 156.000 | 199.103 | 127,63% |

| Atividades realizadas - Internação | 1º Sem/2022 Meta | 1º Sem/2022 Real. | 2º Sem/2022 Meta | 2º Sem/2022 Real. | Total 2022 Meta | Total 2022 Real. | % da Meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Volume de pacientes | 300 | 660 | 300 | 763 | 600 | 1.423 | 237,17% |

| Indicadores de Qualidade | 1º Sem/2022 Meta | 1º Sem/2022 Real. | 2º Sem/2022 Meta | 2º Sem/2022 Real. | Total 2022 Meta | Total 2022 Real. | % da Meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Acolhimento/Classificação de Risco | ≥ 90% | 100% | ≥ 90% | 98% | ≥ 90% | 99% | 110% |
| Tempo de espera para classificação de risco | ≤15 min | 0:14:59 | ≤15 min | 0:14:09 | ≤15 min | 0:16:35 | - |
| Resolução das queixas (Ouvidoria) | ≤ 80% | 100% | ≤ 80% | 100% | ≤ 80% | 99% | 124% |
| Cumprimento dos prazos contratuais | 95% | 100% | 95% | 100% | 95% | 100% | 105% |

### Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis

**Opinião sobre as demonstrações contábeis** Examinamos as demonstrações contábeis do **CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS "DR. JOÃO AMORIM – GESTÃO DE SAÚDE CARAPICUÍBA**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

**São Paulo - SP, 14 de abril de 2023.**
**AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS**
CRC/SP 2SP - 024298/O-3
**Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior Contador**
CRC/RS "S" - SP- 058.252/O-1
CVM: Ato Declaratório Nº 7710/04

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

# VIGOR ALIMENTOS S.A.

CNPJ/ME nº 13.324.184/0001-97 - NIRE: 35.300.391.047

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13/01/2023**

**Data, Hora e Local:** No dia 13/01/2023, às 10h na sede social da **Vigor Alimentos S.A.**, localizada na Cidade de SP, SP, na Rua Joaquim Carlos, 396, 1º andar, Brás, CEP 03019-900 ("Companhia"). **Convocação:** O edital de convocação foi publicado no jornal "O Dia" nos dias 28/12/2022, 29/12/2022 e 30/12/2022, nos termos do artigo 124 da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A."). **Presenças:** Compareceram acionistas representando 99,99% do capital social. **Mesa:** Luis Henrique Gennari - Presidente; Emerson Paiva Inácio - Secretário. **Ordem do Dia:** discutir e deliberar sobre: **(i)** aumento do capital social da Companhia no valor de até R$ 250.000.000,00, mediante a emissão de até 23.584.906 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de aproximadamente R$ 10,60 por cada nova ação emitida, fixado de acordo com o artigo 170, §1º, da Lei das S.A.; **(ii)** alteração do artigo 5º, *caput,* do Estatuto Social da Companhia para refletir o aumento de capital em questão; e **(iii)** alteração e consequente consolidação do Estatuto Social da Companhia, a fim de refletir os ajustes deliberados nos itens "i" e "ii" acima. **Deliberações:** Após exame dos itens constantes da ordem do dia, os acionistas presentes aprovaram, sem qualquer ressalva ou restrição, as seguintes matérias: **(i)** o aumento do capital social da Companhia **de** R$ 3.957.933.759,71, totalmente subscrito e integralizado **para** R$ 4.175.333.759,71, com um aumento efetivo, portanto, de R$ 217.400.000,00, valor este que representa o equivalente a 821,928,166.35 pesos mexicanos, conforme evidenciado no contrato de câmbio nº 329494911, datado de 08/12/2022, com base na taxa cambial de MXN/R$ 0.2645, mediante a emissão de 20.509.434 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de aproximadamente R$10,60 por ação, fixado de acordo com o artigo 170, §1º, da Lei das S.A. Com expresso consentimento dos atuais acionistas da Companhia presentes na assembleia, o aumento de capital deliberado acima é, neste ato, totalmente subscrito e integralizado, conforme disposto no Boletim de Subscrição anexo a esta ata como **Anexo I** ("Boletim de Subscrição"). Os demais acionistas da Companhia presentes na assembleia renunciam expressamente, neste ato, ao seu direito de preferência para subscrição das novas ações emitidas pela Companhia. **(ii)** Em decorrência do aumento ora aprovado, os acionistas aprovam a reforma do artigo 5º, *caput,* do estatuto social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte nova redação: ***"Artigo 5º** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 4.175.333.759,71, dividido em 376.360.436 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal."* **(iii)** Fica ainda aprovada ainda a consolidação do Estatuto Social da Companhia nos termos do **Anexo II**. **Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma de sumário, nos termos do §1º do artigo 130 da Lei das S.A. que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Luis Henrique Gennari - Presidente; Emerson Paiva Inácio - Secretário. Acionistas Presentes: Lala Centroamerica, S.A. de C.V. (pp. Felipe Tonon Chiovatto) e Lala Administracion y Control, S.A. de C.V. (pp. Felipe Tonon Chiovatto). A presente é cópia fiel de ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 13/01/2023. **JUCESP** - 28.493/23-0 em 24/01/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

# HRDevelopers Consultoria S.A.

CNPJ nº 04.552.132/0001-87

**Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021** (Valores expressos em milhares de Reais)

| Ativo | 2022 | 2021 | Passivo | 2022 | 2021 |
|---|---|---|---|---|---|
| Caixa e equivalentes de caixa | 1 | 13 | Fornecedores | 297 | 4.286 |
| Contas a receber de clientes | 10.904 | 24.218 | Obrigações trabalhistas e tributárias | 189 | **465** |
| Tributos e contribuições a compensar | 209 | 151 | Imposto de Renda e Contribuição Social | 22 | 22 |
| Adiantamento a fornecedores | 42 | 26 | Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar | 753 | 753 |
| Outros | – | 1 | Outras Contas a Pagar | – | 24 |
| **Total do Ativo circulante** | **11.156** | **24.409** | **Total do Passivo circulante** | **1.260** | **5.550** |
| Partes Relacionadas | 2.583 | 2.583 | Provisão para demandas judiciais | 128 | 128 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 3.863 | 3.456 | Partes Relacionadas | 27.142 | 23.910 |
| Intangível | 30 | 47 | Passivo Fiscal Corrente | 111 | 198 |
| | | | **Total do Passivo não circulante** | **27.381** | **24.237** |
| | | | **Patrimônio líquido** | | |
| **Total do ativo não circulante** | **6.477** | **6.086** | Capital social | 2 | 2 |
| | | | Reserva de Capital | 208 | – |
| | | | Reservas de Retenção de lucros | (11.218) | 707 |
| | | | **Total do Patrimônio líquido** | **(11.009)** | **709** |
| **Total do ativo** | **17.633** | **30.495** | **Total do passivo e patrimônio líquido** | **17.633** | **30.495** |

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**
(Valores expressos em milhares de Reais)

| | Capital social | Reserva de Capital | Reservas de lucros: Reserva legal | Reservas de lucros: Reserva de retenção de lucros | Lucros (Prejuizos) acumulados | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldo em 31de dezembro de 2020** | **2** | **208** | **300** | **742** | **–** | **1.253** |
| Destinação do lucro: | | | | | | |
| Constituição de reserva de retenção de lucros | – | (208) | – | 208 | (544) | (544) |
| **Saldo em 31de dezembro de 2021** | **2** | **–** | **300** | **950** | **(544)** | **709** |
| Lucro líquido do exercício | – | – | – | – | (11.716) | (11.716) |
| Destinação do lucro: | | | | | | |
| Constituição de reserva de retenção de lucros | – | – | – | (11.716) | 11.716 | – |
| **Saldo em 31de dezembro de 2022** | **2** | **–** | **300** | **(10.766)** | **(544)** | **- 11.008** |

**Demonstração de resultado Exercícios findos em31 de dezembro de 2021 e 2020** (Valores expressos em milhares de Reais, exceto lucro por ação do capital social)

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Receita operacional líquida | 758 | 2.107 |
| Custo dos serviços prestados | (1.648) | (1.166) |
| **Lucro Bruto** | **(890)** | **941** |
| **Receitas (Despesas) operacionais** | | |
| Despesas administrativas, gerais e tributárias | (237) | (678) |
| Outras receitas operacionais | (10.995) | (41) |
| | **(11.232)** | **(719)** |
| **Resultado antes das receitas (despesas) financeiras liquidas e impostos** | **(12.122)** | **221** |
| Receitas financeiras | 58 | 616 |
| Despesas financeiras | (60) | (1.574) |
| **Receita (despesas) financeiras líquidas** | **(2)** | **(958)** |
| **Receitas não Operacionais** | **–** | **–** |
| **Lucro antes do IR e CS** | **(12.124)** | **(737)** |
| **Imposto de renda e contribuição social** | | |
| Correntes | (0) | (81) |
| Diferidos | 408 | 273 |
| | **408** | **192** |
| **Lucro líquido (prejuízo) do exercício** | **(11.716)** | **(545)** |
| **Atribuído a:** | | |
| Participações de Acionitas Controladores | (7.147) | (333) |
| Participações de Acionitas não Controladores | (4.569) | (213) |
| **Lucro líquido (prejuízo) do exercício** | **(11.716)** | **(545)** |

**Diretoria**

**Kleuber Pereira Batista**
Diretor de Finanças - CPF: 579.489.681-72
**Maraisa Paes Martins**
Contadora - CRC: 1SP157782-O/0 - CPF: 085.321.308-95

# CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS "DR. JOAO AMORIM"- HOSPITAL MUNICIPAL ENFERMEIRO ANTÔNIO POLICARPO DE OLIVEIRA

CNPJ. : 66.518.267/0018-21

**Demonstrações Financeiras**

**Balanço Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021** (em Reais)

| Ativo | Notas | 2022 | 2021 | Passivo e Patrimônio Líquido | Notas | 2022 | 2021 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ativo Circulante** | | | | **Passivo Circulante** | | | |
| Caixa e Equivalente de Caixa | **4** | - | 1.658.186,20 | Fornecedores | | - | 557.324,24 |
| Adiantamento a Empregados | **5** | - | 49.961,41 | Obrigações Trabalhistas | **11** | - | 644.981,15 |
| Adiantamentos para Despesas | | - | 1.671,55 | Obrigações Sociais e Fiscais | **12** | - | 334.123,47 |
| Impostos Recuperáveis | **6** | - | 9.260,06 | Contas a Pagar | **13** | - | 274.073,08 |
| Créditos de Contratos de Gestão | **7** | - | 3.230.954,73 | Provisões para Férias e Encargos | **14** | - | 768.316,87 |
| Outros Créditos | **8** | - | 23.261,38 | | | **-** | **2.578.818,81** |
| | | **-** | **4.973.295,33** | **Passivo não Circulante** | | | |
| **Ativo não Circulante** | | | | Recursos Governamentais a Realizar | | - | 433.264,00 |
| Imobilizado | **9** | - | 2.004.435,25 | Bens Públicos em nosso poder | **15** | - | 2.005.707,00 |
| Intangível | **10** | - | 1.271,75 | | | **-** | **2.438.971,00** |
| | | | | **Patrimônio Líquido** | | | |
| | | | | Patrimônio Social | | 1.961.212,52 | 925.451,90 |
| | | | | Superávit / (Déficit) do Exercício | | (2.179.710,42) | 1.035.760,62 |
| | | | | Transferências Patrimoniais | | 218.497,90 | - |
| | | **-** | **2.005.707,00** | | | **-** | **1.961.212,52** |
| **Total do Ativo** | | **-** | **6.979.002,33** | **Total do Passivo e Patrimônio Líquido** | | **-** | **6.979.002,33** |

**Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021** (em Reais)

| | Patrimônio Social | Superávit (Déficit) Acumulados | Transferências Patrimoniais | Patrimônio Líquido |
|---|---|---|---|---|
| **Saldo em 31 de dezembro de 2020** | **2.001.685,66** | **(1.079.685,42)** | **3.451,66** | **925.451,90** |
| Incorporação do Superávit/Déficit | (1.079.685,42) | 1.079.685,42 | - | - |
| Transferências Patrimoniais | 3.451,66 | - | (3.451,66) | - |
| Superávit/Déficit do Exercício | - | 1.035.760,62 | - | 1.035.760,62 |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2021** | **925.451,90** | **1.035.760,62** | **-** | **1.961.212,52** |
| Incorporação do Superávit/Déficit | 1.035.760,62 | (1.035.760,62) | - | - |
| Transferências Patrimoniais | - | - | 218.497,90 | 218.497,90 |
| Superávit/Déficit do Exercício | - | (2.179.710,42) | - | (2.179.710,42) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2022** | **1.961.212,52** | **(2.179.710,42)** | **218.497,90** | **-** |

**Demonstração do Resultado dos Períodos Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021** (em Reais)

| | Notas | 2022 | 2021 |
|---|---|---|---|
| **Receitas Líquidas** | **16** | **12.984.156,76** | **43.936.674,94** |
| Contrato de Gestão | **17** | 12.886.823,81 | 44.831.684,00 |
| Realização de Bens Públicos em nosso poder | | 214.897,73 | 206.872,66 |
| (-) Repasse destinado à aquisição do imobilizado | **3.h** | - | (296.990,59) |
| (-) Devolução de Recursos Públicos | **18** | - | (804.891,13) |
| (-) Glosas sobre Contratos e Convênios | | (117.564,78) | - |
| **Custos** | | **(14.400.122,56)** | **(38.441.455,66)** |
| Pessoal e Reflexos | **20** | (6.559.548,66) | (13.511.269,12) |
| Serviços Terceirizados | **21** | (6.565.458,78) | (20.258.407,20) |
| Medicamentos e Materiais de Consumo | **22** | (1.275.115,12) | (4.671.779,34) |
| Custo da CPP (Contr. Previdenciária Patronal) | **27** | (1.212.652,65) | (3.129.131,39) |
| (-) Isenção da CPP Usufruída | **27** | 1.212.652,65 | 3.129.131,39 |
| **(=) Resultado Bruto** | | **(1.415.965,80)** | **5.495.219,28** |
| **Despesas** | | **(1.493.307,48)** | **(4.587.114,69)** |
| Impostos, Taxas e Contribuições | | (1.442,72) | (3.078,68) |
| Despesas Gerais | **23** | (1.491.864,76) | (4.584.036,01) |
| **Outras Receitas Operacionais** | | **533.784,90** | **7.070,38** |
| Receitas com Doações | | 213,19 | 2.100,00 |
| Outras Receitas | | 533.571,71 | 4.970,38 |
| **(=) Resultado antes das Rec/Desp Financeiras** | | **(2.375.488,38)** | **915.174,97** |
| **Resultado Financeiro** | **19** | **195.777,96** | **120.585,65** |
| Receitas Financeiras | | 199.261,50 | 135.706,82 |
| Despesas Financeiras | | (3.483,54) | (15.121,17) |
| **Superávit / (Déficit) do Exercício** | | **(2.179.710,42)** | **1.035.760,62** |

**Demonstração dos Fluxos de Caixa dos Períodos Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021** (em Reais)

| Atividades Operacionais | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Superávit / (Déficit) do Exercício | (2.179.710,42) | 1.035.760,62 |
| (Aumento) Redução do Ativo | | |
| Adiantamentos a Empregados | 49.961,41 | (49.961,41) |
| Adiantamentos para Despesas | 1.671,55 | (1.643,13) |
| Impostos Recuperáveis | 9.260,06 | (9.260,06) |
| Créditos com Convênios | 3.230.954,73 | (600.500,45) |
| Outros Créditos | 23.261,38 | (23.261,38) |
| Aumento (Redução) do Passivo | | |
| Fornecedores | (557.324,24) | (313.806,66) |
| Obrigações Trabalhistas | (644.981,15) | 106.264,52 |
| Obrigações Sociais e Fiscais | (334.123,47) | 37.208,66 |
| Provisões para Férias e Encargos | (768.316,87) | 200.124,82 |
| Recursos Governamentais a Realizar | (433.264,00) | - |
| Outras Obrigações | (274.073,08) | 51.344,13 |
| **Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais** | **(1.876.684,10)** | **432.269,66** |
| **Atividades de Investimento** | | |
| Aquisição de Imob/Intang. Pertencente a Gestão Pública | - | (296.990,59) |
| **Caixa Líquido Consumido ns Atividades de Investimento** | **-** | **(296.990,59)** |
| **Atividades de Financiamento** | | |
| Recebimento de Numerário para Aquis. de Imobilizado | - | 296.990,59 |
| Incorporação ao Patrimônio Líquido | 218.497,90 | - |
| **Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento** | **218.497,90** | **296.990,59** |
| **Variação Líquida nas Disponibilidades** | **(1.658.186,20)** | **432.269,66** |
| **Caixa e Equivalentes de Caixa** | | |
| Disponibilidades no Início do Exercício | 1.658.186,20 | 1.225.916,54 |
| Disponibilidades no Final do Exercício | - | 1.658.186,20 |
| **Variação Líquida nas Disponibilidades** | **(1.658.186,20)** | **432.269,66** |

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2022 e 2021** (em Reais)

**1. Contexto Operacional:** O **Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM** é uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com o Estatuto Social original devidamente registrado no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83, e Organização Social de Saúde nos Municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Embu das Artes, Arujá, Poá, Americana, Guarulhos, Cajamar, Mauá, Salto, Santo André, Taubaté, Bertioga, Carapicuíba, Campinas, Rio de Janeiro, Maricá e nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul. Esta instituição presta serviços na área de saúde, realizando ações através de contratos de gestão e convênios firmados junto às Prefeituras dos Municípios de São Paulo, Embu das Artes, Mogi das Cruzes, Carapicuíba, Campinas, Cajamar, Peruíbe, Rio de Janeiro e Governo do Estado de São Paulo. Na promoção em saúde, as ações são realizadas através dos programas de "Voluntariado", "Deficiente Saudável", "Integração com a Comunidade", "Meio Ambiente" e "PAISM - Programa de Atenção Integral a Saúde da Mulher", executados pelo Instituto de Responsabilidade Social Dr. Fenando Proença de Gouvêa. O **CEJAM** qualificado como Organização Social de Saúde pelo Município de Cajamar, através do Contrato de Gestão nº 25/2019, firmado em caráter emergencial com a **Prefeitura do Município de Cajamar** em 07 de junho de 2019, visando gerenciar, operacionalizar e executar ações e serviços de saúde em regime de 24 horas/dia no **Hospital Municipal Enfermeiro Antônio Policarpo de Oliveira** com a missão de acolher a população da região, prestando assistência humanizada e eficiente, em conformidade com os princípios do SUS, e contribuir para o Sistema de Saúde. Cabe ressaltar que em 30 de abril de 2022 o Contrato de Gestão nº 25/2019 foi encerrado. As demonstrações contábeis da Entidade foram preparadas no pressuposto da continuidade normal e não inclui quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Entidade continuar em atividade. **2. Bases de Preparação das Demonstrações Contábeis: 2.a) Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros. **2.d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **3. Principais Práticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente ao exercício apresentado nessas demonstrações contábeis. **3.a) Instrumentos financeiros: • Ativos financeiros não derivativos:** a entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado. **• Caixa e equivalentes de caixa**: abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Os recursos vinculados representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para fazer frente às obrigações do contrato de gestão, dos seus termos aditivos e outros ajustes que lhe darão origem. **• Instrumentos financeiros derivativos**: não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2022. **3.b) Estoques (quando aplicável):** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos e despesas. **3.c) Imobilizado: • Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de reserva de capital "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. **• Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela entidade. A administração, reavaliou a situação do exercício de 2022 e não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas em 2021. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: • Benfeitorias: 25 anos; • Máquinas e equipamentos: 10 anos; • Equipamentos de uso médico: 10 anos; • Aparelhos e instrumentos de uso médico: 10 anos; • Equipamentos de informática: 5 anos; • Móveis e utensílios: 10 anos. **3.d) Intangível: • Reconhecimento, mensuração e amortização**: o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a. **3.e) Redução ao valor recuperável (impairment): • Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A administração da entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão. **3.f) Passivo circulante e não circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.g) Patrimônio líquido:** Representa o patrimônio inicial da entidade, acrescido ou reduzido dos superávits ou déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da entidade conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1. **3.h) Receitas:** As receitas da entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contrato de gestão, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada "(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado", e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. **3.i) Despesas:** As despesas da entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais. **3.j) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros. **3.k) Apuração do resultado:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

**4. Caixa e Equivalente de Caixa**

| **Bancos - Conta Movimento** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Banco Santander (Brasil) S.A. | - | 734,17 |
| | **-** | **734,17** |
| **Bancos - Aplicações Financeiras** | **2022** | **2021** |
| Banco Santander (Brasil) S.A. | - | 1.657.452,03 |
| | **-** | **1.657.452,03** |

A Entidade mantém a parcela disponível do superávit dos exercícios aplicados financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1. As aplicações financeiras da instituição não estão sujeitas à incidência de impostos, devido a Entidade gozar de isenção de tributos federais. As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos estão atreladas, geralmente, ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI).

| **5. Adiantamento de Empregados** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Adiantamento de Férias | - | 49.961,41 |
| | **-** | **49.961,41** |

| **6. Impostos Recuperáveis** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| INSS a Recuperar | - | 9.260,06 |
| | **-** | **9.260,06** |

| **7. Créditos com Contratos de Gestão** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Contrato de Gestão nº 48/2020 | - | 3.230.954,73 |
| | **-** | **3.230.954,73** |

| **8. Outros Créditos** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Outros Valores a Regularizar | - | 23.261,38 |
| | **-** | **23.261,38** |

| **9. Imobilizado** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Benfeitorias em Imóveis | - | 318.261,10 |
| Instalações | - | 113.162,38 |
| Máquinas e Equipamentos | - | 477.223,00 |
| Equipamentos de Uso Médico | - | 1.267.294,40 |
| Aparelhos e Instrumentos de Uso Médico | - | 42.143,71 |
| Equipamentos de Informática | - | 10.185,85 |
| Móveis e Utensílios | - | 96.776,54 |
| (-) Depreciação Acumulada | - | (320.611,73) |
| | **-** | **2.004.435,25** |

Conforme preceituado nos contratos de gestão firmados entre o CEJAM e a Prefeitura do Município de Cajamar, os bens patrimoniais adquiridos por conta dos referidos contratos é de uso exclusivo e de propriedade da Prefeitura Municipal.

| **10. Intangível** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Direitos de Uso de Sistemas | - | 2.330,00 |
| (-) Amortização Acumulada | - | (1.058,25) |
| | **-** | **1.271,75** |

| **11. Obrigações Trabalhistas** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Salários a Pagar | - | 644.981,15 |
| | **-** | **644.981,15** |

| **12. Obrigações Sociais e Fiscais** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| INSS sobre Salários a Recolher | - | 27.792,43 |
| FGTS a Recolher | - | 94.546,57 |
| Contr. Sindicais e Assistenciais a Recolher | - | 859,60 |
| IRRF sobre Pessoas Físicas a Recolher | - | 112.616,25 |
| IRRF sobre Pessoas Jurídicas a Recolher | - | 17.982,78 |
| CSRF sobre Pessoas Jurídicas a Recolher | - | 55.795,98 |
| INSS sobre Pessoas Jurídicas a Recolher | - | 21.969,64 |
| ISS Retido na Fonte a Recolher | - | 2.560,22 |
| | **-** | **334.123,47** |

| **13. Contas a Pagar** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| CEJAM - Mantenedora | - | 223.404,18 |
| SABESP | - | 27.370,58 |
| Eletropaulo Metropolitana Eletricidade | - | 23.298,32 |
| | **-** | **274.073,08** |

| **14. Provisões para Férias e Encargos** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Provisão para Férias | - | 711.439,01 |
| Provisão para FGTS sobre Férias | - | 56.877,86 |
| | **-** | **768.316,87** |

**15. Bens Públicos em Nosso Poder:** A rubrica "Bens públicos em nosso poder", no montante de R$ 2.005.707,00 em 2021, refere-se aos valores recebidos da Prefeitura do Município de Cajamar para aquisição de ativo imobilizado e intangível, que serão devolvidos ao município quando do término do contrato de gestão. O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado registrado no ativo. **16. Receitas Operacionais Líquidas:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de abatimentos, glosas e descontos. A adoção inicial do CPC 47 - Receita de Contrato de Cliente não afetou o reconhecimento inicial, mensuração e apresentação das receitas, que já estavam consistentes com os novos requerimentos. Basicamente, esta norma determina que as receitas sejam reconhecidas quando o cliente obtém o controle do bem ou serviço. Nesse sentido, nas atividades de saúde, dentre elas, hospitalar, gestão e promoção em saúde, sejam próprias ou públicas, a receita estava anteriormente reconhecida no momento em que o paciente recebia o serviço.

| **17. Receita com Contratos de Gestão** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Contrato de Gestão nº 48/2020 | 12.886.823,81 | 33.014.258,37 |
| Contrato de Gestão nº 17/2021 | - | 11.817.425,63 |
| | **12.886.823,81** | **44.831.684,00** |

| **18. Devolução de Recursos Públicos** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Contrato de Gestão nº 17/2021 | - | 804.891,13 |
| | **-** | **804.891,13** |

| **19. Receitas e Despesas Financeiras** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Rendimentos de Aplicações Financeiras | 187.779,68 | 109.681,09 |
| Descontos Obtidos | 11.481,82 | 26.025,73 |
| (-) Tarifas Bancárias | (2.192,65) | (8.000,65) |
| (-) Juros e Mora de Fornecedores | (87,56) | (2.983,51) |
| (-) Descontos Concedidos | (0,01) | - |
| (-) Juros e Acréscimos sobre Impostos | (1.203,32) | (4.137,01) |
| | **195.777,96** | **120.585,65** |

| **20. Pessoal e Reflexos** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Ordenados | 2.884.647,79 | 9.481.182,04 |
| 13º Salários | - | 639.423,78 |
| Férias | - | 722.347,36 |
| Indenizações e Avisos Prévios | 1.751.808,10 | 753.422,11 |
| Gratificações | 9.414,68 | 28.876,79 |
| Insalubridade | 220.979,92 | - |
| Horas Extras | 587.573,47 | - |
| DSR | 50.568,71 | - |
| Auxílio Creche | 31.093,73 | 93.225,29 |
| Auxílio Farmácia | - | 297,03 |
| Assistência Médica e Odontológica | 1.575,51 | 4.588,31 |
| Vale Transporte | 64.924,28 | 241.683,08 |
| Vale Refeição | - | 14.479,03 |
| Cesta Básica | 156.328,01 | 437.969,71 |
| Uniformes | 12.336,47 | 6.715,46 |
| Formação Profissional e Capacitação | 24.005,83 | 40.921,99 |
| Seguro de Vida | 1.223,32 | 2.650,77 |
| Contribuições ao FGTS | 763.068,84 | 1.043.486,37 |
| | **6.559.548,66** | **13.511.269,12** |

| **21. Serviços Terceirizados** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Serviços Médicos - Pessoas Jurídicas | 5.731.867,51 | 17.461.945,32 |
| Serviços Médicos - Pessoas Físicas | - | 128.418,19 |
| Serviços Diversos - Pessoas Jurídicas | 833.591,27 | 2.614.843,69 |
| Serviços Diversos - Pessoas Físicas | - | 53.200,00 |
| | **6.565.458,78** | **20.258.407,20** |

| **22. Medicamentos e Materiais de Consumo** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Medicamentos e Materiais de Uso Médico | 824.176,61 | 3.578.225,92 |
| Gêneros Alimentícios | 281.105,21 | 529.214,62 |
| Materiais de Escritório e Informática | 38.785,12 | 56.213,05 |
| Materiais de Limpeza e Descartáveis | 50.773,88 | 140.820,14 |
| Nutrição e Dietética | 17.344,27 | 65.833,09 |
| Materiais de Conservação e Reparos | 29.473,68 | 81.143,20 |
| EPI - Equipamento de Proteção Individual | 8.055,70 | 97.483,75 |
| Outros Materiais | 25.400,65 | 122.845,57 |
| | **1.275.115,12** | **4.671.779,34** |

| **23. Despesas Gerais** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Contas de Consumo (Água, Luz, Telefone) | 297.182,96 | 524.653,60 |
| Aluguéis de Equipamentos Hospitalares | 135.253,34 | 1.453.622,07 |
| Aluguéis de Móveis e Utensílios | 242.987,13 | 1.341.630,60 |
| Aluguéis de Veículos | - | 2.333,16 |
| Administrativas | 428,68 | - |
| Publicidade | - | 4,00 |
| Eventos | 418,34 | 491,36 |
| Despesas Institucionais | 571.648,90 | 1.035.342,71 |
| Bens não Imobilizados | 849,00 | 18.962,79 |
| Depreciações e Amortizações | 214.897,73 | 206.872,66 |
| Demais Despesas | 28.198,68 | 123,06 |
| | **1.491.864,76** | **4.584.036,01** |

**24. Coberturas de Seguros:** A entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes. **25. Atendimento à Legislação das Entidades de Fins Filantrópicos:** A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela legislação e demais regulamentações vigentes na área em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas ao parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC). A renovação do Certificado de entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes. **26. Certificado Beneficente de Assistência Social (CEBAS)**: Em 04 de novembro de 2021, através da Portaria nº 1.094, publicada no Diário Oficial da União, edição 210, seção 1, página 133, em consideração ao Parecer Técnico nº 720/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.191938/2018-98, foi concedida ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de **30 de novembro de 2018** a **29 de novembro de 2021**. Em 24 de março de 2023, através da Portaria nº 274, publicada no Diário Oficial da União, edição 60, seção 1, página 87, em consideração a Nota Técnica nº 201/2023-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.167752/2021-13, foi concedida ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de **30 de novembro de 2021** a **29 de novembro de 2024**. **27. Isenções Previdenciárias (Quota Patronal):** A entidade é isenta de Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem às isenções alcançadas nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal). A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2022 foi de R$ 1.212.652,65 (em 2021 foi de R$ 3.129.131,39) e está registrada em conta própria de "Compensação das Isenções Patronais Previdenciárias", no grupo de despesas, da seguinte forma:

| **Isenções Previdenciárias Usufruídas** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Cota Patronal INSS sobe a Folha de Pagamento | (1.212.652,65) | (3.092.807,76) |
| Cota Patronal sobre Serviços Prestados por Pessoas Físicas | - | (36.323,63) |
| | **(1.212.652,65)** | **(3.129.131,39)** |
| (-) Isenção Usufruída | | |
| (-) Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento | 1.212.652,65 | 3.092.807,76 |
| (-) Cota Patronal INSS sobre a Pessoas Físicas | - | 36.323,63 |
| | **0,00** | **0,00** |

**28. Tributos e Contribuições (Renúncia Fiscal): Imposto de renda e contribuição social:** em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal. **PIS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários. **COFINS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. **Isenção previdenciária usufruída:** para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas. Cajamar (SP), 31 de dezembro de 2022.

**Dr. Mário Santoro Junior** - Gerente de Desenvolvimento Institucional

**Alexandre Papi** - Contador CRC nº 1SP130223/O-3

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis**

**Opinião sobre as demonstrações contábeis** Examinamos as demonstrações contábeis do **Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - Hospital Municipal Enfermeiro Antônio Policarpo de Oliveira**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos** O contrato gestão do **Hospital Municipal Efermeiro Antônio Policarpo de Oliveira** com o **Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. Joao Amorim" -** foi encerrado em 30 de abril de 2022**. Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo -SP, 11 de abril de 2023. **Audisa Auditores Associados -** CRC/SP 2SP -024298/O-3; **Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior -** Contador - CRC/RS "S" -SP-058.252/O-1 - CVM: Ato Declaratório Nº 7710/04.

**Relatório- Gestão em Saúde**
**Relatório- Contratado X Realizado**
**Hospital 48/2020- Período de 01/01/2022 até 30/04/2022**

| **Atendimento Pronto Socorro** | 1° Quadrimestre/2022: Contratado | Realizado | % |
|---|---|---|---|
| Atendimento mensais de urgência/ emergência nas especialidades clinica médica, ginecologia e obstetrícia, cirurgia geral e ortopedia | 28.000 | 35.755 | 127,70% |
| Atendimentos mensais de urgência/ emergência em pediatria | 10.000 | 10.331 | 103,31% |
| Total | 38.000 | 46.086 | 121,28% |

| **Internação** | 1° Quadrimestre/2022: Contratado | Realizado | % |
|---|---|---|---|
| Internações obstétricas por mês | 200 | 231 | 115,50% |
| Internações adultas por mês | 200 | 589 | 294,50% |
| Internações pediátricas por mês | 200 | 77 | 38,50% |
| Total | 600 | 897 | 149,50% |

| **Cirurgias** | 1° Quadrimestre/2022: Contratado | Realizado | % |
|---|---|---|---|
| Partos por mês | 160 | 196 | 122,50% |
| Cirurgias eletivas de pequeno e médio porte por mês, excluindo as cirurgias cesarianas | 620 | 33 | 5,32% |
| Total | 780 | 229 | 29,36% |

| **SADT** | 1° Quadrimestre/2022: Contratado | Realizado | % |
|---|---|---|---|
| Exames de Ultrassonografia geral (maior foco em urgências hospitalar os demais casos são regulados via SMS) | 600 | 413 | 68,83% |
| Exames de Ecocardiografia | 240 | 180 | 75,00% |
| Exames de doppler vascular venoso e arterial | 80 | 57 | 71,25% |
| Exames de teste de olhinho (todos nascituros hospital) | 196 | 196 | 100,00% |
| Exames de teste de ouvido recém nascido (todos nascituros Hospital) | 196 | 229 | 116,84% |
| Exames de eletrocardiogramas | 1.000 | 826 | 82,60% |
| Exames de raio-x (até 10% com laudo) | 12.000 | 498 | 4,15% |
| Exames de Analises Clinicas | 80.000 | 34.241 | 42,80% |
| Exames de Endoscopia Digestiva Alta | 600 | 469 | 78,17% |
| Exames de Colonoscopia | 200 | 212 | 106,00% |
| Exames de Mapa | 240 | 192 | 80,00% |
| Exames de Holter | 80 | 160 | 200,00% |
| Tomografia | 1.600 | 1.706 | 106,63% |
| **Total** | **97.032** | **39.379** | 40,58% |

## Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" Cejam PSF/Mogi das Cruzes

CNPJ 66.518.267/0010-74

### Balanço Patrimonial do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2022 (em Reais)

| Ativo | Notas | 2022 | 2021 |
|---|---|---|---|
| **Ativo Circulante** | | | |
| Caixa e Equivalente de Caixa | 4 | 7.050.928,57 | 10.895.293,56 |
| Adiantamentos a Empregados | 5 | 190.651,01 | 157.893,21 |
| Adiantamentos para Despesas | | 156,81 | 2.358,50 |
| Impostos Recuperáveis | | 4.476,20 | 23.690,07 |
| Créditos de Contratos de Gestão | 6 | 2.971.653,37 | 2.195.271,79 |
| Estoque | | 11.474,40 | 98.678,95 |
| Despesas Antecipadas | | 2.258,20 | 6.743,53 |
| | | **10.231.598,56** | **13.379.929,61** |
| **Ativo não Circulante** | | | |
| Imobilizado | 7 | 222.344,14 | 102.437,71 |
| Intangível | 8 | 4.161,50 | 6.878,31 |
| | | **226.505,64** | **109.316,02** |
| **Total do Ativo** | | **10.458.104,20** | **13.489.245,63** |

| Passivo e Patrimônio Líquido | Notas | 2022 | 2021 |
|---|---|---|---|
| **Passivo Circulante** | | | |
| Fornecedores | | 496.760,14 | 782.793,64 |
| Obrigações Trabalhistas | 9 | 1.170.955,50 | 1.738.534,42 |
| Obrigações Sociais e Fiscais | 10 | 721.100,72 | 795.130,02 |
| Contas a Pagar | | 81.722,51 | 657.470,91 |
| Provisões para Férias e Encargos | | 1.888.195,72 | 2.404.035,11 |
| | | **4.358.734,59** | **6.377.964,10** |
| **Passivo não Circulante** | | | |
| Provisões para Contingências | 11 | 280.835,24 | 280.835,24 |
| Bens Públicos em nosso poder | 12 | 226.505,64 | 109.316,02 |
| | | **507.340,88** | **390.151,26** |
| **Patrimônio Líquido** | | | |
| Patrimônio Social | | 6.721.130,27 | 6.138.643,03 |
| Superávit do Exercício | 24 | 1.849.856,79 | 578.846,19 |
| Transferências Patrimoniais | | (2.978.958,33) | 3.641,05 |
| | | **5.592.028,73** | **6.721.130,27** |
| **Total do Passivo e Patrimônio Líquido** | | **10.458.104,20** | **13.489.245,63** |

### Demonstração do Resultado do Período Findos em 31 de Dezembro de 2022 (em Reais)

| | Notas | 2022 | 2021 |
|---|---|---|---|
| **Receitas Líquidas** | 13 | **44.665.115,88** | **51.788.546,59** |
| Contratos de Gestão e Convênios | 14 | 45.607.981,87 | 51.778.066,31 |
| Realização de Bens Públicos em nosso poder | | 20.861,52 | 34.267,48 |
| (-) Repasse destinado à aquisição de Imobilizado | 3.g | (40.105,80) | (23.787,20) |
| (-) Glosas sobre Contratos e Convênios | | (923.621,71) | - |
| **Custos** | | **(41.794.148,46)** | **(49.499.077,51)** |
| Pessoal e Reflexo | 16 | (26.195.824,48) | (29.135.914,48) |
| Serviços Terceirizados | 17 | (15.339.598,11) | (20.037.662,92) |
| Medicamentos e Materiais de Consumo | 18 | (258.725,87) | (325.500,11) |
| Custo da CPP (Contr. Previdenciária Patronal) | 22 | (5.970.279,15) | (6.901.827,48) |
| (-) Isenção da CPP Usufruída | 22 | 5.970.279,15 | 6.901.827,48 |
| **(=) Resultado Bruto** | | **2.870.967,42** | **2.289.469,08** |
| **Despesas** | | **(2.249.223,09)** | **(2.418.165,85)** |
| Impostos, Taxas e Contribuições | | (18.090,15) | (14.538,22) |
| Despesas Gerais | 19 | (2.231.132,94) | (2.403.627,63) |
| **Outras (Despesas) e Receitas Operacionais** | | **417.689,01** | **370.798,33** |
| Despesas com Doações | | - | (1.474,77) |
| Receitas com Doações | | 14.089,95 | - |
| Outras Receitas | | 403.599,06 | 372.273,10 |
| **(=) Resultado Antes das Rec/Desp Financeiras** | | **1.039.433,34** | **242.101,56** |
| **Resultado Financeiro** | 15 | **810.423,45** | **336.744,63** |
| Receitas Financeiras | | 813.732,11 | 349.459,14 |
| (-) Despesas Financeiras | | (3.308,66) | (12.714,51) |
| **Superávit do Exercício** | 24 | **1.849.856,79** | **578.846,19** |

**As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis**

### Demonstração dos Fluxos de Caixa Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 (em Reais)

| Atividades Operacionais | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Superávit / (Déficit) do Exercício | 1.849.856,79 | 578.846,19 |
| (Aumento) Redução do Ativo | | |
| Adiantamentos a Empregados | (32.757,80) | (81.626,09) |
| Adiantamentos para Despesas | 2.201,69 | (208,50) |
| Impostos Recuperáveis | 19.213,87 | (23.690,07) |
| Créditos com Convênios | (776.381,58) | (1.752.293,72) |
| Estoques | 87.204,55 | (98.678,95) |
| Despesas Antecipadas | 4.485,33 | 3.611,08 |
| Aumento (Redução) do Passivo | | |
| Fornecedores | (192.131,62) | 487.994,75 |
| Obrigações Trabalhistas | (505.701,59) | 598.366,05 |
| Obrigações Sociais e Fiscais | (167.931,18) | 155.063,64 |
| Provisões para Férias e Encargos | (515.839,39) | 1.150.873,67 |
| Outras Obrigações | (637.625,73) | (35.073,51) |
| **Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais** | **(865.406,66)** | **983.184,54** |
| **Atividades de Investimento** | | |
| Aquisição de Imob/Intang. Pertencente a Gestão Pública | (40.105,80) | (23.787,20) |
| **Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento** | **(40.105,80)** | **(23.787,20)** |
| **Atividades de Financiamento** | | |
| Recebimento de Numerário para Aquis. de Imobilizado | 40.105,80 | 23.787,20 |
| Incorporação ao Patrimônio Líquido | (2.978.958,33) | 3.641,05 |
| **Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento** | **(2.938.852,53)** | **27.428,25** |
| **Variação Líquida nas Disponibilidades** | **(3.844.364,99)** | **986.825,59** |
| **Caixa e Equivalentes de Caixa** | | |
| Disponibilidades no Início do Exercício | 10.895.293,56 | 9.908.467,97 |
| Disponibilidades no Final do Exercício | 7.050.928,57 | 10.895.293,56 |
| **Variação Líquida nas Disponibilidades** | **(3.844.364,99)** | **986.825,59** |

**As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis**

### Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 E 2021 (em Reais)

| | Patrimônio Social | Superávit (Déficit) Acumulados | Transferências Patrimoniais | Patrimônio Líquido |
|---|---|---|---|---|
| **Saldo em 31 de dezembro de 2020** | **5.366.861,70** | **977.792,88** | **(206.011,55)** | **6.138.643,03** |
| Incorporação do Superávit/Déficit | 977.792,88 | (977.792,88) | - | - |
| Incorporação das Transferências Patrimonais | (206.011,55) | - | 206.011,55 | - |
| Ajustes Patrimoniais | - | - | - | - |
| Transferências Patrimoniais | - | - | 3.641,05 | 3.641,05 |
| Superávit/Déficit do Exercício | - | 578.846,19 | - | 578.846,19 |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2021** | **6.138.643,03** | **578.846,19** | **3.641,05** | **6.721.130,27** |
| Incorporação do Superávit/Déficit | 578.846,19 | (578.846,19) | - | - |
| Incorporação das Transferências Patrimonais | 3.641,05 | - | (3.641,05) | - |
| Transferências Patrimoniais | - | - | (2.978.958,33) | (2.978.958,33) |
| Superávit/Déficit do Exercício | - | 1.849.856,79 | - | 1.849.856,79 |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2022** | **6.721.130,27** | **1.849.856,79** | **(2.978.958,33)** | **5.592.028,73** |

**As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis**

### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2022 (em Reais)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL** O **Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM** é uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com o Estatuto Social original devidamente registrado no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83, e Organização Social de Saúde nos Municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Embu das Artes, Arujá, Poá, Americana, Guarulhos, Cajamar, Mauá, Salto, Santo André, Taubaté, Bertioga, Carapicuíba, Campinas, Rio de Janeiro, Maricá e nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul. Esta instituição presta serviços na área de saúde, realizando ações através de contratos de gestão e convênios firmados junto às Prefeituras dos Municípios de São Paulo, Embu das Artes, Mogi das Cruzes, Carapicuíba, Campinas, Cajamar, Peruíbe, Rio de Janeiro e Governo do Estado de São Paulo. Na promoção em saúde, as ações são realizadas através dos programas de "Voluntariado", "Deficiente Saudável", "Integração com a Comunidade", "Meio Ambiente" e "PAISM – Programa de Atenção Integral a Saúde da Mulher", executados pelo Instituto de Responsabilidade Social Dr. Fenando Proença de Gouvêa. O **CEJAM** mantém junto à **Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes** o **Contrato de Gestão nº 46 de junho de 2020:** tem como objetivo o gerenciamento, a operacionalização e a execução de serviços de saúde da atenção básica e dos programas estratégicos da rede municipal de saúde. Visando a segregação das atividades que até o exercício de 2021 vinham sendo prestadas e registradas de forma consolidada no CNPJ nº 66.518.267/0010-74, a partir do exercício de 2022, a **Estratégia de Saúde da Família** e o **Programa de Agentes Comunitários de Saúde** foram constituídos como filial através do **CNPJ nº 66.518.267/0033-60** e a **Unidade Clínica Ambulatorial de Especialidades - UNICA** foi constituída como filial através do C**NPJ nº 66.518.267/0034-41**, passando a ter suas informações financeiras reconhecidas de forma segregada de outros contratos que o **CEJAM** mantém com a **Prefeitura do Município de Mogi** das Cruzes. As demonstrações contábeis da Entidade foram preparadas no pressuposto da continuidade normal e não inclui quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Entidade continuar em atividade. **2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: 2.a) Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros. **2.d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. **3.a) Instrumentos financeiros: ● Ativos financeiros não derivativos:** a Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado de empréstimos e recebíveis. **● Caixa e equivalentes de caixa:** abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. **● Instrumentos financeiros derivativos:** não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2022. **3.b) Imobilizado: ● Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de reserva de capital "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. **● Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela Entidade. A Administração reavaliou a situação no exercício 2022 e não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas em 2021. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: **● Máquinas e equipamentos:** 10 anos; **● Equipamentos de uso médico:** 10 anos; **● Equipamentos de informática:** 5 anos; ● Móveis e utensílios: 10 anos. **3.c) Intangível: ● Reconhecimento, mensuração e amortização:** o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a. **3.d) Redução ao valor recuperável (impairment): ● Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. **3.e) Passivo circulante e não circulante (quando aplicável): ●** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão. **3.f) Patrimônio líquido:** Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição, são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade conforme divulgado na Nota Explicativa n° 1. **3.g) Receitas:** As receitas da Entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contratos de gestão e, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada "(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado", e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. **3.h) Despesas** As despesas da Entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais. **3.i) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros. **3.j) Apuração do resultado:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

**4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA**

| BANCOS – CONTAS MOVIMENTO | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Banco do Brasil – Conta nº 18274-5 | - | 1.685,45 |
| Banco do Brasil – Conta nº 8424-7 | - | 1.585,89 |
| Banco do Brasil – Conta nº 8426-3 | - | 1.621,63 |
| Banco do Brasil – Conta nº 8274-0 | - | 1.628,58 |
| Banco do Brasil – Conta nº 9451-X | - | 11.794,59 |
| Banco do Brasil – Conta nº 9452-8 | - | 2.570,99 |
| Banco Santander (Brasil) S.A. – Conta nº 36987-2 | - | 0 |
| Banco Santander (Brasil) S.A. – Conta nº 47885-3 | - | 0 |
| Banco Santander (Brasil) S.A. – Conta nº 4661-2 | - | 0 |
| Banco Santander (Brasil) S.A. – Conta nº 4664-3 | - | 0 |
| | **-** | **20.887,13** |

| BANCOS – APLICAÇÕES FINANCEIRAS | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Banco do Brasil – Conta nº 8274-0 | - | 2.001.107,79 |
| Banco do Brasil – Conta nº 18274-5 | - | 736.456,76 |
| Banco do Brasil – Conta nº 8424-7 | - | 78.307,71 |
| Banco do Brasil – Conta nº 9452-8 | - | 1.205.683,62 |
| Banco do Brasil – Conta nº 8426-3 | - | 1.187.429,92 |
| Banco do Brasil – Conta nº 9451-X | 2.348.628,73 | 2.919.848,89 |
| Banco do Brasil – Conta nº 9452-8 | 4.702.299,84 | 2.745.571,74 |
| | **7.050.928,57** | **10.874.406,43** |

A Entidade mantém a parcela disponível do superávit dos exercícios aplicados financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social, conforme mencionado na Nota Explicativa n° 1. As aplicações financeiras da instituição não estão sujeitas à incidência de impostos, devido a Entidade gozar de isenção de tributos federais. As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos estão atreladas, geralmente, ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI).

**5. ADIANTAMENTO A EMPREGADOS**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Adiantamentos de Férias | 190.651,01 | 157.893,21 |
| | **190.651,01** | **157.893,21** |

**6. CRÉDITOS DE CONTRATOS DE GESTÃO**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Contrato de Gestão nº 030/2017 | - | 43.284,20 |
| Contrato de Gestão nº 067/2018 (UNICA) | - | 1.147.873,16 |
| Contrato de Gestão nº 046/2020 (ESF) | 2.971.653,37 | 1.004.114,43 |
| | **2.971.653,37** | **2.195.271,79** |

**7. IMOBILIZADO**

| Imobilizado de Gestão Pública | Taxa | 2022 | 2021 |
|---|---|---|---|
| Instalações | 10% | - | 1.400,00 |
| Máquinas e Equipamentos | 10% | 254.547,02 | 102.106,68 |
| Equipamentos de Uso Médico | 10% | 14.166,33 | 165.912,18 |
| Equipamentos de Informática | 20% | 5.291,02 | 14.436,04 |
| Aparelhos e Instrumentos de Uso Médico | 10% | 352,02 | 23.214,02 |
| Móveis e Utensílios | 10% | 104.569,53 | 105.154,49 |
| (-) Depreciação Acumulada | | (156.581,78) | (309.785,70) |
| | | **222.344,14** | **102.437,71** |

Conforme preceituado nos contratos de gestão firmados entre o CEJAM e a Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, os bens patrimoniais adquiridos por conta dos referidos contratos é de uso exclusivo e de propriedade da Prefeitura Municipal.

**8. INTANGÍVEL**

| Intangível de Gestão Pública | Taxa | 2022 | 2021 |
|---|---|---|---|
| Direito de Uso de Sistemas | 20% | 7.980,00 | 14.333,80 |
| (-) Amortização Acumulada | | (3.818,50) | (7.455,49) |
| | | **4.161,50** | **6.878,31** |

**9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Salários a Pagar | 1.134.184,46 | 1.676.657,09 |
| Rescisões a Pagar | 36.771,04 | - |
| | **1.170.955,50** | **1.676.657,09** |

**10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| INSS a Recolher | 109.299,58 | 104.391,85 |
| FGTS a Recolher | 189.766,79 | 254.809,99 |
| Contribuições Sindicais e Assistenciais a Recolher | 107,49 | 237,45 |
| IRRF sobre Salários a Recolher | 393.131,15 | 449.261,49 |
| IRRF Retido de PJ a Recolher | 1.993,49 | - |
| IRRF Retido de Autônomos | 533,22 | - |
| CSRF a Recolher | 7.431,91 | 38.979,96 |
| INSS Retido de PJ a Recolher | 7.638,36 | 17.378,13 |
| ISS Retido na Fonte a Recolher | 3.182,79 | 7.687,71 |
| ISS de Autônomos a Recolher | 1.128,66 | 2.307,50 |
| INSS Retido de Autônomos a Recolher | 6.887,28 | 13.977,82 |
| | **721.100,72** | **889.031,90** |

**11. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Provisões para Contingências Trabalhistas | 280.835,24 | 280.835,24 |
| | **280.835,24** | **280.835,24** |

A entidade é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes para esta filial, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso. As provisões foram constituídas com base em opinião dos consultores jurídicos da entidade quanto à possibilidade de perda dos processos, considerando inclusive, quando for o caso, os valores dos depósitos judiciais já efetuados, e não são esperadas perdas no encerramento desses processos, além dos valores já provisionados. A entidade adota mecanismos de avaliação dos valores indicados pelos seus consultores jurídicos. A entidade, com relação a esta filial, figura em outros processos trabalhistas e cíveis avaliados com perda possível no montante de R$ 916.411,42, sem provisão contábil constituída, estando assim distribuídos:

| PROCESSOS COM PERDA POSSÍVEL | 2021 |
|---|---|
| De natureza Trabalhista | 916.411,42 |
| | **916.411,42** |

**12. BENS PÚBLICOS EM NOSSO PODER** A rubrica "Bens públicos em nosso poder", no montante de R$ 226.505,64 em 2022 e R$ 109.316,02 em 2021, refere-se aos valores recebidos da Secretaria Municipal de Saúde para aquisição de ativo imobilizado, que serão devolvidos ao município quando do término dos contratos de gestão ou convênios. O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado registrado no ativo. **13. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de abatimentos, glosas e descontos. A adoção inicial do CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente não afetou o reconhecimento inicial, mensuração e apresentação das receitas, que já estavam consistentes com os novos requerimentos. Basicamente a nova norma determina que as receitas sejam reconhecidas quando o cliente obtém o controle do bem ou serviço. Nesse sentido, nas atividades de saúde, dentre elas, hospitalar, gestão e promoção em saúde, sejam próprias ou públicas, a receita estava anteriormente reconhecida no momento em que o paciente recebia o serviço. Como historicamente é efetuado pela Entidade, foi constituída a conta de Créditos a Receber, com nota explicativa própria, para os casos de serviços prestados, faturados ou não (na norma, estabelecida como "saldos de contrato"). Não há obrigações de desempenho futuro e condições restritivas de pagamentos relevante, exceto pelas glosas efetuadas pelos Contratos de Gestão, e que também estavam contempladas nas provisões para perdas, quando aplicável, no momento do reconhecimento da receita, em contrapartida ao contas a receber, com base nos dados históricos.

**14.RECEITAS COM CONTRATOS DE GESTÃO**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Contrato de Gestão nº 067/2018 (UNICA) | - | 9.750.990,94 |
| Contrato de Gestão nº 030/2017 | - | 5.210.912,06 |
| Contrato de Gestão nº 046/2020 | 45.607.981,87 | 36.816.163,31 |
| | **45.607.981,87** | **51.778.066,31** |

**15. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Rendimentos de Aplicações Financeiras | 813.714,57 | 347.736,07 |
| Descontos Obtidos | 17,54 | 1.723,07 |
| (-) Tarifas Bancárias | (2.298,55) | (11.562,70) |
| (-) Juros e Mora de Fornecedores | (16,01) | (0,44) |
| (-) Descontos Concedidos | (0,01) | - |
| (-) Juros e Multa s/ Impostos | (994,09) | (1.151,37) |
| | **810.423,45** | **336.744,63** |

**16. CUSTOS COM PESSOAL PRÓPRIO**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Remunerações | 22.115.659,77 | 24.499.216,52 |
| Benefícios | 2.147.140,30 | 2.546.155,07 |
| Encargos Sociais | 1.933.024,41 | 2.090.542,89 |
| | **26.195.824,48** | **29.135.914,48** |

**17. CUSTOS COM SERVIÇOS TERCEIRIZADOS**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Serviços Assistenciais - Pessoas Jurídicas | 12.448.219,87 | 17.711.385,79 |
| Serviços Diversos - Pessoas Jurídicas | 2.364.119,68 | - |
| Serviços Terceiros - Pessoas Físicas | 527.258,56 | 2.326.277,13 |
| | **15.339.598,11** | **20.037.662,92** |

**18. CUSTOS COM MEDICAMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Medicamentos e Materiais de Uso Médico | 13.576,03 | 94.586,89 |
| Materiais de Consumo | 146.462,57 | 118.082,86 |
| Materiais de Conservação e Reparos | 7.596,78 | 25.036,38 |
| Outros Materiais e Insumos | 91.090,49 | 87.793,98 |
| | **258.725,87** | **325.500,11** |

**19. DESPESAS GERAIS**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Contas de Consumo | 297.003,34 | 225.105,05 |
| Aluguéis (Imóveis, Veículos, Equipamentos e Aparelhos) | 660.145,11 | 784.070,66 |
| Administrativas | 1.248.351,70 | 1.092.007,56 |
| Bens Não Imobilizado | 2.631,91 | 689,50 |
| Outras Despesas Gerais | 23.000,88 | 301.754,86 |
| | **2.231.132,94** | **2.403.627,63** |

**20. ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO DAS ENTIDADES DE FINS FILANTRÓPICOS:** A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela legislação e demais regulamentações vigentes na área em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas ao parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC). A renovação do Certificado de entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes. **21. CERTIFICADO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEBAS):** Em 04 de novembro de 2021, através da Portaria nº 1.094, publicada no Diário Oficial da União, edição 210, seção 1, página 133, em consideração ao Parecer Técnico nº 720/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.191938/2018-98, foi concedida ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de **30 de novembro de 2018 a 29 de novembro de 2021**. Em 24 de março de 2023, através da Portaria nº 274, publicada no Diário Oficial da União, edição 60, seção 1, página 87, em consideração a Nota Técnica nº 201/2023-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.167752/2021-13, foi concedida ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de **30 de novembro de 2021 a 29 de novembro de 2024**. **22. ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (QUOTA PATRONAL):** A Entidade é isenta de Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A Entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem às isenções alcançadas nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal).

A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2022 foi de R$ 5.970.279,15 e no ano de 2021 foi de R$ 6.901.827,48 e está registrada em conta própria de "Compensação das Isenções Patronais Previdenciárias", no grupo de despesas, da seguinte forma:

| ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS USUFRUÍDAS | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Cota Patronal INSS sobe a Folha de Pagamento | (5.864.827,44) | (6.436.572,67) |
| Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas | (105.451,71) | (465.254,81) |
| (-) Isenção Usufruída: | | |
| (-) Cota Patronal INSS sobe a Folha de Pagamento | 5.864.827,44 | 6.436.572,67 |
| (-) Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas | 105.451,71 | 465.254,81 |
| | **0,00** | **0,00** |

**23. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES (RENÚNCIA FISCAL):** Imposto de renda e contribuição social: em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal. **PIS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários. **COFINS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. **Isenção previdenciária usufruída:** para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas. **24. SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO** O Superávit do exercício de 2022 foi de R$ 1.849.856,79 e o Superávit do exercício de 2021 foi de R$ 578.846,19.

**Mogi das Cruzes, 31 de dezembro de 2022.**

| DIRETORIA | CONTADOR |
|---|---|
| **Dr. Mário Santoro Junior** – Gerente de Desenvolvimento Institucional | **Alexandre Papi** - CRC 1SP130223/O-3 |

### "Relatório Anual - 2022 - Janeiro a Dezembro - Dados consolidados"

**Estratégia Saúde da Família - Mogi**

| Indicador | 1º Semestre Meta | 1º Semestre Realizado | 2º Semestre Meta | 2º Semestre Realizado |
|---|---|---|---|---|
| Consultas Médicas | 41.760 | 43.317 | 39.161 | 40.098 |
| Atendimento Domiciliar do Médico | 0 | 541 | 0 | 394 |
| Teleatendimento do Médico | 0 | 16 | 0 | 0 |
| Consultas do Enfermeiro | 19.875 | 19.162 | 18.972 | 18.283 |
| Atendimento Domiciliar do Enfermeiro | 0 | 1.140 | 0 | 810 |
| Teleatendimento do Enfermeiro | 0 | 207 | 0 | 153 |
| Atividade Coletiva | 2589:49:00 | 2646:00:00 | 2206:42:00 | 5078:08:00 |
| Visita Domiciliar do ACS | 351.238 | 335.041 | 349.078 | 323.901 |
| Famílias Cadastradas | 0 | 100.085 | 0 | 99.201 |
| Pessoas Cadastradas | 0 | 351.238 | 0 | 349.078 |
| Menor de 01 Ano | 4.645 | 4.561 | 4.300 | 4.162 |
| Gestantes | 2.407 | 2.342 | 2.515 | 2.419 |
| Hipertensos | 51.604 | 50.428 | 51.533 | 49.241 |
| Diabéticos | 21.806 | 21.379 | 21.900 | 20.916 |
| Pesquisa de Satisfação | 27.281 | 26.003 | 34.268 | 32.729 |

**UBS Alto Ipiranga - Mogi**

| Indicador | 1º Semestre Meta | 1º Semestre Realizado | 2º Semestre Meta | 2º Semestre Realizado |
|---|---|---|---|---|
| Consultas Clínica Médica | 5.375 | 8.297 | 4.272 | 4.191 |
| Consultas Pediatria e Puericultura | 1.728 | 1.723 | 1.856 | 1.892 |
| Consultas Ginecologia e Obstetrícia | 7.072 | 6.265 | 5.632 | 5.993 |
| Consultas Odontologia | 2.719 | 2.481 | 2.506 | 2.509 |
| Procedimentos do CD | 0 | 3.512 | 0 | 4.296 |
| Consultas Enfermeiro | 1.695 | 2.329 | 1.495 | 1.632 |
| Inserção de DIU | 0 | 27 | 0 | 40 |
| Atividade Coletiva | 117:05:00 | 167:00:00 | 117:26:00.000 | 189:00:00 |
| Pesquisa de Satisfação | 28.374 | 27.027 | 34.813 | 33.210 |

**Consultório Itinerante - Mogi**

| Indicador | 1º Semestre Meta | 1º Semestre Realizado | 2º Semestre Meta | 2º Semestre Realizado |
|---|---|---|---|---|
| Consultas Médicas | 566 | 691 | 0 | 0 |
| Consultas do Enfermeiro | 852 | 980 | 0 | 0 |

**Teleatendimento - Mogi**

| Indicador | 1º Semestre Meta | 1º Semestre Realizado | 2º Semestre Meta | 2º Semestre Realizado |
|---|---|---|---|---|
| Teleatendimento COVID-19 | 223.592 | 281.989 | 0 | 0 |

**Saúde Bucal - Mogi**

| Indicador | 1º Semestre Meta | 1º Semestre Realizado | 2º Semestre Meta | 2º Semestre Realizado |
|---|---|---|---|---|
| Atendimentos do CD | 19.437 | 18.811 | 18.641 | 17.991 |
| Atendimento Domiciliar do Dentista | 0 | 581 | 0 | 398 |
| Procedimentos do CD | 0 | 43.512 | 0 | 40.913 |

**Assistência Farmacêutica - Mogi**

| Indicador | 1º Semestre Meta | 1º Semestre Realizado | 2º Semestre Meta | 2º Semestre Realizado |
|---|---|---|---|---|
| Receitas Atendidas da Unidade | 0 | 81.431 | 0 | 77.878 |
| Receitas Atendidas em Outro Serviço Público | 0 | 23.580 | 0 | 22.375 |
| Antibióticos | 0 | 11.082 | 0 | 10.115 |
| Controle Especial (RDC344/98) | 0 | 192 | 0 | 26 |

**Programa Alô Mãe Mogiana - Mogi**

| Indicador | 1º Semestre Meta | 1º Semestre Realizado | 2º Semestre Meta | 2º Semestre Realizado |
|---|---|---|---|---|
| 1ª Consulta de Puerpério Alto Risco | 1.824 | 803 | 1.637 | 663 |
| Gestantes de Alto Risco | 427 | 617 | 484 | 573 |
| Gestantes | 1.271 | 2.439 | 1.339 | 2.092 |
| Puericultura | 1.841 | 746 | 1.636 | 664 |
| Recém-nascido de Alto Risco | 536 | 261 | 515 | 244 |

**Central de Agendamento 160 - Mogi**

| Indicador | 1º Semestre Meta | 1º Semestre Realizado | 2º Semestre Meta | 2º Semestre Realizado |
|---|---|---|---|---|
| Confirmação de Agendamento | 158.915 | 158.915 | 116.758 | 116.758 |
| Ligações Atendidas | 299.880 | 228.454 | 194.288 | 192.791 |
| Ligações realizadas- SIS COVID | 0 | 24.235 | 0 | 124.837 |
| Ligações Atendidas- SIS COVID | 59.893 | 47.498 | 98.460 | 79.090 |

**LABORATÓRIO - Mogi**

| Indicador | 1º Semestre Meta | 1º Semestre Realizado | 2º Semestre Meta | 2º Semestre Realizado |
|---|---|---|---|---|
| Entrega de exames de urgência em até 02h | 66.485 | 65.445 | 74.092 | 73.212 |
| Entrega de exames de rotina em até 120h | 752.866 | 738.788 | 639.990 | 631.408 |
| Índice de Recoleta | 819.351 | 4.870 | 714.082 | 3.293 |
| Média de tempo de espera para agendamento | 15 | 12 | 15 | 23 |

**DRIVE-THRU - Mogi**

| Indicador | 1º Semestre Meta | 1º Semestre Realizado | 2º Semestre Meta | 2º Semestre Realizado |
|---|---|---|---|---|
| Vacinação COVID-19 | 0 | 241.276 | 0 | 21.766 |
| Testagem COVID-19 | 0 | 0 | 0 | 2.509 |

### Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis

**Opinião sobre as demonstrações contábeis** Examinamos as demonstrações contábeis do CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS "DR. JOÃO AMORIM - CEJAM PSF/MOGI DAS CRUZES, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ● Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. ● Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. ● Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. ● Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. ● Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

**São Paulo - SP, 10 de abril de 2023.**
**AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS**
CRC/SP 2SP - 024298/O-3
**Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior - Contador**
CRC/RS "S" - SP- 058.252/O-1
CVM: Ato Declaratório Nº 7710/04

---

## PLANETA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME nº 07.587.384/0001-30 - NIRE 35.300.369.149

**Extrato da Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 30 de Dezembro de 2022**

**Data, Hora, Local:** 30.12.2022, às 8:30h na sede, na Rua Hungria, nº 1 240, 6º andar, conjunto 62, São Paulo/SP. **Presença:** acionista representando 100% do capital social. **Mesa:** Presidente: Flavia Palacios Mendonça Bailune, Secretário: Eduardo Trajber Waisbich. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre **(i)** a análise e aprovação do Protocolo e Justificação firmado em 30.12.2022 pela Companhia, pela Nova Atlantis (conforme abaixo definida), pela Opea Capital S.A. ("Opea Capital") e pela Opea Securitizadora S.A. ("Opea Securitizadora"), tendo por objeto disciplinar as incorporações, a serem realizadas de forma sucessiva, da Companhia pela Nova Atlantis, da Nova Atlantis pela Opea Capital e a incorporação reversa da Opea Capital pela Opea Securitizadora ("Protocolo e Justificação"); **(ii)** a ratificação da nomeação da empresa de contabilidade responsável pela avaliação do patrimônio líquido da Companhia; **(iii)** a aprovação do Laudo de Avaliação do patrimônio líquido da Companhia; **(iv)** a aprovação da incorporação da Companhia pela Nova Atlantis Participações Ltda, com sede em São Paulo/SP, CNPJ/ME nº 11.101.923/0001-56 ("Nova Atlantis"), nos termos e condições do Protocolo e Justificação; **(v)** a autorização à Administração para praticar todos os atos e assinar os instrumentos necessários à implementação das deliberações acima, caso aprovadas, bem como a ratificação dos atos já praticados nesse sentido; e **(vi)** o encerramento das atividades da Companhia em razão da incorporação e o consequente cancelamento do registro de companhia aberta categoria S2 da Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). **Deliberações Aprovadas: (i)** o Protocolo e Justificação, que se encontra autenticado pela mesa e arquivado na sede; **(ii)** Ratificar a contratação da empresa Driver Consultoria, Investimentos e Participações Ltda, com sede em São Paulo/SP, CNPJ/ME nº 41.638.270/0001-21 e CRC/SP nº 2SP 044.730/0-2, para a avaliação do patrimônio líquido. Nos termos da legislação vigente, a Empresa Especializada declarou: (i) não ser titular, direta ou indiretamente, de qualquer valor mobiliário ou derivativo referenciado em valor mobiliário de emissão da Companhia; (ii) não ter conflito de interesses que lhe diminua a independência necessária ao desempenho de suas funções; e (iii) não ter tido, pela Companhia, por seus controladores e/ou administradores, qualquer tipo de limitação à realização dos trabalhos necessários para a elaboração do Laudo de Avaliação; **(iii)** o Laudo de Avaliação do patrimônio líquido, que também se encontra autenticado pela mesa e arquivado na sede da Companhia; **(a)** A Empresa Especializada fixou o critério de avaliação pelo seu valor patrimonial contábil e que o Laudo de Avaliação foi fundamentado conforme o balanço patrimonial elaborado tendo como referência o dia 30.11.2022 ("Data Base"), o qual e parte integrante do Laudo de Avaliação, nos termos do art. 226 da Lei das S.A.; **(b)** Cconforme o Laudo de Avaliação preparado pela Empresa Especializada, o valor do patrimônio líquido na Data Base é de R$ 709.944,98 ("Acervo"). **(iv)** A incorporação da Companhia, conforme o art. 226 e seguintes da Lei das S.A., nos termos e condições estabelecidos no Protocolo e Justificação e com base no Laudo de Avaliação, consignando que, nos termos do art. 227 da Lei das S.A., uma vez aprovada a incorporação pela Reunião de Sócios da Nova Atlantis, a Nova Atlantis sucederá a Companhia, a título universal e sem solução de continuidade, em todos os bens, direitos, pretensões, faculdades, poderes, imunidades, ações, exceções, deveres, obrigações, sujeições, ônus e responsabilidades de titularidade, sejam patrimoniais ou não patrimoniais. **(v)** Autorizar a Administração a praticar todos os atos necessários para a efetivação da incorporação da Companhia e seus efeitos na Companhia e das demais deliberações ora aprovadas, incluindo, quando for o caso, a celebração de documentos, requisição e obtenção de registros no Brasil, e **(vi)** Caso a incorporação seja aprovada pela Reunião de Sócios da Nova Atlantis, as atividades da Companhia serão encerradas e o seu registro de companhia aberta categoria S2 junto à CVM será cancelado em razão da incorporação, de forma que a Companhia será extinta de pleno direito, não sendo necessária a adoção de procedimento de liquidação ou dissolução. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 30.12.2022. Acionista: **Nova Atlantis Ltda.** Por: Flavia Palacios Mendonça Bailune. **Advogado:** Guilherme Bertolini Fernandes dos Santos - OAB/SP: 272.294. JUCESP nº 89.116/23-9 em 01.03.2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

## CONCESSIONÁRIA DO BLOCO CENTRAL S.A.

CNPJ/MF Nº. 42.206.269/0001-79 - NIRE Nº. 35300570286 - COMPANHIA FECHADA

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 2023**

**1. DATA, HORA E LOCAL**: Em 30 de março de 2023, às 10h00, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Chedid Jafet, nº. 222, Bloco B, 4º andar, Sala 09, bairro Vila Olímpia, CEP 04.551-065, São Paulo/SP. **2. PRESENÇA**: Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. MESA**: Presidente: Fábio Russo Corrêa. Secretário: Roberto Penna Chaves Neto. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: **(i)** manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas apresentadas pela Diretoria, bem como as demonstrações financeiras da Companhia ("DFs"), acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022; **(ii)** examinar e opinar sobre a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31/12/2022 a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas ("AGO"); e **(iii)** convocar a AGO da Companhia. **5. DELIBERAÇÕES:** Os Senhores Conselheiros, após debates e discussões, por unanimidade de votos, deliberaram: **(i)** manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas apresentadas pela Diretoria, bem como as DFs da Companhia, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022; **(ii)** examinar e opinar sobre a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31/12/2022 a ser submetida à AGO; e **(iii)** convocar a AGO da Companhia; tudo conforme termos e condições apresentados nesta reunião. **6. ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e na alínea "c", do §1º do artigo 5º, da Lei nº 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. São Paulo/SP, 30 de março de 2023. **Assinaturas**: Fábio Russo Corrêa, Presidente e Roberto Penna Chaves Neto, Secretário. **Conselheiros**: **(1)** Fábio Russo Corrêa; **(2)** Gustavo Marques do Canto Lopes; **(3)** Pedro Paulo Archer Sutter; **(4)** Roberto Penna Chaves Neto; e **(5)** Waldo Edwin Pérez Leskovar. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. *Fábio Russo Corrêa - Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil, Roberto Penna Chaves Neto - Secretário - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil.* JUCESP nº 149.486/23-6 em 19.04.2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

**LBZ Energy Participações Ltda.**

CNPJ/ME n° 20.051.432/0001-39 - NIRE: 35.228.289.121

**Ata de Reunião de Sócios Realizada em 24 de abril de 2023**

**Data/Hora/Local**: 24/04/2023, às 10hs, na sede social da **LBZ Energy Participações Ltda.** ("Sociedade"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nove de Julho, n° 3893, Jardim Paulista, CEP 01407-100. **Convocação/Presenças**: presença dos sócios representando a totalidade do capital social da Sociedade, sendo dispensada as formalidades de convocação, conforme o disposto no artigo 1.072, §2º do Código Civil. **Mesa**: Presidente - Rodrigo Leite de Barros Zanin; Secretário - Gustavo Dalla Valle Baptista da Silva. **Ordem Do Dia**: deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade nos termos do artigo 1.082, inciso II, da Código Civil. **Deliberações**: Instalada a reunião, os sócios deliberam, por unanimidade e sem quaisquer restrições, o quanto segue: **(i)** aprovar, nos termos do inciso II, do artigo 1.082 combinado com o artigo 1.084 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), a redução do capital social da Sociedade no montante de R$ 499.000,00 (quatrocentos e noventa e nove mil reais), por considerá-lo excessivo ao objeto social da Sociedade, a qual será realizada mediante o cancelamento de 499.000 (quatrocentas e noventa nove mil) quotas, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada, só considerando que as quotas ora canceladas não foram integralizadas até o momento, de forma que não haverá qualquer restituição aos sócios. Desta forma, o capital social da Sociedade passará dos atuais R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), dividido em 500.000 (quinhentas mil) quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada, para R$ 1.000,00 (mil reais), dividido em 1.000 (mil) quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional. Após a referida redução e respeitados os prazos e determinações legais atinentes a esta, nos termos do §1° do artigo 1.084 do Código Civil. **(ii)** Os sócios declaram-se cientes de que a eficácia da presente deliberação fica subordinada à publicação da presente ata e decurso do prazo de 90 (noventa) dias, nos termos do disposto no artigo 1.084, parágrafo 1º, do Código Civil; **(iii)** Fica o administrador da Sociedade autorizado a praticar todos os atos necessários à formalização da redução do capital social aprovada neste item 5, dentre elas, mas a ela não se limitando, a respectiva alteração de contrato social da Sociedade. **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. São Paulo/SP, 24 de abril de 2023. **Mesa:** Presidente - Rodrigo Leite de Barros Zanin; Secretário - Gustavo Dalla Valle Baptista da Silva. **Sócios presentes:** Rodrigo Leite de Barros Zanin; Gustavo Dalla Valle Baptista da Silva; Daniel Bijos Faidiga; Bruno Scarino de Moura Accioly; Flávia Faggion Bortoluzzo; Leonardo Boaventura Zica.

# LOOP Gestão de Pátios S.A.

CNPJ nº 19.395.452/0001-48

**Demonstrações Contábeis - Findas em 31 de dezembro de 2021 e 2022** *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)*

**Senhores Acionistas:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras da Loop Gestão de Pátios S.A, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes. São Paulo, 28 de Abril de 2023. **A Diretoria**

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

| Ativo | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|---|
| **Circulante** | **19.281** | **17.559** |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 1.656 | 76 |
| Aplicações Financeiras | 6.438 | 9.477 |
| Clientes | 555 | 602 |
| Outros Ativos Financeiros | 1.471 | 1.796 |
| Ativos Fiscais | 152 | 46 |
| Outros Ativos | 9.009 | 5.562 |
| **Não Circulante** | **26.698** | **26.979** |
| Depósitos Judiciais | 193 | 186 |
| Ativos Fiscais Diferidos | 14.971 | 14.971 |
| Ativo Tangível | 7.878 | 8.250 |
| Ativo Intangível | 3.656 | 3.572 |
| **Total do Ativo** | **45.979** | **44.538** |

| Passivo e Patrimônio Líquido | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|---|
| **Circulante** | **31.023** | **37.635** |
| Contas a Pagar | 7.755 | 5.647 |
| Empréstimos e Financiamentos | 17.508 | 28.564 |
| Impostos a Pagar | 451 | 429 |
| Salários a Pagar | 572 | 1.163 |
| Provisões | 1.342 | 100 |
| Instrumentos Financeiros Derivativos | 1.680 | 433 |
| Arrendamento Mercantil | 1.715 | 1.299 |
| **Não Circulante** | **23.436** | **4.187** |
| Empréstimos e Financiamentos | 19.600 | 167 |
| Arrendamento Mercantil | 3.781 | 4.020 |
| Provisões para contingências | 55 | - |
| **Patrimônio Líquido** | **(8.480)** | **2.716** |
| Capital Social | 46.232 | 46.232 |
| Prejuízos Acumulados | (54.712) | (43.516) |
| **Total do Passivo e Patrimônio Líquido** | **45.979** | **44.538** |

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

| | Patrimônio Líquido | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Capital Social | Capital a Integralizar | Prejuízos Acumulados | Total |
| **Saldos em 31/12/2020** | **46.232** | **(16)** | **(34.120)** | **12.096** |
| Capital a Integralizar | - | 16 | - | 16 |
| Prejuízo do Exercício | - | - | (9.396) | (9.396) |
| **Saldos em 31/12/2021** | **46.232** | **-** | **(43.516)** | **2.716** |
| Prejuízo do Exercício | - | - | (9.577) | (9.577) |
| Ajuste do exercício anteriores | - | - | (1.619) | (1.619) |
| **Saldos em 31/12/2022** | **46.232** | **-** | **(54.712)** | **(8.480)** |

## NOTAS EXPLICATIVAS

A LOOP Gestão de Pátios S.A. ("LOOP"), é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na Rua Projetada Um, 143, na Cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo - Brasil, constituída em 4 de novembro de 2013 e possui como objetos sociais a operação e manutenção de pátios destinados exclusivamente à remoção, liberação e apreensão de veículos; organização, divulgação e realização de leilão de veículos e outros bens móveis ou imóveis, sejam eles presenciais ou através de internet, televisão e outros meios de comunicação; o agenciamento, a remoção e a guarda de veículos; a intermediação de negócios nas áreas comercial e de serviço relacionados aos itens aqui indicados; a compra e venda de veículos e a promoção de financiamento direto ou indireto a seus clientes.

**Diretoria**

Diretor Presidente - **Ricardo Ferraz Luz**
Diretor Financeiro - **Rafael Ribeiro**

**Conselho de administração**

Presidente - **Eduardo de Morais Jurcevic**
Conselheiro - **Emilio Sanches Salgado Junior**
Conselheiro - **Andre de Carvalho Novaes**
Conselheiro - **Luís Maria Castelo Branco de Assis Teixeira**

**Contabilista**

**Renata Melloni** - CRC 1SP 284.533/O-5

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|---|
| Receitas Líquidas de Prestação de Serviços | 24.172 | 16.782 |
| Custos dos Serviços Prestados | (11.839) | (9.831) |
| **Lucro Bruto** | **12.334** | **6.951** |
| **Receitas (Despesas) Operacionais** | | |
| Despesas com Pessoal | (8.631) | (7.549) |
| Despesas Administrativas | (3.930) | (3.218) |
| Despesa com Depreciação e Amortização | (3.512) | (3.405) |
| Provisão para Perdas sobre Créditos de Liquidação Duvidosa | (449) | 400 |
| Outras Receitas (Despesas) | 55 | (883) |
| **Resultado Antes das Receitas (Despesas) Financeiras** | **(4.133)** | **(7.704)** |
| Resultado Financeiro | (5.444) | (1.692) |
| **Lucro (Prejuízo) Antes do IR e da CS** | **(9.577)** | **(9.396)** |
| IR e Contribuição Social Diferidos | - | |
| **Prejuízo do Exercício** | **(9.577)** | **(9.396)** |
| Nº de Ações (Mil) | 45.575 | 45.575 |
| **Resultado por ação - básico e diluído** | **(0,21)** | **(0,21)** |

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|---|
| Prejuízo do Exercício | (9.577) | (9.396) |
| Outros Resultados Abrangentes | - | - |
| **Resultado Abrangente do Exercício** | **(9.577)** | **(9.396)** |

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|---|
| **Prejuízo Do Exercício** | **(9.577)** | **(9.396)** |
| **Ajustes ao Prejuízo** | | |
| Provisão p/ Perda s/Créditos Liquidação duvidosas | 449 | (400) |
| Rendimentos sobre aplicações financeiras | (553) | (271) |
| Depreciação e Amortização | 3.512 | 3.405 |
| Baixas de imobilizado | 699 | 413 |
| Baixas de arrendamento mercantil | (1.122) | |
| Baixas de intangível | - | 85 |
| Juros s/ Arrendamentos mercantil | 543 | 561 |
| Juros s/ Empréstimos e Mútuo | 2.925 | 1.147 |
| Variação Cambial s/ Empréstimos no Exterior | (1.802) | (380) |
| Ajuste a Valor Justo de Derivativos | 3.931 | 840 |
| Ajuste de anos anteriores | (1.619) | - |
| | **(2.614)** | **(3.996)** |
| **Variações nos ativos e passivos operacionais:** | | |
| Contas a receber | (402) | 168 |
| Outras contas a receber | 325 | (323) |
| Impostos a recuperar | (106) | 694 |
| Depósitos judiciais | (7) | (1) |
| Outros ativos | (3.447) | (843) |
| Contas a pagar | 2.108 | 591 |
| Salários a pagar | (591) | 403 |
| Provisões | 1.297 | (734) |
| Instrumentos Financeiros Derivativos | (2.684) | (407) |
| Impostos a pagar | 22 | (144) |
| **Caixa aplicado nas operações** | **(6.099)** | **(4.592)** |
| **Juros sobre arrendamento mercantil pagos** | **(547)** | |
| Juros sobre empréstimos e financiamentos pagos | (656) | (465) |
| **Caixa aplicado nas atividades operacionais** | **(7.302)** | **(5.057)** |
| **Fluxo de caixa de atividades de Investimento** | | |
| Aquisições de imobilizado | (192) | (1.379) |
| Aquisições de Ativo Intangível | (1.361) | (1.517) |
| Resgate (aplicação) de aplicações financeiras | 3.592 | (8.382) |
| **Caixa aplicado nas atividades de investimento** | **2.039** | **(11.278)** |
| **Fluxo de caixa de atividades de financiamento** | | |
| Empréstimos e financiamentos, líquido | 7.910 | 16.462 |
| Pagamentos de arrendamento mercantil | (1.614) | (856) |
| Integralização de Capital | - | 16 |
| **Caixa gerado em atividades de financiamento** | **6.843** | **15.622** |
| **Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa** | **1.580** | **(713)** |
| **Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício** | **76** | **789** |
| **Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício** | **1.656** | **76** |
| **Informações Complementares:** Juros Pagos | 656 | 465 |

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Examinamos as demonstrações financeiras, da Loop Gestão de Pátios S.A ("**LOOP**" ou a "**Companhia**"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelo assunto mencionado na base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. São Paulo, 12 de Abril de 2023. **Mazars Auditores Independentes** - CRC 2SP023701/O-8 | **Danhiel Augusto Reis** - Contador CRC 1SP254522/O-0

# VIGOR ALIMENTOS S.A.

CNPJ/MF nº 13.324.184/0001-97 - NIRE: 35.300.391.047

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 27/01/2023**

**Data, Hora e Local:** Aos 27/01/2023, às 9h, na sede social da **Vigor Alimentos S.A.,** localizada na Cidade de SP/SP, na Rua Joaquim Carlos, 396, 1º andar, Brás, CEP 03019-900 ("Companhia"). **Mesa:** Alberto Alfredo Arellano Garcia - Presidente; Paula Nogueira Andrade Cunha - Secretária. **Convocação e Presença:** Devidamente formalizadas nos termos do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia. **Ordem do Dia:** deliberar sobre (i) a destituição do Sr. **Luis Henrique Gennari** do cargo de Diretor-Presidente; (ii) a eleição do Sr. **Cesar Alejandro de Los Santos Llamas** para o cargo de Diretor-Presidente; e (iii) outros assuntos de interesse dos membros presentes. **DELIBERAÇÕES:** Após exame do item constante da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram, por totalidade de votos e sem ressalvas, o seguinte: (i) Fica destituído do cargo de Diretor-Presidente o Sr. **Luis Henrique Gennari,** brasileiro, casado, administrador, RG 20.241.729-3 SSP/SP e CPF 112.166.298-62, residente e domiciliado na Cidade de SP/SP, com endereço profissional na Rua Joaquim Carlos, 396, 1º andar - Brás, SP/SP, CEP 03019-900. (ii) Fica nomeado para o cargo de Diretor-Presidente, o Sr. **Cesar Alejandro de Los Santos Llamas,** cidadão mexicano, nascido em 10/04/1980 em Coahila de Zaragoza, casado, tecnólogo, CPF 718.682.721-76, portador do passaporte G23073495, emitido pelos Estados Unidos Mexicanos, em 11/11/2016 e com validade até 11/11/2026, residente e domiciliado no México, com endereço profissional na Rua Carlos Herrera Araluce, 185, Parque Industrial Carlos A Herrera Araluce, na cidade de Goméz Palacio, Durango, México, o qual exercerá o mandato de 3 anos a contar da presente data (com procurador devidamente constituído nos termos do Artigo 146, §2º da Lei 6.404/76, o Sr. Felipe Tonon Chiovatto, cidadão brasileiro, casado, auditor interno, CPF 271.997.698-90 e RG 26.462.138-4, residente e domiciliado na Cidade de SP/SP, com endereço profissional na Av. Francisco Matarazzo, 1.350, Torre I - 7º andar, bairro Água Branca, CEP 05001-100). O Sr. **Cesar Alejandro de Los Santos Llamas** ora eleito para o cargo de Diretor-Presidente, neste ato declara, sob as penas da lei, que não está impedido, por lei especial, de exercer a administração da Companhia, e nem foi condenado ou está sob os efeitos de condenação, a pena que vede ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. Dessa forma, o Sr. **Cesar Alejandro de Los Santos Llamas** ora eleito, tomará posse em seu respectivo cargo mediante assinatura do respectivo termo de posse a ser lavrado no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria da Companhia em até 30 dias a contar da presente data, conforme previsto no §1º do Artigo 149 da Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/79). (iii) Fica ratificada a eleição dos membros da diretoria da Companhia nos seguintes termos: **(a) Cesar Alejandro de Los Santos Llamas,** cidadão mexicano, nascido em 10/04/1980 em Coahila de Zaragoza, casado tecnólogo, CPF 718.682.721-76, portador do passaporte G23073495, emitido pelos Estados Unidos Mexicanos, em 11/11/2016 e com validade até 11/11/2026, residente e domiciliado no México, com endereço profissional na Rua Carlos Herrera Araluce, 185, Parque Industrial Carlos A Herrera Araluce, na cidade de Goméz Palacio, Durango, México, nomeado para o cargo de Diretor-Presidente, tendo sido eleito neste ato para mandato de 3 anos, que se encerrará em 23/01/2026; e **(b) Emerson Paiva Inacio,** brasileiro, engenheiro civil, casado, CI 1.993.474, CPF 687.832.219-72, residente e domiciliado na Cidade de SP/SP, residente e domiciliado na Cidade de SP/SP, com endereço profissional na Rua Joaquim Carlos, 396, 1º andar - Brás, SP/SP, CEP 03019-900, nomeado para o cargo de Diretor de Finanças e de Administração e Controle, tendo sido reeleito para o cargo por meio da Reunião do Conselho de Administração realizada em 02/01/2023, a qual encontra-se devidamente registrada perante a JUCESP sob nº 23.400/23-7, em sessão de 17/01/2023, para mandato de 3 anos, que se encerrará em 02/01/2026. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme foi por todos assinada. Mesa: Alberto Alfredo Arellano García - Presidente; Paula Nogueira Andrade Cunha - Secretária. Conselheiros Presentes: Alberto Alfredo Arellano García, Manuel Alejandro Zenteno Sanchez e Daniel Espinosa Herrera. SP, 23/01/2023. Mesa: Presidente: Alberto Alfredo Arellano García; Secretária: Paula Nogueira Andrade Cunha. Conselheiros Presentes: Alberto Alfredo Arellano García (p.p. Felipe Tonon Chiovatto); Manuel Alejandro Zenteno Sanchez (p.p. Felipe Tonon Chiovatto); e Daniel Espinosa Herrera (p.p. Felipe Tonon Chiovatto). **JUCESP -** 62.015/23-0 em 07/02/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

# CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS "DR. JOÃO AMORIM" HOSPITAL E MATERNIDADE SOTERO DE SOUZA - SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO ROQUE

CNPJ 66.518.267/0038-75

**BALANÇO PATRIMONIAL**

**BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (em Reais)**

| ATIVO | Notas | 2022 |
|---|---|---|
| **ATIVO CIRCULANTE** | | |
| Caixa e Equivalente de Caixa | 4 | 4.745.043,20 |
| Adiantamentos a Empregados | 5 | 109.643,30 |
| Adiantamentos para Despesas | | 3.000,00 |
| Estoques | 6 | 2.118.571,70 |
| Despesas Antecipadas | | 15.111,38 |
| | | **6.991.369,58** |
| **ATIVO NÃO CIRCULANTE** | | |
| Imobilizado | 7 | 1.078.527,00 |
| | | **1.078.527,00** |
| **TOTAL DO ATIVO** | | **8.069.896,58** |

| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | Notas | 2022 |
|---|---|---|
| **PASSIVO CIRCULANTE** | | |
| Fornecedores | | 2.340.246,47 |
| Obrigações Trabalhistas | 8 | 563.906,65 |
| Obrigações Sociais e Fiscais | 9 | 400.016,26 |
| Contas a Pagar | | 10.942,21 |
| Provisões para Férias e Encargos | | 1.456.014,90 |
| | | **4.771.126,49** |
| **PASSIVO NÃO CIRCULANTE** | | |
| Bens Públicos em nosso poder | 10 | 1.078.527,00 |
| | | **1.078.527,00** |
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | |
| Superávit do Exercício | 23 | 2.394.726,40 |
| Transferências Patrimoniais | | (174.483,31) |
| | | **2.220.243,09** |
| **TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | **8.069.896,58** |

**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (em Reais)**

| | Superávit Acumulado | Transferências Patrimoniais | Patrimônio Líquido |
|---|---|---|---|
| **Saldo em 01 de janeiro de 2022** | - | - | - |
| Transferências Patrimoniais | - | (174.483,31) | (174.483,31) |
| Superávit do Exercício | 2.394.726,40 | - | 2.394.726,40 |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2022** | **2.394.726,40** | **(174.483,31)** | **2.220.243,09** |

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (em Reais)**

| | Notas | 2022 |
|---|---|---|
| **RECEITAS LÍQUIDAS** | **11** | **38.075.390,13** |
| Contratos de Contratos de Gestão | 12 | 39.279.975,69 |
| Realização de Bens Públicos em nosso poder | | 17.348,29 |
| (-) Repasse destinado à aquisição de Imobilizado | 3.g | (1.095.875,29) |
| (-) Glosas sobre Contratos de Gestão | | (126.058,56) |
| **CUSTOS** | | **(34.087.860,67)** |
| Pessoal e Reflexo | 14 | (13.890.312,28) |
| Serviços Terceirizados | 15 | (16.724.963,34) |
| Medicamentos e Materiais de Consumo | 16 | (3.472.585,05) |
| Custo da CPP (Contr. Previdenciária Patronal) | 21 | (2.920.266,92) |
| (-) Isenção da CPP Usufruída | 21 | 2.920.266,92 |
| **(=) RESULTADO BRUTO** | | **3.987.529,46** |
| **DESPESAS** | | **(3.024.642,98)** |
| Impostos, Taxas e Contribuições | | (3.122,70) |
| Despesas Gerais | 17 | (3.021.520,28) |
| **OUTRAS (DESPESAS) E RECEITAS OPERACIONAIS** | | **1.053.474,04** |
| Outras Receitas | | 1.053.474,04 |
| **(=) RESULTADO ANTES DAS REC/DESP FINANCEIRAS** | | **2.016.360,52** |
| **RESULTADO FINANCEIRO** | 13 | **378.365,88** |
| Receitas Financeiras | | 384.576,24 |
| (-) Despesas Financeiras | | (6.210,36) |
| **SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO** | 23 | **2.394.726,40** |

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (em Reais)**

| | 2022 |
|---|---|
| **ATIVIDADES OPERACIONAIS** | |
| Superávit do Exercício | 2.394.726,40 |
| (Aumento) Redução do Ativo | |
| Adiantamentos a Empregados | (109.643,30) |
| Adiantamentos para Despesas | (3.000,00) |
| Estoques | (2.118.571,70) |
| Despesas Antecipadas | (15.111,38) |
| Aumento (Redução) do Passivo | |
| Fornecedores | 2.340.246,47 |
| Obrigações Trabalhistas | 563.906,65 |
| Obrigações Sociais e Fiscais | 400.016,26 |
| Provisões para Férias e Encargos | 1.456.014,90 |
| Outras Obrigações | 10.942,21 |
| **Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais** | **4.919.526,51** |
| **ATIVIDADES DE INVESTIMENTO** | |
| Aquisição de Imob/Intang. Pertencente a Gestão Pública | (1.095.875,29) |
| **Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento** | **(1.095.875,29)** |
| **ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO** | |
| Recebimento de numerário para aquis. de Imobilizado | 1.095.875,29 |
| Incorporação ao Patrimônio Líquido | (174.483,31) |
| **Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento** | **921.391,98** |
| **VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES** | **4.745.043,20** |
| **CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA** | |
| Disponibilidades no Início do Exercício | - |
| Disponibilidades no Final do Exercício | 4.745.043,20 |
| **VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES** | **4.745.043,20** |

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (em Reais)**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL:** O **Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM** é uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com o Estatuto Social original devidamente registrado no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83, e Organização Social de Saúde nos Municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Embu das Artes, Arujá, Poá, Americana, Guarulhos, Cajamar, Mauá, Salto, Santo André, Taubaté, Bertioga, Carapicuíba, Campinas, Rio de Janeiro, Maricá e nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul. O **CEJAM** mantém junto à **Prefeitura da Estância Turística de São Roque** o **Contrato de Gestão nº 01/2022**, com prazo de vigência de 12 meses, contados a partir de 21 de fevereiro de 2022, no montante de R$ 40.394.685,08 a ser repassado em 12 parcelas, visando a operacionalização, o gerenciamento e a execução das atividades e dos serviços de saúde na **Irmandade Santa Casa de Misericórdia de São Roque**. Em 06/07/2022 foi assinado o 1º Termo Aditivo, no montante de R$ 985.312,75, visando a adequação do imóvel para implantação de 8 leitos da UTI II Adulto. Em 15/07/2022 foi assinado o 2º Termo Aditivo, no montante de R$ 4.285.853,23 a ser acrescentado nos repasses de custeio dos meses de julho de 2022 à janeiro de 2023. As demonstrações contábeis da Entidade foram preparadas no pressuposto da continuidade normal e não inclui quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Entidade continuar em atividade. **2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: 2.a) Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.b) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros. **2.d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.**3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **3.a) Instrumentos financeiros: • Ativos financeiros não derivativos:** a Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado de empréstimos e recebíveis. • **Caixa e equivalentes de caixa**: abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. • **Instrumentos financeiros derivativos:** não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2022. **3.b) Imobilizado: • Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. • **Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela Entidade. A Administração reavaliou a situação no exercício de 2022 e não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas anteriormetne definidas. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: • Benfeitorias: 25 anos; • Instalações: 10 anos; • Máquinas e equipamentos: 10 anos; • Equipamentos de uso médico: 10 anos; • Aparelhos e instrumentos de uso médico: 10 anos; • Equipamentos de informática: 5 anos; • Móveis e utensílios: 10 anos; • Veículos: 5 anos. **3.c) Intangível: • Reconhecimento, mensuração e amortização:** o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a. **3.d) Redução ao valor recuperável (impairment): • Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão. **3.e) Passivo circulante e não circulante (quando aplicável):** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.f) Patrimônio líquido:** Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição, são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade conforme divulgado na Nota Explicativa n° 1. **3.g) Receitas:** As receitas da Entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contrato de gestão e convênios, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada "(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado", e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. **3.h) Despesas** As despesas da Entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais. **3.i) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros. **3.j) Apuração do resultado:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. **4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

| BANCO – CONTA MOVIMENTO | 2022 |
|---|---|
| Banco Santander (Brasil) S.A. | 695,70 |
| | **695,70** |

| BANCO – APLICAÇÕES FINANCEIRAS | 2022 |
|---|---|
| Banco do Brasil S.A. | 4.744.347,50 |
| | **4.744.347,50** |

A Entidade mantém a parcela disponível do superávit do exercício aplicado financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social, conforme mencionado na Nota Explicativa n° 1. As aplicações financeiras da instituição não estão sujeitas à incidência de impostos devido a Entidade gozar de isenção de tributos federais. As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos está atrelada, geralmente, ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI).

| 5. ADIANTAMENTO A EMPREGADOS | 2022 |
|---|---|
| Adiantamentos de Ordenados | 109.643,30 |
| | **109.643,30** |

| 6. ESTOQUES | 2022 |
|---|---|
| Dietas Parenterais | 2.910,00 |
| Nutrição Enteral | 27.583,11 |
| Materiais de Laboratório / Reagentes | 870,99 |
| Medicamentos | 1.132.801,42 |
| Materiais Médico / Hospitalar | 520.771,41 |
| Materiais de Expediente / Escritório | 23.039,48 |
| Materiais de Manutenção | 8.970,18 |
| Materiais de Informática | 5.031,64 |
| Materiais de Limpeza e Descartáveis | 57.505,34 |
| Materiais de EPI e EPC | 5.901,53 |
| Materiais Cirúrgico | 7.902,85 |
| Materiais de Higiene | 3.313,64 |
| Gêneros Alimentícios | 40.777,83 |
| Utensílios de Copa | 13.862,53 |
| Materiais Impressos | 3.423,61 |
| Peças e Acessórios | 5.011,46 |
| Uniformes e Rouparias | 146,00 |
| Gases Hospitalares | 255.255,18 |
| Utensílios Diversos | 3.493,50 |
| | **2.118.571,70** |

**7. IMOBILIZADO**

| IMOBILIZADO DE GESTÃO PÚBLICA | TAXA | 2022 |
|---|---|---|
| Benfeitorias em Imóveis de Terceiros | 10% | 983.312,75 |
| Máquinas e Equipamentos | 10% | 18.310,00 |
| Aparelhos e Inst. de Uso Médico | 10% | 4.056,00 |
| Equipamentos de Informática | 20% | 4.127,80 |
| Móveis e Utensílios | 10% | 86.068,74 |
| (-) Depreciação Acumulada | | (17.348,29) |
| | | **1.078.527,00** |

Conforme preceituado no Contrato de Gestão firmado entre o CEJAM e a Prefeitura da Estância Turística de São Roque, os bens patrimoniais adquiridos por conta dos referidos instrumentos é de uso exclusivo e de propriedade da Prefeitura Municipal.

| 8. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS | 2022 |
|---|---|
| Salários a Pagar | 561.615,32 |
| Pensões Alimentícias a Pagar | 2.291,33 |
| | **563.906,65** |

| 9. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS | 2022 |
|---|---|
| INSS a Recolher | 95.597,09 |
| FGTS a Recolher | 127.368,14 |
| Contribuições Sindicais e Assistenciais a Recolher | 1.294,54 |
| IRRF a Recolher | 73.600,00 |
| IRRF Retido de PJ a Recolher | 24.545,98 |
| CSRF a Recolher | 76.194,38 |
| INSS Retido de PJ a Recolher | 770,79 |
| ISS Retido de PJ a Recolher | 645,34 |
| | **400.016,26** |

**10. BENS PÚBLICOS EM NOSSO PODER** A rubrica "Bens públicos em nosso poder", no montante de R$ 1.078.527,00 em 2022, refere-se aos valores recebidos da Secretaria Municipal de Saúde para aquisição de ativo imobilizado, que serão devolvidos ao município quando do término do Contrato de Gestão. O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado registrado no ativo. **11. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de abatimentos, glosas e descontos. A adoção inicial do CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente não afetou o reconhecimento inicial, mensuração e apresentação das receitas, que já estavam consistentes com os novos requerimentos. Basicamente a nova norma determina que as receitas sejam reconhecidas quando o cliente obtém o controle do bem ou serviço. Nesse sentido, nas atividades de saúde, dentre elas, hospitalar, gestão e promoção em saúde, sejam próprias ou públicas, a receita estava anteriormente reconhecida no momento em que o paciente recebia o serviço. Como historicamente é efetuado pela Entidade, foi constituída a conta de Créditos a Receber, com nota explicativa própria, para os casos de serviços prestados, faturados ou não (na norma, estabelecida como "saldos de contrato"). Não há obrigações de desempenho futuro e condições restritivas de pagamentos relevante, exceto pelas glosas efetuadas pelos Contratos de Gestão, e que também estavam contempladas nas provisões para perdas, quando aplicável, no momento do reconhecimento da receita, em contrapartida ao contas a receber, com base nos dados históricos.

| 12. RECEITAS COM CONTRATOS DE GESTÃO | 2022 |
|---|---|
| Contrato de Gestão 01/2022 (Santa Casa) | 39.279.975,69 |
| | **39.279.975,69** |

| 13. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS | 2022 |
|---|---|
| Rendimentos de Aplicações Financeiras | 384.177,64 |
| Descontos Obtidos | 398,60 |
| (-) Tarifas Bancárias | (1.860,15) |
| (-) Juros e Mora Comerciais | (4.346,84) |
| (-) Juros e Acréscimos Fiscais | (3,37) |
| | **378.365,88** |

| 14. CUSTOS COM PESSOAL PRÓPRIO | 2022 |
|---|---|
| Remunerações | 12.052.000,41 |
| Benefícios | 831.552,61 |
| Encargos Sociais | 1.006.759,26 |
| | **13.890.312,28** |

| 15. CUSTOS COM SERVIÇOS TERCEIRIZADOS | 2022 |
|---|---|
| Serviços Assistenciais - Pessoas Jurídicas | 14.401.763,09 |
| Serviços Diversos – Pessoas Jurídicas | 2.323.200,25 |
| | **16.724.963,34** |

| 16. CUSTOS COM MEDICAMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO | 2022 |
|---|---|
| Medicamentos e Materiais de Uso Médico | 2.160.237,87 |
| Materiais de Consumo | 1.066.780,01 |
| Materiais de Conservação e Reparos | 116.347,67 |
| Outros Materiais e Insumos | 129.219,50 |
| | **3.472.585,05** |

| 17. DESPESAS GERAIS | 2022 |
|---|---|
| Contas de Consumo | 571.320,87 |
| Aluguéis | 1.277.110,73 |
| Administrativas | 1.087.552,15 |
| Bens não Imobilizado | 48.679,54 |
| Outras Despesas Gerais | 36.856,99 |
| | **3.021.520,28** |

**18. COBERTURAS DE SEGUROS** A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes. **19. ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO DAS ENTIDADES DE FINS FILANTRÓPICOS** A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela legislação e demais regulamentações vigentes na área em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas ao parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC). A renovação do Certificado de entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes. **20. CERTIFICADO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEBAS)** Em 04 de novembro de 2021, através da Portaria nº 1.094, publicada no Diário Oficial da União, edição 210, seção 1, página 133, em consideração ao Parecer Técnico nº 720/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.191938/2018-98, foi concedida ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de **30 de novembro de 2018** a **29 de novembro de 2021**. Em 24 de março de 2023, através da Portaria nº 274, publicada no Diário Oficial da União, edição 60, seção 1, página 87, em consideração a Nota Técnica nº 201/2023-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.167752/2021-13, foi concedida ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de **30 de novembro de 2021** a **29 de novembro de 2024**. **21. ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (QUOTA PATRONAL)** A Entidade é isenta de Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A Entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem às isenções alcançadas nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal). A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2022 foi de R$ 2.920.266,92 e está registrada em conta própria de "Compensação das Isenções Patronais Previdenciárias", no grupo de despesas, da seguinte forma:

| | 2022 |
|---|---|
| Cota Patronal INSS sobe a Folha de Pagamento | 2.920.266,92 |
| Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas | - |
| | **2.920,266,92** |
| (-) Isenção Usufruída: | |
| (-) Cota Patronal INSS sobe a Folha de Pagamento | (2.920.266,92) |
| (-) Cota Patronal s/ Serv. Prest. por Pessoas Físicas | - |

**22. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES (RENÚNCIA FISCAL) Imposto de renda e contribuição social:** em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal. **PIS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários. **COFINS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. **Isenção previdenciária usufruída:** para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas. **23. SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO** O Superávit do Exercício de 2022 foi de R$ 2.394.726,40. São Roque, 31 de dezembro de 2022.

**DIRETORIA**

Dr. Mário Santoro Junior
Gerente de Desenvolvimento Institucional

CONTADOR
Alexandre Papi
Contador CRC nº 1SP130223/O-3

**Relatório - Gestão em Saúde**

| Consultas Médicas | 1º Sem/2022 Cont. | 1º Sem/2022 Real. | 2º Sem/2022 Cont. | 2º Sem/2022 Real. | Total 2022 Cont. | Total 2022 Real. | % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Primeiras Consultas Rede | 9210 | 4167 | 11052 | 8322 | 20262 | 12489 | **-38,36** |
| Interconsultas | 1500 | 2968 | 1800 | 1992 | 3300 | 4960 | **50,30** |
| Consultas Subseqüentes | 10715 | 12001 | 12858 | 13567 | 23573 | 25568 | **8,46** |
| **Total** | **21425** | **19136** | **25710** | **23881** | **47135** | **43017** | **-8,74** |

| Consultas Médicas (COM TELEMEDICINA) | 1º Sem/2022 Cont. | 1º Sem/2022 Real. | 2º Sem/2022 Cont. | 2º Sem/2022 Real. | Total 2022 Cont. | Total 2022 Real. | % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Primeiras Consultas Rede | 9210 | 4167 | 11052 | 8322 | 20262 | 12489 | **-38,36** |
| Interconsultas | 1500 | 2968 | 1800 | 1992 | 3300 | 4960 | **50,30** |
| Consultas Subseqüentes | 10715 | 12001 | 12858 | 13567 | 23573 | 25568 | **8,46** |
| **Total** | **21425** | **19136** | **25710** | **23881** | **47135** | **43017** | **-8,74** |

| Consultas Não Médicas / Procedimentos Terapêuticos Não Médicos | 1º Sem/2022 Cont. | 1º Sem/2022 Real. | 2º Sem/2022 Cont. | 2º Sem/2022 Real. | Total 2022 Cont. | Total 2022 Real. | % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Consultas Não Médicas | 4500 | 4954 | 5400 | 5132 | 9900 | 10086 | **1,88** |
| Procedimentos Terapêuticos (sessões) | 3750 | 2701 | 4500 | 4154 | 8250 | 6855 | **-16,91** |
| **Total** | **8250** | **7655** | **9900** | **9286** | **18150** | **16941** | **-6,66** |

| Consultas Não Médicas / Procedimentos Terapêuticos Não Médicos (COM TELEMEDICINA) | 1º Sem/2022 Cont. | 1º Sem/2022 Real. | 2º Sem/2022 Cont. | 2º Sem/2022 Real. | Total 2022 Cont. | Total 2022 Real. | % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Consultas Não Médicas | 4500 | 4954 | 5400 | 5136 | 9900 | 10090 | **1,92** |
| Procedimentos Terapêuticos (sessões) | 3750 | 2701 | 4500 | 4154 | 8250 | 6855 | **-16,91** |
| **Total** | **8250** | **7655** | **9900** | **9290** | **18150** | **16945** | **-6,64** |

| Cirurgia Ambulatorial Maior (CMA) | 1º Sem/2022 Cont. | 1º Sem/2022 Real. | 2º Sem/2022 Cont. | 2º Sem/2022 Real. | Total 2022 Cont. | Total 2022 Real. | % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Cirurgias ambulatoriais CMA | 150 | 187 | 180 | 211 | 330 | 398 | **20,61** |
| **Total** | **150** | **187** | **180** | **211** | **330** | **398** | **20,61** |

| Cirurgia Ambulatorial Menor (cma) | 1º Sem/2022 Cont. | 1º Sem/2022 Real. | 2º Sem/2022 Cont. | 2º Sem/2022 Real. | Total 2022 Cont. | Total 2022 Real. | % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Cirurgias ambulatoriais cma | 1235 | 1101 | 1482 | 1388 | 2717 | 2489 | **-8,39** |
| **Total** | **1235** | **1101** | **1482** | **1388** | **2717** | **2489** | **-8,39** |

| SADT Externo | 1º Sem/2022 Cont. | 1º Sem/2022 Real. | 2º Sem/2022 Cont. | 2º Sem/2022 Real. | Total 2022 Cont. | Total 2022 Real. | % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Diagnóstico por Anatomia Patológica e Citopatológica | 0 | 12 | 0 | 0 | 0 | 12 | **0,00** |
| Diagnóstico por Radiologia | 1050 | 1243 | 1260 | 1288 | 2310 | 2531 | **9,57** |
| Diagnóstico por Ultra-Sonografia | 3100 | 3147 | 3720 | 4093 | 6820 | 7240 | **6,16** |
| Métodos Diagnósticos em Especialidades | 1850 | 1367 | 2220 | 1522 | 4070 | 2889 | **-29,02** |
| **Total** | **6000** | **5769** | **7200** | **6903** | **13200** | **12672** | **-4,00** |

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Opinião sobre as demonstrações contábeis** Examinamos as demonstrações contábeis do **CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS "DR. JOÃO AMORIM - HOSPITAL E MATERNIDADE SOTERO DE SOUZA - SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO ROQUE**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo- SP,- 10 de abril de 2023.

**AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS**
CRC/SP 2SP- 024298/O-3

**Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior**
Contador
CRC/RS "S"- SP- 058.252/O-1
CVM: Ato Declaratório Nº 7710/04

# Ingazinho Investimentos S.A.

**RELATÓRIO DA DIRETORIA** CNPJ nº 34.859.183/0001-17

Em atenção às disposições estatutárias e à legislação vigente, estamos apresentando as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, acompanhadas das notas explicativas. São Paulo, 25 de Abril de 2023. A Administração

**BALANÇO PATRIMONIAL** *(Em R$ 1,00)*

| ATIVO | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| **CIRCULANTE (Nota 2.2)** | | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 2.442 | 995.091 |
| Tributos a Recuperar | 6.202 | 3.365 |
| | **8.644** | **998.456** |
| **NÃO CIRCULANTE** | | |
| Investimentos | 5.725.670 | 4.225.670 |
| | **5.725.670** | **4.225.670** |
| **TOTAL DO ATIVO** | **5.734.314** | **5.224.126** |

| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| **CIRCULANTE** | | |
| Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar (Nota 2.3) | –.– | –.– |
| Demais Tributos e Contribuições a Pagar | 13 | 274 |
| Créditos de Acionistas | 70.184 | 10.184 |
| **TOTAL DO PASSIVO** | **70.197** | **10.458** |
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | |
| Capital Social (Nota 2.4) | 5.847.000 | 5.346.000 |
| Prejuízos Acumulados | (182.883) | (132.332) |
| **TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | **5.664.117** | **5.213.668** |
| **TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | **5.734.314** | **5.224.126** |

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO** *(Em R$ 1,00)*

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| **Receitas Operacionais** | **–.–** | **–.–** |
| Despesas Gerais e Administrativas | (54.535) | (67.358) |
| Tributos | (314) | (1.061) |
| **Prejuízo Operacional** | **(54.849)** | **(68.419)** |
| Receitas Financeiras | 6.760 | 22.829 |
| Despesas Financeiras | (2.462) | (2.734) |
| **Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social** | **(50.551)** | **(48.324)** |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | –.– | –.– |
| **Prejuízo do Exercício** | **(50.551)** | **(48.324)** |

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO** *(Em R$ 1,00)*

| | Capital Social | AFAC | Prejuízos Acumulados | Total do Patrimônio Líquido |
|---|---|---|---|---|
| **Em 1º de Janeiro de 2021** | **2.250.000** | **–.–** | **(84.008)** | **2.165.992** |
| AFAC - Futuro Aumento de Capital | –.– | 3.000.000 | –.– | 3.000.000 |
| Aumento de Capital, com: | | | | |
| - Créditos de Acionistas | 96.000 | –.– | –.– | 96.000 |
| - Integralização do AFAC | 3.000.000 | (3.000.000) | –.– | –.– |
| Prejuízo do Exercício | –.– | –.– | (48.324) | (48.324) |
| **Em 31 de dezembro de 2021** | **5.346.000** | **–.–** | **(132.332)** | **5.213.668** |
| AFAC - Futuro Aumento de Capital | –.– | 501.000 | –.– | 501.000 |
| Aumento de Capital, com: | | | | |
| - Integralização do AFAC | 501.000 | (501.000) | –.– | –.– |
| Prejuízo do Exercício | –.– | –.– | (50.551) | (50.551) |
| **Em 31 de dezembro de 2022** | **5.847.000** | **–.–** | **(182.883)** | **5.664.117** |

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO** *(Em R$ 1,00)*

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| **Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais** | | |
| Prejuízo do Exercício | (50.551) | (48.324) |
| **Variações nos Ativos e Passivos** | | |
| Tributos a Recuperar | (2.837) | (3.356) |
| Demais Tributos e Contribuições a Pagar | (261) | 68 |
| | **(3.098)** | **(3.288)** |
| **Caixa Aplicado nas Atividades Operacionais** | **(53.649)** | **(51.612)** |
| **Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos** | | |
| Aquisição de Investimentos | (1.500.000) | (2.000.000) |
| **Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos** | **(1.500.000)** | **(2.000.000)** |
| **Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos** | | |
| Créditos de Acionistas | 60.000 | (54.314) |
| Integralização de Capital | 501.000 | 3.096.000 |
| **Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamentos** | **561.000** | **3.041.686** |
| **Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa** | **(992.649)** | **990.074** |
| **Caixa e Equivalentes de Caixa** | | |
| No Início do Exercício | 995.091 | 5.017 |
| No Final do Exercício | 2.442 | 995.091 |
| **Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa** | **(992.649)** | **990.074** |

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022** *(Em R$ 1,00)*

**1 - CONTEXTO OPERACIONAL**

A Ingazinho Investimentos S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Capital do Estado de São Paulo e que tem como objeto social e atividade preponderante a participação em outras Sociedades na qualidade de acionista ou quotista.

**2 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:**

**2.1 - Determinação do Resultado:** O resultado é apurado de acordo com o regime de competência.

**2.2 - Ativos Circulantes:** Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. Os demais ativos circulantes estão demonstrados aos seus valores originais, adicionados, quando aplicável, pelos valores de juros e variações monetárias.

**2.3 - Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar:** Na apuração do ano, com base no Lucro Real não houve IRPJ e CSLL a pagar.

**2.4 - Capital Social:** Em 31 de dezembro de 2022, o Capital Social da Ingazinho Investimentos S.A., totalmente subscrito e integralizado é de R$ 5.847.000 (2021 - R$ 5.346.000), representado por 5.847.000 ações ordinárias (2021 - 5.346.000), sem valor nominal, obrigatoriamente nominativas.

**Abel Pinto Martins** - TC - CRC 1SP076.138/O-0

Jornal O DIA SP

# CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS "DR. JOÃO AMORIM" MATERNIDADE MUNICIPAL DE PERUÍBE"

CNPJ 66.518.267/0026-31

**BALANÇO PATRIMONIAL**

**BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (em Reais)**

| ATIVO | Notas | 2022 | 2021 |
|---|---|---|---|
| **ATIVO CIRCULANTE** | | | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 4 | 436.417,81 | 12.606,74 |
| Adiantamentos a Empregados | | 31.810,58 | - |
| Adiantamento para Despesas | | 500,00 | 486,00 |
| Impostos Recuperáveis | | - | 660,00 |
| Créditos de Contratos | 5 | 2.417.702,32 | 3.018.620,04 |
| | | **2.886.430,71** | **3.032.372,78** |
| **ATIVO NÃO CIRCULANTE** | | | |
| Imobilizado | 6 | 419.294,58 | 457.595,49 |
| Intangível | 7 | 1.847,60 | 2.463,44 |
| | | **421.142,18** | **460.058,93** |
| **TOTAL DO ATIVO** | | **3.307.572,89** | **3.492.431,71** |

| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | Notas | 2022 | 2021 |
|---|---|---|---|
| **PASSIVO CIRCULANTE** | | | |
| Fornecedores | | 307.369,78 | 831.424,45 |
| Obrigações Trabalhistas | 8 | 265.737,21 | 247.346,11 |
| Obrigações Sociais e Fiscais | 9 | 150.200,45 | 114.458,43 |
| Contas a Pagar | | 12.471,17 | - |
| Provisões para Férias e Encargos | 10 | 431.027,53 | 378.442,77 |
| | | **1.166.806,14** | **1.571.671,76** |
| **PASSIVO NÃO CIRCULANTE** | | | |
| Recursos Governamentais a Realizar | 11 | - | 172.036,04 |
| Bens Públicos em nosso poder | 12 | 421.142,18 | 460.058,93 |
| | | **421.142,18** | **632.094,97** |
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | | |
| Patrimônio Social | | 1.288.664,98 | 1.096.343,43 |
| Superávit do Exercício | | 433.037,03 | 192.321,55 |
| Transferências Patrimoniais | | (2.077,44) | - |
| | | **1.719.624,57** | **1.288.664,98** |
| **TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | **3.307.572,89** | **3.492.431,71** |

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (em Reais)**

| | Notas | 2022 | 2021 |
|---|---|---|---|
| **RECEITAS LÍQUIDAS** | **13** | **14.540.877,08** | **(14.451.401,88)** |
| Contrato de Gestão nº 142/2020 | **14** | 14.678.249,96 | 14.556.482,43 |
| Realização de Bens Públicos em nosso poder | | 39.918,75 | 61.990,93 |
| (-) Repasse dest. à aquisi. do imobilizado | | (1.002,00) | (167.071,48) |
| (-) Glosas sobre Contratos e Convênios | | (176.289,63) | - |
| **CUSTOS** | | **(12.766.755,88)** | **(12.828.801,73)** |
| Pessoal e Reflexos | **16** | (5.247.945,01) | (4.626.450,69) |
| Serviços Terceirizados | **17** | (6.338.501,12) | (7.169.461,20) |
| Medicamentos e Materiais de Consumo | **18** | (1.180.309,75) | (1.032.889,84) |
| Custo da CPP (Contr. Prev. Patronal) | **23** | (1.174.453,95) | (938.481,78) |
| (-) Isenção da CPP Usufruída | **23** | 1.174.453,95 | 938.481,78 |
| **(=) RESULTADO BRUTO** | | **1.774.121,20** | **1.622.600,15** |
| **DESPESAS** | | **(1.429.360,77)** | **(1.450.590,99)** |
| Impostos, Taxas e Contribuições | | (2.622,07) | (1.604,80) |
| Despesas Gerais | **19** | (1.426.738,70) | (1.448.986,19) |
| **OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS** | | **86,47** | **1.401,03** |
| Outras Receitas | | 86,47 | 1.401,03 |
| **(=)RESULTADO ANTES DAS REC/DESP FINANCEIRAS** | | **344.846,90** | **173.410,19** |
| **RESULTADO FINANCEIRO** | **15** | **88.190,13** | **18.911,36** |
| Receitas Financeiras | | 93.452,71 | 26.249,57 |
| Despesas Financeiras | | (5.262,58) | (7.338,21) |
| **SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO** | | **433.037,03** | **192.321,55** |

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (em Reais)**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| **ATIVIDADES OPERACIONAIS** | | |
| Superávit / (Déficit) do Exercício | 433.037,03 | 192.321,55 |
| (Aumento) Redução do Ativo | | |
| Adiantamento a Empregados | (31.810,58) | - |
| Adiantamentos para Despesas | (14,00) | (486,00) |
| Impostos Recuperáveis | 660,00 | (660,00) |
| Créditos com Convênios | 600.917,72 | (2.842.330,41) |
| Aumento (Redução) do Passivo | | |
| Fornecedores | (524.054,67) | 467.062,47 |
| Obrigações Trabalhistas | 18.391,10 | 42.070,73 |
| Obrigações Sociais e Fiscais | 35.742,02 | 43.558,12 |
| Provisões para Férias e Encargos | 52.584,76 | 329.381,87 |
| Recursos Governamentais a Realizar | (172.036,04) | - |
| Outras Obrigações | 12.471,17 | - |
| **Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais** | **425.888,51** | **(1.769.081,67)** |
| **ATIVIDADES DE INVESTIMENTO** | | |
| Aquisição de Imob/Intang. Pert. a Gestão Pública | (1.002,00) | (138.045,80) |
| Baixa de Imob/Intang. Pertencente a Gestão Pública | - | (29.025,68) |
| **Caixa Líquido Consumido nas Ativ. de Investimento** | **(1.002,00)** | **(167.071,48)** |
| **ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO** | | |
| Recebimento de Numerário p/ Aquis. de Imobilizado | 1.002,00 | 167.071,48 |
| Incorporação ao Patrimônio Líquido | (2.077,44) | - |
| **Caixa Líquido Consumido nas Ativ.de Financiamento** | **(1.075,44)** | **167.071,48** |
| **VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES** | **423.811,07** | **(1.769.081,67)** |
| **CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA** | | |
| Disponibilidades no Início do Exercício | 12.606,74 | 1.781.688,41 |
| Disponibilidades no Final do Exercício | 436.417,81 | 12.606,74 |
| **VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES** | **423.811,07** | **(1.769.081,67)** |

**DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (em Reais)**

| | Patrimônio Social | Superávit (Déficit) Acumulados | Transferências Patrimoniais | Patrimônio Líquido |
|---|---|---|---|---|
| **Saldo em 31 de dezembro de 2020** | **-** | **1.096.343,43** | **-** | **1.096.343,43** |
| Incorporação do Superávit/Déficit | 1.096.343,43 | (1.096.343,43) | - | - |
| Superávit/Déficit do Exercício | - | 192.321,55 | - | 192.321,55 |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2021** | **1.096.343,43** | **192.321,55** | **-** | **1.288.664,98** |
| Incorporação do Superávit/Déficit | 192.321,55 | (192.321,55) | - | - |
| Transferências Patrimoniais | - | - | (2.077,44) | (2.077,44) |
| Superávit/Déficit do Exercício | - | 433.037,03 | - | 433.037,03 |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2022** | **1.288.664,98** | **433.037,03** | **(2.077,44)** | **1.719.624,57** |

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (em Reais)**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL:** O **Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM** é uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com o Estatuto Social original devidamente registrado no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/ nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83, e Organização Social de Saúde nos Municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Embu das Artes, Americana, Guarulhos, Cajamar, Mauá, Salto, Santo André, Taubaté, Bertioga, Carapicuíba, Campinas, Rio de Janeiro, Maricá e nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul. Esta instituição presta serviços na área de saúde, realizando ações através de contratos de gestão e convênios firmados junto às Prefeituras dos Municípios de São Paulo, Embu das Artes, Mogi das Cruzes, Carapicuíba, Campinas, Cajamar, Peruíbe, Rio de Janeiro e Governo do Estado de São Paulo. Na promoção em saúde, as ações são realizadas através dos programas de "Voluntariado", "Integração com a Comunidade", "Meio Ambiente" e "PAISM – Programa de Atenção Integral a Saúde da Mulher", executados pelo Instituto de Responsabilidade Social Dr. Fernando Proença de Gouvêa. O **CEJAM** mantém junto à **Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Peruíbe** o Contrato de Gestão nº 142/2020, celebrado em 03 de novembro de 2020, visando operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde na **Maternidade Municipal de Peruíbe**. As demonstrações contábeis da Entidade foram preparadas no pressuposto da continuidade normal e não inclui quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Entidade continuar em atividade. **2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: 2.a) Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros. **2.d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente ao exercício apresentado nessas demonstrações contábeis. **3.a) Instrumentos financeiros: • Ativos financeiros não derivativos:** a entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado. **• Caixa e equivalentes de caixa**: abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Os recursos vinculados representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para fazer frente às obrigações do contrato de gestão, dos seus termos aditivos e outros ajustes que lhe darão origem. **• Instrumentos financeiros derivativos**: não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2022. **3.b) Imobilizado (quando aplicável): • Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de reserva de capital "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. **• Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela entidade. A administração, com base em seu registro consolidado, que compreende histórico de exercício anterior à este Contrato de Gestão, não detectou alterações relevantes em 2022, mantendo as taxas definidas em 2021. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: • Benfeitorias em imóveis de terceiros: 25 anos; • Instalações: 10 anos; • Máquinas e equipamentos: 10 anos; • Equipamentos de uso médico: 10 anos; • Aparelhos e instrumentos de uso médico: 10 anos; • Móveis e utensílios: 10 anos. **3.c) Intangível (quando aplicável): • Reconhecimento, mensuração e amortização**: o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a. **3.d) Redução ao valor recuperável (impairment): • Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A administração da entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão. **3.e) Passivo circulante e não circulante (quando aplicável):** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.f) Patrimônio líquido:** Representa o patrimônio inicial da entidade, acrescido ou reduzido dos superávits ou déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da entidade conforme divulgado na Nota Explicativa n° 1. **3.g) Receitas:** As receitas da entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contrato de gestão, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada "(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado", e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. **3.h) Despesas:** As despesas da entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais. **3.i) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros. **3.j) Apuração do resultado:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

| **4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| **BANCOS – CONTAS MOVIMENTO** | | |
| Banco do Brasil S.A. | - | 4.740,82 |
| Banco Santander Brasil S.A. | - | 255,50 |
| **BANCOS – APLICAÇÕES FINANCEIRAS** | | |
| Banco do Brasil S.A. | 370.430,53 | - |
| Banco Santander (Brasil) S.A. | 65.987,28 | 7.610,42 |
| | **436.417,81** | **12.606,74** |

| **5. CRÉDITOS DE CONTRATOS** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Contrato de Gestão nº 142/2020 | 2.417.702,32 | 3.018.620,04 |
| | **2.417.702,32** | **3.018.620,04** |

**6. IMOBILIZADO**

| **IMOBILIZADO DE GESTÃO PÚBLICA** | TAXA | 2022 | 2021 |
|---|---|---|---|
| Benfeitorias em Imóveis de Terceiros | 4% | 163.741,79 | 163.741,79 |
| Instalações | 10% | 1.400,00 | 1.400,00 |
| Máquinas e Equipamentos | 10% | 34.570,00 | 34.570,00 |
| Equipamentos de Uso Médico | 10% | 7.085,15 | 7.085,15 |
| Aparelhos e Instrumentos de Uso Médico | 10% | 143.256,46 | 143.256,46 |
| Móveis e Utensílios | 10% | 141.793,68 | 140.791,68 |
| (-) Depreciação Acumulada | | (72.552,50) | (33.249,59) |
| | | **419.294,58** | **457.595,49** |

Conforme preceituado no contrato de gestão firmado entre o CEJAM e a Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Peruíbe, os bens patrimoniais adquiridos por conta do referido contrato é de uso exclusivo e de propriedade da Prefeitura Municipal. **7. INTANGÍVEL**

| **INTANGÍVEL DE GESTÃO PÚBLICA** | TAXA | 2022 | 2021 |
|---|---|---|---|
| Direitos de Uso de Sistemas | 20% | 3.079,28 | 3.079,28 |
| (-) Depreciação Acumulada | | (1.231,68) | (615,84) |
| | | **1.847,60** | **2.463,44** |

| **8. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Salários a Pagar | 265.737,21 | 247.346,11 |
| | **265.737,21** | **247.346,11** |

| **9. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| INSS sobre Salários a Recolher | 30.315,28 | 13.181,20 |
| FGTS a Recolher | 40.310,60 | 33.271,00 |
| IRRF sobre Salários a Recolher | 40.334,72 | 24.851,00 |
| IRRF sobre Pessoas Jurídicas a Recolher | 7.872,86 | 9.121,58 |
| CSRF sobre Pessoas Jurídicas a Recolher | 25.085,55 | 28.598,64 |
| INSS sobre Pessoas Jurídicas a Recolher | 3.538,14 | 3.477,13 |
| ISS sobre Pessoas Jurídicas a Recolher | 2.743,30 | 1.957,88 |
| | **150.200,45** | **114.458,43** |

| **10. PROVISÕES PARA FÉRIAS E ENCARGOS** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Provisão para Férias | 399.142,40 | 350.434,50 |
| Provisão para FGTS sobre Férias | 31.885,13 | 28.008,27 |
| | **431.027,53** | **378.442,77** |

| **11. RECURSOS GOVERNAMENTAIS A REALIZAR** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Secretaria Municipal de Saúde de Peruíbe | - | 172.036,04 |
| | **-** | **172.036,04** |

Sob a rubrica de "Recursos Governamentais a Realizar" se encontra o saldo remanescente de recursos recebidos da Secretaria Municipal de Saúde de Peruíbe, destinados à investimento em imobilizado. **12. BENS PÚBLICOS EM NOSSO PODER** A rubrica "Bens públicos em nosso poder", no montante de R$ 421.142,18 em 2022 e R$ 460.058,93 em 2021, refere-se aos valores recebidos da Secretaria Municipal de Saúde de Peruíbe para aquisição de ativo imobilizado, que serão devolvidos ao estado quando do término do contrato de gestão. O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado registrado no ativo. **13. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de abatimentos, glosas e descontos. A adoção inicial do CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente não afetou o reconhecimento inicial, mensuração e apresentação das receitas, que já estavam consistentes com os novos requerimentos. Basicamente, esta norma determina que as receitas sejam reconhecidas quando o cliente obtém o controle do bem ou serviço. Nesse sentido, nas atividades de saúde, dentre elas, hospitalar, gestão e promoção em saúde, sejam próprias ou públicas, a receita estava anteriormente reconhecida no momento em que o paciente recebia o serviço.

| **14. RECEITA COM CONTRATO DE GESTÃO** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Contrato 142/2020 | 14.678.249,96 | 14.556.482,43 |
| | **14.678.249,96** | **14.556.482,43** |

| **15. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Rendimentos de Aplicações Financeiras | 93.265,90 | 26.248,50 |
| Descontos Obtidos | 186,81 | 1,07 |
| (-) Tarifas Bancárias | (1.081,75) | (1.451,05) |
| (-) Juros e Mora de Fornecedores | (2.913,25) | (1.057,80) |
| (-) Juros e Multas sobre Impostos | (1.267,58) | (4.829,36) |
| | **88.190,13** | **18.911,36** |

| **16. PESSOAL E REFLEXOS** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Ordenados e adicionais | 3.472.606,22 | 3.051.386,68 |
| 13º Salários | 285.793,71 | 237.723,57 |
| Férias | 369.134,24 | 305.733,97 |
| Indenizações e Avisos Prévios | 137.439,80 | 67.224,48 |
| Benefícios | 619.234,78 | 667.535,74 |
| Contribuições ao FGTS | 363.736,26 | 296.846,25 |
| | **5.247.945,01** | **4.626.450,69** |

| **17. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Serviços Médicos – Pessoas Jurídicas | 5.273.778,37 | 5.586.023,60 |
| Serviços Médicos – Pessoas Físicas | 30.539,67 | 23.480,00 |
| Serviços Diversos – Pessoas Jurídicas | 1.034.183,08 | 1.559.957,60 |
| | 6.338.501,12 | 7.169.461,20 |

| **18. MEDICAMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Medicamentos e Materiais de Uso Médico | 396.280,12 | 337.945,83 |
| Materiais de Consumo | 720.747,98 | 632.273,57 |
| Materiais de Conservação | 21.729,03 | 33.220,43 |
| Outros Materiais e Insumos | 41.552,62 | 29.450,01 |
| | **1.180.309,75** | **1.032.889,84** |

| **19. DESPESAS GERAIS** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Contas de Consumo (Telefone e Internet) | 13.475,00 | 16.025,00 |
| Aluguéis (Imóveis, Veículos, Equipamentos e Aparelhos) | 615.903,70 | 864.484,71 |
| Administrativas | 756.205,78 | 518.004,64 |
| Bens não Imobilizados | 993,25 | 16.702,11 |
| Outras Despesas Gerais | 40.160,97 | 33.769,73 |
| | **1.426.738,70** | **1.448.986,19** |

**20. COBERTURAS DE SEGUROS** A entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes. **21. ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO DAS ENTIDADES DE FINS FILANTRÓPICOS** A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela legislação e demais regulamentações vigentes na área em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas ao parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC). A renovação do Certificado de entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes. **22. CERTIFICADO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEBAS)** Em 04 de novembro de 2021, através da Portaria nº 1.094, publicada no Diário Oficial da União, edição 210, seção 1, página 133, em consideração ao Parecer Técnico nº 720/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.191938/2018-98, foi concedida ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de **30 de novembro de 2018** a **29 de novembro de 2021**. Em 24 de março de 2023, através da Portaria nº 274, publicada no Diário Oficial da União, edição 60, seção 1, página 87, em consideração a Nota Técnica nº 201/2023-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.167752/2021-13, foi concedida ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de **30 de novembro de 2021** a **29 de novembro de 2024**. **23. ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (QUOTA PATRONAL)** A entidade é isenta de Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem às isenções alcançadas nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal). A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2022 foi de R$ 1.174.453,95 e em 2021 foi de R$ 938.481,78 e está registrada em conta própria de "Compensação das Isenções Patronais Previdenciárias", no grupo de despesas, da seguinte forma:

| **ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS USUFRUÍDAS** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Cota Patronal INSS sobe a Folha de Pagamento | 1.168.346,02 | 933.785,78 |
| Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas | 6.107,93 | 4.696,00 |
| (-) Isenção Usufruída | | |
| (-) Cota Patronal INSS sobe a Folha de Pagamento | (1.168.346,02) | (933.785,78) |
| (-) Cota Patronal s/ Serv. Prest. por. Pessoas Físicas | (6.107,93) | (4.696,00) |
| | **0,00** | **0,00** |

**24. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES (RENÚNCIA FISCAL) Imposto de renda e contribuição social:** em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal. **PIS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários. **COFINS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. **Isenção previdenciária usufruída:** para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas.

Peruíbe (SP), 31 de dezembro de 2022.

**DIRETORIA**

**Dr. Mário Santoro Junior**

Gerente de Desenvolvimento Institucional

**CONTADOR**

**Alexandre Papi**

Contador CRC nº 1SP130223/O-3

**Relatório - Gestão em Saúde**

**Maternidade Municipal de Peruíbe - Período: De 01 até 12/2022**

| **Internações Hospitalares** | 1º Sem/2022 Cont. | 1º Sem/2022 Real. | 2º Sem/2022 Cont. | 2º Sem/2022 Real. | Total 2022 Cont. | Total 2022 Real. | % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Saídas | 660 | 1001 | 660 | 815 | 1320 | 1816 | **1,38** |
| **Total** | **660** | **1001** | **660** | **815** | **1320** | **1816** | **1,38** |
| **Atendimento à Urgências** | | | | | | | |
| Consultas de Urgência | 2250 | 2945 | 2250 | 2898 | 4500 | 5843 | **1,30** |
| **Total** | **2250** | **2945** | **2250** | **2898** | **4500** | **5843** | **1,30** |
| **SADT Externo** | | | | | | | |
| Ultrassonografia (Disponibilizado) | 1152 | 1270 | 1148 | 1267 | 2300 | 2537 | **1,10** |
| Ultrassonografia (Realizado) | 1152 | 1155 | 1148 | 1130 | 2300 | 2285 | **0,99** |
| **Total** | **1152** | **1155** | **1148** | **1130** | **2300** | **2285** | **0,99** |

Relatório - Gestão em Saúde

Maternidade Municipal de Peruíbe - Período: De 01 até 12/2022

**INDICADORES DE QUALIDADE**

| **METAS QUALITATIVAS DE PRONTO ATENDIMENTO DE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA** | 1º Sem/2022 Cont. | 1º Sem/2022 Real. | 2º Sem/2022 Cont. | 2º Sem/2022 Real. | Total 2022 Cont. | Total 2022 Real. | % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Realizar o atendimento na primeira hora em 85% dos casos | 85% | 77,21 | 85% | 85,67 | 85% | 81,44 | **95,81** |
| Atender 100% do desejo do Acompanhante na hora do parto | 100% | 96% | 100% | 96% | 100% | 0,96 | **0,96** |
| Taxa de cesáreas em primipara inferior a 30% | 30% | 39% | 30% | 41% | 30% | 0,4 | **1,33** |
| Taxa de episiotomia inferior a 25% | 25% | 2% | 25% | 7% | 25% | 0,045 | **0,18** |
| Assegurar que em 100% dos casos de gestação pós data seja seguido protocolo clínico | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 1 | **1,00** |
| Notificar 100% dos casos de Nascimento pré termo | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 1 | **1,00** |
| Analisar 100% dos prontuários de Óbitos Maternos | 100% | 0 | 100% | 0 | 100% | 0 | **0,00** |
| Receber, Avaliar e Responder 100% das queixas e reclamações dos usuários | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 1 | **1,00** |
| Realização de alta responsável de 100% das puérperas | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 1 | **1,00** |
| Inserção de DIU (dispositivo intra uterino Anti concepcional) em no mínino 15% das parturientes no mês | 15% | 23% | 15% | 19% | 15% | 0,21 | **1,40** |
| Realização de no mínimo 02 Laqueaduras no momento do parto cesárea por mês | 12 | 9 | 12 | 8 | 12 | 8,5 | **0,71** |
| **METAS QUALITATIVAS DE NEONATOLOGIA** | | | | | | | |
| Realização de contato pele a pele em 100% dos partos que não tiverem contra-indicação | 100% | 95% | 100% | 100% | 100% | 0,974 | **0,97** |
| Analisar 100% dos óbitos fetais e neonatais | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 1 | **1,00** |
| Notificar 100% dos RNs com apgar menor que 7 no nascimento | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 1 | **1,00** |
| Realização de alta responsável em 100% dos RNs | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 1 | **1,00** |
| Realização de 100% dos testes do pezinho, do olhinho e da orelhinha, conforme protocolo do Ministério da Saúde | 100% | 98% | 100% | 100% | 100% | 0,990 | **0,99** |

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Opinião sobre as demonstrações contábeis** Examinamos as demonstrações contábeis do **CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS "DR. JOÃO AMORIM" - MATERNIDADE MUNICIPAL DE PERUÍBE,** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. •Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, - 17 de abril de 2023.

**AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS**

CRC/SP 2SP - 024298/O-3

**Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior**

Contador

CRC/RS "S" - SP- 058.252/O-1

CVM: Ato Declaratório Nº 7710/04

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Jornal O DIA SP

# O.E. Setubal S.A.

CNPJ nº 61.074.456/0001-90

**RELATÓRIO DA DIRETORIA**

Em atenção às disposições estatutárias e à legislação vigente, estamos apresentando as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, acompanhadas das notas explicativas. São Paulo, 25 de Abril de 2023. A Administração

**BALANÇO PATRIMONIAL** *(Em R$ 1,00)*

| ATIVO | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| **CIRCULANTE (Nota 2.2)** | | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 136.565 | 182.434 |
| Ativos Financeiros | 4.597.875 | 2.971.913 |
| Juros sobre Capital Próprio a Receber | 1.023 | 2 |
| Tributos a Recuperar | 621.642 | 287.297 |
| Demais Ativos Circulantes | 22.936 | 30.508 |
| | **5.380.041** | **3.472.154** |
| **NÃO CIRCULANTE** | | |
| Demais Ativos Não Circulantes | 154.626 | 429.750 |
| Investimentos | 1.172.764 | 1.377.020 |
| Imobilizados | 8.818.562 | 8.842.770 |
| Intangíveis | 4.012 | 1.130 |
| | **10.149.964** | **10.650.670** |
| **TOTAL DO ATIVO** | **15.530.005** | **14.122.824** |

| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| **CIRCULANTE** | | |
| Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar (Nota 2.3) | 200.754 | –.– |
| Demais Tributos e Contribuições a Pagar | 3.348 | 2.045 |
| Créditos de Acionistas | 1.975.903 | 1.280.740 |
| Dividendos a Pagar | 9.606 | –.– |
| Demas Passivos Circulantes | 7.175 | 2.789 |
| **TOTAL DO PASSIVO** | **2.196.786** | **1.285.574** |
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | |
| Capital Social (Nota 2.4) | 12.837.250 | 12.837.250 |
| Reservas de Lucros: | | |
| Legal | 25.279 | –.– |
| Especial | 470.690 | –.– |
| **TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | **13.333.219** | **12.837.250** |
| **TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | **15.530.005** | **14.122.824** |

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO** *(Em R$ 1,00)*

| | Capital Social | Prejuízos Acumulados | Reservas de Lucros – Legal | Reservas de Lucros – Especial | Lucros Acumulados | Total do Patrimônio Líquido |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Em 1º de Janeiro de 2021** | **13.550.027** | **–.–** | **–.–** | **–.–** | **–.–** | **13.550.027** |
| Prejuízo do Exercício | –.– | (712.777) | –.– | –.– | –.– | **(712.777)** |
| Redução de Capital com Absorção dos Prejuízos | (712.777) | 712.777 | –.– | –.– | –.– | –.– |
| **Em 31 de dezembro de 2021** | **12.837.250** | **–.–** | **–.–** | **–.–** | **–.–** | **12.837.250** |
| Lucro Líquido do Exercício | –.– | –.– | –.– | –.– | 505.575 | **505.575** |
| Distribuição de Dividendos | –.– | –.– | –.– | –.– | (9.606) | **(9.606)** |
| Constituição da Reserva Legal | –.– | –.– | 25.279 | –.– | (25.279) | –.– |
| Destinação para Reserva Especial | –.– | –.– | –.– | 470.690 | (470.690) | –.– |
| **Em 31 de dezembro de 2022** | **12.837.250** | **–.–** | **25.279** | **470.690** | **–.–** | **13.333.219** |

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022** *(Em R$ 1,00)*

**1 - CONTEXTO OPERACIONAL**

A O.E. Setubal S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Capital do Estado de São Paulo e que tem como objeto social e atividade preponderante a participação em capitais de outras Sociedades e a administração de seus próprios bens de renda, móveis ou imóveis.

**2 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:**

**2.1 - Determinação do Resultado:** O resultado é apurado de acordo com o regime de competência.

**2.2 - Ativos Circulantes:** Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

Os Ativos Financeiros estão demonstrados pelo valor das aplicações acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço.

Os demais ativos circulantes estão demonstrados aos seus valores originais, adicionados, quando aplicável, pelos valores de juros e variações monetárias.

**2.3 - Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar:** O encargo de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do Balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela O. E. Setubal S.A. nas declarações de imposto de renda com relação as situações em que a regulamentação fiscal aplicável da margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento as autoridades fiscais.

**2.4 - Capital Social:** Em 31 de dezembro de 2022, o Capital Social da O.E. Setubal S.A., totalmente subscrito e integralizado é de R$ 12.837.250 (2021 - R$ 12.837.250), representado por 700.000 ações ordinárias (2021 - 700.000), sem valor nominal, obrigatoriamente nominativas.

**2.5 - Lucro por Ação:** O Lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas, pela quantidade de ações ordinárias durante o exercício.

**3 - RECEITAS E DESPSAS FINANCEIRAS**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Receitas Financeiras | | |
| Rendimentos de Aplicações | 411.077 | 237.763 |
| Variação Monetária Ativa | 1.242.978 | 32.738 |
| Variação Cambial Ativa | 48.276 | 62.446 |
| Descontos Obtidos | 225 | 213 |
| | **1.702.556** | **333.160** |
| Despesas Financeiras | | |
| Despesas Bancárias | (13.770) | (8.710) |
| Prejuízo de Aplicação | (48.625) | (15.712) |
| Variação Cambial Passiva | (62.1800 | (62.053) |
| | **(124.575)** | **(86.475)** |

**Abel Pinto Martins** - TC - CRC 1SP076.138/O-0

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO** *(Em R$ 1,00)*

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| **Receitas Operacionais** | **1.244** | **5.527** |
| Despesas Gerais e Administrativas | (1.101.724) | (951.046) |
| Tributos | (134.950) | (15.800) |
| **Prejuízo Operacional** | **(1.235.430)** | **(961.319)** |
| Receitas Financeiras (Nota 3) | 1.702.556 | 333.160 |
| Despesas Financeiras (Nota 3) | (124.575) | (86.475) |
| Outras Receitas e Despesas | 363.778 | 1.857 |
| **Lucro / Prejuízo Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social** | **706.329** | **(712.777)** |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | (200.754) | –.– |
| **Lucro / Prejuízo Antes da Reserva** | **505.575** | **(712.777)** |
| Dividendos | (9.606) | –.– |
| Constituição da Reserva Legal | (25.279) | –.– |
| **Lucro Líquido / Prejuízo do Exercício** | **470.690** | **(712.777)** |
| **Lucro por Ação (Nota 2.5)** | **0,6724** | **–.–** |

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO** *(Em R$ 1,00)*

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| **Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais** | | |
| Lucro / Prejuízo Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social | 706.329 | (712.777) |
| **Ajustes** | | |
| Depreciação e Amortização | 27.358 | 27.869 |
| Ativos Financeiros | | |
| Receita | (411.077) | (237.763) |
| Despesa | 62.395 | 24.422 |
| | (321.324) | (185.472) |
| **Variações nos Ativos e Passivos** | | |
| Juros sobre Capital Próprio a Receber | (1.021) | 858 |
| Tributos a Recuperar | (334.345) | 145.496 |
| Demais Ativos Circulantes | 7.572 | (8.423) |
| Demais Ativos Não Circulantes | 275.124 | (43.778) |
| Demais Tributos e Contribuições a Pagar | 1.303 | 1.215 |
| Demais Passivos Circulantes | 4.386 | 1.013 |
| | (46.981) | 96.381 |
| **Caixa Aplicado nas Atividades Operacionais** | **338.024** | **(801.868)** |
| **Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos** | | |
| Variação nas Aplicações Financeiras | (1.277.280) | 436.056 |
| Baixa de Investimentos | 208.895 | –.– |
| Bonificação de Ações | (4.639) | (1.857) |
| Aquisição / Baixa de Imobilizados | (1.446) | (1.271) |
| Aquisição de Intangíveis | (4.586) | (2.260) |
| **Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos** | **(1.079.056)** | **430.668** |
| **Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos** | | |
| Créditos de Acionistas | 695.163 | 327.658 |
| **Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamentos** | **695.163** | **327.658** |
| **Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa** | **(45.869)** | **(43.542)** |
| **Caixa e Equivalentes de Caixa** | | |
| No Início do Exercício | 182.434 | 225.976 |
| No Final do Exercício | 136.565 | 182.434 |
| **Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa** | **(45.869)** | **(43.542)** |

# Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" Unidade Clínica Ambulatorial de Especialidades Médicas - UNICA

CNPJ 66.518.267/0034-41

**Balanço Patrimonial do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2022 (em Reais)**

| Ativo | Notas | 2022 |
|---|---|---|
| **Ativo Circulante** | | |
| Caixa e Equivalente de Caixa | 4 | 3.240.407,82 |
| Adiantamentos a Empregados | 5 | 31.856,09 |
| Adiantamentos para Despesas | | 600,00 |
| Impostos Recuperáveis | | 1.860,83 |
| Créditos de Contrato de Gestão | 6 | 963.562,96 |
| Estoques | 7 | 66.178,09 |
| Despesas Antecipadas | | 8.035,12 |
| | | **4.312.500,91** |
| **Ativo Não Circulante** | | |
| Imobilizado | 8 | 67.294,41 |
| Intangível | 9 | 91,11 |
| | | **67.385,52** |
| **Total do Ativo** | | **4.379.886,43** |

| Passivo e Patrimônio Líquido | Notas | 2022 |
|---|---|---|
| **Passivo Circulante** | | |
| Fornecedores | | 396.211,18 |
| Obrigações Trabalhistas | 10 | 216.731,02 |
| Obrigações Sociais e Fiscais | 11 | 138.993,67 |
| Contas a Pagar | | 15.763,67 |
| Provisões para Férias e Encargos | | 379.952,31 |
| | | **1.147.651,85** |
| **Passivo Não Circulante** | | |
| Bens Públicos em nosso poder | 12 | 67.385,52 |
| | | **67.385,52** |
| **Patrimônio Líquido** | | |
| Superávit do Exercício | 25 | 251.243,63 |
| Transferências Patrimoniais | | 2.913.605,43 |
| | | **3.164.849,06** |
| **Total do Passivo e Patrimônio Líquido** | | **4.379.886,43** |

**Demonstração dos Resultados do Período Findo em 31 de Dezembro de 2022 (em Reais)**

| | Notas | 2022 |
|---|---|---|
| **Receitas Líquidas** | **13** | **10.875.554,65** |
| Contratos de Contratos de Gestão | 14 | 10.891.451,22 |
| Realização de Bens Públicos em nosso poder | | 15.447,42 |
| (-) Repasse destinado à aquisição de Imobilizado | 3.g | (31.343,99) |
| **Custos** | | **(9.526.999,64)** |
| Pessoal e Reflexo | 16 | (4.261.907,26) |
| Serviços Terceirizados | 17 | (5.127.885,52) |
| Medicamentos e Materiais de Consumo | 18 | (137.206,86) |
| Custo da CPP (Contr. Previdenciária Patronal) | 23 | (1.043.636,44) |
| (-) Isenção da CPP Usufruída | 23 | 1.043.636,44 |
| **(=) Resultado Bruto** | | **1.348.555,01** |
| **Despesas** | | **(1.399.125,00)** |
| Impostos, Taxas e Contribuições | | (491,11) |
| Despesas Gerais | 19 | (1.398.633,89) |
| **Outras (Despesas) e Receitas Operacionais** | | **3.749,98** |
| Outras Receitas | | 3.749,98 |
| **(=) Resultado Antes das Rec/Desp Financeiras** | | **(46.820,01)** |
| **Resultado Financeiro** | **15** | **298.063,64** |
| Receitas Financeiras | | 301.240,02 |
| (-) Despesas Financeiras | | (3.176,38) |
| **Superávit Do Exercício** | **25** | **251.243,63** |

**As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis**

**Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2022 (em Reais)**

| | Superávit Acumulado | Transferências Patrimoniais | Patrimônio Líquido |
|---|---|---|---|
| **Saldo em 01 de janeiro de 2022** | **-** | **-** | **-** |
| Transferências Patrimoniais | - | 2.913.605,43 | 2.913.605,43 |
| Superávit do Exercício | 251.243,63 | - | 251.243,63 |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2022** | **251.243,63** | **2.913.605,43** | **3.164.849,06** |

**As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis**

**Demonstração dos Fluxos de Caixa Para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2022 (em Reais)**

| | 2022 |
|---|---|
| **Atividades Operacionais** | |
| Superávit do Exercício | 251.243,63 |
| (Aumento) Redução do Ativo | |
| Adiantamentos a Empregados | (31.856,09) |
| Adiantamentos para Despesas | (600,00) |
| Impostos Recuperáveis | (1.860,83) |
| Créditos com Contrato de Gestão | (963.562,96) |
| Estoques | (66.178,09) |
| Despesas Antecipadas | (8.035,12) |
| Aumento (Redução) do Passivo | |
| Fornecedores | 396.211,18 |
| Obrigações Trabalhistas | 216.731,02 |
| Obrigações Sociais e Fiscais | 138.993,67 |
| Provisões para Férias e Encargos | 379.952,31 |
| Outras Obrigações | 15.763,67 |
| **Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais** | **326.802,39** |
| **Atividades de Investimento** | |
| Aquisição de Imob/Intang. Pertencente a Gestão Pública | (31.343,99) |
| **Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento** | **(31.343,99)** |
| **Atividades de Financiamento** | |
| Recebimento de numerário para aquis. de Imobilizado | 31.343,99 |
| Incorporação ao Patrimônio Líquido | 2.913.605,43 |
| **Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento** | **2.944.949,42** |
| **Variação Líquida nas Disponibilidades** | **3.240.407,82** |
| **Caixa e Equivalentes de Caixa** | |
| Disponibilidades no Início do Exercício | - |
| Disponibilidades no Final do Exercício | 3.240.407,82 |
| **Variação Líquida nas Disponibilidades** | **3.240.407,82** |

**As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis**

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2022 (em Reais)**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL** O **Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM** é uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com o Estatuto Social original devidamente registrado no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83, e Organização Social de Saúde nos Municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Embu das Artes, Arujá, Poá, Americana, Guarulhos, Cajamar, Mauá, Salto, Santo André, Taubaté, Bertioga, Carapicuíba, Campinas, Rio de Janeiro, Maricá e nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul. O **CEJAM** mantém junto à **Prefeitura do Município de Mogi das Cruzes** o **Contrato de Gestão nº 67/2018**, com prazo de vigência de 36 meses, visando a operacionalização, apoio e execução do gerenciamento das atividades e serviços de saúde na **Unidade Clínica Ambulatorial de Especialidades Jundiapeba – UNICA – Dr. Arthur Domingo Fais**. Em 12/08/2021 foi assinado o 3º Termo Aditivo prorrogando o prazo de vigência do contrato por 6 meses, de 13/08/2021 à 12/02/2022. Em 07/02/2022 foi assinado o 6º Termo Aditivo prorrogando o prazo de vigência do contrato por 12 meses, de 13/02/2022 à 12/02/2023. Em 25/11/2022 foi assinado o 8º Termo Aditivo visando a implementação de equipe técnica de operacionalização para atendimento de demanda e, operacionalização de exames, nas seguintes unidades: Unidade Clínica Ambulatorial de Especialidades de Jundiapeba – UNICA, UNICA Fisioterapia, Unidade Básica Vila Suíssa e Unidade Básica Jundiapeba. Visando a segregação das atividades que até o exercício de 2021 vinham sendo prestadas e registradas de forma consolidada no CNPJ nº 66.518.267/0010-74, a partir do exercício de 2022, a **Unidade Clínica Ambulatorial de Especialidades - UNICA** foi constituída como filial através do **CNPJ nº 66.518.267/0034-41**, passando a ter suas informações financeiras reconhecidas de forma segregada de outros contratos que o **CEJAM** mantém com a **Prefeitura do Município de Mogi das Cruzes**. Este ajuste foi contemplado no 7º Termo Aditivo, assinado em 19/04/2022. As demonstrações contábeis da Entidade foram preparadas no pressuposto da continuidade normal e não inclui quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Entidade continuar em atividade. **2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2.a) Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.b) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros. **2.d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **3.a) Instrumentos financeiros: ● Ativos financeiros não derivativos:** a Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado de empréstimos e recebíveis. **● Caixa e equivalentes de caixa:** abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. **● Instrumentos financeiros derivativos:** não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2022. **3.b) Imobilizado: ● Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. **● Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela Entidade. A Administração reavaliou a situação no exercício de 2022 e não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas anteriormetne definidas. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: **● Benfeitorias:** 25 anos; **● Instalações:** 10 anos; **● Máquinas e equipamentos:** 10 anos; **● Equipamentos de uso médico:** 10 anos; **● Aparelhos e instrumentos de uso médico:** 10 anos; **● Equipamentos de informática:** 5 anos; **● Móveis e utensílios:** 10 anos; **● Veículos:** 5 anos. **3.c) Intangível: ● Reconhecimento, mensuração e amortização:** o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a. **3.d) Redução ao valor recuperável (impairment): ● Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão. **3.e) Passivo circulante e não circulante (quando aplicável):** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.f) Patrimônio líquido:** Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição, são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade conforme divulgado na Nota Explicativa n° 1. **3.g) Receitas:** As receitas da Entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contrato de gestão e convênios, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada "(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado", e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. **3.h) Despesas** As despesas da Entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais. **3.i) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros. **3.j) Apuração do resultado:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. **4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

| BANCO – APLICAÇÕES FINANCEIRAS | 2022 |
|---|---|
| Banco do Brasil S.A. | 3.240.407,82 |
| | **3.240.407,82** |

A Entidade mantém a parcela disponível do superávit do exercício aplicado financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social, conforme mencionado na Nota Explicativa n° 1. As aplicações financeiras da instituição não estão sujeitas à incidência de impostos devido a Entidade gozar de isenção de tributos federais. As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos está atrelada, geralmente, ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI). **5. ADIANTAMENTO A EMPREGADOS**

| | 2022 |
|---|---|
| Adiantamentos de Férias | 31.856,09 |
| | **31.856,09** |

**6. CRÉDITOS DE CONTRATOS DE GESTÃO**

| | 2022 |
|---|---|
| Contrato de Gestão nº 67/2018 (UNICA) | 1.284.750,61 |
| (-) Provisão para Devedores Duvidosos | (321.187,65) |
| | **963.562,96** |

Por deliberação de sua diretoria, a Entidade está provisionando como perda por crédito de liquidação duvidosa sobre o saldo a receber da Prefeitura do Município de Mogi das Cruzes, o montante considerado como suficiente para cobrir as possíveis perdas que possam ocorrer na realização do contas a receber. **7. ESTOQUES**

| | 2022 |
|---|---|
| Materiais de Laboratório / Reagentes | 14.123,38 |
| Medicamentos | 10.567,58 |
| Materiais Médico / Hospitalar | 7.167,88 |
| Materiais de Expediente / Escritório | 23.538,43 |
| Materiais de Manutenção | 1.225,67 |
| Materiais de Informática | 143,76 |
| Materiais de Limpeza e Descartáveis | 1.628,00 |
| Materiais de EPI e EPC | 231,00 |
| Utensílios de Copa | 2.295,41 |
| Peças e Acessórios | 4.470,94 |
| Utensílios Diversos | 760,34 |
| Tecidos, Aviamentos e Armarinhos | 25,70 |
| | **66.178,09** |

**8. IMOBILIZADO**

| IMOBILIZADO DE GESTÃO PÚBLICA | Taxa | 2022 |
|---|---|---|
| Instalações | 10% | 350,00 |
| Máquinas e Equipamentos | 10% | 8.719,44 |
| Equipamentos de Uso Médico | 10% | 177.185,85 |
| Aparelhos e Inst. de Uso Médico | 10% | 22.862,00 |
| Equipamentos de Informática | 20% | 8.836,00 |
| Móveis e Utensílios | 10% | 26.168,14 |
| (-) Depreciação Acumulada | | (176.827,02) |
| | | **67.294,41** |

Conforme preceituado no Contrato de Gestão firmado entre o CEJAM e a Prefeitura do Município de Mogi das Cruzes, os bens patrimoniais adquiridos por conta dos referidos instrumentos é de uso exclusivo e de propriedade da Prefeitura Municipal.

**9. INTANGÍVEL**

| INTANGÍVEL DE GESTÃO PÚBLICA | Taxa | 2022 |
|---|---|---|
| Direitos de Uso de Sistemas | 20% | 3.133,94 |
| (-) Amortização Acumulada | | (3.042,83) |
| | | **91,11** |

**10. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS**

| | 2022 |
|---|---|
| Salários a Pagar | 216.731,02 |
| | **216.731,02** |

**11. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS**

| | 2022 |
|---|---|
| INSS a Recolher | 27.123,72 |
| FGTS a Recolher | 34.695,11 |
| IRRF a Recolher | 43.978,57 |
| IRRF Retido de PJ a Recolher | 4.473,60 |
| IRRF Retido de Autônomos a Recolher | 516,60 |
| CSRF a Recolher | 11.502,66 |
| INSS Retido de PJ a Recolher | 9.226,58 |
| ISS Retido de PJ a Recolher | 2.884,69 |
| ISS Retido de Autônomos a Recolher | 551,60 |
| INSS Retido de Autônomos a Recolher | 4.040,54 |
| | **138.993,67** |

**12. BENS PÚBLICOS EM NOSSO PODER:** A rubrica "Bens públicos em nosso poder", no montante de R$ 67.385,52 em 2022, refere-se aos valores recebidos da Secretaria Municipal de Saúde para aquisição de ativo imobilizado, que serão devolvidos ao município quando do término do Contrato de Gestão. O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado registrado no ativo. **13. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de abatimentos, glosas e descontos. A adoção inicial do CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente não afetou o reconhecimento inicial, mensuração e apresentação das receitas, que já estavam consistentes com os novos requerimentos. Basicamente a nova norma determina que as receitas sejam reconhecidas quando o cliente obtém o controle do bem ou serviço. Nesse sentido, nas atividades de saúde, dentre elas, hospitalar, gestão e promoção em saúde, sejam próprias ou públicas, a receita estava anteriormente reconhecida no momento em que o paciente recebia o serviço. Como historicamente é efetuado pela Entidade, foi constituída a conta de Créditos a Receber, com nota explicativa própria, para os casos de serviços prestados, faturados ou não (na norma, estabelecida como "saldos de contrato"). Não há obrigações de desempenho futuro e condições restritivas de pagamentos relevante, exceto pelas glosas efetuadas pelos Contratos de Gestão, e que também estavam contempladas nas provisões para perdas, quando aplicável, no momento do reconhecimento da receita, em contrapartida ao contas a receber, com base nos dados históricos. **14. RECEITAS COM CONVÊNIOS**

| | 2022 |
|---|---|
| Contrato de Gestão 67/2018 | 10.891.451,22 |
| | **10.891.451,22** |

**15. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS**

| | 2022 |
|---|---|
| Rendimentos de Aplicações Financeiras | 301.239,91 |
| Descontos Obtidos | 0,11 |
| (-) Tarifas Bancárias | (2.000,55) |
| (-) Juros e Mora Comerciais | (138,16) |
| (-) Imposto sobre Aplic. Financeiras | (0,87) |
| (-) IOF | (0,16) |
| (-) Juros e Acréscimos Fiscais | (1.036,64) |
| | **298.063,64** |

**16. CUSTOS COM PESSOAL PRÓPRIO**

| | 2022 |
|---|---|
| Remunerações | 3.660.768,13 |
| Benefícios | 288.079,45 |
| Encargos Sociais | 313.059,68 |
| | **4.261.907,26** |

**17. CUSTOS COM SERVIÇOS TERCEIRIZADOS**

| | 2022 |
|---|---|
| Serviços Assistenciais- Pessoas Jurídicas | 3.308.960,99 |
| Serviços Diversos – Pessoas Jurídicas | 1.536.516,48 |
| Serviços Assistenciais – Pessoas Físicas | 282.408,05 |
| | **5.127.885,52** |

**18. CUSTOS COM MEDICAMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO**

| | 2022 |
|---|---|
| Medicamentos e Materiais de Uso Médico | 65.175,08 |
| Materiais de Consumo | 52.554,29 |
| Materiais de Conservação e Reparos | 9.676,73 |
| Outros Materiais e Insumos | 9.800,76 |
| | **137.206,86** |

**19. DESPESAS GERAIS**

| | 2022 |
|---|---|
| Contas de Consumo | |
| Aluguéis | 337.338,88 |
| Administrativas | 713.222,98 |
| Bens não Imobilizado | 1.599,80 |
| Outras Despesas Gerais | 346.472,23 |
| | **1.398.633,89** |

**20. COBERTURAS DE SEGUROS** A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes. **21. ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO DAS ENTIDADES DE FINS FILANTRÓPICOS** A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela legislação e demais regulamentações vigentes na área em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas ao parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC). A renovação do Certificado de entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes. **22. CERTIFICADO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEBAS)** Em 04 de novembro de 2021, através da Portaria nº 1.094, publicada no Diário Oficial da União, edição 210, seção 1, página 133, em consideração ao Parecer Técnico nº 720/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.191938/2018-98, foi concedida ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de **30 de novembro de 2018 a 29 de novembro de 2021**. Em 24 de março de 2023, através da Portaria nº 274, publicada no Diário Oficial da União, edição 60, seção 1, página 87, em consideração a Nota Técnica nº 201/2023-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.167752/2021-13, foi concedida ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de **30 de novembro de 2021 a 29 de novembro de 2024**. **23. ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (QUOTA PATRONAL)** A Entidade é isenta de Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A Entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem às isenções alcançadas nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal). A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2022 foi de R$ 1.043.636,44 e está registrada em conta própria de "Compensação das Isenções Patronais Previdenciárias", no grupo de despesas, da seguinte forma:

| | 2022 |
|---|---|
| Cota Patronal INSS sobe a Folha de Pagamento | 987.154,84 |
| Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas | 56.481,60 |
| | **1.043.636,44** |
| (-) Isenção Usufruída: | |
| (-) Cota Patronal INSS sobe a Folha de Pagamento | (987.154,84) |
| (-) Cota Patronal s/ Serv. Prest. por Pessoas Físicas | (56.481,60) |
| | **-** |

**24. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES (RENÚNCIA FISCAL)** I**mposto de renda e contribuição social:** em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal. **PIS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários. **COFINS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. **Isenção previdenciária usufruída:** para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas. **25. SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO** O Superávit do Exercício de 2022 foi de R$ 251.243,63.

**Mogi das Cruzes, 31 de dezembro de 2022.**

| DIRETORIA | CONTADOR |
|---|---|
| **Dr. Mário Santoro Junior** – Gerente de Desenvolvimento Institucional | **Alexandre Papi** - CRC 1SP130223/O-3 |

**"Relatório Anual - 2022 - Janeiro a Dezembro - Dados consolidados"**

**Unidade Clínica Ambulatorial (UNICA)**
**UNICA Jundiapeba**

| Indicador | 1º Semestre – Meta | 1º Semestre – Realizado | 2º Semestre – Meta | 2º Semestre – Realizado |
|---|---|---|---|---|
| Número de Consultas Realizadas | 15.474 | 15.568 | 11.910 | 11.800 |
| Número de Exames Realizados | 9.894 | 9.815 | 10.643 | 10.541 |
| "Número de Procedimentos e Cirurgias Realizadas" | 1.992 | 1.913 | 1.918 | 1.794 |
| Número de Atendimentos Equipe Multiprofissional | 5.773 | 5.669 | 5.733 | 5.677 |
| Odontologia Cirúrgica | 1.125 | 845 | 1.053 | 1.046 |
| Número de Consultas Odontológicas Realizadas | 1.500 | 1.961 | 1.404 | 2.233 |
| Altas Ambulatoriais | 1.557 | 2.346 | 1.181 | 1.620 |

**Fonte: Produção Diária | Metas Contratuais**

**Unidade Clínica Ambulatorial (UNICA)**
**UNICA Fisioterapia e Reabilitação "Dr. Aristides Cunha Filho"**

| Indicador | 1º Semestre – Meta | 1º Semestre – Realizado | 2º Semestre – Meta | 2º Semestre – Realizado |
|---|---|---|---|---|
| Atendimentos Fisioterápicos Realizados | 7.968 | 7.663 | 7.488 | 8.183 |
| "Atendimentos em Orientação Nutricional" | 1.572 | 1.438 | 1.464 | 1.439 |
| "Atividade Física / Academia e Dança" | 1.121 | 770 | 1.044 | 1.122 |
| Atividade Aquática / Hidroginástica | 996 | 821 | 928 | 893 |

**Fonte: Produção Diária | Metas Contratuais**

**Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis**

**Opinião sobre as demonstrações contábeis** Examinamos as demonstrações contábeis do **CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS "DR. JOÃO AMORIM" - UNIDADE CLÍNICA AMBULATORIAL DE ESPECIALIDADES MÉDICAS - UNICA**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ● Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. ● Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. ● Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. ● Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. ● Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

**São Paulo - SP, 10 de abril de 2023.**
**AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS**
CRC/SP 2SP- 024298/O-3
**Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior Contador**
CRC/RS "S"- SP- 058.252/O-1
CVM: Ato Declaratório Nº 7710/04

# PROMAX PRODUTOS MÁXIMOS S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNPJ: 61.531.620/0001-41

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A PROMAX Produtos Máximos S/A Indústria e Comércio é uma empresa sólida, com 69 anos de atividade no mercado de Lubrificantes e Aditivos e, em 2022, sob o comando do seu Presidente, Ricardo Halasz Galvão, e seus Diretores Executivos, Roberta Halasz Galvão e Marcelo Escarabajal, deu continuidade às mudanças iniciadas em 2019.

A Direção focou na gestão do caixa, administração de seu endividamento, reestruturação de sua área comercial e voltou a investir em novas máquinas e equipamentos.

Mesmo diante de um contexto macroeconômico complexo com a economia mundial em desaceleração, o aumento da taxa básica de juros e os obsbtáculos impostos pelo conflito Rússia x Ucrânia, crescemos em vendas em 10% em relação a 2021, ao apresentar Receita Operacional Bruta de R$ 348 milhões em 2022 comparativamente aos R$ 316 milhões em 2021. As margens tiveram um aumento em 2022 fechando em 27% contra 26% em 2021; mesmo com a escassez de Matéria Prima onerando nossos Custos de Produção, esperamos que o mercado volte a estabilidade ainda em 2023, mantendo assim, um equilíbrio financeiro e o aumento contínuo de nossas margens.

Em cumprimento às determinações Legais e Estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

A Diretoria coloca-se à disposição dos prezados Acionistas, Fornecedores, Clientes e Instituições Financeiras para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

**A ADMINISTRAÇÃO**

### Balanços Patrimoniais 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

| ATIVO | NOTAS | 2022 | 2021 |
|---|---|---|---|
| **CIRCULANTE** | | **53.013** | **67.046** |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | | 423 | 438 |
| Clientes | **3** | 23.271 | 29.905 |
| Adiantamentos | | 937 | 856 |
| Estoques | **4** | 24.012 | 22.574 |
| Impostos a Compensar | **5** | 3.840 | 12.318 |
| Despesas do Exercício Seguinte | | 530 | 955 |
| **NÃO CIRCULANTE** | | **88.351** | **86.807** |
| Despesas Financeiras a Amortizar | | 205 | 530 |
| Títulos a Receber | | 83 | 167 |
| Cauções e Depósitos Judiciais | | 3.396 | 2.199 |
| Direitos e Garantias | **6** | 61.463 | 57.046 |
| Imobilizado | **7** | 22.788 | 26.241 |
| Intangível | **8** | 415 | 623 |
| **TOTAL DO ATIVO** | | **141.364** | **153.853** |

| PASSIVO | NOTAS | 2022 | 2021 |
|---|---|---|---|
| **CIRCULANTE** | | **37.289** | **49.144** |
| Fornecedores | **9** | 21.576 | 25.418 |
| Adiantamentos de Clientes | | 275 | 13 |
| Empréstimos e Financiamentos | **10 e 12** | 8.404 | 13.305 |
| Outras Obrigações | | 252 | 985 |
| Contribuições Sociais a Recolher | | 646 | 639 |
| Provisão para Férias | | 2.108 | 2.685 |
| Impostos a Pagar | **11** | 4.028 | 6.099 |
| **NÃO CIRCULANTE** | | **68.954** | **69.583** |
| Empréstimos e Financiamentos | **10 e 12** | 972 | 2.557 |
| Outras Contas a pagar | **13** | 2.283 | 2.031 |
| Provisão para Contingências | **14** | 7.608 | 6.807 |
| Impostos (Precatórios) | **14 c)** | 57.137 | 57.137 |
| Impostos e Contr. s/Reserva de Reav. e Ajuste Patrimonial | | 954 | 1.050 |
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | **35.121** | **35.126** |
| Capital | **15** | 27.000 | 27.000 |
| Reservas de Capital | | 172 | 172 |
| Reserva de Lucros | | 229 | 229 |
| Reserva de Reavaliação | | 1.679 | 1.777 |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial | | 8.553 | 8.646 |
| Prejuízos Acumulados | | (2.512) | (2.698) |
| **TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | **141.364** | **153.853** |

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

| DESCRIÇÃO | CAPITAL | RESERVAS DE CAPITAL | RESERVAS DE LUCROS | RESERVA DE REAVALIAÇÃO | AJUSTE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL | LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS | TOTAIS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **SALDOS EM 31/12/2020** | **27.000** | **172** | **229** | **1.875** | **8.740** | **(10.636)** | **27.380** |
| Realização da Reserva de Reavaliação | - | - | - | (148) | - | 148 | - |
| Impostos Diferidos sobre Reavaliação | - | - | - | 49 | - | - | 49 |
| Realização do Ajuste Aval. Patrimonial | - | - | - | - | (140) | 140 | - |
| Impostos Diferidos s/ Aj. Aval. Patrimonial | - | - | - | - | 47 | - | 47 |
| Resultado Incorporação e-Promax | - | - | - | - | | (214) | (214) |
| Resultado do Exercício | - | - | - | - | - | 7.864 | 7.864 |
| **SALDOS EM 31/12/2021** | **27.000** | **172** | **229** | **1.777** | **8.646** | **(2.698)** | **35.126** |
| Realização da Reserva de Reavaliação | - | - | - | (148) | - | 148 | - |
| Impostos Diferidos sobre Reavaliação | - | - | - | 49 | - | - | 49 |
| Realização do Ajuste Aval. Patrimonial | - | - | - | - | (140) | 140 | - |
| Impostos Diferidos s/ Aj. Aval. Patrimonial | - | - | - | - | 47 | - | 47 |
| Resultado Incorporação e-Promax | - | - | - | - | - | - | - |
| Resultado do Exercício | - | - | - | - | - | (101) | (101) |
| **SALDOS EM 31/12/2022** | **27.000** | **172** | **229** | **1.679** | **8.553** | **(2.511)** | **35.121** |

### Demonstração do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | NOTAS | 2022 | 2021 |
|---|---|---|---|
| **RECEITA OPERACIONAL BRUTA** | | **348.949** | **315.662** |
| **DEDUÇÕES DAS RECEITAS** | | **(99.703)** | **(92.242)** |
| Impostos Faturados | | (92.844) | (87.575) |
| Devoluções e Abatimentos | | (6.859) | (4.667) |
| **RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA** | | **249.246** | **223.420** |
| Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados | | (182.958) | (159.486) |
| **LUCRO BRUTO** | | **66.288** | **63.934** |
| **RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS** | | **(62.220)** | **(52.292)** |
| Despesas Comerciais | **16** | (33.708) | (35.206) |
| Despesas Gerais/Administrativas | **17** | (29.875) | (30.873) |
| Receitas/Despesas Tributárias | **18** | 1.217 | 17.329 |
| Outros Resultados Operacionais | **19** | 146 | (3.542) |
| **LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO** | | **4.067** | **11.642** |
| Despesas Financeiras | | (5.808) | (4.104) |
| Receitas Financeiras | | 1.985 | 1.551 |
| Resultados Não Operacionais | | 74 | 901 |
| **LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS** | | **318** | **9.989** |
| Imposto de Renda PJ | | (302) | (1.546) |
| Contribuição Social s/Lucro Líquido | | (118) | (579) |
| **LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO** | | **(101)** | **7.864** |
| **Lucro (prejuízo) por Ações** | | (0,004) | 0,291 |

### Demonstração dos Fluxos de Caixa – MÉTODO INDIRETO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | NOTAS | 2022 | 2021 |
|---|---|---|---|
| **ATIVIDADES OPERACIONAIS** | | | |
| Resultado do Período | | (101) | 7.865 |
| (+) Depreciação / Amortização | | 2.042 | 2.130 |
| (-) Resultado por Incorporação e-Promax | | - | (214) |
| | | **1.941** | **9.781** |
| **Variação nos Ativos e Passivos** | | | |
| Clientes | | 6.634 | 60 |
| Outros Créditos | | (80) | (270) |
| Estoques | | (1.438) | (7.202) |
| Impostos a Compensar | | 8.477 | (12.111) |
| Cauções e Depósitos Judiciais | | (1.197) | (208) |
| Demais Ativos | | 833 | 2.034 |
| Fornecedores | | (3.841) | 9.961 |
| Salários e Encargos Sociais | | (570) | (93) |
| Impostos a Pagar | | (1.820) | 1.515 |
| Provisão p/Contingências | | 802 | 4.632 |
| Demais Credores | | (470) | (1.946) |
| Acréscimos dos Impostos sobre Reserva de Reavaliação | | (49) | (49) |
| Acréscimos dos Impostos s/Ajuste Avaliação Patrimonial | | (47) | (47) |
| **CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS** | | **9.175** | **6.056** |
| **ATIVIDADES DE INVESTIMENTO** | | | |
| Aquisição de Imobilizado/Investimentos/Intangível | | (2.938) | (967) |
| Baixa Liquida de Imobilizado | | 43 | 1.472 |
| **CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIV. INVESTIMENTOS** | | **(2.895)** | **505** |
| **ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS** | | | |
| Financiamentos de Curto Prazo | | (4.901) | (2.459) |
| Financiamentos de Longo Prazo | | (1.586) | (3.901) |
| **CAIXA LÍQUIDO DAS ATIV.DE FINANCIAMENTO** | | **(6.487)** | **(6.360)** |
| **AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL** | | | |
| Ajuste Avaliação Patrimonial Terrenos/Edifícios Líq. Impostos | | 192 | 192 |
| **VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA** | | **(15)** | **392** |
| Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes | | 438 | 47 |
| Saldo Final de Caixa e Equivalentes | | 423 | 438 |
| **VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES** | | **(15)** | **392** |

### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. **Contexto operacional** A Sociedade denomina-se PROMAX PRODUTOS MÁXIMOS S/A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO, com sede, foro e administração à Rua Promax n° 1 – Distrito de Jordanésia, no Município de Cajamar. Tem por objeto: a produção, o comércio, a distribuição, a importação e exportação de produtos químicos, graxas, detergentes, lubrificantes, preservativos contra a oxidação e deterioração de material, velas de ignição, autopeças em geral, aparelhos e instrumentos de medição, sinalização, alarme, controle de poluição, proteção e segurança; a industrialização de produtos sob encomenda; o comércio atacadista de lubrificantes; o armazenamento de produtos de terceiros; a locação de armazém e/ou de espaço para estocagem de mercadoria de terceiros; a prestação de serviços a veículos, tais como lavagem, lubrificação e outros inerentes a tal atividade; a exploração de qualquer produto através de lojas (shop); a exploração do ramo de restaurante industrial. As Demonstrações Contábeis incluem o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa, do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e suas correspondentes notas explicativas. A autorização para a conclusão das Demonstrações Contábeis foi dada pela Diretoria em 15/04/2023. 2. **Resumo das principais práticas contábeis 2.1. Base de preparação**- As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas e com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os Pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que estão em consonância com as normas internacionais de contabilidade, bem como a legislação fiscal e tributária. Estão sendo divulgadas de forma comparativa as do exercício anterior. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas a seguir, as quais vêm sendo aplicadas de modo consistente e uniforme em todos os exercícios apresentados. **2.2. Estimativas contábeis** - Na elaboração das Demonstrações Contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações em razão de eventuais variações, conforme CPC 23. As Demonstrações Contábeis da Empresa incluem, portanto, estimativas necessárias referentes às provisões, créditos a receber e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa** - Inclui o caixa e os depósitos bancários a vista. **2.4. Contas a receber de clientes** - As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela industrialização de produtos no decurso normal das atividades. **2.5. Imobilizado** - Os bens do imobilizado estão mensurados pelo seu custo histórico, menos os encargos de depreciação. A depreciação é calculada usando o método linear durante a vida estimada dos bens. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, no fim de cada exercício. **2.6. Avaliação do valor recuperável de ativos (Teste de "Impairment")** - A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituído ajuste no valor contábil. **2.7. Fornecedores e contas a pagar** - São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, classificadas como Passivo Circulante, pois o vencimento é devido no período de até um ano. **2.8. Férias e encargos** - Foram calculadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço e incluem os encargos sociais incidentes. **2.9. Impostos e contribuições a recolher** - Referem-se às retenções de contribuições e impostos na folha de pagamento e sobre pagamentos de serviços a pessoas físicas e jurídicas, cujo vencimento ocorrerá em até 12 meses. **2.10. Instrumentos financeiros** - Os instrumentos financeiros utilizados pela Entidade restringem-se às aplicações financeiras de curto prazo, contas a receber e fornecedores, em condições normais de mercado. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, a rentabilidade e a minimização de riscos. A Entidade não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos. A Sociedade apresenta em seu Balanço Patrimonial ativos e passivos financeiros, caracterizados como Instrumentos Financeiros, conforme descrito na Instrução CVM nº 235/95. Os passivos financeiros em aberto na Empresa em 31 de dezembro de 2021 não são objetos de negociação no mercado financeiro. Não é aplicável, portanto, a comparação dos saldos dos instrumentos financeiros da Companhia com os correspondentes valores de mercado. Na data de encerramento das Demonstrações Contábeis, a Empresa não possuía operações com derivativos. **2.11. Provisões para contingências** - A empresa efetua o reconhecimento de provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e impostos) quando há uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados e seja provável a saída de recursos necessária para liquidar a obrigação, bem como o valor tiver sido estimado com segurança. **2.12. Reconhecimento da receita** - A receita Operacional Bruta inclui a prestação de serviços, sendo registrada no mês em que os serviços são prestados. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. A receita é apresentada liquida dos abatimentos e descontos e da devolução de serviços. **2.13. Ajuste a valor presente (AVP) de ativos e passivos** - A Empresa não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes. **2.14. Seguros** - Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Instituição efetua contratações de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros.

3. **Clientes**

| Descrição | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Duplicatas a Receber- Mercado Interno | 23.548 | 30.377 |
| Duplicatas a Receber- Mercado Externo | 411 | 162 |
| Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa- PCLD | (688) | (634) |
| **TOTAL** | **23.271** | **29.905** |

A Empresa, no decorrer do exercício de 2022, elevou seu Faturamento médio mensal para R$ 29 milhões (em 2021 foi R$ 26 milhões). O Prazo Médio de Recebimento foi reduzido de 34 dias em 2021 para 24 dias em 2022, reflexo de uma Administração Comercial mais eficiente. A Promax tem como prática considerar como Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa as duplicatas vencidas a mais de 120 dias. Os recebíveis de clientes com vencimentos a mais de 180 dias são baixados no resultado como perda efetiva.

4. **Estoques**

| Descrição | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Produtos Acabados (a) | 10.980 | 9.215 |
| Produtos em Elaboração (a) | 2.166 | 1.602 |
| Matéria Prima | 6.492 | 6.981 |
| Material de Embalagem | 3.092 | 2.113 |
| Material de Propaganda | 339 | 249 |
| Material para Revenda | 732 | 2.169 |
| Material para Consumo/ Manutenção | 211 | 245 |
| **TOTAL** | **24.012** | **22.574** |

(a) O aumento nos estoques, em Produtos Acabados/Elaboração, se fez necessário, visando atender demandas de faturamento em início de mês, além do crescimento substancial do Faturamento como observado na Nota 3.

**5. Impostos a Compensar**

| Descrição | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| ICMS/ST/IPI | 181 | 144 |
| IRRF a Compensar | - | 45 |
| FGTS a Recuperar | 19 | 49 |
| ICMS base PIS e COFINS a compensar (a) | 3.640 | 12.080 |
| **TOTAL** | **3.840** | **12.318** |

(a) – Créditos de Exclusão ICMS na base do PIS / COFINS com decisão definitiva e valores já habilitados em 2021. Início da compensação em mai/21.

**6. Direitos e Garantias**

O saldo de R$ 61.463, está composto dos seguintes valores:

a) Aquisição de Precatórios e Creditórios adquiridos durante os exercícios de 2015 a 2020 no valor de R$ 57.046, que foram reconhecidos pelos valores de face. A empresa optou por esta forma de investimento, com a finalidade de liquidação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), com base na resolução nº 115, de 29/06/2010, do (CNJ) Conselho Nacional de Justiça, combinado com os parágrafos 9 e 10 do Artigo 100 da Constituição Federal e artigo 78 § 2º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Para tal, foram protocolados requerimentos junto ao SEFAZ SP de fevereiro a junho e agosto/2015. A partir de setembro/2015, houve uma mudança no procedimento, isto é, os valores compensados foram inseridos diretamente na apuração do ICMS e declarados na EFD ICMS/IPI/PIS/COFINS e GIA. A Receita Federal do Brasil (RFB) ainda não se manifestou contrária quanto aos requerimentos e o procedimento de inserção dos valores de precatórios diretamente na apuração do imposto. Porém, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ SP), indeferiu as compensações, gerando assim um contencioso tributário. Os advogados responsáveis pela defesa, classificam o risco como possível (vide nota 14). Este tipo de investimento e compensação de imposto foi encerrado em janeiro/2020 com relação aos Impostos Federais (IPI/PIS/COFINS), e em novembro/2020 com relação ao ICMS.

b) A PROMAX possuía um helicóptero que fazia parte dos bens do seu Ativo Imobilizado. Em outubro de 2022 houve um acidente aéreo, onde a aeronave teve perda total. A empresa aguarda indenização da Seguradora, o processo está sendo acompanhado pela nossa Assessoria Jurídica. Até que haja conclusão e indenização do respectivo bem, o valor residual de R$ 4.417 foi reclassificado para esta conta. Até a publicação deste balanço não foi possível mensurar o valor a ser indenizado.

**7. Imobilizado** Movimentação do Imobilizado

| CONTAS | Saldo em 31/12/2021 | Aquisição | Baixas | Saldo em 31/12/2022 | Depreciação Acumulada | Reclassif. | Saldo em 31/12/2022 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Terrenos | 12.802 | - | - | 12.802 | - | - | 12.802 |
| Edifícios | 10.753 | - | - | 10.753 | (7.729) | - | 3.024 |
| Máquinas e Equipamentos | 3.860 | 201 | - | 4.061 | (2.543) | - | 1.517 |
| Móveis e Utensílios | 355 | - | (2) | 353 | (313) | - | 41 |
| Veículos/ Aeronaves | 13.442 | 131 | (228) | 13.345 | (7.559) | (4.417) | 1.369 |
| Reservatórios e Bombas | 1.285 | - | - | 1.285 | (1.238) | - | 47 |
| Instalações | 4.306 | 2.322 | - | 6.628 | (3.147) | - | 3.481 |
| Computadores e Periféricos | 1.091 | 42 | (3) | 1.129 | (1.029) | - | 101 |
| Imobilizado em Andamento | 173 | 233 | - | 406 | - | - | 406 |
| Depreciação Acumulada | (21.826) | - | - | - | - | - | - |
| **TOTAL** | **26.241** | **2.929** | **(233)** | **50.763** | **(23.558)** | **(4.417)** | **22.788** |

**8. Intangível** Movimentação do Intangível

| CONTAS | Saldo em 31/12/2021 | Aquisição | Baixas | Saldo em 31/12/2022 | Amortização Acumulada | Saldo em 31/12/2022 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Software/ Implantação | 1.038 | - | - | 1.038 | (623) | 415 |
| Software/ Incorporação | 423 | - | - | 423 | (423) | - |
| Amortização Acumulada | (838) | - | - | - | - | - |
| **TOTAL** | **623** | **-** | **-** | **1.461** | **(1.046)** | **415** |

**9. Fornecedores**

| Descrição | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Fornecedores Nacionais | 19.776 | 21.541 |
| Fornecedores Estrangeiros | - | 1.040 |
| Serviços e Consumo | 1.800 | 2.837 |
| **TOTAL** | **21.576** | **25.418** |

**10. Empréstimos e Financiamentos**

| Descrição | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Capital de Giro – Itaú | 2.557 | 6.553 |
| Capital de Giro – Bradesco | - | 2.384 |
| Conta Garantia – Daycoval | 1.370 | - |
| Partes Relacionadas (a) | 5.351 | 5.349 |
| Emprést. Consig. Funcs /Dvrs | 30 | 33 |
| Finimp – Financ. Compras | - | 1.473 |
| Financiam. (CDC) – Imobilizado | 67 | 71 |
| **TOTAL** | **9.375** | **15.863** |
| Curto Prazo | 8.404 | 13.305 |
| Longo Prazo | 972 | 2.557 |

São empréstimos efetuados principalmente com capital de giro, financiados junto à Instituições Financeiras, além de financiamento de bens na forma de operação de Leasing, contabilizados de acordo com o CPC 06 e sistemas informatizados para utilização em suas operações. (a) Refere-se a Empréstimos com Partes Relacionadas (Vide nota 12).

**11. Impostos a Pagar**

| Descrição | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| IPI / PIS / COFINS | 515 | 595 |
| ICMS e ICMS ST | 3.251 | 3.600 |
| IRPJ e CSLL | - | 1.654 |
| Outros Impostos (Retidos na Fonte) | 262 | 250 |
| **TOTAL** | **4.028** | **6.099** |

**12. Transações com Partes Relacionadas** A Empresa realizou transações no exercício com as seguintes partes relacionadas:

| Empresa | Transação | Saldo a Pagar | Movimentação Financeira 2022 | Movimentação Financeira 2021 |
|---|---|---|---|---|
| R. Galvão Participações | Financeira | 1.585 | - | - |
| Roberto Andrade Galvão | Financeira | 3.481 | - | - |
| Ricardo Halasz Galvão | Financeira | 285 | - | - |
| **(a)Subtotal** | **Financeira** | **5.351** | **-** | **-** |
| R. Galvão Participações | Locação | 52 | 990 | 1.582 |
| **TOTAL** | | **5.403** | **-** | **-** |

Transações com preços, prazos e condições normais e usuais de mercado.

**13. Outras Contas a Pagar – Longo Prazo**

| Descrição | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| INSS | 2.283 | 2.031 |
| **TOTAL** | **2.283** | **2.031** |

O valor de INSS se refere a um processo por pagamento em duplicidade, que foi depositado judicialmente e vem sendo atualizado pela taxa SELIC.

**14. Provisão para Contingências** Há processos de natureza cível, trabalhistas e tributárias, cujos valores mensurados pelas Assessorias Jurídicas são:

Valores conforme relatórios dos advogados:

| Grau de Risco Provável | Possível | Total |
|---|---|---|
| 8.038 (A) | 136.440 (B) | **144.478** |

(A) Dos R$ 8.038, R$ 1.701 refere-se a processos trabalhistas, a PROMAX juntamente com a Assessoria Jurídica Interna avalia os casos individualmente e provisiona aproximadamente 80% do valor atualizado informado pela Assessoria Jurídica Externa; dos processos cíveis R$ 1.073 e tributários R$ 5.264, foram provisionados integralmente os valores atualizados informados pelos advogados externos.

(B) Dos R$ 136.440, R$ 110.302 trata-se dos processos referentes aos precatórios. Do montante mencionado pelos advogados, provisionamos os valores conforme quadro abaixo:

| Descrição | 2022 |
|---|---|
| Contingência Tributária (Precatórios) (C) | 57.137 |
| Contingência Tributária | 5.264 |
| Contingência Trabalhista | 1.271 |
| Contingência Cível | 1.073 |
| **Total Contabilidade** | **64.745** |

| **C)Contingência Tributária (Precatórios)** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| ICMS (1) | 39.049 | 39.049 |
| IPI (2) | 7.182 | 7.182 |
| PIS (2) | 1.950 | 1.950 |
| COFINS (2) | 8.956 | 8.956 |
| **TOTAL** | **57.137** | **57.137** |

1) O saldo do ICMS refere-se a valores a recolher apurados entre fev/15 e out/20, compensados e garantidos com créditos Precatórios (vide nota 6), cujos valores foram indeferidos pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Os advogados responsáveis pela defesa, classificam o risco como possível, razão pela qual não foi registrada integralmente nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, o valor atualizado é de R$ 110.302.

2) O saldo de IPI/PIS/COFINS refere-se a valores apurados entre mar/16 e dez/19 compensados com Precatórios (vide nota 6), cujos valores ainda não foram homologados pela RFB. Contudo não foi aberto nenhum processo contrário a compensação.

**15. Capital Social** Está representado por 27.000.000 Ações Ordinárias Nominativas, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma.

**16. Despesas Comerciais**

| Descrição | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Pessoal | 9.411 | 9.430 |
| Bonificação e Promoções | 1.539 | 2.068 |
| Comissões s/ Vendas | 6.243 | 8.033 |
| Fretes s/ Vendas | 10.892 | 9.332 |
| Locação de Veículos | 930 | 1.094 |
| Seguros | 50 | 70 |
| Distrato Comerciais | 714 | 694 |
| Frota (Combustível/Pedágio/Manutenção etc.) | 1.264 | 1.655 |
| Água, Energia Elétrica e Telefonia | 367 | 223 |
| Serviços de Consultoria | 981 | 556 |
| Depreciação | 229 | 273 |
| Viagens, Refeições, Confraternizações | 236 | 232 |
| Provisão Créditos Liquidação Duvidosa- PCLD | 330 | 1.160 |
| Diversos Consumo | 189 | 168 |
| Outros Gastos (Materiais/Formação Profissional etc.) | 333 | 218 |
| **TOTAL** | **33.708** | **35.206** |

**17. Despesas Gerais/Administrativas**

| Descrição | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Pessoal | 16.983 | 15.880 |
| Patrocínio e Publicidade | 391 | 330 |
| Locação (veículos) | 561 | 689 |
| Serviços de Consultoria Jurídica/Trabalhista | 5.139 | 6.439 |
| Coleta de Óleo (Logística Reversa) | 1.735 | 1.911 |
| Manutenção Predial | 728 | 566 |
| Depreciação/Amortização | 1.395 | 1.940 |
| Contribuições/Taxas e Despesas Legais | 282 | 349 |
| Softwares/Marcas Patentes | 86 | 77 |
| Água, Energia Elétrica e Telefonia | 537 | 489 |
| Gastos Com Frota (manutenção/combustível/Pedágio/etc...) | 687 | 859 |
| Material Consumo/Assinaturas | 340 | 295 |
| Viagens/Refeições/Confraternizações | 222 | 89 |
| Multas Diversas/Despesas Indedutíveis | 212 | 350 |
| Formação Profissional | 79 | 71 |
| Uniformes Profissionais | 90 | 148 |
| Seguro | 230 | 336 |
| Doações | 43 | 43 |
| Outros Gastos | 135 | 12 |
| **TOTAL** | **29.875** | **30.873** |

**18. Receitas/ Despesas Tributárias**

| Descrição | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Créditos/débitos de PIS e COFINS | 1.481 | 2.187 |
| Outros impostos s/Remessas | (264) | (268) |
| Créditos de ICMS na base do PIS e COFINS | - | 15.410 |
| **TOTAL** | **1.217** | **17.329** |

**19. Outros Resultados Operacionais**

| Descrição | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Recuperações de Despesas | 515 | 1.090 |
| Receita Diversas | 433 | - |
| Provisão de Contingências Diversas | (802) | (4.632) |
| **TOTAL** | **146** | **(3.542)** |

**20. Conflito Rússia x Ucrânia** Em decorrência do conflito Rússia x Ucrânia a Companhia enfrentou escassez e ruptura de Matéria Prima no Mercado para atender sua demanda de Vendas. Esse contexto refletiu tanto no aumento de umas das nossas principais Matérias Primas quanto na sua disponibilidade; e aliada à alta do dólar impactou sobremaneira em seus Custos, mesmo assim foi possível reverter o cenário e atingir o aumento de 1% em suas Margens. O conflito entre os dois países persiste até a data da publicação das Demonstrações Contábeis e a expectativa é de que perdure durante o exercício de 2023, podendo gerar volatilidade significativa nos preços das commodities, como o Petróleo.

**DIRETORIA**

**RICARDO HALASZ GALVÃO** – Diretor Presidente

**MARCELO ESCARABAJAL** – Diretor Executivo

**CONTADOR**

**PAULO RICARDI EXPEDITO DE OLIVEIRA**

Contador – CRC 1SP 298600/O-1

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**PROMAX PRODUTOS MÁXIMOS S.A – INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

São Paulo – SP

**OPINIÃO**

Examinamos as Demonstrações Contábeis da **PROMAX PRODUTOS MÁXIMOS S.A – INDÚSTRIA E COMÉRCIO**, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **PROMAX PRODUTOS MÁXIMOS S.A – INDÚSTRIA E COMÉRCIO,** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**BASE PARA OPINIÃO**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**ÊNFASE**

Conforme mencionado na Nota Explicativa n° 6, os valores adquiridos de Precatórios e, em sua maioria já compensados, foram inseridos diretamente na apuração do ICMS/IPI/PIS/COFINS e declarados na EFD ICMS/IPI/ CONTRIBUIÇÕES e GIA. A Receita Federal do Brasil- RFB ainda não se manifestou quanto aos requerimentos e ao procedimento de inserção dos valores de precatórios diretamente na apuração do imposto, no entanto a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ SP) indeferiu os valores compensados de ICMS. A Empresa mantém em seu passivo o valor principal desses impostos, não considerando os respectivos valores de juros e multa, pois, a Assessoria Jurídica avalia esses processos com probabilidade de perda possível, conforme Nota 14.

Nossa opinião não está modificada em razão desse assunto.

**OUTROS ASSUNTOS**

As Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração, foram por nós auditadas, conforme Relatório dos Auditores Independentes, datado de 20 de abril de 2022, com parágrafo de ênfase sobre os precatórios.

**OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório e na adequada divulgação no Relatório da Administração e Nota 1, das medidas e premissas que levam a Administração a manter a base da continuidade. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 25 de abril de 2023.

**PGBR RODYOS AUDITORES INDEPENDENTES S.S**

CRC 2SP 002000/O-0

Member

**MILTON MIRANDA RODRIGUES** – Sócio - Diretor – CONTADOR - CRC 1SP 112905/O-5

**JÉSSICA MENDONÇA RODRIGUES** – Sócia – CONTADORA – CRC 1SP 248744/O-3

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

## Centro de Estudos e Pesquisas “Dr. João Amorim” Programa de Agentes Comunitários de Saúde

CNPJ 66.518.267/0033-60

**Balanço Patrimonial do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2022 (em Reais)**

| Ativo | Notas | 2022 | Patrimônio Líquido | Notas | 2022 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Ativo Circulante** | | | **Patrimônio Líquido** | | |
| Caixa e Equivalente de Caixa | 4 | 0,01 | Déficit do Exercício | 17 | (677.072,92) |
| | | 0,01 | Transferências Patrimoniais | | 677.072,93 |
| | | | | | 0,01 |
| **Total do Ativo** | | **0,01** | **Total do Patrimônio Líquido** | | **0,01** |

**Demonstração dos Resultados do Período Findo em 31 de Dezembro de 2022 (em Reais)**

| | Notas | 2022 |
|---|---|---|
| **Receitas Líquidas** | **5** | **6.834.182,07** |
| Contratos de Contratos de Gestão | 6 | 6.959.514,84 |
| Realização de Bens Públicos em nosso poder | | 1.455,87 |
| (-) Repasse destinado à aquisição de Imobilizado | 3.g | (126.788,64) |
| **Custos** | | **(7.249.975,96)** |
| Pessoal e Reflexo | 8 | (6.300.532,97) |
| Serviços Terceirizados | 9 | (902.262,22) |
| Medicamentos e Materiais de Consumo | 10 | (47.180,77) |
| Custo da CPP (Contr. Previdenciária Patronal) | 15 | (1.241.923,43) |
| (-) Isenção da CPP Usufruída | 15 | 1.241.923,43 |
| **(=) Resultado Bruto** | | **(415.793,89)** |
| **Despesas** | | **(1.399.125,00)** |
| Impostos, Taxas e Contribuições | | (1.993,44) |
| Despesas Gerais | 11 | (399.097,65) |
| **Outras (Despesas) e Receitas Operacionais** | | **7.482,20** |
| Outras Receitas | | 7.482,20 |
| **(=) Resultado Antes das Rec/Desp Financeiras** | | **(809.402,78)** |
| **Resultado Financeiro** | **7** | **132.329,86** |
| Receitas Financeiras | | 137.292,49 |
| (-) Despesas Financeiras | | (4.962,63) |
| **Déficit do Exercício** | **17** | (677.072,92) |

**Demonstração dos Fluxos de Caixa para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2022 (em Reais)**

| | 2022 |
|---|---|
| **Atividades Operacionais** | |
| Déficit do Exercício | (677.072,92) |
| **Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais** | **(677.072,92)** |
| **Atividades de Investimento** | |
| Aquisição de Imob/Intang. Pertencente a Gestão Pública | (13,33) |
| **Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento** | **(13,33)** |
| **Atividades de Financiamento** | |
| Recebimento de numerário para aquis. de Imobilizado | 13,33 |
| Incorporação ao Patrimônio Líquido | 677.072,93 |
| **Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento** | **677.086,26** |
| **Variação Líquida nas Disponibilidades** | **0,01** |
| **Caixa e Equivalentes de Caixa** | |
| Disponibilidades no Início do Exercício | - |
| Disponibilidades no Final do Exercício | 0,01 |
| **Variação Líquida nas Disponibilidades** | **0,01** |

**Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2022 (em Reais)**

| | Superávit Acumulado | Transferências Patrimoniais | Patrimônio Líquido |
|---|---|---|---|
| **Saldo em 01 de janeiro de 2022** | - | - | - |
| Transferências Patrimoniais | - | 677.072,93 | 677.072,93 |
| Déficit do Exercício | (677.072,92) | - | (677.072,92) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2022** | **(677.072,92)** | **677.072,93** | **0,01** |

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2022 (em Reais)**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL O Centro de Estudos e Pesquisas “Dr. João Amorim” - CEJAM** é uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com o Estatuto Social original devidamente registrado no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83, e Organização Social de Saúde nos Municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Embu das Artes, Arujá, Poá, Americana, Guarulhos, Cajamar, Mauá, Salto, Santo André, Taubaté, Bertioga, Carapicuíba, Campinas, Rio de Janeiro, Maricá e nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul. O **CEJAM** mantém junto à **Prefeitura do Município de Mogi das Cruzes** o **Contrato de Gestão nº 30/2017**, com prazo de vigência de 36 meses, visando a operacionalização, apoio e execução das **Unidades de Estratégia de Saúde da Família (Conjunto Toyama e Novo Horizonte)** e **Programa de Agentes Comunitários de Saúde (Jundiapeba)**. Em 20/05/2020 foi assinado o 4º Termo Aditivo prorrogando o prazo de vigência do contrato por 12 meses, de 26/05/2020 à 25/05/2021. Em 25/05/2021 foi assinado o 6º Termo Aditivo prorrogando o prazo de vigência do contrato por 12 meses, de 26/05/2021 à 25/05/2022. Em 25/05/2022 foi assinado o 8º Termo Aditivo prorrogando o prazo de vigência do contrato por 12 meses, de 26/05/2022 à 25/05/2023. Em 19/08/2022, através do Ofício nº 369/2022-DRB/SMS, a Prefeitura do Município de Mogi das Cruzes informou o encerramento do Contrato de Gestão nº 30/2017, com data de 04 de outubro de 2022. Visando a segregação das atividades que até o exercício de 2021 vinham sendo prestadas e registradas de forma consolidada no CNPJ nº 66.518.267/0010-74, a partir do exercício de 2022, a **Estratégia de Saúde da Família** e o **Programa de Agentes Comunitários de Saúde** foram constituídos como filial através do **CNPJ nº 66.518.267/0033-60**, passando a ter suas informações financeiras reconhecidas de forma segregada de outros contratos que o **CEJAM** mantém com a **Prefeitura do Município de Mogi das Cruzes**. As demonstrações contábeis da Entidade foram preparadas adotando-se ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos requeridos diante da impossibilidade de a Entidade continuar com as atividades do Contrato de Gestão nº 30/2017. **2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2.a) Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.b) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros. **2.d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **3.a) Instrumentos financeiros: • Ativos financeiros não derivativos:** a Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado de empréstimos e recebíveis. **• Caixa e equivalentes de caixa:** abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. **• Instrumentos financeiros derivativos:** não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2022. **3.b) Imobilizado: • Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de “bens públicos em nosso poder” e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. **• Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela Entidade. A Administração reavaliou a situação no exercício de 2022 e não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas anteriormetne definidas. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: **• Benfeitorias:** 25 anos; **• Instalações:** 10 anos; **• Máquinas e equipamentos:** 10 anos; **• Equipamentos de uso médico:** 10 anos; **• Aparelhos e instrumentos de uso médico:** 10 anos; **• Equipamentos de informática:** 5 anos; **• Móveis e utensílios:** 10 anos; **• Veículos:** 5 anos. **3.c) Intangível:** • Reconhecimento, mensuração e amortização: o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a. **3.d) Redução ao valor recuperável (impairment): • Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão. **3.e) Passivo circulante e não circulante (quando aplicável):** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.f) Patrimônio líquido:** Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição, são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade conforme divulgado na Nota Explicativa n° 1. **3.g) Receitas:** As receitas da Entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contrato de gestão e convênios, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada “(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado”, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de “bens públicos em nosso poder” e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. **3.h) Despesas** As despesas da Entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais. **3.i) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros. **3.j) Apuração do resultado:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. **4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

| **BANCO – APLICAÇÕES FINANCEIRAS** | **2022** |
|---|---|
| Banco do Brasil S.A. | 0,01 |
| | **0,01** |

A Entidade mantém a parcela disponível do superávit do exercício aplicado financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social, conforme mencionado na Nota Explicativa n° 1. As aplicações financeiras da instituição não estão sujeitas à incidência de impostos devido a Entidade gozar de isenção de tributos federais. As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos está atrelada, geralmente, ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI). **5. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de abatimentos, glosas e descontos. A adoção inicial do CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente não afetou o reconhecimento inicial, mensuração e apresentação das receitas, que já estavam consistentes com os novos requerimentos. Basicamente a nova norma determina que as receitas sejam reconhecidas quando o cliente obtém o controle do bem ou serviço. Nesse sentido, nas atividades de saúde, dentre elas, hospitalar, gestão e promoção em saúde, sejam próprias ou públicas, a receita estava anteriormente reconhecida no momento em que o paciente recebia o serviço. Como historicamente é efetuado pela Entidade, foi constituída a conta de Créditos a Receber, com nota explicativa própria, para os casos de serviços prestados, faturados ou não (na norma, estabelecida como “saldos de contrato”). Não há obrigações de desempenho futuro e condições restritivas de pagamentos relevante, exceto pelas glosas efetuadas pelos Contratos de Gestão, e que também estavam contempladas nas provisões para perdas, quando aplicável, no momento do reconhecimento da receita, em contrapartida ao contas a receber, com base nos dados históricos.

**6. RECEITAS COM CONVÊNIOS**

| | 2022 |
|---|---|
| Contrato de Gestão 30/2017 (ESF e PSF) | 6.959.514,84 |
| | **6.959.514,84** |

**7. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS**

| | 2022 |
|---|---|
| Rendimentos de Aplicações Financeiras | 137.291,77 |
| Descontos Obtidos | 0,72 |
| (-) Juros Bancários | (0,02) |
| (-) Tarifas Bancárias | (4.757,75) |
| (-) Juros e Mora Comerciais | (135,36) |
| (-) Imposto sobre Aplic. Financeiras | (0,88) |
| (-) IOF | (0,14) |
| (-) Juros e Acréscimos Fiscais | (68,48) |
| | **132.329,86** |

**8. CUSTOS COM PESSOAL PRÓPRIO**

| | 2022 |
|---|---|
| Remunerações | 4.918.794,23 |
| Benefícios | 507.782,74 |
| Encargos Sociais | 873.956,00 |
| | **6.300.532,97** |

**9. CUSTOS COM SERVIÇOS TERCEIRIZADOS**

| | 2022 |
|---|---|
| Serviços Assistenciais - Pessoas Jurídicas | 79.708,78 |
| Serviços Diversos – Pessoas Jurídicas | 725.657,01 |
| Serviços Assistenciais – Pessoas Físicas | 96.896,43 |
| | **902.262,22** |

**10. CUSTOS COM MEDICAMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO**

| | 2022 |
|---|---|
| Materiais de Consumo | 40.436,38 |
| Materiais de Conservação e Reparos | 4.407,66 |
| Outros Materiais e Insumos | 2.336,73 |
| | **47.180,77** |

**11. DESPESAS GERAIS**

| | 2022 |
|---|---|
| Contas de Consumo | 9.211,52 |
| Aluguéis | 10.423,77 |
| Administrativas | 377.756,97 |
| Outras Despesas Gerais | 1.705,39 |
| | **399.097,65** |

**12. COBERTURAS DE SEGUROS** A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes. **13. ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO DAS ENTIDADES DE FINS FILANTRÓPICOS** A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela legislação e demais regulamentações vigentes na área em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas ao parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC). A renovação do Certificado de entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes. **14. CERTIFICADO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEBAS)** Em 04 de novembro de 2021, através da Portaria nº 1.094, publicada no Diário Oficial da União, edição 210, seção 1, página 133, em consideração ao Parecer Técnico nº 720/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.191938/2018-98, foi concedida ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de 30 de novembro de 2018 a 29 de novembro de 2021. Em 24 de março de 2023, através da Portaria nº 274, publicada no Diário Oficial da União, edição 60, seção 1, página 87, em consideração a Nota Técnica nº 201/2023-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.167752/2021-13, foi concedida ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de 30 de novembro de 2021 a 29 de novembro de 2024. **15. ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (QUOTA PATRONAL)** A Entidade é isenta de Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A Entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem às isenções alcançadas nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal). A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2022 foi de R$ 1.241.923,43 e está registrada em conta própria de “Compensação das Isenções Patronais Previdenciárias”, no grupo de despesas, da seguinte forma:

| | 2022 |
|---|---|
| Cota Patronal INSS sobe a Folha de Pagamento | 1.222.544,15 |
| Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas | 19.379,28 |
| | **1.241.923,43** |
| (-) Isenção Usufruída: | |
| (-) Cota Patronal INSS sobe a Folha de Pagamento | (1.222.544,15) |
| (-) Cota Patronal s/ Serv. Prest. por Pessoas Físicas | (19.379,28) |
| | - |

**16. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES (RENÚNCIA FISCAL) Imposto de renda e contribuição social:** em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal. **PIS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários. **COFINS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. Isenção previdenciária usufruída: para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas. **17. DÉFICIT DO EXERCÍCIO** O Déficit do Exercício de 2022 foi de R$ 677.072,92.

**Mogi das Cruzes, 31 de dezembro de 2022.**

**DIRETORIA** — **Dr. Mário Santoro Junior** – Gerente de Desenvolvimento Institucional

**CONTADOR** — **Alexandre Papi** - CRC 1SP130223/O-3

**“Relatório Anual - 2022 - Janeiro a Dezembro - Dados consolidados”**

**Estratégia Saúde da Família - Mogi**

| Indicador | 1º Semestre Meta | 1º Semestre Realizado | 2º Semestre Meta | 2º Semestre Realizado |
|---|---|---|---|---|
| Consultas Médicas | 14.653 | 13.305 | 11.531 | 11.100 |
| Atendimento Domiciliar do Médico | 0 | 332 | 0 | 360 |
| Teleatendimento do Médico | 0 | 0 | 0 | 53 |
| Consultas do Enfermeiro | 7.997 | 8.455 | 5.496 | 5.188 |
| Atendimento Domiciliar do Enfermeiro | 0 | 587 | 0 | 491 |
| Teleatendimento do Enfermeiro | 0 | 18 | 0 | 55 |
| Visita Domiciliar do ACS | 147.672 | 139.700 | 113.092 | 81.408 |
| Famílias Cadastradas | 0 | 45.721 | 0 | 35.264 |
| Pessoas Cadastradas | 0 | 147.672 | 0 | 113.092 |
| Menor de 01 Ano | 2.389 | 2.334 | 1.861 | 1.771 |
| Gestantes | 1.358 | 1.317 | 979 | 714 |
| Hipertensos | 18.389 | 17.577 | 14.795 | 10.789 |
| Diabéticos | 8.341 | 8.066 | 6.811 | 5.062 |
| Pesquisa de Satisfação | 4.911 | 4.725 | 7.639 | 2.645 |

**Saúde Bucal - Mogi**

| Indicador | 1º Semestre Meta | 1º Semestre Realizado | 2º Semestre Meta | 2º Semestre Realizado |
|---|---|---|---|---|
| Atendimentos do CD | 2.916 | 2.616 | 3.664 | 3.281 |
| Atendimento Domiciliar do Dentista | 0 | 963 | 0 | 26 |
| Procedimentos do CD | 0 | 4.212 | 0 | 8.129 |

**Assistência Farmacêutica - Mogi**

| Indicador | 1º Semestre Meta | 1º Semestre Realizado | 2º Semestre Meta | 2º Semestre Realizado |
|---|---|---|---|---|
| Receitas Atendidas da Unidade | 0 | 17.499 | 0 | 22.644 |
| Receitas Atendidas em Outro Serviço Público | 0 | 5.328 | 0 | 7.692 |
| Antibióticos | 0 | 3.154 | 0 | 3.301 |
| Controle Especial (RDC344/98) | 0 | 13 | 0 | 4 |

**Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis**

**Opinião sobre as demonstrações contábeis** Examinamos as demonstrações contábeis do **CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS “DR. JOÃO AMORIM - PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

**São Paulo - SP, 10 de abril de 2023.**
**AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS**
CRC/SP 2SP - 024298/O-3
**Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior Contador**
CRC/RS “S” - SP- 058.252/O-1
CVM: Ato Declaratório Nº 7710/04

## CENTRO DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL NOSSO LAR

CNPJ. 67.139.907/0001-07

**BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO 2022**

| ATIVO | R$ | PASSIVO | R$ |
|---|---|---|---|
| **CIRCULANTE** | **1.567.459** | **CIRCULANTE** | **984.817** |
| DISPONIVEL | **1.470.418** | **CURTO PRAZO** | **984.817** |
| Caixa Geral Com Restrição | 105 | Obrigações Gerais | 0 |
| Bancos Mov. Com Restrição | 404.272 | Obrigações Sociais | 244.617 |
| Bancos Mov. Sem Restrição | 66.052 | Obrigações Trabalhistas | 446.626 |
| Bancos Poup. Com Restrição | 876.029 | Obrigações Tributárias | 17 |
| Bancos Poup. Sem Restrição | 123.960 | Fornecedores Gerais | 7.394 |
| CREDITOS DIVERSOS | **97.041** | Provisões | 286.163 |
| Adiantamentos | 65.319 | Outras Obrigações | 0 |
| Valores a Receber | 14.302 | **NÃO CIRCULANTE** | **5.775.463** |
| Outros Créditos | 17.420 | **LONGO PRAZO** | |
| **ATIVO NÃO CIRCULANTE** | **5.323.994** | Empréstimo | 5.525.384 |
| **IMOBILIZADO** | **6.035.410** | Outras Obrigacoes a Pagar | 102 |
| IMOBILIZAÇÕES | 6.035.410 | Provisões de Processos Trabalhistas | 249.977 |
| **DEPRECIAÇÃO** | **711.416** | **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | **131.173** |
| (-) Depreciação do Imobilizado | 711.416 | Patrimônio Social | 524.782 |
| | | Superávit/(Déficit) do Exercício | -393.609 |
| **TOTAL DO ATIVO** | **6.891.453** | **TOTAL DO PASSIVO** | **6.891.453** |

| **DEMONST. SUPERÁVIT/(DÉFICIT)** | R$ |
|---|---|
| **RECEITAS** | **8.452.780** |
| **ÁREA ASSISTÊNCIA SOCIAL** | **6.986.947** |
| -Verbas Municipais - São Paulo | 6.367.856 |
| -Taxa Instituicional | 165.692 |
| -Outras Receitas | 453.399 |
| **ÁREA ADMINISTRAÇÃO** | **1.465.833** |
| -Trabalho Voluntário | 28.830 |
| -Doacões Voluntárias | 149.829 |
| -Associados | 211.480 |
| -Outras Receitas | 1.075.694 |
| **DESPESAS** | **8.846.389** |
| Custos com Obras Sociais | 7.217.041 |
| Despesas Administrativas | 1.574.754 |
| Despesas Financeiras | 25.764 |
| Trabalho Voluntário | 28.830 |
| **SUPERÁVIT /(DÉFICIT) DO EXERCÍCIO** | **-393.609** |

**NOTAS EXPLICATIVAS**

**I – CONTEXTO** OPERACIONAL **O CENTRO DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL NOSSO LAR,** constituído em 1 de julho de 1991 é entidade civil, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, assistencial, promocional, recreativo e educacional, que funciona desde 23 de maio de 1987 como Departamento Assistencial do Centro Espírita “A Caminho da Luz”, desmembrado nessa data, e que terá tempo indeterminado, com sede à Rua Managé, n.º 78, bairro: Água Rasa, município de São Paulo. A Entidade tem por finalidade a criação e manutenção de unidades de atendimento para promover o bem estar físico, mental, emocional e social de indivíduos, crianças, jovens, adultos, idosos e famílias, em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com recursos próprios e com auxílio de poderes públicos e da sociedade civil. No desenvolvimento de suas atividades, o Centro de Assistência e Promoção Social Nosso Lar não fará e não admitirá que seus associados o façam, qualquer discriminação em razão de convicção política ou filosófica, crença religiosa, condição social, raça, nacionalidade, sexo, cor, idade, ou quaisquer outras. A entidade presta serviços gratuitos, permanentes e sem qualquer discriminação de clientela.

**II – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação societárias brasileiras e levam em consideração a Norma Brasileira de Contabilidade – ITG 2002 (R1) específica para Entidades sem Finalidades de Lucros e a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade para preparação de suas demonstrações financeiras.

**III – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS a) Moeda funcional e de apresentação.** As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. **b) Apuração do superávit/(déficit) do exercício**: As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios, e são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, Avisos Bancários, Recibos e outros. As despesas da entidade são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos em conformidade com as exigências fisco legais. c) **Estimativas contábeis**: A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas e premissas que incluem a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente. **d) Instrumentos financeiros**: Instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outras obrigações. **e) Ativos circulantes e não circulantes: Disponibilidades - caixa e equivalentes de caixa**. Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa. **Aplicações financeiras**: São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **Contas a receber**: Os valores das contas a receber são contabilizados considerando o regime de competência de suas operações. **Imobilizado**: A entidade não possui controle contábil e físico do ativo imobilizado e as despesas de depreciação estão reconhecidas a partir do exercício de 2009. **Redução ao valor recuperável.** O ativo imobilizado e o intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A entidade não identificou qualquer evidência que justifica a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2022. **f) Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. **Provisões:** As provisões são reconhecidas, quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido. **g) Gratuidades e Assistência Social**: Estão demonstradas conforme legislação vigente Lei nº 12.101/09 e alterações e Decreto nº 8.242/14. **h) Doações**: As doações ocorridas são reconhecidas como receita quando recebidas. Demais despesas e receitas são apuradas pelo regime de competência. **i) Aplicação de recursos**: Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

**IV - ASSISTÊNCIA SOCIAL** Para atender os requisitos da legislação vigente, Lei nº 12.101/09 e Decreto nº 8.242/14 O **CENTRO DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL NOSSO LAR**, utilizou a totalidade de suas receitas para atender durante o exercício de 2022 e de 2021 um público alvo de idosos, adolescentes, crianças e crianças e adolescentes em risco social e pessoal na quantidade de 1.546 e 1.145 respectivamente.

**V – CUSTO DE ISENÇÃO INSS** Em atendimento a legislação vigente, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas durante o exercício de 2022 e de 2021, corresponde ao montante de R$ 808.065 e de R$ 597.610, respectivamente.

**VI - COBERTURA DE SEGUROS** A entidade mantém cobertura de seguros para parte de suas unidades no montante de R$ 13.406.068 considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seu ativo e/ou responsabilidades.

**VII - APLICABILIDADE DA LEI Nº 12.101/09, E DECRETO Nº 8.242/14.** A Lei nº 12.101/09 dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regula os procedimentos de isenções de contribuições para seguridade social. O Decreto nº 8.242/14 regulamenta a Lei nº 12.101/09, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições da seguridade social, e dá outras providências durante o período de 2022, a Administração da Entidade efetuou os estudos e interpretações dos dispositivos dessas legislações. Por tratar-se de matéria jurídica que envolve complexidade na interpretação correta de sua operacionalização, aplicação das normas dessa legislação foi determinada pela Administração da Entidade.

**VIII - INSTRUMENTOS DERIVATIVOS** A Entidade não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente e, tampouco, possui em 31 de dezembro de 2022 e 2021 operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

**IX - CONTAS DE COMPENSAÇÃO** Em atendimento a legislação Lei 8.212 artigos 22 e 23 é permitido a não recolher ao INSS, contribuição de 20% sobre folha de pagamento de salários, no montante de R$ 808.065 e projeto de voluntários em ação, que representaria um custo de R$ 28.830, em 2022.

A ENTIDADE FOI AUDITADA E O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES E AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMPLETAS ESTÃO DISPONÍVEIS NA “SEDE” DA ENTIDADE.

**Alfredo de Lima Bento TC - Contador CRC 1SP154.989/O-9 CPF 032.723.338-94**






# Mais Médicos tem 99% de adesão de cidades contempladas em edital

O Ministério da Saúde informou que o Programa Mais Médicos alcançou a adesão de 99% dos municípios contemplados no último edital. O chamamento ofertou 6.252 vagas, incluindo mil postos para a Amazônia Legal. Dessas, 6.169 foram indicadas pelas cidades para preenchimento.

Das 2.074 regiões com vagas previstas, 2.028 enviaram documentação para a renovação do quadro de profissionais. O ministério informou, também, que 47% das vagas estavam destinadas a regiões de alta vulnerabilidade ou de extrema pobreza.

Dos municípios contemplados, apenas 31 não renovaram a adesão, enquanto 15 escolheram pelo quantitativo parcial de vagas estabelecidas. Com isso, 83 vagas ficaram sem preenchimento.

Podem participar dos editais do Mais Médicos profissionais brasileiros e intercambistas, brasileiros formados no exterior e estrangeiros, que continuarão atuando com registro do Ministério da Saúde. Médicos brasileiros formados no Brasil têm preferência na seleção.

Até o fim deste semestre, um segundo edital será publicado com 10 mil vagas oferecidas em formato que prevê a contrapartida dos gestores municipais. “Essa forma de contratação garante às prefeituras menor custo, maior agilidade na reposição do profissional e permanência nessas localidades”, destacou o ministério. (Agencia Brasil)